

**engrossent[ar]** - v. (*en* + *grosso* + *-entar*). → engross[ar]. 'engordurar'. || G [1399/tsla/64vc2]: Se foy l torpe en comer . ou en beuer . como diz l san bernaldo abrindo muyto aboca . l ou soando con os beyços como besta l ou vertendo os maníares ou ovyn l ho por sy ou por amesa ou metendo l torpemente toda amãõ ou todos os l dedos en na escudela . ou tornando o pan l mosegado aella . ou ovaso com aboca en l **grossentando** . ou as toalhas torpemen l te enscuiando Se se queixo muyto en / l ocomer sen l he dando pressa *que* he syn l al de *guargantuice*.

**enhader** → enader.  
**enhale[ar]** — v. (< de *en* + *alear* [este do lat. *alienare*]<sup>et.</sup>) 'alienar'; 'transferir para outrem a posse ou propriedade de algo'. || CF3 [xiii/frac/84v]: Se algũa cousa for metuda en iuyzo e *aquel que* a teuer e a **enhalear** ante *que* seya liurada *per* iuyzo e *per* aueença, en poder seya do demandador de a (de a) demandar aaquel que lha alheou ou aaquel que a recebeu.

**enhatamente** - adv. (< *enhata* + *-mente*). → *enhata* . /*enatho*. 'hediondamente'; 'de maneira repugnante'. [xiv/flos/23rc2]: e muytas vezes veo a mim qual ele era muy

Aparecida Negri Isquerdo  
Celina Márcia de Souza Abbade  
**ORGANIZADORAS**

# ASCIÊNCIAS DO LÉXICO

LEXICOLOGIA  
LEXICOGRAFIA  
TERMINOLOGIA

**VOLUME IX**

**engrossent[ar]** - v. (*en + grosso + -entar*). → engross[ar]. ‘engordurar’.

|| G [1399/tsla/64vc2]: Se foy l torpe en comer . ou en beuer . como diz l san bernaldo abrindo muyto aboca . l ou soando con os beyços como besta l ou vertendo os maníares ou ovyn l ho por sy ou por amesa ou metendo l torpemente toda amãõ ou todos os l dedos en na escudela . ou tornando o pan l mosegado aella . ou ovaso com aboca **en l grossentando** . ou as toalhas torpemen l te enscuiando Se se queixo muyto en / l ocomer sen lhe dando pressa *que* he syn l al de *guargantuice*.

**enhader** → enader.  
**enhale[ar]** — v. (< de *en + alear* [este do lat. *alienare*]<sup>el</sup>.) ‘alienar’; ‘transferir para outrem a posse ou propriedade de algo’.

|| CF3 [xiii/frac/84v]: Se algũa cousa for metuda en iuyzo e *aquel que* a teuer e a **enhalear** ante *que* seya liurada *per* iuyzo e *per* aueença, en poder seya do demandador de a (de a) demandar aaquel que lha alheou ou aaquel que a recebeu.

**enhatamente** - adv. (< *enhata + -mente*). → enhata . /enatho. ‘hediondamente’; ‘de maneira repugnante’.

[xiv/flos/23rc2]: e muytas vezes veo a mim qual ele era muy

Aparecida Negri Isquerdo  
Celina Márcia de Souza Abbade  
**ORGANIZADORAS**

# ASCIÊNCIAS DO LÉXICO

LEXICOLOGIA  
LEXICOGRAFIA  
TERMINOLOGIA

**VOLUME IX**



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE MATO GROSSO DO SUL**

Reitor

Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitora

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Obra aprovada pelo

CONSELHO EDITORIAL DA UFMS

DELIBERAÇÃO Nº 38, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Conselho Editorial

Rose Mara Pinheiro (presidente)

Além-Mar Bernardes Gonçalves

Alessandra Borgo

Antonio Conceição Paranhos Filho

Antonio Hilario Aguilera Urquiza

Delasnieve Miranda Daspert de Souza

Elisângela de Souza Loureiro

Elizabeth Aparecida Marques

Geraldo Alves Damasceno Junior

Marcelo Fernandes Pereira

Nalvo Franco de Almeida Jr

Rosana Cristina Zanelatto Santos

Ruy Caetano Correa Filho

Vladimir Oliveira da Silveira

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Coordenadoria de Bibliotecas – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)**

---

As ciências do léxico : volume IX : lexicologia, lexicografia, terminologia / Aparecida Negro Isquierdo, Celina Márcia de Souza Abbade, organizadoras. – Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2020.

Modo de acesso: <https://repositorio.ufms.br>

Texto em português e espanhol.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-86943-24-5

1. Lexicologia. 2. Lexicografia. I. Isquierdo, Aparecida Negri. II. Abbade, Celina Márcia de Souza.

CDD (23) 413.028

---

Bibliotecária responsável: Wanderlice da Silva Assis – CRB 1/1279

Aparecida Negri Isquerdo  
Celina Márcia de Souza Abbade  
ORGANIZADORAS

# AS CIÊNCIAS DO LÉXICO

LEXICOLOGIA  
LEXICOGRAFIA  
TERMINOLOGIA

**VOLUME IX**

Campo Grande - MS  
2020

 editora  
**UFMS**

© dos autores:  
(Orgs.) Aparecida Negri Isquerdo  
Celina Márcia de Souza Abbade

1ª edição: 2020

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica  
TIS Publicidade e Propaganda

Revisão  
A revisão linguística e ortográfica  
é de responsabilidade dos autores

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

Direitos exclusivos  
para esta edição



**Divisão da Editora UFMS - DIEDU/AGECOM/UFMS**

Av. Costa e Silva, s/nº - Bairro Universitário, Campo Grande - MS, 79070-900  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Fone: (67) 3345-7203  
e-mail: [diedu.agecom@ufms.br](mailto:diedu.agecom@ufms.br)

Editora associada à



ISBN: 978-65-86943-24-5  
Versão digital: novembro de 2020.

Às Professoras **Maria Aparecida Barbosa** e **Jeni Silva Turazza** *in memoriam*, como um agradecimento pelas valiosas contribuições deixadas às Ciências do Léxico no Brasil e pelos momentos partilhados nos encontros científicos do GTLex da ANPOLL, fundado em 1986 pela saudosa Maria Aparecida Barbosa.

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO ..... 9

## PARTE I - LEXICOLOGIA

**Didáctica del *tejido fraseológico* en el ámbito del francés con fines universitarios (FFU)**

Maria Isabel González-Rey ..... 18

**A toponímia de tradição oral: algumas notas**

Matteo Rivoira..... 47

**A renovação lexical na mídia: aspectos linguístico-discursivos das criações vernaculares e dos estrangeirismos**

André Crim Valente..... 68

**Toponímia urbana: um estudo de caso a partir de dados do ATEMS**

Aparecida Negri Isquerdo; Ana Paula Tribesse Patrício Dargel..... 82

**Os signos toponímicos e suas marcas na história da Bahia**

Celina Márcia de Souza Abbade; Clese Mary Prudente Correia ..... 104

**Em busca de esquemas conceituais do *cachorro* e do *cavalo* na fraseologia do português, espanhol e francês: um estudo de *zoomorfismos* com base em dados lexicográficos**

Elizabete Aparecida Marques..... 121

**Sistema toponímico do Tocantins (SISTOP): resultados de um software pedagógico**

Karylleila dos Santos Andrade; Rodrigo Vieira do Nascimento .....144

**A variação lexical no *Atlas Linguístico do Brasil***

Marcela Moura Torres Paim .....161

**Tendências e perspectivas dos estudos antroponímicos**

Márcia Sipavicius Seide ..... 179

**Repositório de dados digitais: toponímia de Minas Gerais, do setecentos ao oitocentos joanino**

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra; Márcia Maria Duarte dos Santos; Amanda Estela Guerra; Maria Dulce de Faria; Antônio Gilberto Costa..... 200

**PARTE II - LEXICOGRAFIA**

**Para uma periodização da Lexicografia em território uruguaio**

Magdalena Coll .....221

**As ideias linguísticas de Juan Carlos Guarnieri**

Ricardo Soca..... 243

**A inserção de equivalentes nas línguas italiana e francesa em um dicionário de português língua estrangeira (PLE)**

Claudia Zavaglia; Adriana Zavaglia..... 253

**O vocabulário da navegação portuguesa no século XVI: o *Diário da Navegação* de Pero Lopes de Sousa (1530 - 1532)**

Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa..... 269

**Uma proposta de seleção de contextos para dicionário**

Enilde Faulstich; Michelle Machado de Oliveira Vilarinho..... 285

## **PARTE III - TERMINOLOGIA**

### **Pondo em bons termos os dicionários especializados e os dicionários de língua geral**

Marie-Claude L'Homme; Alain Polguère..... 304

### **Mudanças terminológicas no domínio das certidões de casamento ao longo da história do Brasil: termos que denominam os agentes que celebram os casamentos e expedem as certidões**

Beatriz Curti-Contessoto; Lídia Almeida Barros ..... 329

### **Conservação e restauração de bens móveis em papel: a variação terminológica em textos especializados e de divulgação do Brasil e do Uruguai**

Cleci Bevilacqua.....347

### **Terminologia, conceitos e crianças: revisitando os estudos de Vigotski**

Mariângela de Araújo..... 370

### **Unidades terminológicas complexas, funções lexicais e registro terminográfico**

Sabrina Pereira de Abreu.....382

**OS AUTORES** .....406

**AS ORGANIZADORAS** ..... 419

## APRESENTAÇÃO

A palavra em suas mais distintas e variadas faces continua sendo o foco da coletânea *As Ciências do Léxico* que chega ao seu nono volume com esta publicação. A palavra atua como uma *entidade multifacetada* estudada sob diferentes perspectivas teóricas, sejam as veiculadas em situações de comunicação cotidiana como vocabulário comum por diferentes tipos de falantes ou na condição de nomes próprios de pessoas e de lugares, seja o vocabulário especializado relativo a diversificadas áreas de conhecimento. A palavra aparece nesta publicação também como *marca de identidade*, tanto de grupos profissionais distintos, como no vocabulário comum investido de caráter regional porque circunscrito ao uso por falantes de comunidades localizadas em espaços geográficos diversos. A palavra como *herança histórica* também transparece em estudos cujos resultados são discutidos em trabalhos disseminados por meio desta publicação. Paralelamente ocupa lugar nesta coletânea o signo linguístico *por si* e *per si* discutido à luz de diferentes enfoques que remetem à dimensão linguística da palavra nas suas diferentes feições, incluindo os fraseologismos na língua comum e as unidades terminológicas complexas, dentre outras abordagens.

Os textos que compõem esta coletânea revelam, pois, ao leitor, a palavra em uso armazenada em *corpora* distintos e de dimensões diversificadas atualizada em situações comunicativas veiculadas em Língua Portuguesa, em Língua Espanhola falada na América do Sul - Uruguai - e na Espanha - Galiza, em Língua Francesa e em Língua Italiana. São estudos que focalizam a palavra como termo em diferentes contextos de especialidade; como nome próprio em estudos sobre antropônimos e topônimos; como fraseologismos; como regionalismos, além de estudo da palavra por um viés diacrônico com base em textos produzidos em sincronias passadas da história da língua e da palavra no dicionário abordados na perspectiva da sua produção e da sua história.

Assim, o volume IX da coleção *As Ciências do Léxico*, a exemplo dos anteriores, mantém a mesma estrutura em termos de organização, por isso reúne os trabalhos segundo o foco predominante de abordagem do léxico, sem desconsiderar que a maioria dos trabalhos aqui reunidos poderia transitar por outras áreas dos estudos do léxico, além daquela a que foi associado, dada a interdisciplinaridade que singulariza os estudos sobre a palavra. Ilustram isso, dentre outros, os trabalhos com foco em dados de natureza fraseológica que, nesta publicação, se alocam nas subáreas Lexicologia e Terminologia. Este volume reúne 20 artigos: 10 relacionados à Lexicologia; cinco associados à Lexicografia e cinco que se vinculam à Terminologia.

Acresce-se também que este volume mantém a prática adotada a partir do volume dois da coletânea de transformá-la também em um espaço de disseminação de estudos na área, produzidos por pesquisadores de universidades estrangeiras como uma forma de a publicação ocupar também o papel de divulgação no Brasil de produtos de estudos realizados em outros países e, ao mesmo tempo, tornar público no exterior o que é produzido nas universidades brasileiras. Participam deste volume pesquisadores das seguintes universidades estrangeiras: *Universidad da*

*República – Uruguai; Universidade de Lorraine – França; Universidade de Montréal – Canadá; Universidade de Turim – Itália e Universidade de Santiago de Compostela – Espanha.*

A primeira parte do livro – Lexicologia –, confirmando a tendência dos anteriores, reúne um número expressivo de textos que abordam temáticas relacionadas à Onomástica, cinco trabalhos, quatro em Toponímia e um em Antroponímia. O primeiro texto dessa área é assinado por Rivoira e discute resultados de pesquisa sobre a toponímia italiana de tradição oral. Tomando por base dados do repertório toponímico coletado pelo Atlas Toponímico do Piemonte Montano (ATPM), o autor busca definir algumas características dos repertórios toponímicos utilizadas na oralidade, sugerindo percursos de estudo e de pesquisa nessa perspectiva. Também na área da toponímia, Isquierdo e Dargel discutem tendências da toponímia urbana, a partir do *corpus* do Projeto ATEMS – Atlas Toponímico do estado de Mato Grosso do Sul, dados da cidade de Campo Grande, com destaque para a discussão do sintagma toponímico no universo da toponímia urbana. Também Abbade e Correia abordam a temática da Toponímia, só que a partir de dados do estado da Bahia com o propósito de analisar a relação entre língua, cultura e identidade, conciliando assim as abordagens teóricas da Etnolinguística e da Lexicologia, com foco na Onomástica, oferecendo a possibilidade de classificação dos topônimos conforme uma variedade de significações, à medida que eles podem ser analisados com base em suas origens externas (físicas) ou subjetivas (antropoculturais). O texto assinado por Andrade e Nascimento, por sua vez, discute uma proposta pedagógica que relaciona Toponímia e interdisciplinaridade, focalizando em especial o *software* toponímico produzidos com a finalidade de auxiliar a prática pedagógica de professores de Língua Portuguesa, Geografia e História do Ensino Fundamental (anos finais) do estado do Tocantins. O trabalho assinado por Seabra, Santos, Guerra, Faria e Costa, profissionais de áreas distintas do conhecimento, discute resultados de estudo que valoriza documentos

cartográficos como fonte de dados para estudos toponímicos com ênfase para o *Repositório de dados digitais: toponímia de Minas Gerais*, que reúne informações linguísticas e geográficas acerca da toponímia do setecentos ao oitocentos joanino. Por fim, no âmbito dos estudos onomásticos, Seide examina tendências e perspectivas dos estudos em Antroponímia, tendo reunido e sintetizado um conjunto diversificado de estudos antroponímicos de caráter local, nacional e internacional realizados num período de cinco anos.

Dentre as demais temáticas abordadas pelos textos agrupados à subárea Lexicologia, situa-se o assinado por González-Rey que abre o livro e que analisa um *corpus* textual composto por textos distintos de cunho acadêmico e científico, extraíndo dele dados fraseológicos e aplicando esse conhecimento à escrita acadêmica e científica do francês em cursos universitários. Na sequência, o trabalho de Valente analisa a questão da renovação lexical na mídia veiculada pela imprensa escrita, com destaque para aspectos linguístico-discursivos de criações vernáculas e de estrangeirismos. Ainda neste bloco, o texto de Marques apresenta e discute os resultados de estudo comparativo dos *zoomorfismos* do português brasileiro, do espanhol peninsular e do francês metropolitano com o intuito de estabelecer as representações mentais (ou imagens) dos animais, especificamente o *cachorro* e o *cavalo*, por terem tido alta produtividade nos *corpora* analisados. Por fim, o texto de autoria de Paim discute resultados de estudo de dados geolinguístico extraídos do Banco de Dados do projeto ALiB – Atlas Linguístico do Brasil, recolhidos nas capitais brasileiras, mais especificamente as denominações para *rouge* e *sutiã*, abordando questões léxico-semânticas e a distribuição diatópica das variantes lexicais documentadas.

Os cinco artigos reunidos na segunda parte do livro – *Lexicografia* – discutem a palavra no dicionário. Os dois primeiros textos focalizam a história da Lexicografia no Uruguai. O trabalho de Coll, por exemplo,

esclarece que a aproximação a uma proposta de periodização da Lexicografia escrita, em território hoje uruguaio, tem início com os primeiros apontamentos lexicográficos deixados como legado por cronistas e viajantes e que foram publicados no início do século XIX, enquanto o texto de Soca centra-se na discussão da obra de Juan Carlos Guarnieri (1904-1991), considerado pelo autor como um lexicógrafo *sui generis*, pois não tinha formação nessa área e nem era linguista nem filólogo, mas sim um jornalista curioso, sensível e com interesses linguísticos. Para tanto, pauta-se no *Archivo Guarnieri*, da Academia Nacional de Letras do Uruguai, que reúne a produção do autor. Por sua vez, o texto produzido por Murakawa tem foco no estudo do léxico numa perspectiva diacrônica, analisando, mais precisamente, o vocabulário da náutica portuguesa, com base na obra *Diário da Navegação* de Pero Lopes de Sousa, datado de 1530, que integra o banco de dados do DHPB – Dicionário Histórico do Português do Brasil, período colonial. Ainda no bloco relativo à subárea Lexicografia, o trabalho assinado por Faulstich e por Vilarinho discute procedimentos para a seleção de contextos de uso, com fins lexicográficos, destacando a sua importância para a compreensão do significado, por fazerem parte da microestrutura de dicionários. Salientam também as autoras a questão das peculiaridades dos contextos que ilustram os significados das palavras entradas de um dicionário, à medida que contribuem, fundamentalmente, para a construção do sentido do discurso. Por fim, o texto de C. Zavaglia e A. Zavaglia deriva de um projeto lexicográfico em andamento, de caráter interinstitucional, cujo escopo é elaborar um dicionário de português para falantes de outras línguas com equivalentes lexicais em espanhol, francês, inglês e italiano. Trata-se de um dicionário impresso, semibilíngue, bidirecional, voltado para atender necessidades do ensino de Português Língua Estrangeira (PLE), na variante brasileira, a usuários de nível intermediário. O trabalho discute relações de equivalência como variação designativa, falsos cognatos, estrangeirismos e plurais irregulares, e as soluções encontradas para resolvê-las na microestrutura dos verbetes do dicionário.

Para encerrar, a subárea da Terminologia tem início com o texto de L'Homme e Polguère que examina de que maneira as descrições terminográficas, repertoriadas em uma base de dados terminológicos, podem ser integradas a uma base lexical elaborada para a língua geral, utilizando, para tanto, duas bases de dados lexicais construídas segundo os princípios da Lexicologia Explicativa e Combinatória: o DiCo (ULG) e o DiCoInfo (termos da informática e da internet). O estudo avalia o potencial de um método baseado na observação das relações que se estabelecem entre termos e ULGs na língua, por um lado, e na fala, por outro, para melhor definir as modalidades de integração dos termos. Na sequência, o texto de Curti-Contessoto e Barros analisa a terminologia denominativa dos agentes responsáveis pela celebração dos casamentos civis e pela expedição das certidões de casamento civil, a fim de verificar mudanças desses termos ao longo da história do Brasil, bem como os aspectos socioculturais e históricos que lhe subjazem. O trabalho de Bevilacqua, por sua vez, apresenta e discute dois casos de variação terminológica identificados em textos especializados e de divulgação relativos à área de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis em papel produzidos em português do Brasil e no espanhol do Uruguai, buscando, sobretudo, mostrar a variação denominativa e conceitual de termos chave da área (p. ex., *arquivos, conservação*) a partir da análise de suas definições e da elaboração de mapas conceituais. Na sequência, o trabalho produzido por Araújo discute resultados de pesquisa que busca estabelecer aproximações entre a Terminologia e os estudos de Vigotski, na tentativa de buscar respostas sobre as formas como as crianças adquirem novos conceitos e como os textos didáticos e os professores podem auxiliar nesse processo, destacando, nesse sentido, a aproximação entre as teorias pedagógicas e as teorias terminológicas, mais especificamente as teorias mais atuais da Terminologia, que demonstram maior preocupação com os diferentes níveis de especialização daqueles que usam determinado conjunto terminológico. Encerrando a publicação, o artigo de

Abreu tem como propósito mostrar a constituição de uma ficha terminográfica erigida para o registro de propriedades semânticas de unidades terminológicas complexas (UTCs), desenhada com base em pressupostos da Teoria Sentido-Texto (TST), particularmente na noção de *funções lexicais*. A eficácia dessa ficha foi testada em 29 UTCs, o que permitiu verificar que ela possibilita que se apresente as especificidades das UTCs de cada domínio, assim como as associações que podem ser estabelecidas com outras unidades terminológicas.

Cabe destacar que os resultados aqui apresentados derivam sobremaneira de resultados de pesquisas desenvolvidas por pesquisadores vinculados ao Grupo de Pesquisa de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL - Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística e discutidos nos encontros promovidos pelo grupo.

Esta obra, especificamente, é dedicada àquela que, em 1986, fundou o GTLEX: a Profa. Dra. Maria Aparecida Barbosa (*in memoriam*). Com Mestrado e Doutorado na Universidade de São Paulo e seu pós-doutorado na Université Paris-Sorbonne, foi docente da USP desde 1972, tendo orientado mais de 45 teses e dissertações e dedicado sua carreira acadêmica aos estudos lexicais, principalmente nas áreas de Terminologia, Lexicologia e Lexicografia. A ela o reconhecimento dos colegas da área pela sua contribuição na implantação, expansão e consolidação dos estudos sobre o léxico no Brasil, a nossa homenagem e profundo respeito.

Faz-se necessário reiterar que a coletânea *As Ciências do Léxico* é uma publicação oficial do Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL que aglutina pesquisadores de diferentes universidades brasileiras cujos programas de pós-graduação contemplam linhas de pesquisa voltadas para os estudos lexicais.

Por fim, manifesta-se o reconhecimento e os agradecimentos aos autores que participam desta publicação, todos renomados pesquisado-

res nas áreas da Lexicologia, Lexicografia e Terminologia! Os agradecimentos se estendem de forma especial à Editora UFMS por vir garantindo a publicação da coletânea *As Ciências do Léxico* que teve o primeiro volume publicado em 1998 (e segunda edição em 2001) e se mantém até os dias atuais com publicação bianual.

Está agora nas mãos da comunidade científica o produto deste trabalho, com o desejo e a expectativa de que os textos que compõem este volume da obra *As Ciências do Léxico* possam contribuir para a divulgação dos resultados de pesquisas sobre o léxico e incentivar novos estudos na área em nível de graduação e de pós-graduação. .

Aparecida Negri Isquerdo  
Celina Márcia de Souza Abbade  
Organizadoras

**engrossent[ar]** - v. (*en + grosso + -entar*). → engross[ar]. ‘engordurar’. || G [1399/tsla/64vc2]: Se foy l torpe en comer . ou en beuer . como diz l san bernaldo abrindo muyto aboca . l ou soando con os beyços como besta l ou vertendo os maníares ou ovyn l ho por sy ou por amesa ou metendo l torpemente toda amãõ ou todos os l dedos en na escudela . ou tornando o pan l mosegado aella . ou ovaso com aboca en l **grossentando** . ou as toalhas torpemen l te enscuiando Se se queixo muyto en / l ocomer sen lhe dando pressa *que* he syn l al de *guargantuice*.

**enhader** → enader.

**enhale[ar]** - v. (< de *en + alear* [este do lat. *alienare*]<sup>et.</sup>) ‘alienar’; ‘transferir para outrem a posse ou propriedade de algo’. || CF3 [xiii/frax/84v]: Se algũa cousa for metuda en iuyzo e *aquel que* a teuer e a **enhalear** ante *que* seya liurada *per* iuyzo e *per* auença, en poder seya do demandador de a (de a) demandar aaquel que lha alheou ou aaquel que a recebeu.

**enhatamente** - adv. (< *enhata + -mente*). → enhata . /enatho. ‘hediondamente’; ‘de maneira repugnante’. [xiv/flos/23rc2]: e muytas vezes veo a mim qual ele era muy

## PARTE I LEXICOLOGIA

# DIDÁCTICA DEL *TEJIDO* *FRASEOLÓGICO* EN EL ÁMBITO DEL FRANCÉS CON FINES UNIVERSITARIOS (*FFU*)<sup>1</sup>

*Maria Isabel González-Rey*

## INTRODUCCIÓN

**L**a relevancia de una buena redacción y estructuración de los escritos académicos y científicos en lengua materna es de inexcusable exigencia en la formación básica de todo graduado y postgraduado. En efecto, estos deben, a lo largo de sus estudios, elaborar trabajos académicos en los que demuestren tanto sus conocimientos como su capacidad argumentativa a través de una redacción y estructuración de los escritos que contribuyan a darles valor y nivel. Asimismo, los investigadores y especialistas también deben tener un buen sentido de la organización textual y del estilo para componer sus trabajos científicos. Para ello, es necesario ser consciente de que estos escritos académicos y científicos están hechos de unos elementos que los caracterizan, desde un léxico propio del ámbito de conocimiento del que es especialista el autor hasta una disposición muy particular de las partes que los componen.

Al analizar los distintos textos de índole académica y científica se puede observar la presencia de una dimensión lingüística común que permite afirmar la existencia de un *tejido fraseológico* propio de la lengua

---

<sup>1</sup> Este estudio se inscribe en el grupo de investigación RELEX (*Red de Lexicografía*, código ED341D R2016/046), coordinado por la profesora Dolores Sánchez Palomino, de la Universidad de A Coruña, con el apoyo de la Xunta de Galicia.

científica (TFC). Ese tejido se forma gracias a la terminología de los campos heurísticos de cada disciplina científica, la sintaxis de la lengua general que permite formar las frases, pero también la disposición organizacional del texto.

Dominar el arte de redactar escritos académicos y científicos pasa, pues, por la necesidad de adquirir una competencia fraseológica determinada (MARTÍ SÁNCHEZ, 2015; GONZÁLEZ-REY, 2016a), que permita el manejo del *tejido fraseológico* del lenguaje académico y científico, primero en la lengua materna del estudiante, para luego aprenderlo en una lengua extranjera. La adquisición de esa competencia solo se puede conseguir en el marco de la *fraseodidáctica*, entendida como la disciplina que propicia el aprendizaje de las unidades fraseológicas (UF) (CATALÁ & MELLADO, 2002; CAVALLA, 2008; ETTINGER, 2008; LOSADA ALDREY, 2013; GONZÁLEZ-REY, 2006a; 2006b; 2007; 2015a; NÚÑEZ-ROMÁN, 2015; PENADÉS MARTÍNEZ, 2015; SULKOWSKA, 2013, entre muchos otros), a través de un procedimiento que consiste, en primer lugar, en el análisis de un corpus textual compuesto por distintos textos de naturaleza académica y científica del que se puede extraer el *tejido fraseológico*, y en segundo lugar, en la aplicación de ese tejido en textos producidos por los alumnos.

Este procedimiento es el que presentaremos en este estudio mediante un modelo pedagógico para la didáctica del *tejido fraseológico* en el ámbito de la escritura académica y científica del francés con fines universitarios (FFU)<sup>2</sup>. Para ello, presentaremos, en primer lugar, el marco teórico en el que nos movemos, seguido de los elementos que componen el *tejido fraseológico*, para, a continuación, proponer unas pautas pedagógicas orientadas a su didáctica dentro del ámbito del discurso académico y científico del FFU.

---

<sup>2</sup> En francés, FOU (= Français sur Objectifs Universitaires).

## 1. MARCO TEÓRICO

Los fundamentos lingüísticos en los que se sustenta este estudio son varios. Por una parte, la fraseología es la disciplina en la que se inscribe esta investigación, disciplina que se sitúa entre la lexicología y la sintaxis, puesto que sus unidades son series pluriverbales cuyos formativos léxicos están insertos en estructuras sintácticas. Por este hecho, el enfoque teórico elegido para abordar esta disciplina en el marco de este estudio es el de la Gramática de Construcciones, iniciada por Fillmore (1968) y desarrollada por Langacker (1987), Goldberg (1995), Croft (2001) y Gries (2008), entre otros. Este enfoque tiene la ventaja de poner en pie de igualdad las unidades prefijadas de la lengua y las combinaciones libres de la misma, evitando así la estigmatización que durante mucho tiempo acompañó las expresiones fijas como elementos marginales dentro del sistema lingüístico (GONZÁLEZ-REY, 2015b; 2016b). La relevancia de estas unidades vino de la mano de la Lingüística de corpus (SINCLAIR, 1991; M. GROSS, 1993) que puso en evidencia la existencia de una cantidad ingente de elementos fijos en la lengua. Este hecho llamó poderosamente la atención sobre ellos y cambió definitivamente su estatus. Desde esta perspectiva construccional, las unidades fraseológicas (UF) son válidas, pues, para enseñar una lengua extranjera en su conjunto, tanto en lo léxico como en lo sintáctico (GRIES & WULF, 2005; HOLMES, 2010; LEGALLOIS, 2014).

Por otra parte, como se trata de un estudio de innovación docente en relación al FFU, los demás fundamentos que se tienen en cuenta están inscritos en la Didáctica de las Lenguas extranjeras (disciplina propia de la Lingüística Aplicada), por un lado, y en la Adquisición de las Lenguas extranjeras (disciplina propia de la Psicolingüística), por otro. Los principios de uno y otro ámbito permitirán elaborar un modelo pedagógico orientado a la enseñanza-aprendizaje del FLE en general, y del francés con fines académicos y científicos en particular, a través de las UF.

## 2. EL TEJIDO FRASEOLÓGICO

Lo que la Lingüística de corpus empezó a señalar, lo acabó demostrando la Lingüística estadística. No solo se trató de observar la presencia reiterativa de secuencias pluriverbales sino también de cuantificarlas y de analizar su comportamiento dentro de los textos, al punto de vislumbrar en ellas una función que va más allá de su condición de componentes léxico-sintácticos. Forman en realidad el entramado real del texto, es decir lo que llamamos aquí el *tejido fraseológico*.

### 2.1. Sistemas de medición de la distribución de las UF en un texto

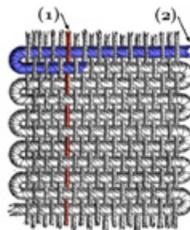
Entre los componentes internos de una unidad fraseológica no existo solo una relación de interdependencia sino también un grado de atracción de esas mismas unidades sobre el resto de los elementos de la lengua en el momento de su actualización en el discurso. En efecto, el fenómeno de co-ocurrencia no se limita a las solidaridades léxicas más o menos recurrentes entre los ítems léxicos de una secuencia fija de palabras, sino que afecta también las secuencias textuales más amplias.

Las nociones de *colocación* (FIRTH, 1957), *coligación* (HALLIDAY, 1966) y *colostrucción* (STEFANOWITSCH; GRIES, 2003) dan buena cuenta del papel que desempeña la fraseología en un discurso, contribuyendo no solo a dar cohesión y coherencia al mismo sino también a configurar un género o un registro de lengua. Esta configuración se ha podido establecer desde la Lingüística de corpus y la Lingüística estadística, siguiendo un sistema de medición de la distribución de las expresiones fijas en un texto basado en una fórmula “n-gramos”, algoritmo que determina la distancia de elementos interdependientes en un texto dado, lo que revela la dimensión fraseológica de cualquier discurso elaborado.

El estudio de la distribución de las expresiones fijas en un texto indica, pues, que existe una presencia significativa de unidades fraseológicas colocadas a cierta distancia unas de otras y que son más o menos correlativas entre ellas, así como unas estructuras gramaticales con las que están estrechamente relacionadas. El conjunto de estas unidades y estructuras forman dentro del texto la dimensión fraseológica del discurso.

Por ello, proponemos llamar esta dimensión fraseológica del discurso *tejido fraseológico* en conformidad con la imagen que proyecta una tela tejida con hilos de trama (en horizontal) pasados a través de la urdimbre (en vertical) para formar un tejido elaborado y firme (fig. 1). Del mismo modo que la manera en la que estos hilos están entrelazados influye en las características de la tela, el tipo de unidades fraseológicas influye en las características del texto en las que van incorporadas.

**Figura 1** - Hilo de trama (1) y urdimbre (2)



Fuente: <https://fr.wikipedia.org/wiki/Tissage>

Elegimos la denominación de *tejido fraseológico* entre otras formas de designar el fenómeno fraseológico en el discurso, por la idea clara de elaboración y construcción que transmite la imagen del tejido desde una perspectiva interna. En todo caso, se trata de una noción directamente vinculada al “principio fraseológico de la lengua”, ya presente en la noción de “idiom principle” de J. Sinclair (1991) cuya función le permitió establecer la dicotomía “mutual choice principle” vs. “open choice principle” para dar cuenta de las reglas de la combinatoria léxica de una

lengua. Este principio fraseológico de la lengua está cobrando cada vez más fuerza entre los fraseólogos (LEGALLOIS; TUTIN, 2013) y por ello debe ser tomado en consideración en la elaboración de todo tipo de discurso en general, y más en el caso de las lenguas de especialidad como esta que aquí presentamos.

## 2.2. La naturaleza del *tejido fraseológico*

De todas las categorías de UF que proponen los fraseólogos para sistematizar la naturaleza compleja del TFC (TRAN, TUTIN & CAVALLA, 2016), planteamos estas tres para la didáctica del FLE en general, y para la del FFU en particular:

**1) los argumentadores** (unidades léxicas) que contribuyen a desarrollar la temática abordada dentro el género textual elegido. Son locuciones o colocaciones nominales, adjetivales, verbales; por ejemplo: *un fait divers, des petites annonces; grièvement blessé, frontalement opposés; [un événement] avoir lieu, mettre en relief* [qqch.], etc.

Estas UF permiten desarrollar el contenido temático gracias a la terminología propia del ámbito heurístico. Es la categoría más compleja porque varía en función de la temática y del género textual. Cada tema tiene sus argumentadores (nominales, adjetivales y verbales) y estos además varían en función del género. Así un tema de investigación dado tiene un tratamiento discursivo diferente si se expone en un texto de tipo científico (artículo, ensayo, etc.) o divulgativo (periodístico etc.).

**2) los conectores o marcadores discursivos** que sirven a estructurar el discurso. Los hay de dos tipos, con estructura cerrada, independientes, y con estructura abierta, dependientes de estructuras superiores:

**2.1) los conectores con estructura cerrada:** la mayoría suele ser **interfrásticos**, colocados generalmente en posición inicial en las

oraciones; otros, **intrafrásticos**, colocados en el interior de las oraciones. Son colocaciones de tipo adverbial, indicando el orden de los argumentos, como *en premier lieu, d'abord, de prime abord, en deuxième lieu, par la suite, pour finir, en somme*; la suma de argumentos: *par ailleurs, en outre*; la organización de los argumentos: *d'une part ... d'autre part*; la topicalización: *à ce propos, à cet égard*; la oposición: *au contraire*; la reformulación de los argumentos: *autrement dit, en d'autres termes, c'est-à-dire*; la ejemplificación: *par exemple, à titre d'exemple, en particulier*; la enumeración: *entre autres*; la concesión: *en revanche, par contre*.

**2.2) los conectores con estructura abierta:** son **intrafrásticos**, colocados en el interior de las oraciones. Son UF coordinadas conjuntivas: *ainsi que, de même que*; subordinadas de finalidad: *afin que, de façon à ce que*; de tiempo: *au moment où, tandis que*; concesivas: *même si, bien que*; de oposición: *alors que*; correlativas: *d'autant plus .... que, non seulement .... mais aussi*; causales: *parce que, étant donné que*, consecutivas: *de telle sorte/façon que*; condicionales: *à condition que, à supposer que*; comparativas: *tel(le) que, de même que, par rapport à, à la différence de, au même titre que*; UF preposicionales de topicalización: *à propos de, à l'égard de, en matière de, au sujet de*; de lugar: *loin de, près de*; de tiempo: *aux alentours de*; de manera: *à l'aide de, au moyen de*; de finalidad: *afin de, dans le but de, en vue de*; o también frásticos: *Il est évident que, Il est admis que...Il en va de même de...*

Estos conectores, o marcadores discursivos, permiten estructurar el discurso independientemente de su género textual.

**3) los modalizadores** son locuciones adverbiales intrafrásticas como *sans aucun doute, de toute évidence, contre toute attente*, o bien unidas frásticas como *Il est souhaitable que...* etc.

Estas UF permiten canalizar los puntos de vista del locutor y le dan al texto su aspecto más personal.

En definitiva, estas categorías facilitan la elaboración del discurso, lo estructuran y le dan textura. Elaborar un discurso en lengua materna o extranjera requiere tener en cuenta esta distribución y requiere adquirir una competencia fraseológica particular.

### **3. LA COMPETENCIA FRASEOLÓGICA PARA LA ELABORACIÓN DEL DISCURSO ACADÉMICO Y CIENTÍFICO**

Después de presentar las premisas de este estudio, vamos a incidir en su finalidad misma, a saber el desarrollo de la competencia fraseológica de los estudiantes de grado y posgrado en sus trabajos académicos y científicos (trabajos fin de grado, trabajos fin de máster, artículos científicos etc.). La idea inicial de la que partimos se fundamenta en la necesidad de darles a los alumnos recursos lingüísticos que les ayuden en sus producciones escritas. Efectivamente, se vienen detectando dificultades cada vez mayores en este tipo de producciones (cf. CHANFRAULT-DUCHET, 2004, p. 103) y tal como indica esta autora “le tournant syntagmatique est rendu particulièrement nécessaire dans la didactique d’une L2 en raison de ces difficultés”. Las características de los discursos académicos y científicos, por una parte, y la manera de abordarlas en fraseodidáctica, por otra, van a centrar los apartados que siguen a continuación.

#### **3.1. El discurso académico (DA) y científico (DC)**

Los discursos académicos (DA) y científicos (DC) se definen por ser, los primeros, textos escritos u orales propios del ámbito universitario (resumen, síntesis, reseña, comentario de texto, disertación, exposición, trabajo de campo, trabajo fin de grado o de máster) y, los segundos, textos escritos u orales propios del ámbito de la investigación a nivel más profesional (*abstract*, artículo, capítulo de libro, libro monográfico, libro colectivo, prefacio, comunicación, ponencia, conferencia plenaria,

tesis doctoral). Los principios que rigen ambos tipos de discursos son los de veracidad, exactitud, lógica y claridad de exposición. Sus autores deben dar muestra, a la hora de su producción, de estar en posesión de capacidades cognitivas como las de analizar datos e interpretarlos; definir conceptos; caracterizar, explicar, argumentar, comparar, justificar y ejemplificar. El lenguaje utilizado en ambos tipos de discursos tiene que ser formal, con términos propios del campo de especialización y con giros adecuados, formando conjuntamente un tejido *fraseológico* propio, para poder producir un texto bien estructurado.

### **3.2. Destinatarios y niveles de lengua**

Por el tipo de discurso que se menciona en este estudio (DA y DC), el nivel de lengua que se requiere en los alumnos de lengua extranjera es como mínimo el B1 en grado y el B2 en máster. Estos dos niveles son perfectamente alcanzables en las titulaciones universitarias que se imparten actualmente en cualquier sistema educativo de los países miembros de la Unión Europea, en lo que se refiere a la enseñanza de una lengua extranjera dentro del Marco Común Europeo de Referencia para las Lenguas. Por lo tanto, los estudiantes podrán afrontar la adquisición del *tejido fraseológico* en FFU en los últimos años de su formación, cuando tengan que realizar trabajos fin de grado o de máster (TFG/TFM). Además, como los DA que deben realizar esos alumnos se sitúan precisamente al final de su itinerario formativo, se entiende que este nivel debe comprender todas las competencias lingüísticas, receptivas y productivas, en lengua extranjera (en este caso de FLE) propias de un final de formación en un estudiante de grado o posgrado. En el caso de los DC, ya se presupone a los investigadores y científicos que manejan una lengua extranjera, como mínimo, un nivel de usuario intermedio que les permita manejar con soltura el *tejido fraseológico* de este tipo de discurso.

### 3.3. Las competencias que adquirir

En cuanto a las competencias que deberán adquirir los estudiantes, son de dos tipos:

- *receptivas* (la comprensión escrita, por ejemplo, de obras especializadas y la comprensión oral, por ejemplo, de exposiciones realizadas por otros, como oyentes, en seminarios, coloquios y congresos)

- *productivas* (la expresión escrita, por ejemplo, de trabajos académicos/científicos y la expresión oral, por ejemplos, de exposiciones realizados por ellos mismos, como ponentes, en seminarios, coloquios y congresos).

Estas competencias se inscriben dentro de unas competencias más generales, comunicativa y discursiva en cuanto a la lengua francesa, y en una más específica, la *competencia fraseológica* en cuanto a la lengua académica y científica dentro del ámbito de FFU.

## 4. PROPUESTA DE UN MODELO PEDAGÓGICO EN LA FRASEODIDÁCTICA DEL DA Y DC

Una propuesta metodológica para la enseñanza de las UF en lengua extranjera y la creación de una herramienta de aprendizaje adecuada requieren de un modelo pedagógico previo<sup>3</sup>. Este modelo debe construirse basándose en fundamentos teóricos de distinta índole: 1) lingüísticos (formales, semánticos y pragmáticos); sociolingüísticos (registros, variantes diatópicas, contextos etc.); 3) socioculturales; 4) cognitivos (lexicón mental y memoria); 5) psicolingüísticos (interlengua, errores etc.).

---

<sup>3</sup> Para el concepto de modelo pedagógico en fraseodidáctica, ver González-Rey (2018).

La metodología que se aplica en este estudio parte de estos fundamentos y consiste en la combinación de las siguientes técnicas metodológicas:

1) las técnicas del Análisis del discurso, en particular del discurso repetido, para la puesta en valor del TFC en las lenguas de trabajo (aquí el español y el francés);

2) las técnicas de la Lingüística de corpus para la constitución/exploración de los corpus textuales con temática centrada en el DA/DC;

3) las técnicas de la Lexicografía/Terminografía para su clasificación;

4) las técnicas de la Psicolingüística (ADL) para la detección de errores;

5) las técnicas de la Didáctica de las Lenguas extranjeras (DEL) para la didactización de las UF científicas específicas y transdisciplinares.

La aplicación y combinación de estos fundamentos permiten desarrollar pautas para el diseño de actividades teniendo en cuenta a la vez las propiedades de las UF y el proceso de aprendizaje del alumno con el fin de que adquiera las competencias necesarias.

Para poder concebir un modelo pedagógico en el ámbito de la fraseodidáctica del DA y DC dentro de la enseñanza-aprendizaje del francés, debemos antes fijar las pautas didácticas destinadas a la adquisición de la competencia fraseológica en FFU. Para ello, el modelo pedagógico que se aplica tiene en cuenta a la vez los principios de la Didáctica de las Lenguas Extranjeras (DLE) y los de la Adquisición de las mismas (ALE), es decir tanto los elementos lingüísticos y pedagógicos de enseñanza que utilizan los docentes como los procedimientos cognitivos de aprendizaje de los discentes. Por ello dividiremos el método en 4 etapas de desarrollo: 1) el de *pre-concienciación*; 2) el de *concienciación*; 3) el de *acomodación* y 4) el de *apropiación*.

La etapa de *pre-concienciación* consiste en la toma de conciencia de la presencia de una lengua con fines universitarios primeramente en textos de la lengua materna (en nuestro caso, el español), como lengua de especialidad o tecnolecto, con terminología científica transdisciplinaria (PECMAN, 2005). El desarrollo de esa etapa se ejecutará en 2 pasos: 1) el análisis de la estructura de esos textos y de su *tejido fraseológico*; 2) la extracción de las UF y su clasificación en las 3 categorías: argumentadores, conectores y modalizadores.

En esta etapa, se pretende exponer los estudiantes a los textos académicos o científicos redactados en la lengua con las que están familiarizados con el fin de sensibilizarlos a los conceptos de base de este estudio: DA/DC y *tejido fraseológico* con sus 3 categorías (argumentadores, conectores y modalizadores). Así, se procederá primero a la comprensión del texto (aspecto semántico), a la percepción de su estructura (aspecto formal) y a la identificación de su *tejido fraseológico* (aspecto fraseológico).

Una vez fijados estos conceptos en la lengua materna, aplicaremos este mismo procedimiento en la etapa de concienciación en la L2 (aquí el FFU/FOU), en textos también de índole académica o científica. El procedimiento pasará por los mismos pasos que realizar: 1) análisis de los textos y de su *tejido fraseológico*; 2) extracción de las UF y su clasificación en las 3 categorías: argumentadores, conectores y modalizadores.

En la fase de *acomodación*, el propósito consiste en que el alumno sepa reconocer las características de los textos en cada lengua por separado: 1) la estructuración y redacción de este tipo de discurso; 2) la utilización de su *tejido fraseológico*.

La fase de *acomodación* estará dedicada a la adquisición de las competencias productivas, de forma guiada, mediante actividades de desconstrucción y reconstrucción de esos textos en ambas lenguas: extracción de las UF en los textos, clasificación de las mismas siguiendo

las 3 categorías ya explicadas en la fase 1 (argumentadores, conectores y modalizadores), búsqueda de equivalentes de forma bidireccional (si se trabaja en un texto en español, se buscaría los equivalentes en francés; si se trabaja en un texto en francés, se buscaría los equivalentes en español) y reformulación de los textos, reutilizando las UF extraídas.

El propósito de esta fase es que el alumno practique y fije en su lexicón mental las diferentes UF que pueden contener los textos académicos y científicos. Todas las actividades de retención y recuperación que se puedan hacer para conseguir fijarlas en su memoria a corto plazo serán de gran utilidad (elaboración de asociogramas, cartas mentales, listas según las estructuras sintácticas o en campos léxicos y/o semánticos etc.).

Finalmente, la fase de *apropiación* estará dedicada a la adquisición de las competencias productivas, pero de forma libre y creativa. En este caso, los alumnos deben redactar sus propios textos académicos y/o científicos directamente en la L2 siguiendo un modelo ya analizado y que les puede servir de plantilla. Podrán hacerlo siguiendo dos pasos: 1) hacer una comparativa entre textos ya redactados sobre una misma temática en L1 y L2 (puede ser un mismo texto traducido) o bien entre un texto hecho por un nativo L2 y otro hecho por un estudiante de L2; y 2) elaborar un texto sobre una temática de libre elección. Dentro del primer paso, se hará una comparativa formal entre los textos L1 y L2 o L2 (texto del nativo francófono) y L2 (texto del estudiante de FLE) con el fin de detectar en el primer caso las convergencias y divergencias y en el segundo los aciertos y los errores. Posteriormente a este paso, ya estarán estos alumnos en disposición de crear sus propios textos mediante, inicialmente, el uso de plantillas para, posteriormente, hacerlo de forma libre.

El propósito de esta fase es conseguir la autonomía de los estudiantes en la elaboración de sus propios DA/DC, empleando el *tejido fraseológico* adecuado que les dará a esos textos relevancia y valor a la temática que traten.

El desarrollo de estas cuatro fases puede realizarse de forma individual por parte de cada alumno o de forma cooperativa. Al cabo de estas cuatro fases, la valoración del resultado final se efectuará mediante un procedimiento de evaluación de un texto concreto (DA o DC) que podrá adoptar varias formas: evaluación individual (por el docente), colectiva (en grupo) o de autoevaluación (por el propio alumno).

Es preciso indicar que el uso de este modelo pedagógico en ningún caso significa reducir el Discurso Académico o Científico a un único y mismo modo de expresarse. Precisamente, dentro de las tres categorías que componen el *tejido fraseológico*, los argumentadores y los modalizadores son los que podrán individualizar cada texto. Además, este modelo pretende ser una ayuda a la redacción en la etapa de formación del alumno, el cual irá encontrando su propio estilo según vaya consolidando su faceta de investigador.

## 5. CASO PRÁCTICO

En anexos, presentamos la didactización de un texto breve, el resumen de un artículo (o *abstract*) perteneciente al DC de la fraseología (con sus referencias bibliográficas mencionadas). Esa didactización sigue los cuatro pasos indicadas anteriormente: 1) de *pre-concienciación* en L1 (español, en este caso); 2) de *concienciación* en L2 (en francés); 3) de *acomodación* y finalmente 4) de *apropiación*. Se señalan las UF en ambos tipos de textos con un código color para cada categoría (argumentadores, conectores y modificadores). Ese código color tiene el doble objetivo de ser una guía para el alumno pero también de poner en evidencia el *tejido fraseológico* de los textos y su densidad en el discurso. El aspecto que presentan esos textos con la aplicación de ese código pone de manifiesto el trabajo de construcción de los mismos gracias a las UF utilizadas. Del mismo modo, la eliminación de esas UF en la etapa de desconstrucción evidencia su relevancia ya que sin ellas los textos pierden su sentido por completo.

Para la presentación de este caso práctico, hemos elegido el género del *abstract* por tratarse de un texto corto, fácil de analizar, acompañado de sus palabras clave. Por su familiaridad con el presente estudio, hemos escogido uno cuya temática se relaciona con la fraseología del FLE y su didáctica. Las autoras representan para nuestros alumnos potenciales una autoridad en la materia, aspecto que debemos cuidar para que se sientan seguros con el modelo que deben seguir.

En la *fase de pre-concienciación*, una vez leído el texto en L1 (el español como lengua materna de los estudiantes), se analiza su estructura como género singular dentro del DC, su temática y el *tejido fraseológico* de la misma y se procede a extraer las UF clasificándolas en las 3 categorías ya mencionadas gracias al código color: argumentadores, conectores y modalizadores. De las 30 UF extraídas, se computan 24 argumentadores, 6 conectores y 0 modalizadores. Dentro de los argumentadores se contabilizan 21 locuciones nominales, 3 verbales; dentro de los conectores, hay 2 prepositivas y 4 adverbiales. El análisis de este tejido nos lleva a observar, por una parte, la preponderancia de las locuciones nominales y, por otra, la ausencia total de modalizadores, lo que no es de extrañar en este tipo de subgénero científico por las características propias del mismo. Efectivamente, un resumen debe condensar las ideas fuerza del texto de forma objetiva y ordenada. Los sustantivos, dentro de los argumentadores, llevan el peso de esas ideas y los conectores adverbiales las cohesionan, evitando sobrecargar el texto de marcadores extensos. Toda UF que contribuya a calificar, ponderar y valorar queda eliminada de este tipo de texto. Por lo tanto, el *tejido fraseológico* extraído no solo se adecúa a este subgénero sino que lo caracteriza. De las palabras clave, poco tenemos que decir en cuanto al tipo de UF empleadas, ya que por definición tienen que ser todas de tipo nominal.

La relevancia de esta primera fase consiste en todo el trabajo de concienciación previa que el estudiante va a tener que realizar sobre

numerosos aspectos: textuales, temáticos y fraseológicos. El profesor debe, por consiguiente, tener muy en cuenta esta fase y dedicarle tiempo suficiente para garantizar unas bases firmes en su alumnado. Sobre él recae la responsabilidad de hacer la presentación del código color para los 3 tipos de UF, su discriminación y funcionalidad con el fin de que el alumno pueda reconocerlos sin confusión posible en su propia lengua antes de enfrentarse con éxito a lo mismo en la L2.

En la *fase de concienciación*, el texto que se presenta es la traducción del primero en lengua francesa. Los pasos a seguir son los mismos: lectura, análisis de la estructura del texto y de su temática, estudio de su *tejido fraseológico* seguido de su extracción mediante el mismo código color para su clasificación en las 3 categorías. El resultado obtenido consiste en un total de 28 UF, repartidas en 21 argumentadores, 7 conectores y 0 modalizadores. Los argumentadores se dividen en 19 locuciones nominales, 2 verbales; los conectores, en 2 prepositivas, 4 adverbiales y 1 conjuntiva. El análisis de estos resultados nos lleva a las mismas observaciones en L2 que en L1 (primacía de las locuciones nominales y ausencia total de modificadores), motivadas por idénticas razones.

El interés de esta etapa reside en el hecho de que el alumnado ya está en situación de prever lo que va a encontrar en el texto nuevo. Entre sus estrategias de acercamiento a ese nuevo texto se encuentra la medida de validar/invalidar lo visto en el texto anterior de la L1 y esto le ayuda a reconocer mejor el *tejido fraseológico* en la L2. El profesor, por su parte, debe dejar que ese procedimiento se ponga en marcha solo, atento solamente a corregir las desviaciones que puedan surgir.

En la *fase de acomodación*, se empieza con el texto en L1, eliminando su *tejido fraseológico*. El proceso de desconstrucción que se emprende de este modo requiere del alumno el esfuerzo de recordar qué unidades, de las vistas en la *fase de pre-concienciación*, son las que debe suprimir. Conforme las va extrayendo, las debe clasificar según el código

color anterior. El manejo de ese código le será útil en el momento de la reconstrucción del texto, cuando deba rellenar los huecos del mismo señalados con unas cruces que llevan el color correspondiente al tipo de unidad que debe utilizarse. En ese instante solo deberá elegir qué unidad de las del mismo color puede ir en cada hueco, siguiendo criterios de pertinencia semántica y formal. Antes de aplicar el mismo proceder con el texto en L2, se introduce un ejercicio de búsqueda de correspondencias fraseográficas de las UF españolas en francés. De ese modo, el alumno inicia un trabajo de traducción que le será de ayuda cuando se acerque al texto en L2. Una vez frente a ese texto, procederá del mismo modo que para el texto en L1: desconstrucción, eliminando del texto las UF francesas y ordenándolas según el código color y reconstrucción del texto rellenando los huecos señalados mediante el código color con la UF apropiada. El hecho de haber buscado las correspondencias fraseográficas en francés en el momento de transición entre los dos textos y de usar el código color facilitará la tarea de reutilización de las UF en la L2.

El utilidad de esta fase consiste no solo en la práctica de desconstrucción y reconstrucción de los textos sino en las actividades que se pueden desarrollar al margen, como la que citamos sobre la búsqueda de correspondencias fraseográficas. Estas actividades pueden ser de otra naturaleza (asociogramas, cartas mentales, listas según las estructuras sintácticas o en campos léxicos y/o semánticos, etc., como ya mencionamos) y pueden introducirse no solo en medio de la transición de un texto a otro, sino al final de la reformulación de los dos, a modo de recapitulación con el fin de que el alumno practique y fije en su lexicón mental las UF de ambos textos.

En la *fase de apropiación* proponemos poner los dos textos en paralelo y hacer un estudio comparativo de ambos. En este caso, no se trata de textos de autoría diferente entre estudiantes y nativos, susceptibles de presentar una serie de errores que se podrían analizar. Aquí, al contrario,

resultará interesante establecer las equivalencias de traducción entre las UF, analizar si son de la misma categoría en ambas lenguas, si las UF francesas se asemejan a las correspondencias fraseográficas encontradas previamente, qué técnica de traducción se ha empleado para traducirlas. En este caso en concreto, se puede comprobar, por ejemplo, que ambos textos carecen de UF modalizadores; coinciden también en tener 2 locuciones prepositivas. Más allá de las categorías comunes, cabe indicar la presencia en ambas lenguas de una UF con doble categoría: *ser objeto de estudio - faire l'objet d'étude* (FR), siendo *objeto de estudio - objet d'étude* una locución nominal empleada dentro de una locución verbal. Lo mismo ocurre con la UF española *tomar como objeto de estudio*, –omitida su traducción en el texto francés–, que tiene a la vez la locución verbal *tomar como objeto de* y la locución nominal *objeto de estudio*. En ambas lenguas hay también UF elípticas como en el caso de *diccionarios de uso y (diccionarios de) aprendizaje y lexicología léxica y (lexicología) combinatoria* (ES) – *dictionnaires d'usage et (dictionnaires) d'apprentissage y lexicologie lexicale et (lexicologie) combinatoire* (FR). En el resto de las UF el número varía en sus categorías comunes; incluso en francés hay 1 categoría más dentro de los marcadores, la de locución conjuntiva (*en ce qui concerne*). En total el número de UF en español y en francés difiere ligeramente: en francés (28 UF) y en español (30). Este hecho puede interpretarse a la luz del cómputo global de palabras que tiene cada texto: 155 para el resumen en español, frente a 136 en el resumen en francés. Otras diferencias que presenta el texto francés es el recurso a las siglas (que consideramos UF<sup>4</sup>), como la UF “TAL”, mientras en español se utiliza la denominación completa (*tratamiento automática de las lenguas*). En cuanto a las equivalencias de traducción, cabe señalar que no todas las UF españolas han sido traducidas por UF en francés, y al revés. Así en el texto español *el presente artículo* carece de traducción fraseológica (“cet article”, en el texto francés), el adjetivo *presente* haciendo en español la función del deíctico “ce”. En cambio en el texto francés aparecen UF

---

<sup>4</sup> Ver González-Rey (2012).

que corresponden a palabras simples en español (*processus de réflexion* (FR) – “reflexión” (ES)) o a combinaciones libres de palabras (*pratique enseignante* (FR) – “práctica como docentes” (ES)). Algunas UF del texto francés ni siquiera tienen términos fuente en el texto español: es el caso de la locución conjuntiva ya mencionada *en ce qui concerne* y de la locución nominativa *besoins des apprenants*, ya lexicalizada en la terminología de la didáctica de las lenguas como lo demuestran los más de 700.000 registros de esa expresión en Google. Como último apunte sobre las técnicas de traducción, importa señalar que no siempre se traduce una UF del texto fuente en el mismo lugar de la frase del texto de destino. Es el caso de la locución *locuciones fuertes*, situada en la última posición del 2º párrafo en el texto español, sin referencia alguna a esa UF en el texto francés en esa misma situación. Sin embargo, sí la recupera en la primera frase del tercer párrafo con la locución francesa *locutions fortes*. En esa posición, esa locución corresponde en el texto español a la doble UF imbricada tipo de + *entidades léxicas* precedida del deíctico “este” en referencia a la locución anterior *locuciones fuertes*. Este tipo de dislocación entre UF equivalentes resulta ser una técnica más de traducción que demuestra que la traducción en fraseología es algo flexible y dinámico y no un sistema rígido de concordancias entre unidades del mismo tipo.

Todas estas observaciones, derivadas del estudio contrastivo de ambos textos, permiten al alumno apropiarse de las UF de la lengua que estudia y lo prepara para realizar su propia producción escrita al disponer de una plantilla que le puede ayudar a dar el paso a la forma libre.

## CONCLUSIONES

Presentar el lenguaje científico desde la fraseodidáctica del francés permite, en la enseñanza-aprendizaje de las lenguas, maternas o extranjeras, enfocar directamente los elementos lingüísticos fundamentales que estructuran los tipos de textos vinculados al

discurso científico a través de un *tejido fraseológico* basado en la noción de correlación en la elaboración de los discursos. Esta noción consiste no solo en la relación de interdependencia que existe entre los componentes internos de las propias unidades fraseológicas, entendidas como secuencias de palabras de índole léxico-sintáctica más o menos lexicalizadas, sino también en la atracción que esos componentes ejercen sobre el resto de la lengua cuando se actualizan en el discurso.

El enfoque aplicado de este estudio responde a la intención de dar a los alumnos una preparación en lengua francesa que conecte a la vez con un fin útil inmediato en su recorrido formativo, el de saber construir un discurso académico (DA) sólido que les sirva en la preparación de sus trabajos universitarios (FFU). Por otra parte, gracias al dominio del *tejido fraseológico científico* (TFC), se busca en convertirlos en futuros investigadores dotados de un manejo correcto del discurso científico (DC).

Con este doble propósito, el presente trabajo sirvió para presentar, por una parte, una tipología de los elementos que componen el TFC, basada en 3 categorías (argumentadores, conectores y modalizadores) y ofrecer un modelo pedagógico para la didáctica de ese *tejido fraseológico* en FFU, estructurado en 4 pasos: 1) *pre-concienciación* de las UF en la L1; 2) *concienciación* de las UF correspondientes en la L2; 3) *acomodación* de las mismas y 4) *apropiación*. La aplicación de ese modelo en un caso práctico a partir de un tipo de texto concreto, el resumen de un artículo científico (*abstract*), permitió ilustrar el desarrollo de cada etapa. Las observaciones realizadas en cada caso son de provecho tanto desde un punto de vista fraseodidáctico como fraseotraductológico, puesto que el estudio contrastivo final saca a la luz varias consideraciones técnicas de gran utilidad.

En definitiva, tanto la tipología como el modelo pedagógico aquí presentados pretenden mostrar que es posible enseñar el *tejido fraseológico* de un género textual. Con estas propuestas se quiso poner

de manifiesto que, si bien es cierto que el *tejido fraseológico* caracteriza un género textual, como es el caso del discurso académico o científico, ese género también requiere de un *tejido fraseológico* particular. Por lo tanto, la didáctica de la fraseología de cualquier tipo de texto tiene que tener en cuenta esta relación bilateral entre tejido y género a la hora de ofrecer unas pautas útiles y eficaces.

## REFERÈNCIES

CATALÀ, D., MELLADO, M. Les expressions figées dans l'enseignement/apprentissage du français, **Actes, V Congrès Internacional sobre llengües per a finalitats específiques**, ICE Universitat de Barcelona, 2002, p. 86-90.

CAVALLA, C. Propositions didactiques pour l'enseignement d'éléments phraséologiques en FLE, Colloque international ReFLEt - **Enseigner les structures langagières en FLE**, 20-22/03/2008. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 2008.

[http://tmaes.noip.org/ME/index.php?option=com\\_content&task=view&id=76&Itemid=77](http://tmaes.noip.org/ME/index.php?option=com_content&task=view&id=76&Itemid=77). Consultado el 12.jan.2018.

CHANFRAULT-DUCHET, M.-F. Vers une approche syntagmatique du lexique en didactique du français, en CALAQUE, E. *et al.* (eds.): **Didactique du lexique. Contextes, démarches, supports**. Bruxelles: de Boeck, 2004, p. 103-114.

CROFT, W. **Radical Construction Grammar: Syntactic Theory in Typological Perspective**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

ETTINGER, S. Alcances e límites da fraseodidáctica. Dez perguntas clave sobre o estado actual da investigación, **Cadernos de Fraseoloxía Galega**, 10, p. 95-127, 2008.

FILLMORE, C. The Case for Case, en BACH, E. & HARMS, R. T. (dir.), **Universals in Linguistic Theory**. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1968, p. 1-88.

FIRTH, J. **Papers in Linguistics 1943-1951**. London: Oxford University Press, 1957.

GOLDBERG, A. **Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure**. Chicago, Londres: The University of Chicago Press, 1995.

GONZÁLEZ-REY, M. I. L'espace réservé à la phraséologie dans la didactique du F. L. E, en SIRVENT RAMOS, A., ARRAEZ, J. L. et al. (eds.). **Espacio y Texto en la cultura francesa. Espace et Texte dans la culture française**, T. III. Alicante: Universidad de Alicante, 2006a, p. 1421-1439.

GONZÁLEZ-REY, M. I. A fraseodidáctica e o Marco europeo común de referencia para as línguas. **Cadernos de Fraseoloxía Galega**. 8, p. 123-145, 2006b.

GONZÁLEZ-REY, M. I. **La didactique du français idiomatique**. Fernelmont: E. M. E., 2007.

GONZÁLEZ-REY, M. I. Le Sigle: mot simple ou mot construit. Une approche phraséologique à la siglaison, en Xavier Blanco, Sandrina Fuentes e Salah Mejri (éds), **Les locutions nominales en langue générale**. Bellaterra: Servei de Publicacions de l'Universitat Autònoma de Barcelona, 2012, p. 125-142.

GONZÁLEZ-REY, M. I. Application d'un double parcours acquisitionnel et didactique à la phraséodidactique du FLE, en MOGORRÓN HUERTA, P. & NAVARRO DOMÍNGUEZ, F. (eds.): **Fraseología, Didáctica y Traducción**. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2015a, p. 199-226.

GONZÁLEZ-REY, M. I. **Phraseology, Phraseodidactics and Grammar of Constructions, número especial de Journal of Social Sciences** 11 (3) 2015b. Disponível em: <http://thescipub.com/journals/jss/psi>

GONZÁLEZ-REY, M. I. Une approche analogique à la compétence phraséologique : une double compétence, intégrale et intégrée, en MONNERET, P., PAMIES, A. & MEJRI, S. (eds): **Analogie, Figement et polysémie**, Special Issue de *Language Design*, 2016a, p. 165-188.

GONZÁLEZ-REY, M. I. Quels rapports entre Grammaire des Constructions et Phraséologie en Didactique des Langues Vivantes? **Cahiers de Lexicologie**, 108, p. 147-160, 2016b.

GONZÁLEZ-REY, M. I. Competencia fraseológica y modelo pedagógico: el caso del método PHRASÉOTEXT, en MOGORRÓN HUERTA, P. & ALBALADEJO, J. A. (eds.), **Fraseología, Diatopía y Traducción/ Phraseology, Diatopic Variation and Translation**. Amsterdam: John Benjamins, 2018, p. 186-219.

GRIES, S. T. Phraseology and Linguistic Theory: A Brief Survey, en GRANGER, S. & MEUNIER, F. (dirs.): **Phraseology: An Interdisciplinary Perspective**. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2008, p. 3-25.

GRIES S. Th. & WULF, S. Do Foreign Language Learners also have Constructions? Evidence from Priming, Sorting and Corpora, **Annual Review of Cognitive Linguistics** 3, p. 182-200, 2005.

GROSS, M. Les phrases figées en français, **L'information grammaticale** 59, p. 36-41, 1993.

HALLIDAY, M. Lexis as a linguistic level, en C. BAZELL, C., CATFORD, J., HALLIDAY, M. & ROBINS, R. (eds.): **In memory of J.R. Firth**. London: Longman, 1966, p. 148-162.

HOLMES, R. Construction Grammars: Towards a Pedagogical Model, **AILA Review** 23, p. 115-133, 2010.

LANGACKER, R. W. **Foundations of Cognitive Grammar: Theoretical Prerequisites**. Stanford: Stanford University Press, 1987.

LEGALLOIS, D. La grammaire d'une langue peut-elle s'apprendre à partir de ses unités phraséologiques?, en GONZÁLEZ-REY, M. I. (dir.): **Outils et méthodes d'apprentissage en phraséodidactique**. Cortil-Wodon: Inter-Communications & EME, 2014.

LEGALLOIS, D. & TUTIN, A. Présentation: Vers une extension du domaine de la phraséologie, **Langages** 189/1, p. 3-25, 2013.

LOSADA ALDREY, M. C. **El español idiomático da juego**. Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións, USC Editora, Universidad de Santiago de Compostela, 2013.

MARTÍ SÁNCHEZ, M. ¿Qué es la competencia fraseológica? Preguntas y alguna respuesta, 2015. Disponible en línea

[http://www.researchgate.net/publication/273948530\\_Que\\_es\\_la\\_competencia\\_fraseologica\\_Preguntas\\_y\\_alguna\\_respuesta?enrichId=rgreq-696ee-11a-ad6a-41c6802b69a4ad20187b&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzI3M-zk0ODUzMDtBUzoyMTA0NTE1NTcyOTQwODVAMTQyNzE4Njk2OT-M5OA%3D%3D&el=1\\_x\\_2](http://www.researchgate.net/publication/273948530_Que_es_la_competencia_fraseologica_Preguntas_y_alguna_respuesta?enrichId=rgreq-696ee-11a-ad6a-41c6802b69a4ad20187b&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzI3M-zk0ODUzMDtBUzoyMTA0NTE1NTcyOTQwODVAMTQyNzE4Njk2OT-M5OA%3D%3D&el=1_x_2). Última consulta 06 jan.2018.

NÚÑEZ-ROMAN, F. Enseñar fraseología: consideraciones sobre la fraseodidáctica del español. **Didáctica. Lengua y Literatura** 27, p. 153-166, 2015.

PECMAN, M. Les apports possibles de la phraséologie à la didactique des langues étrangères, **Alsic** 8, 109-122, 2005. Disponible en línea <https://doi.org/10.4000/alsic.334>. Última consulta 10 jan.2018.

PENADÉS MARTÍNEZ, I. La enseñanza de la fraseología vinculada a los contenidos de los manuales de FLE, en P. MOGORRÓN HUERTA y F. NAVARRO DOMÍNGUEZ. **Fraseología, Didáctica y Traducción**. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2015, p. 241-260.

SINCLAIR, J. **Corpus, Concordance, Collocation**. Oxford: Oxford University Press, 1991.

STEFANOWITSCH, A. & GRIES, S. Th. Collostructions: Investigating the interaction of words and constructions. **International Journal of Corpus Linguistics** 8/2, p. 209-243, 2003.

SULKOWSKA, M. **De la phraséologie à la phraséodidactique. Études théoriques et pratiques**. Katowice: Wydawnictwo Uniwersytetu Śląskiego, 2013.

TRAN, T. T.; TUTIN, A. & CAVALLA, C. Typologie des séquences lexicalisées à fonction discursive dans la perspective de la rédaction scientifique, **Cahiers de Lexicologie** 1, p.161-179, 2016.

# ANEXOS

<b>D) ETAPA DE PRE-CONCIENCIACIÓN</b>
<i>Çédille, revista de estudios franceses</i> , 13 (2017), 159-172
<i>La phraséologie en classe de FLE: structure interne du sens lexical et emploi des locutions</i> Angels Catena & Anna Corral <i>Universidad Autónoma de Barcelona</i>
<b>Resumen</b> El desarrollo de la lingüística de corpus y de las herramientas para el tratamiento automático de las lenguas durante las dos últimas décadas han permitido, por una parte, poner de relieve la importancia de la fraseología en todas las formas de discurso y, por otra, hacer evolucionar los programas necesarios para la modelización del léxico. En este contexto, las unidades lexicales multilexémicas han sido el objeto de numerosos estudios en el marco de la didáctica de las lenguas y, en particular, en el de las lenguas extranjeras. El presente artículo se propone continuar esta reflexión a partir de nuestra práctica como docentes de FLE en la Universidad Autónoma de Barcelona tomando como objeto de estudio las locuciones fuertes (MEL'ČUK, 2008). Nuestro objetivo es analizar las definiciones propuestas en los diccionarios de uso y aprendizaje del FLE para este tipo de entidades léxicas y proponer nuevas descripciones lexicográficas que puedan revelarse más eficaces para nuestros estudiantes.
<b>Palabras clave:</b> Locuciones. Etiquetas semánticas. Lexicología explicativa y combinatoria. Lexicografía pedagógica.
<b>Resumen</b> El desarrollo de la lingüística de corpus y de las herramientas para el tratamiento automático de las lenguas durante las dos últimas décadas han permitido, por una parte, poner de relieve la importancia de la fraseología en todas las formas de discurso y, por otra, hacer evolucionar los programas necesarios para la modelización del léxico. En este contexto, las unidades lexicales multilexémicas han sido el <u>objeto de numerosos estudios</u> en el marco de la didáctica de las lenguas y, en particular, en el de las lenguas extranjeras. El presente artículo se propone continuar esta reflexión a partir de nuestra práctica como docentes de FLE en la Universidad Autónoma de Barcelona tomando como <u>objeto de estudio</u> las locuciones fuertes (MEL'ČUK, 2008). Nuestro objetivo es analizar las definiciones propuestas en los diccionarios de uso y aprendizaje del FLE para este tipo de entidades léxicas y proponer nuevas descripciones lexicográficas que puedan revelarse más eficaces para nuestros estudiantes.
<b>Palabras clave:</b> Locuciones. Etiquetas semánticas. Lexicología explicativa y <u>combinatoria</u> . Lexicografía pedagógica.
<b>ARGUMENTADORES</b> 21 loc. nominales 3 loc. Verbales
<b>CONECTORES</b> 2 loc. Prepositivas 4 loc. Adverbiales
<b>MODALIZADORES:</b> NO HAY

## II) ETAPA DE CONCIENCIACIÓN

*Çédille, revista de estudios franceses*, 13 (2017), 159-172

*La phraséologie en classe de FLE: structure interne du sens lexical et emploi des locutions*

Àngels Catena & Anna Corral  
*Universitat Autònoma de Barcelona*

### Résumé

Le développement de la linguistique de corpus et des outils pour le TAL dans les deux dernières décennies a permis, d'une part, de mettre en lumière l'importance de la phraséologie dans toutes les formes de discours et d'autre part, de faire évoluer les outils nécessaires pour la modalisation du lexique. Dans ce contexte, les unités lexicales multilexémiques ont fait l'objet de nombreuses études dans le domaine de l'enseignement-apprentissage des langues et, plus particulièrement, en ce qui concerne les langues étrangères. Cet article se veut une contribution à ce processus de réflexion à partir de notre pratique enseignante à l'Université Autonome de Barcelone. Notre objectif est d'analyser les définitions proposées pour deux locutions fortes (MEL'ČUK, 2008) dans les dictionnaires d'usage et d'apprentissage du FLE et de proposer de nouvelles descriptions lexicographiques mieux adaptées aux besoins des apprenants.

**Mots clés:** Locutions. Étiquettes sémantiques. Lexicologie explicative et combinatoire. Lexicographie pédagogique.

### Résumé

Le développement de la linguistique de corpus et des outils pour le TAL dans les deux dernières décennies a permis, d'une part, de mettre en lumière l'importance de la phraséologie dans toutes les formes de discours et d'autre part, de faire évoluer les outils nécessaires pour la modalisation du lexique. Dans ce contexte, les unités lexicales multilexémiques ont fait l'objet de nombreuses études dans le domaine de l'enseignement-apprentissage des langues et, plus particulièrement, en ce qui concerne les langues étrangères. Cet article se veut une contribution à ce processus de réflexion à partir de notre pratique enseignante à l'Université Autonome de Barcelone. Notre objectif est d'analyser les définitions proposées pour deux locutions fortes (Mel'čuk, 2008) dans les dictionnaires d'usage et d'apprentissage du FLE et de proposer de nouvelles descriptions lexicographiques mieux adaptées aux besoins des apprenants.

**Mots clés :** Locutions. Étiquettes sémantiques. Lexicologie explicative et combinatoire. Lexicographie pédagogique.

### ARGUMENTADORES

19 loc. nominales

2 loc. Verbales

### CONECTORES

2 loc. Prepositivas

4 loc adverbiales

1 loc. Conjonctive

**MODALIZADORES:** NO HAY



<b>III) ETAPA DE ACOMODACIÓN (2)</b>	
<i>Çédille, revista de estudios franceses</i> , 13 (2017), 159-172	Angels Catena & Anna Corral
<b><i>La phraséologie en classe de FLE: structure interne du sens lexical et emploi des locutions</i></b>	
Àngels Catena & Anna Corral <i>Universitat Autònoma de Barcelona</i>	
<b>FASE DE DESCONSTRUCCIÓN</b>	
<b>Résumé</b>	
<p>Le développement de ..... et des outils pour ..... dans les deux dernières décennies a permis, ....., de ..... l'importance de la phraséologie dans toutes ..... et ..... de faire évoluer les outils ..... la modalisation du lexique. .... nombreuses ..... et, ....., en ce qui .....</p> <p>Cet article se veut une contribution à ce processus de réflexion ..... notre ..... à ..... Notre objectif est d'analyser les définitions proposées pour deux ..... (MEL'ČUK, 2008) dans ..... et ..... du ..... et de proposer de nouvelles ..... mieux adaptées aux .....</p>	
<b>Mots clés:</b> Locutions. .... et .....	
<b>FASE DE RECONSTRUCCIÓN</b>	
<b>Résumé</b>	
<p>Le développement de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX et des outils pour XXXX dans les deux dernières décennies a permis, XXXXXX, de XXXXXXXX l'importance de la phraséologie dans toutes XXXXXXXXXXXXX et XXXXXX, de faire évoluer les outils nécessaires pour la modalisation du lexique. XXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXX nombreuses XXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX et, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX. Cet article se veut une contribution à ce XXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXX notre XXXXXXXXXXXXXXXX à XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX. Notre objectif est d'analyser les définitions proposées pour deux XXXXXXXXXXXXX (MEL'ČUK, 2008) dans XXXXXXXXXXXXXXXX et XXXXXXXXXXXXXXXX du XXX et de proposer de nouvelles XXXXXXXXXXXXXXXX mieux adaptées aux XXXXXXXXXXXXXXXX.</p>	
<b>Mots clés:</b> Locutions. XXXXXXXXXXXXXXXX. XXXXXXXXXXXXXXXX et XXXXXXXXXXXXXXXX. XXXXXXXXXXXXXXXX.	

#### IV) FASE DE APROPIACIÓN

*Çédille, revista de estudios franceses*, 13 (2017), 159-172

##### *La phraséologie en classe de FLE : structure interne du sens lexical et emploi des locutions*

Àngels Catena & Anna Corral  
*Universidad Autónoma de Barcelona*

#### Resumen

El desarrollo de la lingüística de corpus y de las herramientas para el tratamiento automático de las lenguas durante las dos últimas décadas han permitido, por una parte, poner de relieve la importancia de la fraseología en todas las formas de discurso y, por otra, hacer evolucionar los programas necesarios para la modelización del léxico.

En este contexto, las unidades lexicales multilexémicas han sido el objeto de numerosos estudios en el marco de la didáctica de las lenguas y, en particular, en el de las lenguas extranjeras. El presente artículo se propone continuar esta reflexión a partir de nuestra práctica como docentes de FLE en la Universidad Autónoma de Barcelona tomando como objeto de estudio las locuciones fuertes (MEL'ČUK, 2008).

Nuestro objetivo es analizar las definiciones propuestas en los diccionarios de uso y aprendizaje del FLE para este tipo de entidades léxicas y proponer nuevas descripciones lexicográficas que puedan revelarse más eficaces para nuestros estudiantes.

**Palabras clave:** Locuciones. Etiquetas semánticas. Lexicología explicativa y combinatoria. Lexicografía pedagógica.

#### Résumé

Le développement de la linguistique de corpus et des outils pour le TAL dans les deux dernières décennies a permis, d'une part, de mettre en lumière l'importance de la phraséologie dans toutes les formes de discours et d'autre part, de faire évoluer les outils nécessaires pour la modalisation du lexique.

Dans ce contexte, les unités lexicales multilexémiques ont fait l'objet de nombreuses études dans le domaine de l'enseignement-apprentissage des langues et, plus particulièrement, en ce qui concerne les langues étrangères. Cet article se veut une contribution à ce processus de réflexion à partir de notre pratique enseignante à l'Université Autonome de Barcelone.

Notre objectif est d'analyser les définitions proposées pour deux locutions fortes (MEL'ČUK, 2008) dans les dictionnaires d'usage et d'apprentissage du FLE et de proposer de nouvelles descriptions lexicographiques mieux adaptées aux besoins des apprenants.

**Mots clés:** Étiquettes sémantiques. Lexicologie explicative et combinatorie. Lexicographie pédagogique.

# TOPONÍMIA DE TRADIÇÃO ORAL: ALGUMAS NOTAS<sup>1</sup>

*Matteo Rivoira*

## INTRODUÇÃO

**N**a Itália, os estudos toponímicos se desenvolveram graças às contribuições de autores como Giovanni Flechia, Graziadio Isaia Ascoli e Silvio Pieri paralelamente ao desenvolvimento da Linguística, caracterizada por uma base científica, de acordo com os cânones comparativos amadurecidos durante o século XIX. Dentre os primeiros trabalhos, deve-se assinalar, em particular, o de Flechia (1871), que estudou os sufixos *-ago*, *-engo*, *-asco* e *-ate* na toponímia da Itália setentrional, observando sua distribuição no espaço e trazendo importantes considerações sobre o povoamento daquela área. A análise foi muito bem avaliada por Ascoli, o pai da Dialetoologia italiana e autor de um estudo (ASCOLI, 1895 [1891]), no qual ele defendia a criação de um dicionário dos nomes de lugares italianos. Pouco tempo depois, o trabalho de Pieri (1898), cujo recorte monográfico se refere a uma área circunscrita e à classificação segundo o significado dos apelativos que o constitui, veio a se tornar modelo a sucessivos estudos análogos.

O escopo da “nova” ciência toponomástica é o de reconstruir o significado dos nomes que se perderam. Tal objetivo foi reafirmado um século depois, nas obras de cunho manualístico de importantes estudio-

---

<sup>1</sup> Texto traduzido para o português por Maryelle Joelma Cordeiro

sos, como Albert Dauzat (1960)<sup>2</sup> e Giovan Battista Pellegrini (1990)<sup>3</sup>. Trata-se de um aporte que encontra sua justificativa, por um lado na constatação de que na maior parte dos casos considerados, os nomes de lugar são desprovidos de significado, a tal ponto que Dauzat (1960, p. 13) chega a sustentar que «les noms de lieux sont stérilisés très vite, vides de leur signification première: leur vie sémantique s'arrête dès leur formation». Por outro lado, há um pensamento bem mais antigo como o defendido por Leibniz (1710, p 1) «omnia nomina quae vocamus propria, aliquando appellativa fuisse»<sup>4</sup>. O estudo diz respeito, portanto, à história desses nomes comuns (ou, mais genericamente, apelativos), que se fixaram no uso - e na documentação escrita - em referência a um lugar, tornando-se opacos com o tempo devido a uma mudança cultural que determinou a sua obsolescência, ou a substituição da língua usada pela comunidade que os havia fixado<sup>5</sup>. A concepção do topônimo como uma mera etiqueta para indicar um lugar é feita, nesse sentido, para ser enquadrada na concepção do nome próprio de grande parte da Linguística e da Filosofia da Linguagem do século XX, que o considerava como um elemento substancialmente extrassistêmico.

## 1. A TOPONÍMIA DE TRADIÇÃO ORAL

Se, todavia, considerarmos o conjunto das denominações de lugares realmente empregadas por uma comunidade em suas interações

---

<sup>2</sup> Para o estudioso francês, o escopo principal, ainda que não seja o único, é aquele de “encontrar a forma primitiva dos nomes de lugar, sua etimologia, seu sentido original” (DAUZAT, 1960, p. 36).

<sup>3</sup> O dever institucional da Toponomástica é, sobretudo, estudar os nomes locais na sua origem e na sua história e indagar sobre a nomenclatura dos objetos (PELLEGRINI, 1990, p. 4).

<sup>4</sup> Tradução nossa: “Os nomes próprios de coisas podem ter sido, em algum momento, apelativos”.

<sup>5</sup> Uma substituição em sentido lato se tem também quando o topônimo é registrado em forma escrita variamente, adaptando-o às regras de um código linguístico diferente (por exemplo, latinizando ou italianizando termos dialetais) ver a seguir.

linguísticas, percebemos que, ao lado de nomes que respeitam essas características, meras etiquetas que indicam um lugar sem mais nenhum significado, há um número indubitavelmente maior que, apesar de “funcionar” da mesma forma com a identificação de uma porção de espaço, apresentam características muito mais articuladas. Trata-se de nomes em sua maioria transparentes, cuja motivação ainda é conhecida ou transmitida e cuja exclusividade relacional com o referente indicado é frequentemente veiculada por meio de referências contextuais implícitas (pense, por exemplo, em casos como a *Escola*, em referência ao único edifício escolar ou o principal de uma comunidade) ou explícitos (é o caso de a *Escola de Luserna Alta*, em que *Luserna Alta* é o nome não oficial de uma parte do território do município de Luserna San Giovanni, na província de Turim)<sup>6</sup>. Tais características assumem um valor estruturante no contexto de comunidades dialetófonas, tradicionalmente com “oralidade prevalente”, onde os nomes verdadeiramente em uso são registrados em documentos escritos de forma ínfima e, sobretudo, não na variedade linguística oral utilizada<sup>7</sup>.

Essas constatações, ainda que banais, permitem identificar possíveis maneiras de superar alguns limites da pesquisa toponímica tradicional, ligadas a uma dupla “restrição” de perspectiva não de todo justificado. Antes de tudo, objeto de estudo da abordagem histórico-reconstrutiva

---

<sup>6</sup> Trata-se de um exemplo talvez excessivamente simplificado, cujo objetivo é só aquele de ilustrar o funcionamento do sistema. Para reflexões mais aprofundadas, é possível encontrar exemplos em Marrapodi (2008).

<sup>7</sup> Como é sabido, na Itália, a única língua usada nos documentos escritos em âmbito administrativo foi por longo tempo o latim. Com o abandono definitivo da língua, por volta do século XVI-XVII, passou-se geralmente ao vulgar na forma toscana, sob a qual se funda o italiano (ou pelo menos uma língua na qual esse modelo se inspirava), salvo casos isolados em áreas de minoria linguística. Até a segunda metade do século XX, também, pode-se dizer que o italiano tenha vivido com os dialetos locais, também descendentes do latim em um regime de rígida diglossia e só sucessivamente se difundiu como língua coloquial. Para um enquadramento da realidade dialetal italiana, faz-se referência a Grassi, Sobrero, Telmon (2006) e Berruto (2012).

são basicamente apenas os nomes de lugares documentados pela escrita. A proeminência atribuída às formas documentais se justifica, obviamente, numa perspectiva filológica: as atestações quanto mais antigas, necessariamente escritas, poderão dar maiores garantias de uma correta interpretação para os nomes de significado obscuro (ou para aqueles que foram submetidos a processos de remotivação paraetimológica), como no caso de grandes cidades como Turim em que por meio de formas como a romana *Augusta Taurinorum*, podemos hipotetizar que por trás do nome da atual cidade esteja aquele dos Taurinos, uma antiga população pré-romana. Esses nomes, todavia, não serão apenas traços isolados que emergem do silêncio: nenhum sistema pode prever o que esses nomes guardam e os modelos culturais de nomeação permanecem, em grande parte, obscuros.

A segunda “restrição” diz respeito ao fato de que o manifesto de estudos, assim delineado, se funda na compreensão do dado toponímico amadurecida no mundo europeu norte ocidental, em que o peso da escrita e do aparato documental da administração tem efetivamente há muito tempo um papel preponderante.<sup>8</sup> Não surpreende, portanto, que as ideias mais interessantes para um alargamento das perspectivas nos estudos onomásticos provenham do âmbito antropológico mais aberto a realidades não-européias e, em particular, das reflexões de Claude Lévi-Strauss (1962), segundo o qual “les noms propre forment [...] la frange d’un système de classification”.<sup>9</sup>

Se então é possível conceber o conjunto dos nomes próprios de uma determinada comunidade, sejam eles antropônimos ou topônimos, como um sistema de classificação, torna-se fundamental identificar as fontes e os métodos mais apropriados para tentar descrevê-los e

---

<sup>8</sup> Sobre este aspecto em particular, ver as críticas formuladas por Prosdocimi (1989) e, sobretudo, por Caprini (2001).

<sup>9</sup> Tradução nossa: “Os nomes próprios formam a trama de um sistema de classificação”.

compreender o seu significado, enquanto um conjunto de relações articulado. Os repertórios deduzidos das cartas - documentos de vários arquivos, escrituras notariais etc. - só servirão em parte ao escopo, seja porque, como dito, sua transmissão seletiva fez com que se tornassem isolados do sistema originário, seja porque são o resultado ambíguo de um conflito entre uma cultura “dominante” e uma “subalterna”. Dessa maneira, a primeira se manifesta por meio de uma linguagem codificada, única opção para usos escritos de valor oficial, enquanto a segunda, em que o sistema toponímico se desenvolveu, exprime-se por meio de códigos sociolinguisticamente mais fracos, que em geral tem seu uso escrito limitado. Os nomes documentados em mapas antigos representam, portanto, precisos testemunhos do passado, mas são também o fruto de uma transposição de um sistema para outro, segundo modalidades que, em parte, permanecem desconhecidas (ou que serão dificilmente reconstruídas, a partir de critérios de seleção) e com um grau de distorção que será impossível descrever completamente, quando não serão o resultado de uma construção “de maneira abstrata” conforme esquemas alheios à formação de nomes de lugares.

## **1.1 A documentação da toponímia de tradição oral**

A única maneira para tentar acessar o saber toponímico em uso na vida cotidiana de uma comunidade e compreender o seu valor semiótico complexo é, portanto, a realização de trabalho de campo, conduzido seguindo uma metodologia voltada a colher o ponto de vista da própria comunidade e a documentar o “sistema” em seu funcionamento. Os geógrafos italianos do início do século XX promoveram, na verdade, coletas no campo do “léxico geográfico”, seguindo um apelo deixado por Cesare Battisti (1899), que preconizava uma coleta sistemática dos apelativos em uso local com o objetivo principal de compreender melhor os fenômenos físicos ou ligados à geografia humana (além de enrique-

cer o léxico geográfico da língua italiana, ainda pobre em terminologia técnico-científica). No entanto, de tais coletas restam listas notáveis de palavras úteis para compreender o conteúdo semântico dos nomes dos lugares, mas não o funcionamento do sistema comunicativo.<sup>10</sup> Nem mesmo as investigações conduzidas para a realização do Mapa Italiano do Instituto Geográfico Militar permitiram avançar na compreensão do fenômeno. Ademais, as interpretações mais criticadas dos nomes coletados em variedades locais por parte de cartógrafos que participaram do levantamento realizado no século XIX e as sucessivas revisões representam ainda hoje um dos melhores exemplos de como, ao mover-se com as melhores intenções, o pesquisador sem uma preparação teórico-metodológica adequada e considerável honestidade intelectual pode distorcer muito os dados. Até hoje, a base de dados toponímicos deduzida a partir dos mapas com escala de 1:25.000 pelo Instituto Geográfico Militar representa o mais vasto repertório de nomes de topônimos italianos, com mais de 728.000 denominações e, todavia, permanece de difícil aproveitamento em perspectiva linguística, em particular para aquelas áreas em que as variedades linguísticas locais são mais distantes do italiano. Em geral, uma má compreensão de algumas realidades linguísticas levou a indevidas transliterações e transformações de nomes em uso local e o uso mais ou menos sistemático para os apelativos standardizados tem favorecido a eliminação das estruturas linguísticas típicas.<sup>11</sup>

Foi apenas a partir dos anos 70 e 80 do século XX, que na Itália foram realizadas coletas sistemáticas de nomes de lugares: na Lombardia

---

<sup>10</sup> Além disso, deve ser reconhecido que, do ponto de vista teórico, a reflexão sobre o objeto de estudo é guiada pela opinião, obviamente autorizada, de Ascoli escrita por Giuseppe Ricchieri (cfr. RICCHIERI; RINELLI, 1901, p. 369) que afirma o seguinte: «As coleções de termos geográficos também podem ter alguma utilidade para o estudo dos nomes locais, mas não podem entrar e fazer parte da Toponomástica. Entre *esta* e *aquela* existe a diferença que passa entre nomes comuns e nomes próprios».

<sup>11</sup> Outras contribuições virão dos primeiros guias turísticos, particularmente em regiões alpinas, frequentemente precedidas por glossários de termos geográficos (cf. por ex. MARTELLI; VACCARONE, 1889).

com o l' *Inventario dei toponimi valtelinesi e valchiavennaschi* (ITVV); no Piemonte, com o *Atlante Toponomastico del Piemonte Montano* (ATPM); no Trentino, com o *Dizionario Toponomastico Trentino* (DTT); no Valle d'Aosta com l' *Enquête toponymique en Vallée d'Aoste*, para mencionar os projetos que deram maiores resultados.

Na verdade, ao ler os objetivos estabelecidos pelos vários projetos, surge uma elaboração teórica e metodológica relativamente contida: o objetivo é documentar o maior número de topônimos tradicionais, expressão de um conhecimento que está aparecendo menos. Substancialmente, a abordagem é aquela da primeira Dialectologia, movida por uma intenção genericamente antiquada, destinada a coletar as manifestações mais “autênticas” possíveis, sem prestar atenção excessiva ao seu real funcionamento em sincronia. O informante ideal é um homem de idade avançada, dedicado às atividades tradicionais (GHIA, 2017). O material coletado, no entanto, é indubitavelmente precioso e nos permite vislumbrar os elementos que caracterizam os sistemas toponímicos da tradição oral.

O trabalho italiano que definirá com maior clareza as possibilidades de um estudo do patrimônio toponímico oral *iuxta propria principia* é a monografia dedicada à toponímia de Orbasco, uma pequena área dos Apeninos da Ligúria, na província de Savona, obra de Giorgio Marrapodi (2006). Neste trabalho, o estudo tradicional da etimologia dos nomes próprios e dos apelativos que os compõem é acompanhado por uma análise profunda das formas e conteúdos desse sistema, considerados em conjunto com aquele, por certos aspectos paralelos, da antroponímia popular da comunidade orbasca.

Alguns dos aspectos analisados por Marrapodi (2006) têm oferecido a oportunidade para o trabalho de outros estudiosos sobre diversos repertórios toponímicos, delineando novos “percursos de leitura” dos dados.

## 2. A TOPONÍMIA COMO SISTEMA

Para tentar agora uma definição mais detalhada dos elementos que contribuem para caracterizar o repertório toponímico usado na oralidade de uma determinada comunidade - em parte já mencionado nos parágrafos anteriores - teremos como base os dados coletados pelo Atlas Toponímico do Piemonte Montano, uma das mais produtivas iniciativas de pesquisa toponímica ativas na Itália.<sup>12</sup>

### 2.2 A consistência do repertório

A primeira observação diz respeito à densidade da rede toponímica analisada: os nomes registrados por meio de pesquisas de campo são muito mais relevantes do que aqueles que podem ser encontrados nos diferentes tipos de documentos disponíveis em relação ao mesmo território. Casos de estudo, como aqueles analisados por Rivoira (2012) que consideram o repertório do pequeno município montanhês de Rorà, investigado seguindo os métodos do Atlas<sup>13</sup>, mostram como a diferença também pode ser muito importante: nesse caso específico, foram coletados 70 nomes nos mapas do Instituto Geográfico Militar<sup>14</sup> e 160 outros foram recuperados a partir da consulta de registros do século XVIII, enquanto os nomes coletados na pesquisa de campo que se estendeu de 1999 a 2003 foram 916<sup>15</sup>. Isso significa que, para uma dada comunidade, existem muitos lugares que têm relevância de algum tipo e é inevitável

---

<sup>12</sup> Para uma apresentação de fácil acesso, veja o site do projeto <[www.atpmtoponimi.it](http://www.atpmtoponimi.it)>, última consulta em dezembro de 2017.

<sup>13</sup> Cf. ATPM 23.

<sup>14</sup> Um confronto estendido a todo o banco de dados do ATPM, assim como era constituído em 2016, permitiu identificar 6.170 nomes nos mapas IGM em relação às 71.000 denominações coletadas mediante investigações de campo.

<sup>15</sup> A área do objeto de pesquisa coincide com o território municipal e se estende por 12,26 km<sup>2</sup>.

que haja um processo de seleção operado por vários motivos pelos cartógrafos (limitados a reportar no mapa somente uma transcrição do nome) e cadastradores, exclui que podem ser relevantes através das consultas de fontes documentárias habituais.

Nesse caso específico, se entrarmos detalhadamente na contagem dos nomes dos lugares, será evidenciado como os 916 nomes coletados por meio de entrevistas de campo referem-se, na realidade, a apenas 803 lugares, ou seja, 99 deles são nomeados com mais de uma variante. As variantes documentadas são substancialmente de dois tipos principais: de um lado aquelas atribuídas a variedades linguísticas diferentes, (italiano e dialeto: ex *lë Fuzine - le Fucine*)<sup>16</sup>, ou morfológicas (exemplo, de gênero: *i Moulouire, masculino plural - lë Moulouire, feminino plural*). Do outro lado denominações diferentes ligadas ao contexto comunicativo (*l'ë-Scola - l'ë-Scola 'd Rumê*) 'a escola de (Rumê)' ou difundidas em grupos sociais residentes em áreas diferentes do município (*lou Vir di Roù*) 'o gancho de cabelo dos carvalhos' - *lou Vir Aout* 'o gancho de cabelo (colocado em) alto'). A documentação da variação linguística foi favorecida neste caso pela adoção de um protocolo de pesquisa que prevê a coleta de eventuais variantes e outras denominações, mas seu escopo foi muito provavelmente subestimado em relação à realidade, uma vez que, de acordo com o sistema geral de pesquisa, a documentação das denominações dialetais era muito favorecida (pouquíssimos são, de fato, apenas os nomes em italiano). Nos lugares, em que, no entanto, a pesquisa levou sistematicamente em conta todas as denominações realmente em uso - incluindo as denominações italianas e aquelas caracterizadas, pelo menos em um nível superficial, por um estatuto de ocasionalidade - a variação é muito mais relevante e é possível identificá-la, não só em referência à mudança de língua e meio de comunicação, no contexto ou (micro) geográfico, mas também ao eixo de variação diageracional e, pelo menos

---

<sup>16</sup> Os exemplos, salvo aqueles de indicação diferente, foram extraídos da pesquisa realizada em Rorà (To), (ATPM 23).

em parte, diastrático (os dois últimos coincidem frequentemente). Isto é o que emerge, em particular, da pesquisa realizada por Alberto Ghia (2015) em Azzano, um município piemontês na província de Asti. Nesse caso, o estudioso foi capaz de documentar substancialmente diferentes repertórios entre informantes de gerações diferentes, embora pertencentes ao mesmo grupo familiar (GHIA, 2015, p. 175 e seguintes): além de nomes diferentes para os mesmos locais (com variações atribuíveis à substituição de língua, uso de material lexical diferente ou a uma pronúncia de termos dialetais não correspondentes à norma), o que emerge claramente é também o fato de que existem diferentes lugares nomeados e, portanto, a relação com o território é diferente<sup>17</sup>.

A consistência do repertório toponímico ou, melhor, sua densidade em relação à extensão do território considerado está intimamente ligada às modalidades de assentamento humano, de exploração do campo e de gestão da propriedade: no Piemonte montano é de fato difundido um modelo de assentamento baseado em vilas e aldeias de residência principal (ou permanentes por parte da população), às quais se unem um número relativamente elevado de núcleos de habitação menores e um sistema de estações de pastagens (geralmente duas, elevadas em diferentes altitudes); a propriedade é fortemente fragmentada<sup>18</sup>. Tal modelo

---

<sup>17</sup> Essas observações permitem observar, com uma luz diferente, as avaliações sobre a competência toponímica, em particular, aquelas apresentadas por Pons (2013), Cusan e Rivoira (2015b), Scala (2015) das quais surge um sistemático esgotamento dos conhecimentos toponímicos com o avançar das gerações: tais estudos de fato documentam a fragilidade da toponomástica dialetal tradicional, frequentemente relativa a lugares em parte abandonados, como ocorre em algumas zonas dos Alpes, em particular ocidentais, todavia, porque os repertórios sob os quais são conduzidos os testes de competência coletam, principalmente, senão exclusivamente, denominações dialetais tradicionais, que não nos dizem nada com relação à possibilidade de que sejam empregados novos nomes, \*não correspondentes às características requeridas na fase de coleta.

<sup>18</sup> Este é um dos fatores que determinou a impossibilidade de fazer frutificar a agricultura além de uma mera economia de subsistência hoje superada. Em tempos passados, poder dispor de terrenos colocados em níveis diferentes também revelar-se uma vantagem para a gestão dos cultivos que atingiam o amadurecimento em tempos diferentes.

implica uma presença capilar e contínua sobre o território e um acesso a recursos difusos, todos feitos que se repercutem em um processo de identificação de lugares principais e sua nomeação como capilar. Como bem evidencia Angela Castiglione (2014, p. 359), em realidades diferentes, como, por exemplo, aquela siciliana por ela estudada, fortemente marcada pelo latifúndio mesmo em tempos relativamente recentes, as coisas podem se apresentar em modo muito diferente.

### 2.3 Estruturas recorrentes

O repertório estudado por Marrapodi (2006), Cusan (2009), Rivoira (2012), Scala (2015), fruto de pesquisa desenvolvida de acordo com modalidade substancialmente análoga e em contextos sociolinguísticos e territoriais comparáveis, além de ser muito rico do ponto de vista quantitativo, permitem destacar um item à primeira vista paradoxal: um grande número de nomes de lugares, cuja função principal permanece a de identificar um local específico, é criado a partir de um inventário restrito de termos, variadamente sufixados ou inseridos em sintagmas complexos (poderíamos assim ter a partir do apelativo *barma* ‘abrigo sob a rocha’, topônimos como *la Barma*, *le Barmëtte* (dim.), *lè Barmëtasse* (dim., pegg.), *lou Barmarot* (dim.), ou mesmo *Barma Tai* ‘o reparo sob a rocha (do) corte’, *la Barma dar Moutoun* ‘o abrigo sob a rocha do ariete’, etc.). Marrapodi (2006, p. 36) considera esses dois mecanismos como reais “expedientes linguísticos” para evitar a homonímia, com a tarefa adicional, com relação aos sufixos, de “suporte mnemotécnico” (p. 42). É, porém, difícil postular uma tal racionalidade do sistema, embora inconsciente, capaz de se manifestar no ato da atribuição de um nome. Mais provavelmente, a eficácia em reduzir homonímia, potencialmente recorrentes, em contextos semelhantes, juntamente com a facilitação do caractere mnemotécnico, poderá favorecer o “sucesso” de uma denominação, vale dizer, antes de tudo, a sua socialização e transmissão no interior de um grupo. A escolha de empregar termos recorrentes

será de fato a de imputar à função classificatória de denominações de lugar explicitadas no ato onomatúrgico: banalizando o procedimento, poderíamos hipotetizar que um “bosque” seja antes de identificado como *bosque* e uma rocha como *rocha*, então, se o contexto assim o exigir, numa fase sucessiva (no processo lógico abstratamente reconstruído) serão adicionados elementos que contribuem para caracterizar o local indicado, referindo-se às características do próprio local como peculiaridades morfológicas (a rocha vermelha) ou pedológicos (a rocha de cal) ou ligadas à presença de espécies particulares (o bosque dos *laburnos*), ou também o estabelecimento de relações externas ao próprio local, como a vizinhança a um outro lugar conhecido. Os sufixos podem desempenhar neste sentido um papel importante, pois reduzem as homonímias, veiculando informações precisas com relação à posição relativa dos lugares<sup>19</sup>.

A presença dessas relações é uma das características que nos permite reconhecer estruturas internas ao repertório toponímico de uma comunidade e, portanto, sua dimensão sistêmica. Segundo a fórmula sugestiva de Lévi-Strauss (1962, p. 222), “L’espace est une société de lieux-dits”<sup>20</sup>, isto é, os lugares também são identificados e definidos com base nas relações que a comunidade estabelece entre eles. Moldovanu (2010, p. 18) propõe o conceito de campo toponímico para identificar os âmbitos de adensamento da rede de relações: o campo é definido pelo conjunto de topônimos *secundários* ou *derivados* de um topônimo “principal”, inclusive nas denominações secundárias<sup>21</sup>. Mais genericamente, Scala (2015,

---

<sup>19</sup> A questão é tratada, com referência a dados piemonteses, em Rivoira (2009; 2012), Cusan (2014), mas já foi relevada em âmbito francês por Fabre (1980, p. 112).

<sup>20</sup> Tradução nossa “O espaço é uma sociedade de lugares ditos”.

<sup>21</sup> Considere um dos exemplos mencionados em Cusan; Rivoira (2015, p. 33) extraídos da investigação ATPM 25: top. princ. *laz Arâ*, top. derivados: *lâ Mianda 'd laz Arâ* ‘os chalés de *laz Arâ*, *li Champ 'd laz Arâ* ‘os campos de *laz Arâ*, *lou Col 'd laz Arâ* ‘a colina de *laz Arâ* e *lou Bâl Vêlh 'd laz Arâ* ‘o baile velho de *laz Arâ*’.

p. 5) fala de um *cluster* toponímico e em Cusan e Rivoira (2015a, p. 33), limita-se a definir esses topônimos “seriais”. Efetivamente, se há sentido falar de *topônimo secundário*, mesmo porque para formar um nome como *lì Champ 'd laz Arâ* se deve saber o nome *laz Arâ*, menos pertinente que a definição de *topônimo derivado*, que evoca um movimento descendente do topônimo principal, onde pode até haver um movimento inverso, segundo o qual o topônimo secundário “remonta” ao principal para contextualizar a relação de dependência do local indicado.

## 2.4 A transparência semântica dos topônimos

Como foi repetidamente destacado<sup>22</sup>, um dos elementos que contribuem para caracterizar o repertório toponímico utilizado em determinada comunidade no nível oral é a transparência semântica dos signos. Em outras palavras, os topônimos são compostos de categorias gramaticais comuns (nomes, adjetivos, advérbios, artigos e preposições, às vezes verbos) retiradas do repertório léxico da variedade linguística em uso<sup>23</sup>. Isso significa que alguns dos elementos que compõem a denominação têm significado para aqueles que principalmente os usam<sup>24</sup>. A taxa de “transparência” do sistema foi verificada nos estudos mencionados de acordo com diversos critérios, com resultados que convergem essencialmente em porcentagens de transparência muito elevadas (os resultados oscilam entre uma transparência de 84% a 94% das palavras completas), diferente do que poderíamos obter limitando-nos a considerar repertório-

---

<sup>22</sup> Marrapodi (2006), Cusan (2009), Rivoira (2012; 2013), Scala (2015).

<sup>23</sup> Como já evidenciado, na realidade italiana a toponímia “tradicional” é substancialmente expressa nos dialetos ou nas línguas de minoria tradicionalmente faladas no território do objeto de investigação. O papel do italiano se torna preponderante somente nos usos escritos (onde podem ser recorrentes topônimos traduzidos ou variadamente italianizados, reconduzidos, isto é, mais ou menos orgânicos às estruturas morfofonéticas do italiano).

<sup>24</sup> Trata-se evidentemente de uma simplificação que não leva em consideração, por exemplo, a redução da taxa de dialetofonia em ato e, mais geralmente, a perda de competências linguísticas, pela qual termos cujo significado é conhecido pelos mais velhos podem ser hoje opacos para os jovens, que ainda continuam a empregá-los.

rios toponímicos documentados por fontes escritas.

Na realidade, a questão do “significado dos topônimos” é complexa e nem sempre fácil de tratar, exatamente porque os nomes de lugares são “nomes próprios” e, como tais, dizem respeito a um único indivíduo (mesmo quando o termo utilizado é comum, como *a altura*, e seja atribuído a lugares diferentes, limitações relacionadas ao contexto social e territorial da comunicação irão garantir que *a altura*, por antonomásia, seja aquela e só aquela). Em um esquema matricial de Saussure (1983 [1922], p. 139 e ss.), portanto, a segunda face do sinal toponímico é o “significado” do(s) termo(s) lexical(is) empregado(s) no topônimo, enquanto a ligação com o referente é expressa em termos da motivação que justifica a escolha de tais apelativos para nomear/classificar um determinado lugar. Tal relação poderá ser expressa por meio de referências “externas”, lembradas mediante referência a outro topônimo. Esse esquema geral prevê algumas diferentes tipologias diversas de realização, sem, por isso, adentrar-se em um exame atento das teorias relacionadas à semântica de nomes próprios, tentamos identificar algumas tipologias, a partir dos exemplos à nossa disposição<sup>25</sup>:

(a1) o topônimo é composto por material linguístico ainda em uso: *La Fountana* ‘a fonte’; *Coumba* ‘depressão’; *lou Jas* ‘o lugar onde o gado repousa’; *lou Nais* ‘o macerador’; *Roca Bruta* ‘pedra feia’; *lê Roque Migirine* ‘as rochas em forma de barbela’. A singularidade da relação que liga o sinal toponímico ao lugar é assegurada pelo contexto nos três primeiros exemplos, em que a fonte, o pasto e o macerador são únicos ou os mais representativos entre os presentes; nos últimos dois exemplos, por uma especificação que se refere a uma característica da rocha ou a algum episódio esquecido. O processo de nomeação e suas motivações (salvo casos particulares) ainda estão disponíveis: uma fonte ser chamada de fonte

---

<sup>25</sup> Os esquemas ilustrados aqui em seguida se sobrepõem a grandes linhas como aquelas apresentadas por Scala (2015, p. 114 e ss.).

etc. O artigo determinativo singular contribui para sua identificação por antonomásia. Naturalmente, nem todos os termos são tão comuns, se *Fountana*, *brute* e *rouca* são conhecidos por todos os dialetófonos, *ajs* só poderia ser conhecido como ‘feno’, e não no sentido de ‘local de cochilo do gado’, que é o que justifica seu uso na toponímia; além disso *nais* poderia ser completamente desconhecido, uma vez que o processamento de cânhamo (maceração é uma das etapas necessárias para extrair a fibra) foi abandonado na área de montanha em torno dos anos 30 do século XX. *Migirine*, por sua vez, é um adjetivo derivado do substantivo *migirin* ‘*bargigli*’, (pele sob o bico de algumas aves) um termo que pode ser considerado em obsolescência com o progressivo desaparecimento de animais de fazenda. Imperceptivelmente, pode-se dizer, que acaba no caso (b). Dentro do breve elenco, no entanto, temos casos como *Coumba* e *Roca Bruta*, onde a ausência do artigo parece indicar um status especial do termo ou do construto toponímico.

(a2) o topônimo é composto de material linguístico ainda em uso e por referências a topônimos (cujo significado pode ou não ser conhecido): o *Fourneizèt’i Fournais* (= os fornos) (dim.)’, onde o valor diminutivo correlaciona-se com a posição no nível inferior do lugar indicado, *la Roca dar Nais* ‘a rocha dos Nais. Estamos no âmbito do campo toponímico ou dos *clusters* toponímicos.

(a3) o topônimo é composto de material linguístico ainda em uso, mas o processo de denominação não está mais disponível aos falantes e é desconhecida a motivação que levou à definição do topônimo: *lë Fuzine* ‘as forjas’; *lou Macheiroun* ‘a pilha de feno’; *La Roca di Luot* ‘a rocha dos filhotes de lobos’; *la Mouiasa Daré* ‘o pântano de trás’; no primeiro caso, podemos intuir que existiram algumas forjas (mas o motivo que justifica o uso antonomástico do termo não é mais conhecido); no segundo, podemos supor que as pilhas de feno durante a colheita fossem feitas nessa localidade, mas, na realidade, também era uma prática comum em

muitas outras (e não é justificável uma possível referência metafórica à morfologia do solo); no terceiro, é fácil imaginar que os filhotes foram vistos uma ou mais ocasiões, ou talvez encontrados mortos, mas não há maneira de ter certeza: o lobo apesar de ter reaparecido nas últimas décadas, fora extinto nesses lugares no século XIX; finalmente, no último caso, a referência dêitica não é mais corretamente decodificável, já que não é conhecido nem o ponto de vista (embora nas montanhas o que “fica atrás” seja geralmente o monte e, inversamente, o que “fica à frente” seja o vale ), nem o eixo de referência.

(b) O topônimo é composto de material linguístico que se tornou opaco e não se conhece o valor do apelativo original (a não ser que seja reconstruído através do processo de escavação linguística e comparação diatópica) e, menos ainda, a motivação que justifica a atribuição do nome: ex. *Grasireunha*, *i Moulouire*. Como antecipado em (a1) a passagem de um tipo (a) ao tipo (b) pode ser variadamente obscuro: na verdade existem de fato casos de vocábulos em fase de obsolescência, cujos significados podem ser conhecidos para os mais velhos, casos de opacidade semântica indubitável, mas repetidos em séries bastante substanciais, índice de uma ampla difusão passada do termo (que talvez ainda possa ser transparentes em outros contextos territoriais)<sup>26</sup>, ou podemos ter casos realmente isolados. São, obviamente, os topônimos dentro do tipo (b) que chamam principalmente a atenção do toponimista interessado na identificação do apelativo (obviamente na reconstrução de seu significado original) empregado no ato de nomeação original. O estudo de base reconstrutiva, como é conhecido, também pode revelar casos de paraetimologia que em nossa casuística poderiam facilmente cair no tipo (a2) ou até mesmo no tipo (a1); em outra perspectiva, até mesmo o significado atribuído depois de um processo paraetimológico apresenta uma certa importância

---

<sup>26</sup> É o caso, por exemplo, de *biacha/blacha* estudado em Rivoira (2016, p. 265 e ss.): o termo conserva aqui e lá o valor de ‘bosque de talhadia’ agora esquecido em alguns contextos, em que também o termo se torna muito produtivo na toponímia.

(atribuir um significado, ainda que errado, é o caminho para trazer completamente de volta o signo toponímico a pleno uso em um sistema). A tendência para se motivar nada mais é do que uma confirmação do fato de que a “normalidade”, no fim das contas, é constituída por um sistema “transparente” e “motivado”.

Em resumo, podemos afirmar, portanto, que o repertório toponímico de uma comunidade é constituído por um léxico comum que, em um número significativo de casos, ainda é vital e está em uso; graças à transparência semântica da maioria dos termos usados na toponímia, o inventário pode funcionar como um sistema de classificação do espaço vivido, através da seleção e nomeação das principais características dos locais identificados e por meio da clarificação das relações entre os diferentes lugares mencionados. Esse processo de escolha e nomeação é ainda muitas vezes reconstruível com facilidade e, em todo caso, disponível para a comunidade que continua a usar topônimos tradicionais que se tornam instrumento para perpetuar a memória de eventos, reais ou míticos, que substanciam a memória coletiva (desde os acontecimentos históricos ocorridos em determinados lugares, até as pessoas vividas no passado, ou até à “presença” dos seres que povoam o imaginário: fadas, elfos, espíritos etc.).

O estudo de extensos repertórios toponímicos como os coletados pelo ATPM, ou mesmo a análise profunda de uma única comunidade, permite identificar os principais critérios de classificação do território. A partir das análises realizadas até agora na região do Piemonte Montano, emerge uma certa propensão pela escolha, como uma característica saliente, de um lugar da (geo)morfologia (RIVOIRA 2012, p. 119; 2013, p. 98). É, porém, provavelmente uma característica ligada ao contexto específico territorial montano, tanto que uma excelente coleta conduzida de acordo com critérios semelhantes aos do ATPM, na cidade piemontesa de Marene (Cn) (ver RACCA, 2015-2016), mostra o contrário: a au-

sência quase total de referências a conformações geomorfológicamente relevantes. Em segundo lugar, o que se pode observar é que as categorias empregadas para classificar o espaço são substancialmente inspiradas por uma visão econômica, no sentido de que se relacionam a lugares de produção - principalmente agrícola (campos, prados etc.), mas também artesanal (forjas, moinhos etc.) e protoindustrial (serrarias, mineradoras etc.) - e, naturalmente, os lugares de assentamento humano, residencial ou público (somente em poucos casos não foram coletados nomes de lugares onde havia habitações). No *corpus* considerado, apenas um número muito restrito de nomes está vinculado a crenças diversas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações feitas até agora, apesar de derivadas dos materiais do ATPM<sup>27</sup> e, portanto, inevitavelmente ligadas a um território muito particular, caracterizado por elementos de homogeneidade (contexto montano, povoamento disperso, economia tradicional baseada principalmente na agricultura e pastorícia de subsistência), permitem destacar em geral o interesse das coletas de toponímia de tradição oral.

A riqueza de dados acessíveis, suas peculiaridades estruturais e o notável grau de transparência semântica (nos termos supracitados) considerados também à luz do processo de opacificação, que não envolve da mesma maneira todos os nomes de lugares, permitem de fato não apenas estudar um sistema semiótico em seu funcionamento (e, de certa forma, em sua formação), mas também integrar essas denominações obscuras e antigas cuja transmissão foi confiada além da memória coletiva a documentos, formulando hipóteses interpretativas e reconstrutivas mais realistas.

## REFERÊNCIAS

---

<sup>27</sup> Os exemplos mencionados, ainda que provenham de poucas investigações, foram obviamente escolhidos pela sua valência geral.

AASCOLI, G. I. Per la Toponomastica italiana. **Supplementi periodici all'Archivio Glottologico Italiano**, Milano, III, p. 97-104, 1895 [1891].

**ATPM = ATLANTE TOPONOMASTICO DEL PIEMONTE MONTANO**  
Rorà. 23. Torino: Levrotto & Bella, 2003; Pramollo. 25. Torino: Il leone verde, 2005.

BATTISTI, C. Intorno ad una raccolta di termini locali attinenti ai fenomeni fisici ed antropogeografici da iniziarsi nelle singole regioni dialettali d'Italia. In: **Atti del Terzo Congresso Geografico Italiano (Firenze 12-17 aprile 1898)**. II. Firenze: Ricci, 1899, p. 348-362.

BERRUTO, G. **Sociolinguistica dell'italiano contemporaneo**. Roma: Carocci, 2012.

CAPRINI, R. **Nomi propri**. Alessandria: Edizioni dell'Orso, 2001.

CASTIGLIONE, A. Per una nuova toponomastica siciliana. **Bollettino Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani**, Palermo, p. 301-355, 2014.

CUSAN, F. La designazione dello spazio vissuto. Analisi strutturale del sistema toponimico della comunità massellina (Val Germanasca, Piemonte), **Bollettino dell'Atlante Linguistico Italiano**, Torino, III Serie, n. 33, p. 97-117, 2009.

CUSAN, F. Specie di spazi. Le reti toponimiche tra nodi, margini, confini e riferimenti. In: CUGNO, F.; MANTOVANI, L.; RIVOIRA, M.; SPECCHIA M. S. (a c. di), **Studi linguistici in onore di Lorenzo Massobrio**. Torino: Istituto dell'Atlante Linguistico Italiano, 2014.

CUSAN, F.; RIVOIRA, M.. Conoscere i nomi, conoscere i luoghi: dinamiche di trasmissione dei saperi toponimici. In: PORCELLANA, V.; GRETTER, A.; ZANINI, R. C. (a c. di) **Alpi in mutamento: Continuità e discontinuità nella trasmissione delle risorse in area alpina**. Alessandria: Edizioni dell'Orso, 2015a, p. 97-127.

CUSAN, F.; RIVOIRA, M., La toponomastica nel progetto CLAPIE. **Bollettino dell'Atlante Linguistico Italiano**, Torino, III Serie, n. 39, p. 25-39, 2015b.

DAUZAT, A. **La toponymie française**. Paris: Payot, 1960.

FABRE, P. **L'affluence hydronymique de la rive droite du Rhône. Essai de micro-hydronymie**. Avignon: Publication du Centre d'Études Occitanes, Université Paul Valéry, 1980.

FLECHIA, G. **Di alcune forme de' nomi locali dell'Italia Superiore: dissertazione linguistica**. Torino: Memorie della Reale Accademia delle scienze di Torino, 1871.

GHIA, A. Varietistica e toponomastica: alcune ipotesi di lavoro. In: Benedetto Mas, P. et alii (a c. di) **L'abisso saussureano e la costruzione delle varietà linguistiche**. Alessandria: Edizioni dell'Orso, 2015, p. 167-182.

GHIA, A. La raccolta di toponimi di tradizione orale: riflessioni sulla scelta degli informatori. In: LUBELLO, S. (a c. di), **In fieri. Ricerche di linguistica italiana (Atti della I giornata dell'ASLI per i dottorandi, 26-27 novembre 2015, Firenze Accademia della Crusca)**, Firenze: Franco Cesati Editore, 2017, p. 167-180.

GRASSI, C.; SOBRERO, A. e TELMON T. **Introduzione alla dialettologia italiana**. Roma/Bari: Laterza, 2006.

LEIBNIZ, G.W. (von) Brevis designation meditationum de Originibus Gentium, ductis potissimum ex indicio linguarum. In: **Miscellanea Berolinensia ad incrementum scientiarum I**, Berlin: Papen, 1710, p. 1-16.

LEVI-STRAUSS, C. **La pensée sauvage**. Paris: Plon, 1962.

MARRAPODI, G. Teoria e prassi dei sistemi onimici popolari. La comunità orbasca (Appennino Ligure centrale) e i suoi nomi propri. **Quaderni della Rivista Italiana di Onomastica**. Roma: Società editrice romana, 2006.

MARRAPODI, G. L'oralité dans les systèmes onymiques. In: **L'onomastique gallo-romane alpine (Actes de la Conférence Annuelle du Centre d'Études Francoprovençales "René Willien" – Saint-Nicolas 15-16 décembre 2007)**, Aosta: Région autonome de la Vallée d'Aoste, 2008, p. 7-15.

MARTELLI, A. E.; VACCARONE, L. **Guida delle Alpi occidentali**. 3 voll. Bologna: Libreria alpina, 1889.

MOLDOVANU, D. **Teoria câmpurilor toponimice (cu aplicație la Câmpul Hidronimului Moldova)**. Iași: Editura Universității Alexandru Ioan Cuza, 2010.

PELLEGRINI, G. B. **Toponomastica italiana**. Milano: Hoepli, 1990.

PIERI, S. Toponomastica delle valli del Serchio e della Lima, **Supplementi dell'Archivio Glottologico Italiano**, Milano, n. 5, p. 1-242, 1898.

PONS, A. La compétence des noms de lieux comme clé pour lire la perception de l'espace des habitants de Villar Perosa, **Géolinguistique**, Grenoble, n. 14, p. 35-56, 2013.

PROSDOCIMI, A. Appunti per una teoria del nome proprio. In: AVANZINI, A. (a c. di) **Problemi di onomastica semitica meridionale**. Pisa: Giardini, 1989, p. 15-70.

RICCHIERI, G.; MARINELLI, O. Toponomastica e nomenclatura topografica dialettale, **Rivista Geografica Italiana**, Firenze, n. VIII, p. 369-374, 1901.

RIVOIRA, M. L'Atlante Toponomastico del Piemonte Montano (ATPM): Principes, méthodes et résultats. **Géolinguistique**, Grenoble, n. 11, p. 29-49, 2009.

RIVOIRA, M. Classer l'espace: le patrimoine toponymique oral d'une communauté de la Vallée du Péliis: Rorà (Piémont – Italie). In: DALLA BERNARDINA, S. (dir.) **Analyse culturelle du paysage: le paysage comme enjeu (135e Congrès des sociétés historiques et scientifiques - Neuchâtel, 2010)**. Paris: Éditions du CTHS, 2012, p. 113-125.

RIVOIRA, M. Système onymique et signification: le cas de la Coumba di Charbouni dans la Vallée du Pellice (Piémont). In: BOUVIER, J.-C. **Le nom propre a-t-il un sens? Les noms propres dans les espaces méditerranéens (XVe Colloque international d'onomastique, Aix-en-Provence 9-11 juin 2010)**. Aix-en-Provence: Presses Universitaires de Provence, p. 93-104, 2013.

RIVOIRA, M. Note sulla toponimia di tradizione orale in margine alle ricerche dell'Atlante Toponomastico del Piemonte Montano (ATPM). In: DEL PUENTE, P. (a c. di) **Dialetti per parlare e parlarne (Atti del Convegno internazionale di studi Progetto ALBa. Potenza 5-7 ottobre 2014)**. Potenza: Osanna Edizioni, 2016, p. 259-271.

RACCA, S. **Microtoponimia orale a Marene: denominare lo spazio comunitario**. a.a. 2015-2016, 172 p. (tesi di laurea magistrale), Scuola di scienze umanistiche, Università di Torino, 2015-2016.

SCALA, A. **Toponimia orale della comunità di Carisolo (alta Val Rendena). Materiali e analisi**. Alessandria: Edizioni dell'Orso, 2015.

SAUSSURE, F. **Corso di linguistica generale**. Bari-Roma: Laterza, 1983 [trad. di Cours de linguistique générale, Paris, Editions Payot 1922].

# A RENOVAÇÃO LEXICAL NA MÍDIA: ASPECTOS LINGUÍSTICO-DISCURSIVOS DAS CRIAÇÕES VERNACULARES E DOS ESTRANGEIRISMOS

*André Crim Valente*

## INTRODUÇÃO

Os estudos sobre léxico têm comprovado maior renovação da língua na produção escrita midiática do que na literária. Grandes autores da literatura podem criar termo de uso restrito, denominado *hapax legomenon* por Gonçalves (2016). Já os produtores de textos na mídia utilizam criações neológicas com largo alcance social, podendo atingir, conforme o veículo, milhares ou milhões de utentes. Pretende-se aqui não só investigar a onipresença dos processos de formação de palavras nas criações vernaculares, mas também a alta frequência de estrangeirismos na atual conjuntura sociocultural. A pesquisa a ser apresentada dá, então, prioridade aos neologismos denotativos (ou da língua) colhidos em jornais e revistas semanais de informação. Para a consecução dos objetivos propostos, a fundamentação teórica do trabalho combinará obras de autores nacionais - Carvalho (1989); Gonçalves (2016); Sandmann (1992); Valente (2011) - e estrangeiros - Correia e Lemos (2005) - com o propósito de analisar, em perspectiva linguístico-discursiva, novas palavras utilizadas na linguagem midiática. Para tanto, far-se-á uma releitura dos clássicos processos de formação de palavras e a eles se acrescenta outros tipos de processos. Na abordagem dos estrangeirismos, haverá uma revisão de nomenclatura distinta para esta mesma realidade lexical e se constituirá uma tipologia para aplicação ao *corpus*.

## 1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Na sua obra clássica sobre palavras sem fronteira, as que circulam no mundo, Costa (2000, p. 20) destaca que

[...] o vocabulário não seria sem fronteiras se não fosse acessível, por definição, ao grande público em qualquer latitude. Se, de um lado, o turismo de massa põe em contato um número crescente de pessoas até recentemente demasiado distantes para que se viessem e falassem, as técnicas de comunicação e a explosão da Internet oferecem aos povos dos cinco continentes acesso simultâneo às mesmas fontes de informação ou de distração, às mesmas mercadorias e às mesmas emoções. É, pois, inevitável que uma linguagem particular, fruto dessa cultura popular e da publicidade tornada também fronteiras, ganhe continuamente em extensão em densidade.

Antônio Pio Assumpção (1986) fez importante estudo, infelizmente pouco utilizado na abordagem da chamada importação estrangeira, sobre o dinamismo lexical. Merecem destaque as considerações que o autor faz sobre “apropriação:

Dos dois tipos de processo de aquisitivo que identificaríamos na língua portuguesa, o mais importante por sua produtividade é, de longe, aquele – situado, predominantemente, nos níveis léxico e semântico – que propomos chamar-se *apropriação*. Consiste a apropriação na aquisição de signo ou de significado léxico próprios de outra língua.

Outros nomes, não se obscureça, já se aplicam à ocorrência, cumprindo destacar entre eles *importação estrangeira* (ou simplesmente *importação*) e o termo *empréstimo* (ASSUMPCÃO, 1986, p. 105).

A seguir, remete a Said Ali (1985) para tratar do conceito de “usurpação”:

Esse último, embora a tradição firmada na linguística moderna, deixa de ser preferido, não por seu cunho eufemístico, ou melhor, por sua “extraordinária polidez” – como o qualificou o mestre Said Ali que, aliás, não vacilou em tachar o “empréstimo” de *usurpação* – mas, sobretudo, em face de seu alcance bem mais amplo do que o atribuído aqui ao termo *apropriação*.

Com efeito, a par “dos empréstimos, de língua a língua, ou ‘externos’ há que levar em conta os empréstimos internos, quando traços peculiares de um falar ou de um dialeto [...] passam a outro falar ou dialeto ou se integram na língua comum” (ASSUMPÇÃO, 1986, p. 105).

Segundo Carvalho (1989, p. 52), os empréstimos linguísticos podem ser classificados de várias formas:

- segundo a *origem*, em íntimo, dialetal e externo (admitindo ainda as subdivisões em anglicismo, galicismo etc.);
- segundo a *fase* de adoção, em estrangeirismo, empréstimo e xenismo;
- segundo a forma de *derivação*, em direto e indireto;
- segundo a *forma* de adoção, em calque, adaptação e incorporação;
- segundo sua *função*, *intenção* ou *necessidade* de uso, em conotativo e denotativo.

O renomado lexicógrafo Antônio Geraldo da Cunha (2003) fez importante distinção entre estrangeirismo e palavra estrangeira, o que não é muito comum nos estudos sobre tema:

Cumpre, de início, estabelecer a distinção que fazemos entre *estrangeirismo* e *palavra estrangeira*. Assim, com efeito, consideramos *estrangeirismo* aquela palavra que proveio de uma língua estrangeira (palavra esta que não pertence, portanto, ao nosso patrimônio latino) e que foi introduzida em português e nele perfeitamente adaptada. São *estrangeirismos*, entre milhares de outros, *gazetilha* (do castelhano *gacetilla*),

corbelha (do francês *corbeille*), *maestro* (do italiano *maestro*) [...]. (CUNHA, 2003, p. 5).

Por outro lado, consideramos palavras estrangeiras aquela palavra que, embora usada por alguns de nossos escritores e, mais frequentemente, na linguagem impressa, ainda não foi completamente adaptada ao nosso idioma. São palavras estrangeiras, entre muitas outras, aplomb, tableau e vaudeville [...]. (CUNHA, 2003, p. 6).

## 2. ANÁLISE DO CORPUS

### COACH-ELLA UM FESTIVAL DE TERMOS

**Coach:** Pronuncia-se "côutch". É instrutor, responsável pela jornada de autoconhecimento dos clientes. O plural é coaches.

**Coaching:** A atividade do coach para clientes individuais ou grupos.

**Coachee:** Pronuncia-se "côutch esticando o 'i'". É o cliente do coach.

**Objetivos:** Onde você quer chegar?

**Metas:** Etapas rumo ao objetivo.

**Crenças limitantes:** Modelos mentais e percepções do mundo não correspondem à realidade impedem de atingir seus objetivos.

**Resignificar:** Romper com as ideias das crenças limitantes.

**Valores:** As prioridades da sua vida que precisam estar alinhadas às suas metas e seus objetivos.

Como vida pessoal e profissional costumam estar relacionadas, uma extensão natural da atividade foi o surgimento do *life coach*, ou seja, um *coach* para cuidar da sua vida. É nesse nicho que *coaching* e psicanálise parecem se esbarrar, mas a maioria dos especialistas garante que os dois não se misturam: enquanto o terapeuta tende a escarafunchar o passado, o foco do *coach* é do presente para o futuro.

A *life coach* americana Elizabeth Kososed, autora do "Manual da mulher solteira", fala sobre suas fãs:

— Acredito que as mulheres são as que mais têm a se beneficiar do *life coaching*, pois infelizmente muitas delas deixam que seu valor seja determinado pelos parceiros. Posso ajudá-las a se verem sob uma nova luz, que as leva a escolhas rumo a uma vida mais feliz.

Fonte: Urbim (2016, p. 34)

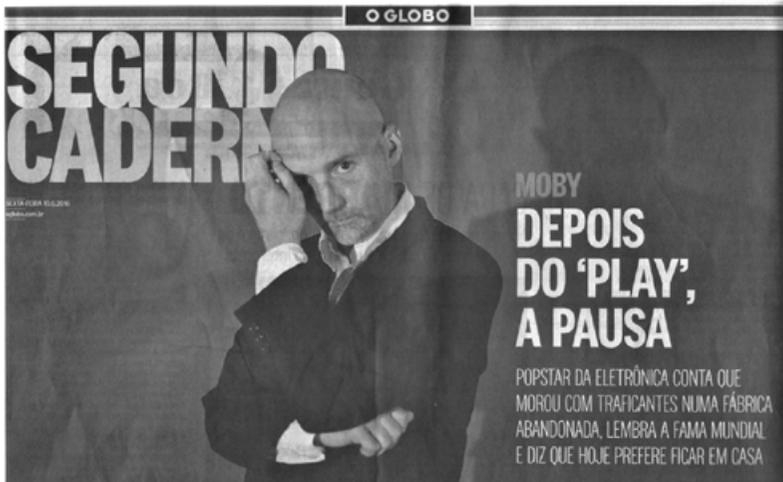
a) O emprego de termos da língua inglesa, em várias formas (*coach*, *life coach*, *coaching*, *life coaching*), inseridas em texto de língua portuguesa, revela a naturalidade com que se empregam os anglicismos no Brasil. Apesar de serem estrangeirismos ou empréstimos não adaptados, conforme se apresentou na fundamentação teórica, constata-se uma aceitação tranquila dos usuários brasileiros. Cada vez mais se percebe, entre nós, certa naturalidade na adoção de termos do Inglês. Na visão de Correia e Lemos (2005), trata-se de um empréstimo externo ou de um estrangeirismo (em Portugal):

Ao falar de palavras importadas, utiliza-se normalmente, o termo ‘empréstimo’, decalque do termo francês “*emprunt*”. Trata-se, no entanto, um termo polissêmico (situação que é indesejável em qualquer terminologia específica). ‘Empréstimo’ denota, então:

1. Processo de transferência de uma unidade lexical de um registo linguístico para outro dentro da mesma língua (‘empréstimo interno’), ou de uma língua para outra (‘empréstimo externo’).
2. Unidade que resulta do processo de transferência anteriormente descrito (CORREIA; LEMOS, 2005, p. 53).

Mas a polissemia do termo ‘empréstimo’ não fica por aqui.

A gramática tradicional portuguesa estabelece uma distinção entre ‘estrangeirismo’ e ‘empréstimo’. De acordo com esta distinção, ‘estrangeirismo’ denota uma unidade importada de outra língua que não sofreu quaisquer adaptações à língua de chegada, ao passo que ‘empréstimo’ denota uma palavra estrangeira que se adaptou ao sistema linguístico de acolhimento, ou seja, no nosso caso, que foi aportuguesada (CORREIA; LEMOS, 2005, p. 53-54).



Fonte: Oliveira (2016, p. 1)

b) Na matéria de capa do Segundo Caderno de O Globo, também se encontram termos do Inglês – *play* e *popstar* – utilizados, com naturalidade, no Português. Faz-se necessário reconhecer que não geram estranhamento uma vez que são familiares a muitos falantes brasileiros, principalmente a leitores de um caderno cultural. Nos dois empregos dos estrangeirismos, há jogos semânticos na construção levemente irônica do texto: *play* / pausa; *popstar* / fama mundial / ficar em casa.



Fonte: Fortuna (2016, p. 2)

c) A sequência adjetival - meiga, abusada, fashionista – na caracterização da cantora Anitta apresenta um termo da língua inglesa – *fashion* – incorporado à língua portuguesa por meio de sufixação (*fashion* + *ista*). É consenso entre os estudiosos de estrangeirismos e empréstimos linguísticos que o processo derivacional é prova da incorporação de um termo estrangeiro à nossa língua. Observe-se que, na sequência textual, aparece o termo original em “ar *fashion*”, em que o substantivo do Inglês adquire valor adjetival no sintagma nominal.

Nas formações por empréstimos, Ieda Maria Alves destaca, inicialmente, o **estrangeirismo**, que ainda faz parte do acervo lexical. Tal construção é encontrada em vocabulários técnicos (economia, informática, esportes) ou em outras linguagens especiais (publicidade e colunismo social).

Ex: *joint-ventures, promoter, début*.

O **decalque** é outro tipo destacado por Ieda M. Alves: “Consiste na versão literal do item léxico estrangeiro para a língua receptora.”

Ex.: “Alta tecnologia é decalcado no inglês *high-technology*” (VALENTE, 2011, p. 6).

Nas formações por empréstimos, merece consideração o estudo de A. Sandmann (1992, p. 72):

### **Tipos de empréstimos linguísticos**

a. **Empréstimo lexical:** sem tradução ou substituição de fonemas, pode não ser adaptado fonológica e graficamente (*jazz, smoking*), só ortograficamente (*freezer, show*) ou morfossintaticamente (*campus/campi; corpus/corpora*).

b. **Empréstimo semântico:** com tradução ou substituição de fonemas; empresta uma idéia, um significado, sem os significantes, com ou sem alteração de estrutura (*hot dog/cachorro quente*, com alteração da estrutura; *haute couture*, sem alteração de estrutura).

c. **Empréstimo estrutural:** não importa morfemas ou palavras, mas sim um modelo (“videolocadora”, com determinante + determinado contrariando a ordem do Português; o mesmo ocorre em “motogincana” e ainda em nomes de lojas e empresas como *Lucy Calçados*).

# TÊTE-A-TITE

Novo técnico quis saber dimensão dos problemas extracampo e próximos passos. Coordenador já organiza salas da dupla na CBF, que quer atrair torcida com treinador

Fonte: Amato & Neto (2016, p. 29)

d) A neologia intertextual aqui se apresenta de forma inovadora ao dialogar com a expressão francesa *tête-a-tête*. O autor da manchete vale-se de uma construção híbrida – *tête*, do Francês; *Tite*, do Português – para realçar o estilo do treinador da seleção brasileira na resolução de problemas. O significado de *tête-a-tête*, “conversa particular entre duas pessoas”, vem ganhando, no Brasil, um sentido mais presencial (cara-a-cara, frente-a-frente) com ênfase na franqueza do diálogo. Tite, treinador da seleção brasileira de futebol, é reconhecido não só por sua competência na área, mas também por ser um homem franco nas conversas com seus atletas e com os profissionais de comunicação.

**O GLOBO: Caetano, você convidou Elza para cantar “Língua” depois desse encontro. Escreveu a música pensando nela?**

Caetano: O encontro motivou que eu a convidasse para participar da canção. Mas a letra me veio por ela própria. “Língua” é uma

premonição do papel que o rap desempenharia no Brasil. Era um gênero novo, ainda desconhecido. Nós falamos “samba-rap” na música, uma mistura espetacular, esse termo não existia. Depois, veio tudo, vieram Mano Brown, Marcelo D2. E é o que é hoje.

Fonte: Veloso (2016, p. 30)

e) Ao abordar a participação da cantora Elza Soares na gravação da canção “Língua”, composta por Caetano Veloso para celebrar o Português do Brasil, o autor baiano destaca o neologismo por ele criado para registrar novo gênero musical: samba-rap. Existiam, separadamente, os termos “samba” (para a principal manifestação musical brasileira) e *rap* (para uma vertente da música norte-americana). A Composição por

Justaposição, numa construção híbrida, designa, segundo o autor, “uma mistura espetacular”. Ele afirma, então, que “esse termo não existia”.

**R**aimundo Rodriguez é o homem por trás dos mais de 500 objetos religiosos do elogiado cenário de “Velho Chico”. O altar de oito metros por seis do casamento entre os personagens de Rodrigo Santoro e Marina Nery e o oratório de Encarnação (Selma Egrei) são apenas duas das belas obras assinadas pelo artista plástico cearense.

●  
“Nos bastidores, eu e Luiz Fernando (Carvalho) apelidamos o estilo de ‘barrocó neoclássico contemporâneo”, conta. Raimundo e o diretor trabalham juntos há dez anos.

**Fonte:** Guimarães (2016a, p. 2)

f) Sobre as centenas de objetos religiosos do cenário da novela “Velho Chico”, Raimundo Rodrigues, o cenógrafo, e Luiz Fernando Carvalho, o diretor, cunharam o termo “barrocó”. O neologismo é fruto da fusão dos termos “barroco” e “rococó”, que designam estilos artísticos na literatura, na arquitetura, na pintura etc. A construção neológica é uma forma amalgamada, também chamada palavra-valise, *blend* ou *portmanteau*. Tal recurso, presente na literatura de Guimarães Rosa e Mia Couto, tem sido utilizado, com alguma frequência, pela linguagem midiática.

### ‘Fotossínte-se’

Felipe Guga lança a exposição “Fotossínte-se”, na segunda, das 17h30m às 22h, no Studio 512, no Jardim Botânico. O artista busca retratar o processo de autoconhecimento: desde o despertar da luz ao apagar das trevas dentro de si. A exposição contará com 35 quadros, que estão à venda. Entrada franca.

**Fonte:** ‘Fotossínte-se’ (2016, p. 25)

g) O emprego do pronome “se” em construções neológicas verbais inusitadas vem tendo destaque na linguagem midiática. Sendo pesquisador do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL, apresentei, em eventos e publicações, vários exemplos com a mesma estrutura, por meio de conversão ou derivação imprópria: um substantivo se torna verbo pela presença da forma pronominal, inclusive com substantivos tomados por empréstimo: *funk-se*, *design-se*, *selfie-se*. Em “fotossínte-se”, já temos uma forma vernacular. Em todos os casos, é fácil identificar a forma verbal por conta do emprego pronominal, mas fica difícil imaginar os verbos no infinitivo.

### **Se não pode com eles...**

Uma carioca pediu um Uber na Lagoa e surpreendeu-se quando um táxi parou do outro lado da rua e tentou falar com ela. Chamou-a pelo nome e explicou: “Ao invés de brigar, resolvi trabalhar junto. Espero que a senhora não se importe.” É o primeiro caso de Uber-táxi-amarelinho de que se tem notícia na cidade.

**Fonte:** Guimarães (2016b, p. 2)

h) Chama atenção o neologismo “Uber-táxi-amarelinho”, criado por um dos processos clássicos de formação de palavras: a composição por justaposição. O termo desperta curiosidade por abordar, criativa e ironicamente, um fato do cotidiano em várias partes do mundo: a disputa entre taxistas e motoristas de Uber. A solução do problema é a junção em vez da briga, o que explica o emprego de termos, aparentemente inconciliáveis, justapostos.



Fonte: Diniz (2016, p. 1)

i) O termo *impeachment*, um empréstimo lexical não adaptado graficamente, consoante Sandmann (1992), popularizou-se no Brasil. Afinal, já tivemos impeachment de dois Presidentes da República: Fernando Collor de Melo e Dilma Rousseff. Varia bastante a pronúncia do termo no Brasil e seu emprego pode ser ampliado para além do campo político, como se verifica no título da matéria.



Fonte: Bravo (2016, p. 5)

j) O neologismo aspeado no título da matéria decorre de uma construção analógica na criação de feminino de substantivos masculinos em -ão (anão/anã), com a supressão da semivogal do ditongo nasal. Discursivamente, enfatiza a força da mulher, o que não aconteceria na construção corrente “cabelo Joãozinho”.

*Vai haver um trancaço hoje na UERJ*

Fonte: Professor da Instituição, 22/06/2016

k) O sufixo -aço tem servido a construções analógicas em jogos intertextuais. A partir de “panelaço”, outros neologismos surgiram no cotidiano e na mídia: buzinaço, apitaço etc. A matriz morfológica (substantivo + sufixo = substantivo) está também presente em “trancaço”, que significa fechamento da universidade em manifestação grevista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações teóricas sobre neologismos, já se registrou que eles são criados pelos processos de formação de palavras (criações vernaculares) ou por empréstimo linguístico. Nelly de Carvalho (1989) menciona, ainda, em criações do nada (tititi), ou formações *ex-nihilo*, segundo Gonçalves (2016, p. 32): *baranga*, *mocreia* e *catilanga*. Ele também resalta o emprego de *hapax legomenon* (*hapax*, “uma só vez”, *legomenon* “dito”, “o que se diz”) “expressão grega utilizada em referência a palavras das quais se conhece uma única referência” (GONÇALVES, 2016, p. 34). Essa mesma autora observa ainda que a linguagem literária é “excelente fonte para o estudo dos *hapaces legomena* (“Chuvadeira maria, chuvado-nha/chuvinhenta, chivil, pluvimedonha”, versos de Drummond).

Também merece destaque, nos estudos neológicos, o emprego de novos processos de formação de palavras que se juntam aos processos fundamentais: a composição e a derivação. No *corpus* aqui apresentado e analisado, buscou-se mostrar a forte presença, na linguagem midiática, dos neologismos vernaculares e dos criados por empréstimos. A análise tentou privilegiar os aspectos linguístico-discursivos dos neologismos e o processo de integração dos termos oriundos de outras línguas à nossa Língua Portuguesa, o que encontra eco nas palavras de Teixeira (2015, p. 250):

Mas como impedir e/ou controlar este uso nas atualizações linguísticas dos falantes se a longevidade dos estrangeirismos e respectivo grau de aceitação não são passíveis de balizar? Há alguns que após curto e/ou demorado uso acabam por “morrer”; outros, resistindo à passagem do tempo, familiarizam-se com a língua receptora, chegando mesmo a nacionalizar-se através da adaptação à grafia e à fonética portuguesas e, ainda, há aqueles que, embora não tendo sido submetidos a qualquer processo de adaptação, se encontram integrados na língua que os “acolhe” mesmo

que na sua forma original. Além disso, a maioria dos sujeitos nativos desconhece a origem dos vocábulos, ou seja, um indivíduo ao realizar a sua língua materna não sabe se a palavra que está a usar é de origem estrangeira ou não.

## REFERÊNCIAS

AMATO, G. & NETO, L. No particular TÊTE-A-TITE. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 18 de junho de 2016, Esportes, p. 29.

ASSUMPTÃO JR., A. P. de. **Dinâmica léxica portuguesa** – Coleção Linguagem 25. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

BRAVO, Z. Maria Flor e a força do cabelo 'Joãozinho'. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 19 de Junho de 2016, Segundo Caderno, p. 5.

CARVALHO, N. **Empréstimos linguísticos**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CORREIA, M.; LEMOS, L. S. P. **Inovação lexical em português**. Lisboa: Edições Colibri e Associação de Professores de Português, 2005.

COSTA, S. C. **Palavras sem fronteiras**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CUNHA, A. G. da. **Os estrangeirismos da língua portuguesa: vocabulário histórico-etimológico**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2003.

DINIZ, A. C. Impeachment no prédio. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 19 de Junho de 2016, Morar Bem, p. 1.

FORTUNA, M. Meiga, abusada e fashionista. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 21 de março de 2016, Segundo Caderno, p. 2.

'FOTOSSÍNTESE'. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 9 de junho de 2016, Jornais de Bairro [Zona Sul], p. 25.

GONÇALVES. A. **Atuais tendências em formação de palavras**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

GUIMARÃES, C. De todos os santos. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 29 de março de 2016a, Segundo Caderno, p. 2.

\_\_\_\_\_. Se não pode com eles... **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro 11 de junho, 2016b, Segundo Caderno, p.2.

OLIVEIRA, L. Moby: depois do “play” a pausa. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 10 de junho de 2016, Segundo Caderno, p. 1.

SANDMANN, A. J. **Morfologia lexical**. São Paulo: Contexto, 1992.

TEIXEIRA, M. Aspectos sociolinguísticos dos estrangeirismos. In: ALVES, I. M.; PEREIRA, Leliane Simões. **Neologia das línguas românicas**. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015.

URBIM, E. Para tudo, um ‘coach’. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 12 de junho de 2016, Revista O Globo, p. 34.

VALENTE, André. **Neologia na mídia e na literatura: percursos linguístico-discursivos**. Rio de Janeiro: Quartet, 2011.

VELOSO, C. Voo da fênix [13 de março de 2016]. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro. Revista O Globo, p. 30. Entrevista concedida a Carolina Ribeiro.

# TOPONÍMIA URBANA: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DE DADOS DO ATEMS

*Aparecida Negri Isquerdo*

*Ana Paula Tribesse Patrício Dargel*

## INTRODUÇÃO

**O** processo de nomear parece estar intrinsecamente ligado ao ser desde que se tem notícias sobre a vida do homem. Nesse sentido, nomeiam-se pessoas, rios, objetos, sentimentos, ruas, municípios, animais... Trata-se de uma necessidade essencial do indivíduo em termos de localização espacial, de domínio do território, de referência, de conhecimento e até de manifestação de poder. No âmbito dos estudos lexicais, a Onomástica é o ramo que tem como objeto de investigação os nomes próprios, tendo como vertentes principais a disciplina dedicada à pesquisa dos nomes próprio de pessoas (Antroponímia) e a voltada para o estudo dos nomes de lugares (Toponímia), objeto deste estudo.

A Toponímia se ocupa, pois, da análise do topônimo em termos de língua de origem, estrutura e formação morfológica, transformação linguística, significação e distribuição espacial em uma área geográfica. A Toponímia como uma disciplina autônoma e inserida nos estudos linguísticos teve que conquistar o seu espaço, uma vez que, tradicionalmente, era vinculada apenas à Geografia, razão pela qual foi desafiadora a sua efetiva vinculação à Linguística, mais especificamente aos estudos lexicais (cf. DICK, 1990, p. 35).

Em face disso, o pesquisador, se não estiver atento, poderá desviar o foco do estudo toponímico, o linguístico, e recair em outra área

do saber, priorizando, por exemplo, a história do local ao invés de se ater aos fatos e à análise sobre o nome do lugar, o designativo, o objeto da Toponímia e que faz dessa disciplina ser, em essência, Linguística, ou seja, “[...] a Toponímia é um imenso complexo línguo-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente” (DICK, 1990, p. 35-36). Assim, a Toponímia pode buscar em áreas do conhecimento como a História, Geografia, Psicologia, Computação, Ciências Sociais, Teologia, Antropologia informações específicas que podem subsidiar a interpretação da natureza dos nomes de lugares, razão pela qual se inter-relacionam com a Linguística e, consequentemente, com a Toponímia no exame dos dados toponímicos.

Nesse sentido, os resultados de um estudo toponímico podem tornar-se um documento linguístico-histórico-cultural de uma região. Isso inclui considerar como “pano de fundo” para a interpretação de dados toponímicos o modo de vida, a percepção do espaço dos povos que habitam ou que habitaram o espaço geográfico selecionado para a pesquisa. A Toponímia adota como fonte primária dos dados os mapas oficiais sincrônicos ou de diferentes épocas pretéritas, dependendo dos objetivos da pesquisa. Desta forma, além de mapas oficiais sincrônicos, na pesquisa toponímica pode-se fazer uso como fontes de dados outros tipos de documentos como mapas e documentos antigos, atas de Câmaras, documentos cartorários, ou entrevistas orais com habitantes da localidade, para citar algumas fontes.

Este trabalho discute resultados de estudo sobre a toponímia urbana da cidade de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, trazendo para discussão particularidades observadas na configuração do tecido urbano em termos de divisão do espaço. Para tanto, consideram-se, de antemão, algumas especificidades da toponímia urbana, tanto no que se refere a fatores motivacionais quanto às características do planejamento e divisão do espaço definido pelo Plano Diretor da cidade.

Não é demais lembrar que a complexa feição urbana é determinante para a compreensão do processo de nomeação por conferir aos topônimos características singulares, uma vez que dar nomes aos bairros, aos logradouros é também imprimir nesses nomes marcas sociais, culturais e históricas que se movem no tempo e no espaço e, assim, perpetuam a visão de mundo do homem urbano e a sua maneira particular de perceber o espaço, razão pela qual “a toponímia urbana é um instrumento de análise insubstituível na construção da memória coletiva” (BOUVIER; GUILLON, 2001, p. 11). Essa perspectiva já fora apontada por Dick (1990, p. 65): “os nomes de lugares se formalizam segundo condicionantes típicas a cada denominador, isoladamente ou como decorrência de uma manifestação mais ampla da comunidade envolvida”.

Nos meios urbano e rural, os designativos servem para identificar e individualizar o espaço, seja ele um córrego, uma fazenda, uma rua, uma avenida, uma praça com a finalidade de facilitar a orientação dentro do ambiente. A concepção de espaço urbano segue parâmetros distintos e é regida por legislação própria emanada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em termos de desmembramentos e de parcelamentos de territórios. Desta forma a teoria toponímica precisa considerar as especificidades do Plano Diretor da cidade, no que se refere à concepção e divisão do espaço urbano.

Neste estudo partilha-se uma reflexão a respeito do sintagma toponímico no âmbito da configuração do espaço urbano, com base em uma amostra de dados do *corpus* do Projeto ATEMS (Atlas Toponímico do estado de Mato Grosso do Sul) relativo à toponímia da capital sul-matogrossense<sup>1</sup>. O estudo foi motivado pela constatação de peculiaridades que ainda não tinham sido evidenciadas em outros trabalhos sobre a to-

---

<sup>1</sup> A toponímia urbana de Campo Grande vem sendo descrita e analisada, sobretudo, por meio de pesquisas acadêmicas em nível de Mestrado, pautando-se em parâmetros teórico-metodológicos que orientam o Projeto ATEMS. Já são seis trabalhos concluídos – Oliveira (2014); Ribeiro (2015); Cavalcante (2016), Bianca (2017), Neves (2019) e Quisnau (2019).

ponímia rural realizados no âmbito do Projeto ATEMS e, nem tampouco, contemplados por uma teoria que fornecesse uma linha de análise para as características dos sintagmas toponímicos.

Vale lembrar que a diretriz teórica e metodológica adotada por este estudo e pela grande maioria de pesquisadores da área da Toponímia no Brasil é o modelo de Dick (1990; 1992; 1996; 1997; 1999) concebido, principalmente, com base no exame de dados da toponímia física e da macrotoponímia dos estados da Federação brasileira. A única obra clássica de Dick acerca da toponímia urbana (DICK, 1997) apresenta resultados de estudos sobre a toponímia da cidade São Paulo dos anos de 1554 a 1897. Dessa forma, há carência no Brasil de trabalhos teóricos que subsidiem pesquisas a respeito das especificidades da toponímia urbana. No trabalho de 1997, Dick não adotou o modelo por ela sugerido em sua tese de doutoramento, publicada em 1990, tanto que ressalta nessa obra o seguinte:

Se o ponto de apoio buscado é a taxonomia por nós elaborada, a distribuição dos nomes encontrará uma base no que se optou chamar, agora, de *referencial*: uns tendo um suporte concreto, material, facilmente deduzível porque explícito ou icônico; outros, menos sensíveis, mais igualmente válidos. É aí, então, que a fundamentação classificatória empregada para enquadrar determinados topônimos tornar-se-á mais importante para justificar a inserção de alguns nomes em determinados referenciais (DICK, 1997, p. 147).

Nessa perspectiva, depreende-se que há necessidade de novas reflexões quando os dados examinados não se encaixarem nos parâmetros consagrados, como é o caso da natureza dos elementos genéricos identificados na toponímia urbana em estudo e de determinadas tendências motivacionais evidenciadas pelos dados urbanos. Assim, o foco deste trabalho é o sintagma toponímico.

## 1. A CONFIGURAÇÃO DO TRAÇADO URBANO DE CAMPO GRANDE/MS: ALGUNS APONTAMENTOS

Segundo o IBGE, pela Lei nº. 792, de 23 de novembro de 1889, foi criado o distrito de Campo Grande, ainda integrado ao Município de Nioac, do qual foi desmembrado em 26 de agosto de 1899 e elevado à categoria de Distrito, pela Resolução Estadual nº. 225. No decorrer do tempo, Campo Grande se tornou Distrito Sede, Cidade, com outros distritos sendo acoplados e desmembrados até a configuração atual do Município: Distrito Sede e Capital do Estado do Mato Grosso do Sul, constituído ainda pelos distritos de Anhanduí e Rochedinho<sup>2</sup>.

O Capítulo II da Lei complementar nº 05, de 22 de novembro de 1995, que estabelece diretrizes para o Plano Diretor da cidade de Campo Grande, divide o espaço urbana da capital sul-mato-grossense em regiões urbanas, bairros e parcelamentos que, por sua vez, abriga os logradouros (avenidas, ruas, travessas, becos...). No seu Art. 13 define *região urbana* como “porções do território urbano, referenciais para descentralização das ações de planejamento e administração” (p. 11) e *bairros* como “áreas pertencentes às Regiões Urbanas [...], organizadas para qualificar as condições de trabalho, circulação, recreação, moradia e as relações de cooperação em todos os tipos de atividade de vizinhança” (p. 12). Já a Lei Complementar n. 74, de 6 de setembro de 2005 que dispõe sobre o ordenamento do uso e da ocupação do solo no município de Campo Grande, no seu Art. 4º, além de reiterar a definição de *regiões urbanas* e de *bairros*, no seu inciso XLVIII, reza que *parcelamento* é “qualquer divisão do solo, com ou sem aberturas de vias de circulação, que resulte em novas unidades imobiliárias (Lei complementar nº 74, de 06 de setembro de 2005, p. 4).

---

<sup>2</sup> IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 05 maio.2019. Outras informações acerca de aspectos históricos e geográficos do Estado de Mato Grosso do Sul e de sua Capital Campo Grande, mais diretamente à toponímia urbana de Campo Grande, podem ser buscadas também em Oliveira (2014); Ribeiro (2015); Cavalcante (2016); Silveira (2017); Neves (2019); Quisnau (2019) e Dargel e Isquerdo (2020).

O planejamento urbano de Campo Grande contempla, pois, regiões urbanas, bairros, parcelamentos e logradouros (ruas, parques, avenidas, travessas, praças...). A divisão macro do espaço delimita sete regiões urbanas, subdivididas em 74 bairros que, por sua vez, abrigam cerca de 847 parcelamentos, assim distribuídos:

**Tabela 1** - Regiões urbanas de Campo Grande/MS e quantitativo de bairros e de parcelamentos

<b>REGIÃO</b>	<b>NÚMERO DE BAIROS</b>	<b>NÚMERO DE PARCELAMENTOS</b>
Região Urbana do Segredo	07	125
Região Urbana do Anhanduizinho	14	147
Região Urbana do Lagoa	11	84
Região Urbana do Centro	13	168
Região Urbana do Prosa	11	109
Região Urbana do Bandeira	11	118
Região Urbana do Imbirussu	7	96
<b>Total</b>	<b>74</b>	<b>847</b>

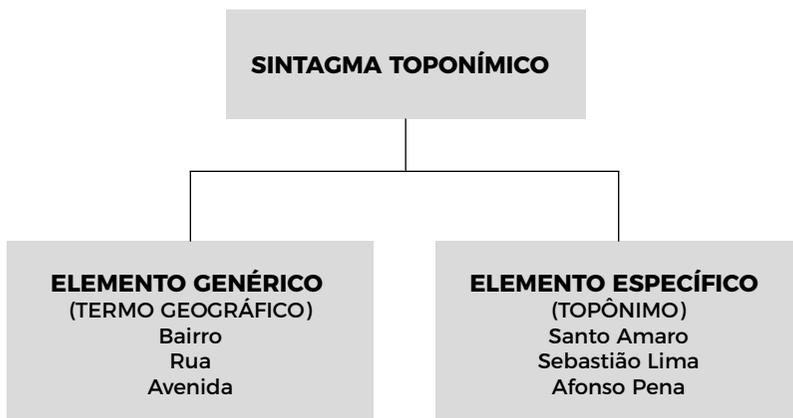
**Fonte:** Elaborada pelas autoras<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Fontes consultadas: Lei Complementar n. 74, de 6 de setembro de 2005 (Art. 13), município de Campo Grande e a MAPOTECA, disponibilizada no site da SEMADUR/Campo Grande/MS.



Em se tratando de topônimos de acidentes geográficos urbanos<sup>4</sup>, nomes de bairros e logradouros (ruas, avenidas, travessas, becos...), e de topônimos rurais físicos (rio Dourados; serra da Bodoquena) ou humanos (fazenda São João, distrito de Rochedinho), a concepção de sintagma toponímico em exame atende de forma satisfatória a classificação do termo genérico como ilustra a figura a seguir.

**Figura 2** - Estrutura do sintagma toponímico (DICK, 1990).



**Fonte:** Elaborada pelas autoras

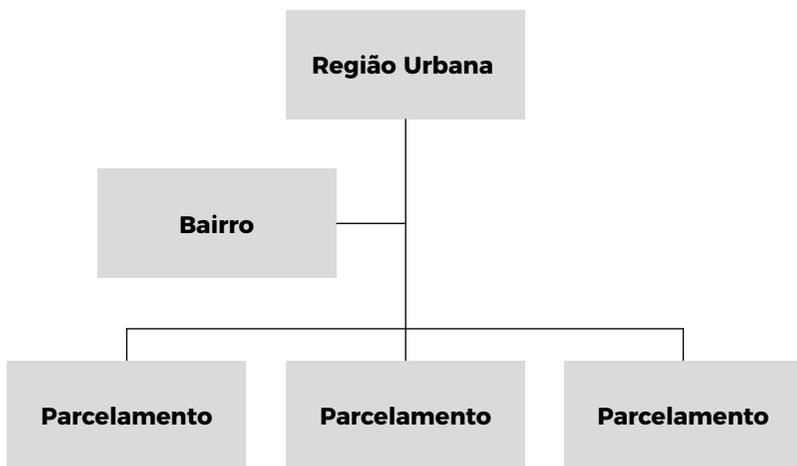
Todavia, considerando a divisão do espaço urbano da cidade de Campo Grande, como explicitado no Item 1 deste texto, a proposta não atende plenamente a classificação das diferentes feições dos termos genéricos identificados, uma vez que, segundo o Plano Diretor da cidade, na divisão do território, entre o bairro e os logradouros, há a categoria *parcelamento* (cf. Figura 1). O elemento genérico, o termo emprestado da Geografia, é o referente a ser denominado pelo nomeador no ato de batismo do acidente geográfico humano (município, vila, bairro, rua,

---

<sup>4</sup> Acidente geográfico é o termo adotado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Por esse motivo, em alguns momentos, mencionam-se neste estudo acidente geográfico humano e acidente geográfico físico.

travessa, avenida, fazenda, sítio...) ou do acidente geográfico físico (rio, lago, mar, córrego, cachoeira, morro...). No caso da divisão do espaço urbano da cidade de Campo Grande, numa visão hiperonímica, conforme Lyons (1979, p. 483), imediatamente após o hiperônimo *cidade* situa-se o hipônimo de caráter genérico *região urbana* que, por sua vez, abriga os hipônimos *bairros*, área geográfica subdividida em *parcelamentos*, outro hipônimo de caráter genérico ao qual se vinculam os diferentes tipos de logradouros. A figura a seguir representa essa estrutura que é explicada no item 2.1 na sequência e a partir dela discutida a configuração do termo genérico com base nessa distribuição hierárquica do espaço.

**Figura 3** - Representação estrutural da divisão do espaço urbano da cidade de Campo Grande/MS.



Fonte: Elaborada pelas autoras

A já aqui mencionada Lei Complementar n. 74, de 6 de setembro de 2005 que dispõe sobre o ordenamento do uso e da ocupação do solo no município de Campo Grande, seu Art. 13 delibera que “as Regiões Urbanas de Campo Grande ficam subdivididas em bairros, conforme “ANEEXO II - PLANTA 02 - MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - ÁREA URBANA DA SEDE - BAIRROS” integrados por *parcelamentos*/assen-

tamentos cujas denominações e limites são os seguintes<sup>5</sup>. Na sequência do texto legal é apresentado o detalhamento das sete regiões urbanas e seus respectivos bairros e parcelamentos. A Mapoteca disponibilizada no site da SEMADUR - Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Gestão Urbana da Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS: <http://www.campogrande.ms.gov.br/semadur/mapoteca/> - os mapas dos bairros de Campo Grande e seus respectivos parcelamentos.

Transferindo-se parte desses dados para os quadros que seguem, busca-se demonstrar como se distribuem as regiões urbanas, os bairros e os parcelamentos, se associados ao conceito de sintagma toponímico:

**Quadro 1** - Estrutura do sintagma toponímico -  
toponímia urbana de Campo Grande/MS

ELEMENTO GENÉRICO	ELEMENTO ESPECÍFICO
Região Urbana	Centro
Região Urbana	Segredo
Região Urbana	Anhanduizinho
Bairro	Veraneio
Parcelamento Jardim 01	Veraneio
Bairro	Jardim dos Estados
Parcelamento Vila	Jardim dos Estados
Parcelamento Jardim	Alegre
Parcelamento Conjunto Residencial	Recanto dos Rouxinóis
Parcelamento Loteamento	Recanto das Palmeiras
Parcelamento Portal	Gramado, do
Parcelamento	Oeste

**Fonte:** Elaborado pelas autoras

<sup>5</sup> Redação dada pela republicação da Lei Complementar n.74, de 6 de setembro de 2005, no Diogrande n. 2538, de 12 de maio de 2008.

## 2.1. O elemento genérico do sintagma toponímico

Conforme assinalado neste estudo, o elemento genérico do sintagma toponímico se refere ao acidente geográfico. Até há pouco tempo, essa parte do topônimo desafiava os pesquisadores da área quando aparecia aglutinado e, assim, suscitava dúvidas quanto à classificação dos designativos segundo o modelo taxonômico mais adotado no Brasil, o de Dick (1990; 1992). De acordo com Dick (1992, p. 10),

Se aglutinados, aparecem indissolivelmente unidos acidente e topônimo, de modo a constituir como que um bloco único, fechado em torno dos dois elementos, dos quais não se distingue mais o que é um ou o que é o outro, principalmente, como explicam os canadenses, se a língua falada já excluiu do seu uso o vocábulo em questão. Frequentemente, nesses casos, adota-se como recurso explicativo, o reforço de um novo genérico, para complementar a ideia daquele que foi absorvido, por inteiro, no interior do designativo, em seu núcleo complexo. Diz-se, então, que o termo genérico tende a perder sua função própria, tornando-se um mero complemento do termo específico.

Essas situações mencionadas por Dick referem-se aos denominados casos de toponimização, já resolvidos no âmbito dos estudos toponímicos e que não suscitam mais dúvidas porque o pesquisador classifica semanticamente o topônimo pelo seu sema principal, ou seja, pela ideia que ressalta a motivação do designador no ato de batismo do topônimo. Desse modo, o fato de o elemento genérico ter sido aglutinado ao elemento específico não é mais comum gerar equívocos na análise linguística do topônimo por pesquisadores da área. No entanto, conforme avançam os estudos toponímicos no Brasil e particularmente em Mato Grosso do Sul, há outra realidade quanto à nomenclatura onomástica do espaço urbano que ainda, até onde se consta, não havia sido estudada no Brasil.

Como ilustrado pela Figura 3, destaca-se no Plano Diretor da cidade de Campo Grande a inserção do elemento *parcelamento* à nomenclatura toponomástica urbana da cidade. É preciso pontuar que a identificação do elemento *parcelamentos*, devidamente assinalados nos mapas relativos às sete regiões urbanas de Campo Grande, disponibilizados em linha pela PLANURB<sup>6</sup>, é preocupação tão somente de estudiosos interessados na temática da estruturação do espaço urbano, incluindo os que se dedicam à pesquisa na área da Toponímia, não sendo identificados pela maioria da população para quem os *parcelamentos*, no senso comum, são tomados genericamente como “bairros”. O máximo pode o falante ter a consciência de que, por exemplo, determinados “bairros” (na verdade *parcelamentos*) fazem parte do “grande” *Universitário, Coronel Antonino*, dentre outros, que na verdade são bairros. Ressalte-se que essa mesma percepção é evidenciada em sites como o Guia Mais<sup>7</sup> e o Informacerto<sup>8</sup> que disponibilizam os nomes dos “bairros” de Campo Grande em ordem alfabética, considerando como “bairros” todos os *parcelamentos*.

Na verdade, no caso dos *parcelamentos*, há a menção anterior ao bairro em que se localiza o *parcelamento*, como um hiperônimo, seguido de todos os *parcelamentos*, co-hipônimos, localizados no *bairro*. Se o *parcelamento* é também um elemento genérico, como classificá-lo de acordo com a taxionomia toponímica? Os *parcelamentos* ora são marcados com os termos *jardim, parque, vila, conjunto, residencial, loteamento, desmembramento, núcleo habitacional, bosque...* que o morador entende como equivalente a *bairro*, quando na verdade na estrutura hierárquica do Plano Diretor da cidade de Campo Grande situam-se ao nível do *parcelamento*. Em cada bairro, o nome do bairro também denomina um dos *parcelamentos*,

---

<sup>6</sup> Fonte: Planurb: Agência Municipal de Meio Ambiente e de Planejamento Urbano: <http://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/wp-content/uploads/sites/18/2017/12/ANEXO-4.pdf>

<sup>7</sup> Cf. <https://www.guiamais.com.br/bairros/campo-grande-ms>

<sup>8</sup> Cf. <http://www.informacerto.com.br/campo-grande/bairros.htm>

passando assim a figurar como termo específico do sintagma toponímico. Considerando esse quadro questiona-se acerca da função desempenhada, no âmbito do sintagma toponímico, pelos itens lexicais *jardim, parque, vila, conjunto, bosque* etc. que, como já assinalado, o morador entende como equivalente a *bairro*. Na estrutura do termo genérico, o termo *parcelamento* aparece individualmente ou formando um termo genérico composto quando acompanhado por um dos termos retromencionados.

Ribeiro (2015, p. 35), ao analisar topônimos de natureza religiosa na toponímia urbana de Campo Grande, deparou-se com essa questão que envolve o parcelamento na estrutura do termo genérico e, na tentativa de resolver esse impasse, classificou os *parcelamentos* do *corpus* de sua dissertação identificados com os itens lexicais *jardim, vila, parque...* como elementos genéricos compostos, a partir desta sequência de ordenação: Região → Bairro → Parcelamento (Elemento Geográfico Composto) → Elemento específico<sup>9</sup>.

Examinando-se uma amostra mais ampla de dados, ou seja, não só os que remetem a um referencial religioso, nota-se que na toponímia urbana em análise torna-se necessário considerar três outras questões: (i) a identificação de outros termos que podem funcionar como genérico associado ao termo parcelamento, além de *jardim, vila, parque, bosque...*, como *residencial, núcleo habitacional, desmembramento, loteamento*, dentre outros, gerando assim termos genéricos compostos; (ii) a possibilidade de o termo *parcelamento* figurar como elemento genérico simples; (iii) os termos *vila, jardim, parque*, dentre outros, exercendo a função de determinante como núcleo do elemento específico do sintagma toponímico.

Ilustrando com exemplos do *corpus*, tem-se em (i) casos como *parcelamento Loteamento Municipal Jardim Campo Verde; parcelamento Con-*

---

<sup>9</sup> Cavalcante (2016) também adotou na análise dos dados da sua pesquisa essa opção metodológica proposta por Ribeiro (2015).

*junto Habitacional Mata do Jacinto*; (ii) *parcelamento Morada do Sossego*; *parcelamento Ari Abussafi Lima*; (iii) *parcelamento Bairro Cidade Jardim*, nome de um parcelamento do bairro Chácara Cachoeira cujo nome é formado por três unidades lexicais que indicam casos de toponimização à medida que originalmente nomeiam o elemento geográfico que recebe a nomeação (bairro, cidade e jardim). Os exemplos mencionados atestam a necessidade de no exame da estrutura do sintagma toponímico, a exemplo dos sintagmas em geral no vocabulário comum, cada componente do sintagma ser examinado segundo a posição da unidade lexical no enunciado toponímico, o que explica o fato de um mesmo item lexical, a depender da sua posição e função na estrutura, figurar como termo genérico (determinado) ou como elemento específico (determinante).

## **2.2. O elemento específico do sintagma toponímico**

O elemento específico, como mencionado na introdução deste trabalho, é o topônimo, ou seja, o designativo que determina o termo genérico do sintagma toponímico. Dessa forma, o elemento específico é o nome escolhido pelo denominador para particularizar um espaço entre os demais, dando uma voz diferente ao enunciado toponímico porque o falante saberá a diferença espacial entre a Rua *Padre João Crippa* e a Rua *Sebastião Lima* porque os dois topônimos são diversos. Os designativos, como elementos específicos do sintagma toponímico, indicam pontos de referência diferentes, isto é, “o elemento específico ou termo específico, ou topônimo propriamente dito, que particularizará a noção espacial, identificando-a e singularizando-a dentre outras semelhantes” (DICK, 1992, p. 10).

### **2.2.1. A estrutura e a formação morfológicas do signo toponímico urbano**

Em 1990, Dick assinala para os topônimos brasileiros uma configuração morfológica distribuída em sua formação em:

[...] o topônimo ou elemento específico simples é aquele que se faz formar por um só formante (seja substantivo ou adjetivo, de preferência), podendo, contudo, também ser acompanhado de sufixações (diminutivas, aumentativas ou de outras procedências linguísticas) [...].

Topônimo composto ou elemento específico composto é aquele que se apresenta com mais de um elemento formador, de origem diversas entre si, do ponto de vista do conteúdo [...].

Topônimo híbrido ou elemento específico híbrido, como o entendemos, é aquele designativo que recebe em sua configuração elementos linguísticos de diferentes procedências: a formação que se generalizou no país é a portuguesa + indígena ou a indígena + a portuguesa [...] (DICK, 1992, p. 13-14).

Nos dados da toponímia urbana analisados até o momento no âmbito do Projeto ATEMS, há topônimos que, quanto à estrutura morfológica, podem ser classificados como de estrutura morfológica simples ou composta e, quanto à formação, ocorrem casos de nomes compostos híbridos e simples híbridos como se pode observar no quadro a seguir:

**Quadro 2:** Tendências do elemento específico do topônimo: morfologia

LOGRADOURO	TOPÔNIMO	LÍNGUA DE ORIGEM	TAXIONOMIA TOPONÍMICA	ESTRUTURA MORFOLÓGICA (+FORMAÇÃO) DO TOPÔNIMO
Rua	Buriti do Brejo	Língua Tupi + Língua Portuguesa	Fitotopônimo	<b>Composto Híbrido</b>
Travessa	Buriti	Língua Tupi	Fitotopônimo	Simple
Rua	Pinheiros, dos	Língua Portuguesa	Fitotopônimo	Simple
Rua	Araras	Língua Tupi	Zootopônimo	Simple
Rua	Seminário, do	Língua Portuguesa	Sociotopônimo	Simple
Rua	Cascudo	Língua Portuguesa	Zootopônimo	Simple
Avenida	Presidente Vargas	Língua Portuguesa + Língua Portuguesa	Axiotopônimo	Composto
Rua	Pedro Celestino	Língua Portuguesa	Antropotopônimo	Composto
Rua	Santa Tereza	Língua Portuguesa	Hagiotopônimo	Composto
Rua	Itápolis	Língua Tupi + Língua Portuguesa	Corotopônimo	<b>Composto Híbrido</b>
Rua	General Reveilleau	Língua Portuguesa + Língua Francesa	Axiotopônimo	<b>Composto Híbrido</b>
Rua	Edward de Oliveira	Língua Inglesa + Língua Portuguesa	Antropotopônimo	<b>Composto Híbrido</b>
Rua	Ipezal	Língua Tupi + Língua Portuguesa	Fitotopônimo	<b>Simple Híbrido</b>
Rua	Jaboticabal	Língua Tupi + Língua Portuguesa	Corotopônimo	<b>Simple Híbrido</b>

**Fonte:** Elaborado pelas autoras

Como é possível constatar, há topônimos formados por mais de uma língua o que faz com que sejam classificados como simples híbridos (ipê (tupi) + zal (português)) e compostos híbridos (Buriti (português) + do Brejo (português)). Os topônimos de estrutura composta encontrados nos *corpora* podem ser originados de apenas uma língua ou de mais línguas. Neste caso, por ser algo muito recorrente nos dados do ATEMS, foi tomada a decisão de se considerarem a estrutura e a formação mor-

fológicas na classificação (estrutura morfológica (simples) + formação morfológica (híbrida), estrutura morfológica (composta) + formação morfológica (composta)).

Pode ser que essa tendência da morfologia dos topônimos mude ou se amplie no decorrer da finalização da análise dos dados da toponímia urbana sul-mato-grossense, mas, por enquanto, a recorrência maior é de topônimos de estrutura morfológica composta e de estrutura morfológica composta com formação híbrida (em Itápolis, por exemplo, há o morfema lexical de língua tupi *Ita* + o morfema lexical *polis* originado da língua grega, mas já incorporado à língua portuguesa), além de topônimos de estrutura morfológica simples como Rua *Rosário, do* (formado apenas por um morfema lexical e uma só língua de origem).

### **2.2.2. Configurações e desafios da motivação do elemento específico do sintagma toponímico**

Neste estudo foram apontadas diferenças entre os domínios da toponímia física rural, humana rural e urbana tanto na configuração do elemento genérico quanto da estrutura e formação morfológicas do topônimo. Desse modo, não é de se estranhar que o processo semântico do ato designativo também evidencie diferenças nos variados espaços em que se estudam os topônimos. Os nomeadores e as causas denominativas na toponímia urbana geralmente não são os mesmos na toponímia rural física e humana, uma vez que nestas o batismo de um lugar pode ocorrer de forma mais espontânea e pela população que por algum proprietário ou órgão oficial, a não ser pequenos cursos de água, em se tratando de toponímia rural física, que o IBGE precisou denominar porque a população não sentiu necessidade de lhes dar um nome anteriormente. O Quadro 3 sintetiza o exposto.

**Quadro 3:** A enunciação do ato denominativo do elemento específico do topônimo

TOPONÍMIA	ESPONTÂNEA	ÓRGÃO OFICIAL	PROPRIETÁRIO	POPULAÇÃO	IBGE
RURAL FÍSICA	+	-	-	+	-/+
RURAL HUMANA	+/-	-	+	-/+	-
URBANA	-	+	-/+	-	-

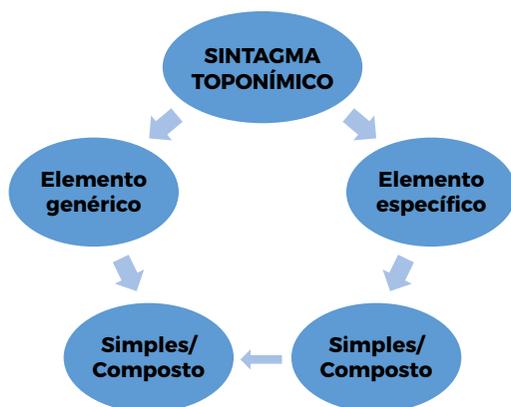
**Fonte:** Elaborado pelas autoras

O signo toponímico é um signo linguístico enriquecido porque é revestido de motivação, mesmo que, com o tempo, torne-se opaco o motivo de um elemento genérico ter recebido determinado elemento específico no lugar de tantos outros disponíveis na língua.

Observando-se os topônimos da área urbana da cidade de Campo Grande, constata-se que a maioria deles foi batizado por um órgão oficial da Prefeitura Municipal ou então pelo proprietário do loteamento a ser povoado. Essa configuração denominativa parece recorrente em boa parte das cidades brasileiras. A espontaneidade e a população influenciam na nomeação de acidentes geográficos físicos como rios, córregos, lagoas. A população, juntamente com os proprietários, também interfere na nomeação de propriedades rurais. Nesse aspecto, a recorrência às taxionomias de Dick (1990; 1992) tem sido diversificada em cada um dos domínios da toponímia.

Por se tratar de um estudo da área urbana, as taxonomias mais produtivas até o estágio atual da pesquisa têm sido as taxes de natureza antropocultural como antropotopônimos, axiotopônimos e hagiotopônimos. A Figura 4 na sequência sintetiza a discussão trazida neste trabalho, ou seja, a problemática da configuração do sintagma toponímico na toponímia urbana.

**Figura 4:** Estrutura do Sintagma Toponímico



Fonte: Elaboração das autoras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a toponímia urbana da cidade de Campo Grande/MS aqui apresentado demonstrou algumas tendências na tessitura onomástica da localidade. Destaca-se a inserção do elemento genérico composto, principalmente com a presença do termo *parcelamento* na função de termo genérico; a presença de *jardim*, como elemento genérico, e *Jardim*, com função de elemento específico do sintagma toponímico. Nesse sentido, há que se ressaltar que a classificação de uma unidade lexical como elemento genérico ou específico na estrutura do sintagma toponímico requer o estudo da configuração da nomenclatura onomástica do lugar e a análise da posição e a função desse item lexical na estrutura do sintagma, uma vez que há particularidades regionais significativas na toponímia que precisam ser consideradas.

Além disso, também se inseriu a formação híbrida à estrutura morfológica composta quando dois morfemas lexicais originados de línguas diferentes formarem o topônimo na toponímia urbana. Notou-se a recorrência maior de topônimos originários da língua portuguesa e de

estrutura composta, incidência bastante produtiva de designativos compostos e de formação híbrida, além de topônimos de estrutura morfológica simples. Quanto à motivação do elemento específico do topônimo, verificou-se que a maioria é atribuída por órgãos oficiais e por proprietários de loteamentos. Quanto à produtividade das taxionímias toponímicas, até agora são mais recorrentes as taxes de natureza antropocultural.

Há que se destacar que este estudo está em andamento e, assim, algumas reflexões poderão ser ampliadas, modificadas ou adaptadas de acordo com a coleta e a análise de novos dados.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Bianca da Silveira de. **A Toponímia urbana de Campo Grande/MS: um estudo etnolinguístico da região do Segredo**. 2017. 241 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens), UFMS, Campo Grande, 2017.

ATEMS – Atlas Toponímico de Mato Grosso do Sul. **Sistema de Dados**. Campo Grande: UFMS, 2011 (uso restrito).

BOUVIER, Jean-Claude; GUILLON, Jean-Marie. **La toponymie urbaine**. Significations et enjeux. France: L'Harmattan, 2001.

CAVALCANTE, Leticia Barbosa da Silva. **Léxico toponímico urbano na cidade de Campo Grande/MS: região do Imbirussu**. 2016. 276 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Centro de Ciências Sociais e Humanas – UFMS. Campo Grande, MS, 2016.

DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício; ISQUERDO, Aparecida Negri. Apon-tamentos sobre os designativos de acidentes humanos rurais no estado de Mato Grosso do Sul. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; DAL CORNO, Giselle Olivia Mantovani (Orgs.). **As Ciências do Léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, v. VIII Campo Grande: Editora UFMS, 2018, p. 91-111.

DICK, Maria Vicentina do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990.

\_\_\_\_\_. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

\_\_\_\_\_. Atlas toponímico: um estudo de caso. **Acta Semiotica et Lingvistica**. São Paulo, v. 6, n.1, p. 27-44, 1996.

\_\_\_\_\_. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo, 1954-1897**. São Paulo: Annablume. 1997.

\_\_\_\_\_. Método e questões terminológicas na Onomástica. Estudo de Caso: A toponímia do estado de São Paulo. **Investigações**. Lingüística e Teoria Literária. Recife/UFPE, v. 9, p. 119-148, 1999.

ISQUERDO, Aparecida Negri; DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício A macrotoponímia dos municípios sul-mato-grossenses: mecanismos de classificação semântica. In: ISQUERDO, Aparecida Negri. (Org.). **Toponímia: tendências toponímicas no estado de Mato Grosso do Sul**. v. 2, Campo Grande: Editora UFMS, 2020, p. 229-272. Série Toponímia (no prelo).

LYONS, John. **Introdução à lingüística teórica**. Tradução de Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

NEVES, Janaína Domingues Verão das. **Toponímia urbana de Campo Grande/MS: um estudo etnolinguístico dos nomes das ruas da região do Prosa**. 2019. 248 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Centro de Ciências Sociais e Humanas – UFMS. Campo Grande, MS, 2019.

OLIVEIRA, Leticia Alves Correa. **Toponímia urbana da região central de Campo Grande/MS: um olhar socioetnolinguístico**. 2014. 262 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Centro de Ciências Sociais e Humanas – UFMS. Campo Grande, MS, 2014.

QUISNAU, Cesar Adilon Canhete. **A toponímia urbana da região do Anhanduizinho/Campo Grande/MS: um estudo etnolinguístico**. 2019. 248 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2019.

RIBEIRO, Priscila do Nascimento. **Religiosidade na toponímia urbana de Campo Grande/MS: entrelaçamentos históricos e linguísticos**. 2015. 154 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Centro de Ciências Sociais e Humanas – UFMS. Campo Grande, MS, 2015.

**Sites consultados:**

IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso: 05 maio.2019.

Prefeitura Municipal de Campo Grande. Disponível em: <http://www.campo-grande.ms.gov.br/semadur/mapoteca/> Acesso: 05.maio.2019.

PLANURB 2007. Disponível em <http://www.primeiranoticia.ufms.br/upload/files/20140709140636.pdf>. Acesso em 10 jul.2020.

GUIAMAIS: <https://www.guiamais.com.br/bairros/campo-grande-ms>

INFORMACERTO: <http://www.informacerto.com.br/campo-grande/bairros.htm>

*LEI COMPLEMENTAR n. 74, DE 6 DE SETEMBRO DE 2005:*

[www.secovi-ms.com.br/legislacao/LEI%20USO%20SOLOde%206%20Set%202005.pdf](http://www.secovi-ms.com.br/legislacao/LEI%20USO%20SOLOde%206%20Set%202005.pdf).

# OS SIGNOS TOPONÍMICOS E SUAS MARCAS NA HISTÓRIA DA BAHIA

*Celina Márcia de Souza Abbade*

*Clese Mary Prudente Correia*

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

**C**ompreendendo a língua como manifestação da cultura de um povo e destacando seu caráter histórico e identitário, propõe-se aqui verificar os aspectos culturais que envolvem a língua, a cultura e a identidade, evidenciados nos signos toponímicos da Bahia. O *corpus* analisado é composto pelos 169 topônimos dos municípios existentes no Estado no ano de 1958, data de publicação, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos volumes XX e XXI da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*.

Ao analisar a relação entre língua, cultura e identidade para comprovar que o estudo do ato de nomear o lugar não se limita à análise linguística, reconhece-se, como Isquierdo (2008), que um estudo lexicológico sobre os processos de nomeação toponímica relaciona-se à Etnolinguística, área dos estudos linguísticos que se preocupa em perceber a influência da cultura no léxico e na gramática de uma língua, de acordo com as atividades, a estrutura social e o ambiente geográfico do povo que a usa, aspectos fundamentais para a construção de sua identidade cultural.

Conciliando assim as abordagens teóricas da Etnolinguística e da Lexicologia, com foco na Onomástica, o estudo apoia-se nos princípios básicos da taxonomia vinculada à motivação toponímica proposta por Dick (1990), que oferece a possibilidade de classificação dos topônimos

conforme uma variedade de significações, na medida em que eles podem ser analisados com base em suas origens externas (físicas) ou subjetivas (antropoculturais). Composto por vinte e sete taxes que refletem a diversidade da realidade brasileira, o modelo taxonômico estabelece duas ordens de consequência no seu sistema classificatório: taxionomias de natureza física, relacionadas a elementos do ambiente físico, e taxionomias de natureza antropocultural, que se referem aos aspectos sociais, históricos e culturais.

## **1. LÉXICO E CULTURA: RELAÇÕES E MARCAS DE IDENTIDADE**

A relação do homem com o mundo é intermediada pela linguagem, e as palavras correspondem, segundo Antunes (2012), à representação linguística das categorias cognitivas que são por ele construídas nesse processo ao longo de sua existência. Entendendo o léxico como o inventário dos itens linguísticos com o qual o homem expressa essas categorias, a autora o considera como uma espécie de “memória representativa” das matrizes cognitivas construídas pelo homem, “uma memória dinâmica, em movimento constante, que se vai reformulando passo a passo, assim como as manifestações culturais que ele expressa” (ANTUNES, 2012, p. 28).

Desse modo, instável e variável como o mundo, o léxico, influenciado por fatores socioculturais, constitui-se em um conjunto aberto e em constante renovação, sendo considerado o nível de realização mais extralinguístico, em comparação com a sintaxe, a morfologia e a fonética, que apresentam possibilidades limitadas de mudança. No entanto, embora as mudanças sociais e históricas possam interferir nos significados das palavras, criar novos itens ou suprimir outros, a constante renovação do léxico ocorre a partir de uma base estável e definida, o que o torna, como afirma Antunes (2012), um componente ao mesmo tempo sistemático e aberto. Nesse sentido, Biderman (2001, p. 12) reconhece que

O léxico de uma língua natural pode ser identificado como o patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística ao longo de sua história. Assim, para as línguas de civilização, esse patrimônio constitui um tesouro cultural abstrato, ou seja, uma herança de signos lexicais herdados e de uma série de modelos categoriais para gerar novas palavras.

Essa herança de signos lexicais, no entanto, não serve apenas à função de atribuir nomes e rotular as coisas. Mesmo porque a língua não é um espelho que reflete fielmente o mundo. Ela tem um papel ativo na aquisição do conhecimento, relacionando-se, como sustenta Biderman (2001), com a cognição da realidade e constituindo-se em uma forma de registrar o conhecimento, que, ao ser nomeado, pode ser socializado e integrado à cultura coletiva.

Assim, profundamente vinculado à cultura de um povo, o léxico é considerado por Sapir (1961) como o nível de realização da língua que mais reflete o ambiente físico e social dos seus falantes. Segundo Sapir, responsável pela delimitação do campo de estudo da Etnolinguística,

O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade; e, por isso, se houvesse à nossa disposição um tesouro assim cabal da língua de uma dada tribo, poderíamos daí inferir, em grande parte, o caráter do ambiente físico e as características culturais do povo considerado (SAPIR, 1961, p. 45).

É importante situar aqui a concepção de cultura que será utilizada neste trabalho. Defendendo a ideia de que para compreender o seu sentido atual é fundamental a reconstituição de sua genealogia, ou seja, como a palavra foi formada, a sua origem e evolução semântica, Cuche (2002) esclarece que, originária do latim, a palavra *cultura* teve o seu conteúdo semântico gradativamente alterado conforme o movimento natural

da língua. Inicialmente indicando um estado – o cuidado dispensado ao campo ou ao gado – passou, por um processo metonímico, a indicar uma ação – o fato de cultivar a terra –, seguindo-se, por metáfora, da cultura da terra à cultura do espírito.

Afirma ainda Cuche (2002) que, em busca de um conceito científico de cultura, coube a Edward Tylor dar ao termo uma dimensão coletiva, entendendo-a como a expressão da totalidade da vida social do homem e considerando todos os humanos como seres de cultura. A Franz Boas coube a pluralização da palavra, ao se dedicar ao estudo “das culturas” e não “da cultura”, em uma tentativa de pensar a diferença. Para Boas, “cada cultura é dotada de um ‘estilo’ particular que se exprime através da língua, das crenças, dos costumes, [...]. Este estilo, este ‘espírito’ próprio a cada cultura influi sobre o comportamento dos indivíduos” (2002, p. 45).

A estreita relação de interdependência entre língua e cultura é reconhecida por diferentes estudiosos da língua. Para Sapir (1961, p. 26), “a língua é, antes de tudo, um produto cultural, ou social, e assim deve ser entendida”. Para ele, transmitir a cultura é uma das funções da língua e, no entanto, ela mesma é marcada pela cultura. Para Mattoso Câmara, a língua é um microcosmo da cultura. “Tudo que esta última possui se expressa através da língua; mas também a língua em si mesma é um dado cultural” (CÂMARA, 1965, p.18).

Reconhecendo-se assim que língua e cultura são conceitos interligados e que o léxico, como parte integrante da cultura e da história de um grupo social, expressa a forma como os atores desse grupo se relacionam com o mundo, considera-se essa dimensão da língua como um aspecto importante na constituição da identidade cultural de uma comunidade. Ou seja, entendendo que a identidade se constrói a partir da cultura que, por sua vez, se expressa através de referenciais linguísticos, pode-se identificar, no léxico de uma região, características identitárias do povo que nela habita.

Para perceber como essa interação entre léxico e identidade acontece, é preciso também delimitar o sentido de identidade aqui utilizado. Etimologicamente derivada do latim *identitas* ‘a mesma coisa’, a lexia *identidade* é resultado da alteração de uma expressão latina: *idem et idem*, que depois foi reduzida a *idem* ‘o mesmo’, ou seja, o estado do que não muda, do que fica sempre igual e permite assim a identificação e a individualização (HOUAISS, 2001, p. 1565).

Considerado como um conceito demasiadamente complexo e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea, Hall (2005) reconhece, no entanto, que a identidade é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais o sujeito é representado ou interpelado nos sistemas culturais que o rodeiam, não existindo, desse modo, uma identidade fixa e permanente. “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos” (HALL, 2005, p. 13).

Concordando com o fato de que a identidade está em constante elaboração, Cuche (2002, p. 182) entende essa construção como “uma relação que opõe um grupo aos outros grupos com os quais está em contato”. Tendo por base a diferença cultural, a identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente. “É ao mesmo tempo inclusão e exclusão” (2002, p. 177).

Para Rajagopalan (2013), a ideia de que uma identidade é definida em oposição a outras se torna evidente ao referir-se à linguagem adâmica, isto é, à forma como Adão é levado a nomear os animais criados por Deus.

Ao dar um nome ‘próprio’ a cada animal, distinguindo-o dos demais bichos, o primeiro homem estava dando largada, sob o olhar do Todo-Poderoso, à prática de *identificar* cada um com base naquilo que cada um não compartilhava com seus pares (RAJAGOPALAN, 2013, p. 71, grifo do autor).

Desse modo, considerando as características identitárias como traços não permanentes que individualizam o sujeito e o ato de nomear como uma forma de identificar e individualizar a realidade, entende-se que, ao nomear um espaço, o homem o diferencia dos demais, tornando-o localizável e único.

## **2. A TOPONÍMIA E O ATO DE NOMEAR O ESPAÇO**

O ato de dar nomes insere-se no campo de estudo da Onomástica, área da Lexicologia que se dedica às lexias que nomeiam seres (Antroponímia) e lugares (Toponímia). Constituídos de elementos linguísticos capazes de preservar fatos culturais de uma área geográfica, os signos onomásticos representam uma fonte de estudo da língua e sua relação com o patrimônio cultural de um povo. Como afirma Dick (2007, p. 144),

A Onomástica é muito mais do que um mero fator auxiliar do agir e do viver individual ou coletivo; é indício de rumos tomados pelos falares ao longo dos períodos históricos, de comportamentos presentes no cotidiano e de atitudes morais ou operosas valorizadas pela população.

Por ser um signo onomástico, ao se deslocar do sistema lexical e assumir caráter denominativo, o topônimo conecta-se ao lugar representado e o seu processo de identificação deixa de ser mediado pelo sentido e passa a ser remetido diretamente para o referente. Conforme a afirmação de Dick (2007, p. 144), por um “processo metonímico de interpretação, o designativo toponímico que é, conceitualmente, um signo de língua, com forma expressiva e um conteúdo unívoco ou biunívoco, passa a incorporar, ele próprio, as características do espaço que nomeia”.

Entende-se assim, como defende Seabra (2006), que uma palavra, ao ser levada à função de nome próprio, passa a pressupor a existência de um nomeador e um nomeado, ou seja, de representações externas. Tal

processo permite que o nome seja cristalizado, o que faz com que possa ser transmitido às gerações posteriores, às vezes, sem sofrer alterações. Por essa razão, Dick (1990) considera a Toponímia como a crônica de um povo, ao gravar o presente para o conhecimento das gerações futuras.

Tendo em vista que o espaço é nomeado de acordo com a escolha e intencionalidade de seu nomeador, que seleciona o nome com base em sua experiência de mundo, sua cultura, seu saber e sua ideologia, acredita-se, como Seabra (2006), que os signos toponímicos refletem o léxico regional e se constituem, assim, marcas identitárias e culturais importantes de uma comunidade.

### **3. AS MARCAS IDENTITÁRIAS NOS SIGNOS TOPONÍMICOS DA BAHIA**

O geomorfotopônimo Bahia tem origem na denominação dada por Américo Vespúcio à grande baía encontrada em sua primeira viagem ao litoral brasileiro, em 1º de novembro de 1501. Seguindo determinação da metrópole de nomear os acidentes geográficos encontrados na nova terra com os nomes dos santos do dia, a exuberante *Kirimurê*, o “grande mar interior” do povo Tupinambá, como a identifica Araújo (2011), foi renomeada como Bahia de Todos os Santos. Bahia, com h, era a forma portuguesa arcaica para baía. A grafia foi conservada no Brasil por uma questão de tradição e foi consagrada como exceção no *Formulário Ortográfico de 1943*, conjunto de instruções estabelecido pela Academia Brasileira de Letras para a organização do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* desse ano, no item 42:

Os topônimos de tradição histórica secular não sofrem alteração alguma na sua grafia, quando já esteja consagrada pelo consenso diuturno dos brasileiros. Sirva de exemplo o topônimo ‘Bahia’, que conservará esta forma quando se aplicar em referência ao Estado e à cidade que têm esse nome (ACORDO..., [198-]).

Segundo Tavares (2008, p. 50), o nome *Bahia de Todos os Santos* foi aplicado em 1548 à Capitania doada a Francisco Pereira Coutinho, se estendendo “folgadoamente ao litoral e ao interior na segunda metade do Século XVI” e englobando os territórios das antigas Capitânicas de Porto Seguro e São Jorge dos Ilhéus. O autor acrescenta que, na *Annua da Província da Bahia* (1624/1625), o padre Antonio Vieira afirmava que, por ser “formosa”, a baía deu nome à cidade, e complementa com a afirmação do Frei Vicente do Salvador, um dos primeiros historiadores da Bahia, sobre a adoção do nome pela Capitania: “Toma esta capitania o nome de Bahia por ter huma tão grande, que por antonomázia e excelência se levanta com o nome commum e apropriando-se a si se chama Bahia” (TAVARES, 2008, p. 50).

Nesse contexto, a utilização do topônimo Bahia para identificar a cidade de Salvador, uma duplicidade antiga que remonta ao período colonial, favorece a limitação da identidade cultural baiana, afirmada no cenário nacional, à cultura da cidade de Salvador e do Recôncavo e o pensamento de que a Bahia é somente a Baía de Todos os Santos. Em pesquisa publicada sobre o assunto na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Edelweiss (1946) considera a forma Bahia como de uso popular e informa que o nome oficial da capital, fundada por Tomé de Souza em 1549, é Salvador, considerando “intrusa” a forma São Salvador. De acordo com esse historiador, o nome São Salvador foi dado à primeira Diocese do Brasil, criada em 25 de fevereiro de 1551.

Para Araújo (2011), a denominação Cidade da Bahia se consolidou na memória popular porque Salvador constituiu-se no centro urbano do sistema geo-histórico da Baía de Todos os Santos, determinado por sua posição geográfica, plantada na entrada da baía. Já Edelweiss (1946, p. 289) defende a popularidade da forma Bahia pelo fato de que “Cidade do Salvador, nome oficial dado por instruções do governo português, trouxe do seu berço o cunho burocrático, que o relegou, mais e mais, às dependências governamentais, onde a custo faz valer os seus legítimos direitos”.

Entende-se assim que, identificando o estado da Bahia ou a cidade de Salvador, o topônimo Bahia encontra-se profundamente ligado ao local que designa, atendendo, desse modo, à exigência de Dick (1992, p. 207):

O valor de um topônimo transcende, certamente, ao próprio momento do batismo, na medida em que se presta a um fim utilitário – a identificação dos lugares. Mais evidente se torna esse aspecto, quando houver uma ‘adequação’ entre o nome escolhido e o local por ele designado. Um topônimo que se revista de tais caracteres tende a se tornar insubstituível no seio da comunidade, porque lhes exprime a ‘marca da história’.

Além do geomorfotopônimo Bahia, ao se considerar aspectos relativos ao meio ambiente, aos processos produtivos e de ocupação territorial, aos grupos étnicos e suas manifestações culturais, identifica-se essa “marca da história” em diversos outros designativos de municípios do Estado que fazem parte do *corpus* estudado e que os tornam também insubstituíveis no seio de suas comunidades.

Com base nos estudos desenvolvidos, a chegada do colonizador português às terras brasileiras a partir de 1500 deu início à modificação da paisagem, com o surgimento de povoados e vilas e com o processo de exploração, nomeação e renomeação do espaço. As marcas desse período estão presentes na toponímia baiana como testemunhos dos encontros e desencontros culturais então vivenciados.

No sul da Bahia, área conhecida como Costa do Descobrimento, o ergotopônimo **Caravelas** e o geomorfotopônimo<sup>1</sup> **Porto Seguro** conservam a memória da região, oficialmente a primeira a ser descoberta pelos navegadores portugueses, onde as caravelas de Pedro Álvares Cabral

---

<sup>1</sup> Embora o topônimo Porto possa ser classificado como sociotopônimo, considerando que se refere a um local de trabalho, optou-se por classificar Porto Seguro como geomorfotopônimo por valorizar os aspectos históricos e a causa nominativa que “encheu os olhos” de seus nomeadores: a geomorfologia do lugar.

encontraram “um Recife com um porto dentro, muito bom e muito seguro, com uma mui larga entrada” (CARTA..., 1998 [1500], p. 187) para atracar as embarcações.

Já os conflitos entre colonizadores e nativos, por sua vez, encontram-se registrados principalmente no animotopônimo **Vitória da Conquista** que celebra a vitória dos conquistadores sobre os índios mongoiós e imborés, quando a colonização se voltou para o interior à procura das minas de metais preciosos (SANTOS, 2014).

Vale destacar também uma característica do processo de nomeação no período pombalino, compreendido entre 1759 e 1822, registrada nos topônimos baianos. Por determinação da metrópole, aldeias de índios pacificados pelos jesuítas foram transformadas em vilas e receberam nomes de vilas portuguesas, como são identificados os corotopônimos **Alcobaça, Belmonte, Prado e Valença**, além do cronotopônimo **Nova Soure**.

A religiosidade que marcou o período inicial da colonização do território brasileiro e a fundação dos primeiros povoamentos deixou marcas nos inúmeros hierotopônimos e hagiotopônimos da Bahia. Começando pelo hierotopônimo **Salvador**, em homenagem a Jesus Cristo, o Salvador no Cristianismo, conforme determinação do próprio rei de Portugal, no documento de fundação da primeira cidade nas terras do Brasil, seguem-se **Boa Nova, Bom Jesus da Lapa, Cruz das Almas e Santa Cruz Cabralia**, local onde a cruz de Cristo foi erguida para as primeiras missas na terra descoberta. A forte herança religiosa cristã do período colonial também se conserva principalmente nos hagiotopônimos que formam a região do Recôncavo, um dos espaços mais antigos no processo de ocupação do território brasileiro: **Santo Amaro, Santo Antonio de Jesus, São Félix, São Filipe, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé**.

Os processos de exploração do território também deixaram marcas culturais na toponímia baiana, como no etnotopônimo **Gentio do**

**Ouro**, uma alusão ao contingente humano que participava da atividade de mineração na Serra do Assuruá, e no ergotopônimo **Lençóis**, um testemunho desse processo, quando o grande número de aventureiros em busca de riqueza mineral na região da Chapada Diamantina exigiu um improviso nas moradias, com paredes e cobertura de pano branco de algodão grosso, que, à distância, pareciam lençóis brancos estendidos, dando origem à Vila dos Lençóis (IBGE, 1958).

No Alto Sertão Baiano, além da exploração de ouro e diamantes, o estabelecimento de fazendas de gado no vale do Rio São Francisco marcou o processo de povoamento e a chegada de fazendeiros, administradores de fazendas, vaqueiros, livres e escravos à região. Nesse contexto, o antropotopônimo **Caculé**, com sua história do quilombo de um homem só, gravada no imaginário coletivo da região, representa uma marca significativa da presença africana no sertão da Bahia.

As atividades agrícolas e comerciais do Estado estão representadas tanto no hierotopônimo **Nazaré**, também conhecido como Nazaré das Farinhas, em alusão ao produto básico, voltado para o abastecimento interno da colônia, quanto no sociotopônimo **Feira de Santana**, cujo município, marcado por intensas atividades comerciais, constitui-se em um centro de convergência regional.

Ainda considerando a natureza antropocultural dos topônimos, é importante destacar os registros referentes aos nomes de personalidades históricas encontrados no *corpus* estudado. O historiotopônimo<sup>2</sup> **Euclides da Cunha**, uma homenagem àquele que, segundo Ribeiro

---

<sup>2</sup> A opção em classificar os antropônimos **Euclides da Cunha** e **Castro Alves** como historiotopônimos e não como antropotopônimos deve-se à importância histórica dessas personalidades para as regiões onde se inserem: o município Euclides da Cunha é considerado, pela proximidade física e histórica, uma cidade-irmã de Canudos, enquanto, em Castro Alves, o casarão onde o poeta nasceu e viveu é um bem tombado que guarda a lembrança de sua participação na luta em favor da libertação dos escravos.

(2001), “para o bem ou para o mal”, tirou do anonimato e divulgou os costumes de uma região esquecida do Brasil, ao documentar, com precisão poética, em *Os Sertões*, os conflitos de Canudos, episódio militar que marcou uma das mais sangrentas guerras civis da história do Brasil. Outro historiotopeônimo importante é **Castro Alves**, uma homenagem ao Poeta dos Escravos, um ilustre filho da terra.

Em relação à natureza física dos topônimos, analisa-se a importância da visão da terra e dos diversos elementos da natureza (a flora, a fauna, a geomorfologia, a hidrografia, os recursos minerais) para os nomeadores do espaço. Nesse sentido, constata-se que a diversidade física e biológica da Bahia, que envolve três dos seis biomas do Brasil – Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga – se faz representar nos designativos de seus municípios.

As restrições climáticas que marcam especialmente a região conhecida como Polígono da Seca estão registradas no hidrotopônimo **Irecê**, nome dado pelo tupinólogo Theodoro Sampaio e que significa “sobre águas ou rio subterrâneo” (IBGE, 1958), Apresentando uma estação de estiagem que perdura aproximadamente nove meses no ano, com um breve período de chuva de três meses, a estratégia de sobrevivência adotada pela população dessa região, na fase inicial de povoamento, era dispersar-se em busca de água nos períodos de muita escassez. A má distribuição de chuvas em toda a região da Caatinga constitui-se em um fator importante para a população das áreas afetadas, cuja resignação frente ao ambiente árido, bem como as estratégias criativas de sobrevivência, principalmente nos períodos de secas mais severas, representa uma marca cultural e representativa do sertão nordestino.

Com uma vegetação que permanece a maior parte do tempo seca e aparentemente morta, na região da Caatinga preponderam os mandacarus, os xique-xiques, os facheiros, os umbuzeiros, as aroeiras, as quixabeiras e as barrigudas, vegetação capaz de resistir a períodos longos de

estiagem. É dessa vegetação resistente que surgiram os fitotopônimos **Xique-Xique**, nome pelo qual os nativos identificavam o cacto muito comum na região, **Pindobaçu**, a palmeira grande, e **Macajuba**, uma planta perene que dura até cem anos e necessita de pouca água para sua sobrevivência, o que a faz se adaptar ao clima semiárido (MACAÚBA..., [20--]).

Apesar da força e resistência do homem sertanejo para sobreviver nas áreas com forte escassez de água, é certo que foi esse elemento que tornou possível o acesso dos primeiros desbravadores das terras baianas. Às margens de rios, lagoas, poços e riachos surgiram os povoados, vilas e aldeias e o processo de nomeação foi altamente influenciado pela presença da água, elemento essencial à manutenção da vida.

O Rio São Francisco, o Velho Chico, além de fator determinante do ponto de vista econômico, moldou a face política, social e cultural da região. Considerado como o principal responsável pela chegada do colonizador, faz-se presente na formação da cultura e dos hábitos de seus moradores, e se perpetua nos hidrotopônimos **Barra**<sup>3</sup>, onde o Rio Grande, seu maior afluente, faz a sua “barra”, isto é, nele desemboca suas águas, **Paratinga** (ou Parapitinga, o grande rio branco) como era denominado pelo gentio, **Remanso**, que se refere à diminuição da correnteza do Velho Chico, e **Chorrochó**, que em tupi antigo significa ‘muito correntoso, muito impetuoso’ (SAMPAIO, 1914), como o gentio considerava esse rio.

Uma característica da hidrotoponímia profundamente representativa da cultura das regiões onde os diversos recursos hídricos se inserem, refere-se ao deslocamento do nome do rio para o povoamento formado em suas margens, processo identificado como translação toponímica

---

<sup>3</sup> Optou-se por classificar o topônimo **Barra** como hidrotopônimo por considerar o sentido regional dessa lexia como o encontro das águas de dois rios. No entanto, reconhece-se também a classificação desse topônimo como geomorfotopônimo ao indicar a entrada de um porto ou de uma baía, sentido comum em outras partes do país.

(DICK; SEABRA, 2002). No *corpus* estudado, são encontrados os seguintes exemplos que guardam a evidência da importância histórica desses rios no processo de ocupação do território: **Aratuípe, Brumado, Camamu, Carinhanha, Inhambupe, Itapicuru, Ituberá, Jaguaripe, Jiquiriçá, Macarani, Paramirim, Pojuca, Rio de Contas, Rio Real, Una.**

A análise aqui desenvolvida procurou indicar a relação dos topônimos estudados com o ambiente cultural em que estão inseridos, a fim de perceber os aspectos que envolvem a língua, a cultura e a identidade das regiões analisadas. Como resultado, pode-se concluir que, por apresentarem uma perfeita adequação ao local designado, esses signos onomásticos transcendem o fim utilitário de identificação dos lugares e trazem em si o que Dick identifica como “a marca da história” (1992, p. 207) que os tornam insubstituíveis no seio de suas comunidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise semântico-lexical e sociocultural dos topônimos da Bahia, desenvolvida neste trabalho, permite afirmar-se que, ao articular história, linguagem, política territorial e identidade cultural, o signo toponímico constitui-se em um elemento identitário poderoso, capaz de recuperar fatos da memória de uma comunidade.

Desse modo, reconhecendo os topônimos como elementos de identificação cultural, capazes de representar, unificar e fortalecer os vínculos de um grupo social a partir de sua história, seus valores, crenças, costumes e tradições, reitera-se o valor do estudo realizado por buscar comprovar a importância da pesquisa toponímica para a reconstituição do passado e compreensão do presente, contribuindo assim para a preservação da memória cultural do Estado.

## REFERÊNCIAS

ACORDO Ortográfico. **Formulário Ortográfico de 1943**: Oficial no Brasil. Portal da Língua Portuguesa ([198-]). Disponível em: <<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=acordo&version=1943>>. Acesso em 10 jul. 2016.

ANTUNES, Irlandé. **Território das palavras**: estudo do léxico em sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. A Baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente. In: CAROSO, C.; TAVARES, F.; PEREIRA, C. (Orgs.). **Baía de Todos os Santos**: aspectos humanos. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 49-68.

BIDERMAN, Maria Tereza. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs.). **As Ciências do Léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: Editora UFMS, 2001. p. 13-22.

CÂMARA JR., Mattoso. **Introdução às línguas indígenas brasileiras**. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, Museu Nacional, 1965.

CARTA de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel, dando-lhe notícia do descobrimento da terra de Vera-Cruz, hoje Brazil, pela armada de Pedro Alvares Cabral. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Ano 1, set. 1894. ed. fac-similar. Salvador: IGHB, p. 185-205, 1998 [1500].

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução: Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia**. Coletânea de Estudos. 3. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas Toponímico do Brasil: Teoria e Prática II. **Revista Trama**, v. 3, n. 5. UNIOESTE, p. 141-155, 2007.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Caminho das águas, povos dos rios: uma visão etnolinguística da toponímia brasileira. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 25-32, 2002. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais%20v/civ6\\_07.htm](http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais%20v/civ6_07.htm). Acesso em 20 abr.2016.

EDELWEISS, Frederico. “Bahia” e “Cidade do Salvador”. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, n. 73. Salvador, p. 283-289, 1946.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Sales; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, 2001.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. v. XX. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1958.

ISQUERDO, Aparecida Negri. O nome do município. Um estudo etnolinguístico e sócio-histórico na toponímia sul-mato-grossense. **Revista Prolíngua**, v. 2, n. 2, p. 34-52, jul/dez, 2008.

MACAÚBA. **Agência Embrapa de Informação Tecnológica-AGEITEC**. [20--]. Disponível em: <<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/agro-energia/arvore/CONT000fbl23vmz>

02wx5eo0sawqe363t6iak.html>. Acesso em 10 jul. 2016.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

RIBEIRO, Ronaldo. Raso da Catarina, Bahia: a Região Mais Áspera do Nordeste. In: **National Geographic Brasil**. Edição 10. Fevereiro, 2001. Disponível em: <<http://viajeaqui.abril.com.br/materias/luz-e-espinhos>>. Acesso em 20 abr.2016.

SAMPAIO, Theodoro. **O tupi na geografia nacional**. 2. ed. São Paulo: O Pensamento, 1914.

SANTOS, Janio. A Dinâmica Urbana no/do Território de Identidade de Vitória da Conquista: Processos e Escalas; Políticas e Ações. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Vitória, 10 a 16 de agosto 2014. Disponível em: [http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1405620740\\_arquivo\\_adinamicaurbananodoterritoriodeidentidadedevitoriaadaconquista.pdf](http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1405620740_arquivo_adinamicaurbananodoterritoriodeidentidadedevitoriaadaconquista.pdf). Acesso em 20 abr.2016.

SAPIR, Edward. Língua e ambiente. In: \_\_\_\_ **Linguística como ciência**. Ensaios. Tradução: Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961, p.43-62.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Referência e onomástica. In: **Múltiplas perspectivas em linguística**: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL). Uberlândia: ILEEL, 2006, p. 1953- 1960.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 11a. ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

# EM BUSCA DE ESQUEMAS CONCEITUAIS DO CACHORRO E DO CAVALO NA FRASEOLOGIA DO PORTUGUÊS, ESPANHOL E FRANCÊS: UM ESTUDO DE ZOOMORFISMOS COM BASE EM DADOS LEXICOGRÁFICOS

*Elizabete Aparecida Marques*

## INTRODUÇÃO

Muitos estudos desenvolvidos na área da fraseologia cognitiva incorporam, geralmente, os princípios da semântica cognitiva para tentar determinar as representações mentais, subjacentes aos fraseologismos, de base conceitual metafórica e metonímica (KÖVECSES, 2000; 2002; IÑESTA; PAMIES BERTRÁN, 2002; MARQUES, 2007; 2010; 2011; 2012). Nessas representações, que encontram uma via de expressão altamente produtiva nas expressões idiomáticas e provérbios, a cultura também desempenha um papel importante, pois a língua se configura como um sistema de signos estreitamente vinculados ao processo das relações sociais, “exatamente porque os homens sempre se comunicam uns com os outros por meio de signos” (SCHAFF, 1968 *apud* PONTES, 2002). A vida em sociedade é permeada por um sistema de signos linguísticos e, por meio deles, a cultura é transmitida de uma geração à outra. A relação entre cultura e linguagem fundamenta-se não somente no fato de que a linguagem é parte da cultura, mas também no fato de “a língua além de refletir toda a cultura não-linguística, é ela mesma uma zona essencial da cultura, com tradição, estruturas e normas

próprias (COSERIU, 1977, p. 218, tradução nossa). Em consonância com essa perspectiva, “muchos culturemas (que son también fraseologismos) equivalen a modelos de acción e interpretación de la realidad” (LUQUE NADAL, 2009, p. 103).

O ser humano, no decorrer de sua existência, a partir de suas observações da natureza, dos animais, de sua prática social etc., costuma extrair uma série de condutas e situações arquetípicas. Por intermédio delas, tipifica sua própria natureza humana e as relações complexas que são criadas entre os humanos (LUQUE NADAL, 2009, p. 103). Nesse processo de relações, a conduta animal costuma ser fonte de fraseologismos e modelo de comportamento em diferentes realidades culturais. Assim, não é de se estranhar que, numa primeira aproximação, as expressões do português *cachorro sem dono* (‘pessoa desprotegida, pela qual ninguém se interessa’), *matar cachorro a grito* (‘encontrar-se em condição, estado ou situação aflitiva ou desesperadora’), *soltar os cachorros* (‘expressar ou manifestar ira, zanga, mau humor; demonstrar ou comportar-se com agressividade’), do espanhol, *como un perro* (‘sin ninguna atención o desconsideración’), *dar perro* (‘engañar’), *de perros* (‘muy malo o desagradable’), e do francês *mon (ou son) chien est mort* (‘avoir perdu tout espoir de voir se réaliser quelque chose’), *temps de chien* (‘mauvais temps’), *malade come un chien* (‘très malade’) revelem um fenômeno bastante similar que parece ocorrer de forma recorrente nas três línguas: o uso de itens lexicais que nomeiam animais na composição de unidades lexicais complexas, os fraseologismos. Como eles veiculam sentidos relacionados com características físicas, estados de ânimo, sentimentos, eventos e ações tipicamente humanos, são denominados, neste artigo, zoomorfismos. Nos exemplos expostos, o significado dos *zoomorfismos* do português, espanhol e francês, formados pelo zoônimo *cachorro* parece evidenciar um conceito negativo, baseado em imagens estereotípicas desse animal.

Este trabalho visa a apresentar e discutir os resultados de um estudo comparativo dos zoomorfismos do português brasileiro, do espanhol

peninsular e do francês metropolitano com o intuito de estabelecer alguns esquemas conceituais (ou imagens) dos animais, especificamente o cachorro e o cavalo, por terem tido alta produtividade no *corpus* analisado.

Os zoomorfismos foram recolhidos em fontes lexicográficas gerais e especializadas e a confirmação das ocorrências em *corpus Web*, já que esta possibilita uma simplicidade na busca de dados de qualquer parte do mundo. Além disso, constitui um dos *corpora* que traz consigo um registro da linguagem cotidiana e espontânea, além de textos científicos, didáticos e visuais (SUCCI, 2006, p. 103). Em alguns casos, foi necessária também a utilização de informantes para validar o uso da expressão. Constituíram as fontes de pesquisa os seguintes dicionários gerais: *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio* (FERREIRA, 2004), *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa* (HOUAISS, 2009), *Aulete Digital* (AULETE, 2014), *Diccionario de la Real Academia Española* (RAE), *Diccionario de Uso del Español* (MOLINER, 1994), *Le Nouveau Petit Robert de Langue Française* (REY-DEBOVE; REY, 2010), *Le Petit Larousse Illustré* (LAROUSSE, 2012). Dentre os dicionários especializados, serviram de fonte para a pesquisa os seguintes repertórios fraseográficos: *Diccionario Fraseológico Documentado del Español Actual* (SECO; ANDRÉS; RAMOS, 2004), *Dictionnaire des expressions et locutions* (REY; CHANTREAU, 1993) e o *Dictionnaire des expressions et locutions traditionnelles* (LAROUSSE, 2007).

Este texto está organizado em três seções. Na primeira, discute-se a relação entre léxico, cognição e cultura. Discute-se, também, o conceito de metáfora, dada a sua importância para compreender o sentido dos zoomorfismos. Na segunda, discute-se o conceito de estereótipo e sua relação com a fraseologia e, finalmente, na terceira seção, são discutidos os resultados obtidos mediante a análise dos dados.

## 1. OS ZOOMORFISMOS: REPRESENTAÇÕES CONCEITUAIS METAFÓRICAS

Os zoomorfismos são definidos como o uso metafórico ou alegórico de um nome de animal para caracterizar o ser humano ou uma ação humana, uma conduta, enfim, um caráter propriamente humano, mediante uma lexia complexa (NAZÁRENKO; IÑESTA MENA, 1998, p. 101). Para o estudo dessas unidades, os conceitos cognitivos de metáfora, esquema conceitual e representação conceitual resultam de especial interesse. O significado figurado dos zoomorfismos é, geralmente, motivado por diferentes metáforas conceituais que projetam informação a partir de um domínio conceitual origem (animais) a um domínio conceitual alvo (conceito abstrato que se quer expressar). Os significados literais e idiomáticos interagem no léxico mental do falante, de maneira que é estabelecida uma estreita relação entre a base de motivação metafórica e o significado unitário do zoomorfismo. No processo de composição do significado metafórico do zoomorfismo, a cultura também exerce um papel importante. O conhecimento geral de mundo sobre os animais, compartilhado pelos falantes numa dada cultura, pode constituir-se como fonte de criação e interpretação dessas unidades linguísticas. Os significados idiomáticos são motivados por imagens convencionais e, inclusive, estereotipadas, e metáforas conceituais que guiam o processo interpretativo dos zoomorfismos. Dessa maneira, a metáfora é pertinente também ao modelo cognitivo, pois constitui geralmente criações pessoais do falante que foram estabelecidas na língua ou estão em vias de estabelecer-se como estrutura de discurso repetido, convertendo-se em combinação fixa de palavras, ou seja, em unidade fraseológica.

Nesse sentido, as palavras criadas no sistema de uma língua correspondem a um processo cognoscitivo e são, na verdade, modos de organização dos dados sensoriais da experiência de um grupo. Os signos lexicais têm a função de transmitir uma representação coletiva, isto é,

eles é que fazem existir o que se enuncia. O universo conceptual de uma língua apresenta-se como um sistema ordenado e estruturado de categorias léxico-gramaticais, razão pela qual Biderman (2001) afirma que a palavra é um *rótulo*. Essas categorias seriam um sistema de percepção e apreciação da realidade. Nas palavras da pesquisadora “as palavras geradas por tal sistema nada mais são que rótulos, através dos quais o homem interage cognitivamente com o seu meio” (BIDERMAN, 2001, p. 14).

Ainda conforme a visão da autora, embora todas as línguas estejam embasadas num processo de sistematização, cada língua será moldada de acordo com a conceptualização dos membros de uma sociedade particular. Por isso, não é difícil perceber que a norma linguística condiz geralmente com a frequência de uso dos signos linguísticos normalmente aceitos pelos membros de um grupo. A partir dessa premissa, a língua constitui uma representação do universo cultural do homem e “é assim, antes de tudo, no seu esquema, uma representação do universo cultural em que o homem se acha” (CÂMARA JR, 1977, p. 16).

De todos os níveis da língua, é no léxico que se observam com maior nitidez os fenômenos de representação da realidade circundante. Em outras palavras, o léxico reflete um conjunto de aquisições culturais relacionadas com as vivências do homem em uma comunidade. Nessa perspectiva, o léxico está correlacionado com tudo aquilo que os indivíduos inventam, constroem ou consideram como relevante. O léxico pode refletir suas crenças, seus interesses, suas atividades, enfim, sua visão de mundo. Em razão disso, o léxico é o vínculo mais direto com as conceptualizações culturais no sentido em que os itens lexicais atuam como rótulos e, por isso, banco de memória, para as conceptualizações que são culturalmente construídas (SHARIFIAN, 2011, p. 39). E, como mencionado anteriormente, é especialmente nos fraseologismos que a representação do universo cultural do homem encontra uma via altamente produtiva de expressão.

## 2. ACERCA DO CONCEITO FRASEOLÓGICO DE ESTEREÓTIPO

Antes de tratar do conceito de estereótipo na fraseologia, julga-se necessário compreender a origem das noções de clichê e estereótipo e como esses termos são concebidos em outras áreas do conhecimento. Como afirma Herrero Cecilia (2006), o termo *clichê* é proveniente do vocabulário da fotografia enquanto o *estereótipo* tem origem na tipografia da imprensa. Segundo o autor, as pranchas de impressão, que continham caracteres metálicos fixos, permitiam estereotipar as páginas para reproduzi-las quantas vezes fosse necessário. Por analogia, o termo *clichê* já era empregado, no século XIX, para se referir a uma frase feita ou uma ideia repetida e banal. Por sua vez, o adjetivo estereotipado começou a ser aplicado também ao que permanecia fixo, como frases, ideias, sentimentos (HERRERO CECILIA, 2006).

No entanto, é a partir dos anos 1920-1930 que o conceito de estereótipo, com o sentido de esquema mental ou de fórmula fixa, começa a ser estudado no campo da psicologia social nos Estados Unidos. O termo *estereótipo* passa a ser utilizado, então, para designar o valor prototípico atribuído pelos americanos a outros grupos sociais como os judeus, os negros, os sul americanos, etc. A partir de então, o termo passa a ser empregado em diferentes áreas do conhecimento que “lui attirant toute un amalgame de synonymes selon les significations accordées” (GONZÁLEZ-REY, 2007, p. 102).

No âmbito das Ciências Sociais, W. Lippmann, em seu trabalho de 1922, concebe os estereótipos como representações ou imagens necessárias que mediam a relação do indivíduo com o mundo e a visão da realidade. Nessa mesma perspectiva, pode-se afirmar que os estereótipos constituem “représentations toutes faites, des schèmes culturels préexistants, à l’aide desquels chacun filtre la réalité ambiante” (AMOSSY; HERSCHBERG-PIERROT, 1997, p. 26).

A Sociologia utiliza o termo para designar as representações que diferentes grupos sociais fazem de outros grupos. Como assinala Herrero Cecilia (2006), tais representações interferem na própria interação entre esses grupos. Atualmente, a psicologia social integra nesse termo as representações coletivas congeladas que condicionam a percepção e interpretação do mundo, as rotinas mentais que facilitam o acesso aos modos de atuar na vida diária, os denominados *scripts* dos diversos *cenários* do dia-a-dia.

Como é possível observar, todos os matizes que recobrem o significado de estereótipo remetem às noções de imagem e de representação, de conceito e categorização, de preconceito e de atitude, de juízo e pré-juízo. E, como afirma Herrero Cecilia (2006), por força das mudanças sociais e artísticas (a industrialização, a ascensão da burguesia, a valorização do individualismo, a eclosão do romantismo) surgiu a condenação dos clichés, dos lugares comuns, dos chavões e das ideias feitas. O estereótipo ligou-se, por metáfora, ao valor de frases estereotipadas, ou seja, ao valor de repetição. Em decorrência disso, a palavra estereótipo adquiriu uma conotação negativa, conservada assim até hoje em alguns domínios do conhecimento.

A teoria do estereótipo, concebido como um esquema pré-construído de caráter conceitual, sociológico ou ideológico, tem sido aplicada atualmente não só no âmbito da Psicologia e da Sociologia, mas também no campo da Linguística, sobretudo, em Sociolinguística, Análise do Discurso, Semântica e Fraseologia.

No âmbito da semântica, Putnam (1975) concebe o estereótipo como a descrição de um membro normal da classe natural, apresentando as características que lhe são associadas. Como salientam Lehmann e Martin-Berthet (2003, p. 37), tais características podem ser verdadeiras ou falsas (elementos de crenças, representações culturais). Nesse sentido, “le stéréotype est donc une idée conventionnelle, parfois inexacte, qui correspond à l’image sociale partagée de l’unité lexicale” (LEHMANN; MARTIN-BERTHET, 2003, p. 38).

Adotando a mesma perspectiva das autoras francesas, Herrero Cecilia (2006) salienta que os estereótipos pertencem ao repertório de imagens, tópicos e representações compartilhadas pelos falantes de uma determinada língua ou de uma mesma comunidade social ou cultural. O autor adverte que, como os estereótipos constituem esquemas fixos e pré-construídos, geralmente são assimilados a partir do contexto cultural ou por meio do conhecimento e do uso da língua, resultando, portanto, da percepção que o falante depreende da sociedade e do mundo. Assinala, ainda, que eles (os estereótipos) são empregados em situações de comunicação, tornando possível o entendimento entre os membros de uma comunidade de fala e a sensação de convivência, de familiaridade e de cumplicidade sociocultural no tratamento de certos assuntos, uma vez que essa comunidade compartilha os mesmos esquemas conceituais ou linguísticos.

Herrero Cecilia (2006) postula que existem duas grandes categorias de estereótipos: os estereótipos de pensamento e os estereótipos de língua ou estereótipos linguísticos. Os primeiros funcionam como representações comuns ou esquemas conceituais, mais ou menos estáveis, que os indivíduos de uma determinada comunidade social compartilham por tê-los recebido da tradição cultural. Alguns estereótipos de pensamento adquiriram fixidez verbal na língua, manifestando-se em forma de expressões ou de enunciados repetidos cujos termos não podem ser modificados pelos falantes. Os estereótipos de pensamento cristalizados em fórmulas ou expressões próprias de uma língua correspondem aos estereótipos linguísticos. Eles se evidenciam, particularmente, no âmbito da fraseologia. Os usos metafóricos lexicalizados e a fraseologia “*mettent en évidence certains éléments des stéréotypes associés aux noms d'espèces naturelles*” (LEHMANN; MARTIN-BERTHET, 2003, p. 39). No entanto, a estereotipagem se difere de uma civilização a outra. Por exemplo, os traços estereotipados dos animais, evidenciados em muitos fraseologismos, nem sempre se correspondem de uma língua a outra.

Nesse sentido, Herrero Cecilia (2006) indica que as diversas classes de unidades fraseológicas são, com efeito, estereótipos linguísticos que os falantes armazenam em sua memória (adquiridos com o conhecimento e o uso da língua), e funcionam associados a determinados esquemas conceituais pré-construídos e compartilhados. Assim, na visão do autor, os fraseologismos podem ser concebidos como unidades linguísticas estereotípicas tanto do ponto de vista estrutural como conceitual. Por um lado, eles constituem discurso repetido que se fixou na língua. Por outro lado, eles refletem aspectos sociais e culturais da comunidade em que tiveram origem. Este trabalho reflete duplamente o conceito de estereótipo, uma vez que entende os fraseologismos como: a) discurso repetido que se fixou na língua; b) unidade linguística estereotípica que reflete aspectos sociais e culturais da comunidade em que tiveram origem. O tópico, a seguir, dedica-se à análise e discussão dos dados.

### 3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nos repertórios de fraseologismos, incluídos os provérbios, abundam unidades que estão formalmente compostas por nomes de animais. Foram selecionados para este trabalho somente os zoomorfismos formados pelo zoônimo *cachorro* (incluindo as variantes *cão*, *cachorra* e *cadela*) e cavalo (incluindo a variante *égua*). O mesmo procedimento foi adotado para o francês e o espanhol, de modo que foram analisadas as expressões formadas por *chien/chiennel/toutou* e *cheval* (francês); *perro/perra* e *caballo* (espanhol). Diferentemente do português, a variante feminina de cavalo, *jument* (francês) e *yegua* (espanhol), não tiveram ocorrência no *corpus* selecionado.

A seguir, analisam-se, separadamente, os zoomorfismos formados pelos itens lexicais que nomeiam o *cachorro* e o *cavalo*.

### 3.1. Cachorro

De acordo com o senso comum, o cachorro é o melhor amigo do homem e, por isso, concebido em muitas culturas como um símbolo de fidelidade. No entanto, os dados analisados neste trabalho evidenciam que na fraseologia brasileira, espanhola e francesa, em grande parte das fraseologismos coletados, esse animal geralmente possui um esquema de representação conceitual baseado em imagens negativas. Nas três línguas, encontram-se zoomorfismos que associam o cachorro a condutas, ações e eventos pertencentes à esfera humana como irritabilidade, agressividade, abandono e carência afetiva. Existem casos em que a imagem do animal remete até mesmo a situações desagradáveis ou difíceis, como mostram os exemplos analisados nos próximos itens.

#### a) Irritabilidade, agressividade, mau humor

Extraídos de textos de diferentes gêneros veiculados na internet, os exemplos de (1) a (3) ilustram a imagem negativa do cachorro como animal hostil. O exemplo (1) faz referência à irritabilidade da atriz Giovana Antonelli com os jornalistas durante uma coletiva de imprensa mediante o uso do zoomorfismo *soltar os cachorros*. Observe-se que a hostilidade da atriz aparece mais adiante reforçada pela frase *a atriz teria soltado coices para todos os lados*, mostrando uma atitude de ataque ou defesa característica de animais quadrúpedes, como o cavalo. Em (2), o zoomorfismo espanhol *a cara de perro* alude, de forma metafórica, à agressividade da equipe de futebol do Sevilla contra o Real Madrid durante uma partida de futebol em que os dois times se enfrentaram em campo. Em (3), a imagem do cachorro aparece relacionada com o mal humor de um dos participantes de um fórum virtual, o qual afirma *j'étais d'un humeur de chien*. Parece haver, neste caso, uma relação metafórica na qual uma das características atribuídas ao comportamento canino é projetada sobre o comportamento humano, originando uma relação imagética em que

“humor de cachorro” é concebido como um humor nada agradável. A transposição de uma característica tida como do universo animal para o humano ocorre também em português por meio do zoomorfismo (estar) *com a cachorra* (ver quadro abaixo) e sua variante *estar com a macaca*, que significam ‘estar nervoso ou irritado’.

(1) Ivete Sangalo soltou ‘os cachorros’ em cima do locutor da Rádio Sucesso FM Walter Júnior quando ele subiu em seu trio e deu a entender que o troféu de cantora revelação, que seria entregue para Mariana Assis, da banda Mina, era para ela. Disponível em: <https://www.terra.com.br/diversao/carnaval/salvador/ivete-se-irrita-com-possivel-premio-de-revelacao,cbe81edb56e6d310VgnCLD200000bbccceb0aR-CRD.html> Acesso em 02 nov.2019.

(2) El Sevilla no solo se tomó en serio este partido, sino que lo hizo **a cara de perro**. Ya en el minuto 5 avisó a Iker de la peligrosidad de Konko cabeceando un balón que ya pudo ser el primero. Sin apenas reponerse de este susto, Navas puso a prueba de nuevo al portero madridista...seguir enumerando las ocasiones sería hacer una crónica exhaustiva del encuentro. Disponível em: [http://sevillafc5.blogspot.com.br/2009\\_10\\_01\\_archive.html](http://sevillafc5.blogspot.com.br/2009_10_01_archive.html) Acesso em 02 nov.2019.

(3) hier nous sommes rentrées hyper tard nous avons enfin notre sapin... **j’étais d’un humeur de chien** hier mais bon comme chaque fois avant mes vilaines. Disponível em: [http://forum.aufeminin.com/forum/matern1/\\_f46828\\_matern1--j29-vous-ets-la.html](http://forum.aufeminin.com/forum/matern1/_f46828_matern1--j29-vous-ets-la.html) Acesso em 02 nov.2019.

As línguas pesquisadas apresentam um conjunto de zoomorfismos formados pela unidade lexical *cachorro* que se assemelham do ponto de vista conceitual, como observado nos exemplos acima. Existem ainda outras expressões que confirmam a existência desse paralelismo entre as

três línguas, em alguns casos até na estrutura morfológica, o qual pode ser visualizado no quadro seguinte.

**Quadro 1:** Expressões baseadas na imagem de irritabilidade/agressividade do cachorro

Português	Espanhol	Francês
com a cachorra soltar os cachorros soltar os cachorros em ou para cima de viver como cão e gato	cara de perro como el perro y el gato echar (o soltar) los perros tratar como a un perro hijo de perra	coup de chien être comme chien et chat être d'une humeur de chien recevoir quelqu'un comme un chien dans un jeu de quilles

**Fonte:** Elaboração da autora

## b) Abandono, carência afetiva

A imagem de abandono ou de carência afetiva relacionada ao animal, considerado em muitas culturas como o melhor amigo do homem, também é recorrente na fraseologia das três línguas aqui comparadas. Isso ocorre, sobretudo, em expressões que contém o verbo *morrer* como elemento integrante tanto em espanhol como em francês. Vejam-se os exemplos abaixo:

(4) E essa carinha de **cachorro sem dono**? VENK PIQUÉ! Disponível em: <http://acopadoscolirios.tumblr.com/post/781837673/e-essa-carinha-de-cachorro-sem-dono-venk-pique> Acesso em 02 nov.2019.

(5) “Mi madre **murió como un perro** en el hospital”  
La hija de una fallecida tras una negligencia médica en 2004 reclama 30.000 euros a la Consejería de Sanidad, condenada en junio a abonar esta cantidad [http://ccaa.elpais.com/ccaa/2012/04/16/valencia/1334609033\\_406526.html](http://ccaa.elpais.com/ccaa/2012/04/16/valencia/1334609033_406526.html). Acesso em 02 nov.2019.

(6) Un ouvrier **mort comme un chien**

Des ouvriers du bâtiment ont laissé mourir un collègue victime sur un chantier d'un malaise cardiaque et, à la demande du patron qui ne l'avait pas déclaré, sont allés le balancer dans un endroit peu fréquenté, alors que l'ouvrier portugais de 49 ans, peut-être, était vivant. Disponível em : [w.dhnet.be/infos/faits-divers/article/383940/un-ouvrier-mort-comme-un-chien.html](http://w.dhnet.be/infos/faits-divers/article/383940/un-ouvrier-mort-comme-un-chien.html) Acesso em 02 nov.2019.

Em (4), extraído de um blog sobre os jogadores mais bonitos da Copa do Mundo de 2010 na África do Sul, ao lado da foto do jogador Piqué da seleção espanhola aparece o excerto que confirma a ocorrência do zoomorfismo *cachorro sem dono* que é usado frequentemente com o substantivo *cara* para qualificar alguém que é, aparentemente, carente ou para se referir a uma pessoa desprotegida ou abandonada, pela qual ninguém se interessa. No caso do exemplo em questão, a expressão parece qualificar, de forma positiva, o jogador espanhol.

Nos exemplos (5) e (6), extraídos de jornais on-line, as expressões aparecem nos títulos das notícias e se referem a duas pessoas que morreram sem receber atenção adequada, no abandono. Em (5), trata-se de um caso de negligência médica em um hospital espanhol e (6) de um operário português que, após sofrer uma parada cardíaca, foi abandonado à própria sorte por estar em situação trabalhista irregular na França. Observamos, no quadro a seguir, os zoomorfismos que associam, de forma estereotipada, o cachorro ao abandono e à desproteção.

**Quadro 2:** Expressões baseadas na imagem estereotipada de abandono/ desproteção do cachorro

Português	Espanhol	Francês
cachorro sem dono como um cão	(cara) de perro apaleado morir como un perro no tener (ni) perro ( <i>o</i> perrito) que le ladre [alguien]	mourir comme un chien

**Fonte:** Elaboração da autora

### c) Dificuldade

Tudo aquilo que é difícil ou desagradável também encontra uma via de expressão bastante produtiva em fraseologismos que tem o cachorro entre seus elementos constituintes. Assim, não é difícil encontrar exemplos de expressões idiomáticas como *de cão, de perros, de chien* antecidos por substantivos como *noite, vida* etc. em blogs, os quais associam a imagem desse animal a tudo aquilo que é desagradável ou que acarreta dificuldades, conforme mostram os seguintes fragmentos textuais:

(7) Z. Sul representa o Rio assim como a quinta avenida e Manhattan representa Nova Iorque. O fato é que a cidade é muito maior que isso. E a maior parte da população vive longe dessa realidade e tem uma **vida de cão** seja num coletivo lotado ou em um carrão preso no congestionamento (chamamos de retenção) contemplando a paisagem dessas passagens menos favorecidas. Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=84596739>. Acesso em 02 nov.2019.

(8) Holaaaaaa. Qué tal estais?? Yo como una reina, jajajaja. Trabajé esta noche. Llegué a casa, le di el desayuno a la peque y me puse a dormir hasta las 3. La niña se marchó con su padre a casa de los abuelos y estoy solita y dormi toda la mañana como cuando estaba soltera. Que gozadaaaaaaaa. Que sueño tenía, tuvimos **una noche de perros**, un montón de trabajo. Ahora hasta el martes no curro. Disponível em: <http://foros.telva.com/ninos/1914-bebes-de-agosto-nuestro-primer-anito-119.html> Acesso em 02 nov.2019.

(9) **Vie de chien** temps d'chien vous souhaite ces meilleurs voeux, même pluvieux !!! Disponível em : <http://rafacouture.blogspot.com.br/> Acesso em 02 nov.2019.

Em (7), ao usar o zoomorfismo *vida de cão*, o locutor se refere aos problemas e dificuldades, como coletivos lotados e congestionamento,

enfrentados por aqueles que vivem na zona sul do Rio de Janeiro. Em (8), *noche de perros* faz referência à noite de trabalho nada agradável que teve a falante. Em (9), percebemos o jogo de palavras entre *vie de chien*, *temps de chien* dito pelo falante que deseja os melhores votos, apesar do tempo chuvoso. Em francês, *temps de chien* faz referência ao mal tempo, geralmente chuvoso e, portanto, desagradável.

**Quadro 3:** Expressões baseadas na imagem de dificuldade/coisas desagradáveis

Português	Espanhol	Francês
de cão do cão	de perro, o de perros noche de perros vida de perros	comme un chien mal de chien vie de chien

**Fonte:** Elaboração da autora

Contudo, nem sempre o cachorro suscita as mesmas imagens nos zoomorfismos das três línguas pesquisadas, demonstrando que cada cultura pode atribuir uma valoração específica aos animais. Nesse sentido, o cachorro adota outras representações conceituais que não se correspondem interlinguisticamente. Nesse particular, cada língua analisada codifica expressões que manifestam concepções idiossincrásicas. É curioso observar as nuances positivas do significado da maioria dessas expressões particulares, evidenciando que tal animal pode representar conceitos como experiência ou maturidade (espanhol) e beleza (francês) por meio dos zoomorfismos *perro viejo* (“hombre sumamente cauto, advertido y prevenido por la experiencia”) e *avoir du chien* (“avoir de l’élégance, de la séduction, du caractère, un charme un peu provocant, surtout en parlant des femmes”), como mostram os exemplos:

(10) El presidente ha recordado que, cuando llegó a La Moncloa, estuvo sin leer el Marca durante dos largos días. “No me va a volver a pasar, uno ya es perro viejo”, ha añadido. Disponível em: <https://www.>

elmundotoday.com/2018/05/mariano-rajoy-ya-ha-cambiado-la-direccion-de-la-suscripcion-al-marca/. . Acesso em 02 nov.2019.

(11) Honda Civic, elle a du chien!

Le 31 août, Honda a publié une photo de la nouvelle Civic. La présentation officielle à la presse a eu lieu, au mois de septembre, lors du Salon de l'Automobile de Francfort. Développée exclusivement pour le marché européen, cette nouvelle Civic, compacte 5 portes avec hayon, arrive sur le très concurrentiel segment C. Disponible em <http://vavavoom.fr/2011/10/24/nouvelle-honda-civic-elle-a-du-chien> Acesso em 02 nov.2019.

Na fraseologia brasileira, *com a cachorra cheia, prá cachorro e cadela de rua* são fraseologismos que pertencem à classe gramatical de adjetivo, advérbio e substantivo, respectivamente. Embora esteja registrada nos dicionários investigados com o significado 'embriagado', a primeira expressão parece não ser usual no português brasileiro, dado que não foi possível recuperar exemplos de uso na *Web*. Já a segunda, que significa 'muito', aparece em letras de música, títulos de filme e nomes de lojas que jogam com os sentidos literais e metafóricos da expressão:

(12) Seja bem vindo a Legal **pra Cachorro!** É um imenso prazer te-lo como nosso cliente e amigo. Na nossa loja você irá encontrar produtos confeccionados com muito carinho para seu animal de estimação [...] Disponível em: <http://www.elo7.com.br/legalpracachorro> Acesso em 02 nov.2019.

A última (*cadela de rua*), no entanto, aparece frequentemente em sites de teor pornográfico para se referir, de forma vulgar, à mulher.

### 3.2. Cavalo

Este animal também encontra na Fraseologia uma via produtiva de expressão. Nos zoomorfismos analisados, sobretudo os espanhóis e

franceses, o cavalo é quase sempre representado de maneira positiva e projetada sobre a esfera do universo humano características como intensidade, energia, vitalidade, poder, rapidez etc.

Assim, para referir-se à intensidade de uma doença, tratamento médico ou intervenção cirúrgica, o espanhol apresenta a expressão adjetiva *de caballo*. Referência que ocorre também na língua francesa mediante a expressão *de cheval* (*fièvre de cheval*, *remède de cheval*), como podemos observar nos exemplos (13) e (14):

(13) Si tienes una **fiebre “de caballo”**, una bolsa de hielo en la frente o una ducha tibia te ayudarán a reducir la temperatura. El contacto con algo frío favorece el intercambio de calor entre tu cuerpo y el exterior; es una de las leyes de la naturaleza. Debes saber, no obstante, que el efecto de este tratamiento es solo inmediato, no definitivo: la fiebre baja de golpe y solo dura unas horas. Disponível em:  
[p://www.picsolution.com/es/consejos/informacion-util-para-ti/5-secretos-para-bajar-la-fiebre.html](http://www.picsolution.com/es/consejos/informacion-util-para-ti/5-secretos-para-bajar-la-fiebre.html) Acesso em 05 jul.2020.

(14) elle avait une bonne **fièvre de cheval** elle a 40 alors le véto lui a fait 2 piqûres que je dois continuer sur 3 jours elle a prit froid la mémère  
<http://gypsyscob.forumsactifs.com/t1046-une-fievre-de-cheval> Acesso em 02 nov.2019.

A mesma relação pode ser encontrada no português brasileiro mediante o uso de *cavalar*, adjetivo derivado da palavra *cavalo*, que significa ‘enorme’, ‘colossal’, ‘muito forte’, ‘brutal’, ‘excessivo’. No que se refere à administração de um medicamento, este adjetivo é empregado geralmente com o substantivo *dose*, como, por exemplo, *dose cavalar*. Porém, este caso não é considerado fraseologismo, pois tanto o adjetivo quanto o substantivo se encontram registrados como unidade léxica simples nos dicionários pesquisados e, assim, pode ser usado com outros substantivos como *fome*, *força* etc.

É interessante observar que, em algumas expressões, o nome do animal aparece unido a um elemento especificador, e parece ser esse elemento o responsável pela significação. É o que se observa nas expressões *cavalo de batalha*, *caballo de batalla* e *cheval de bataille*. Elas são usadas em português, espanhol e francês para aludir ao ponto principal de uma controvérsia ou o argumento principal:

(15) “Mas nosso grande **cavalo de batalha** é a volta do etanol. O etanol vai convergir para preços adequados”. <http://economia.ig.com.br/mercados/2012-09-11/graca-foster-pede-mais-compra-de-aco-es-da-petrobras.html>. Acesso em 02 nov.2019.

(16) Clavel asegura que el tema del precio no constituye el máximo reto. “Nuestro principal **caballo de batalla** ha sido siempre el mismo: entregar a nuestros socios un producto limpio. <http://www.fruit-today.com/articulos.php?id=1232619069320133&i-dio-ma=C> Acesso em 02 nov.2019.

O cavalo também aparece relacionado com a rapidez na fraseologia espanhola. Exemplo disso é a expressão adverbial *a mata caballo* (‘atropelladamente, muy deprisa’) que se baseia na imagem estereotipada de energia e rapidez desse animal. Mas, nesse caso particular, o verbo *matar* parece contribuir também para a motivação da expressão.

((17) La cúpula popular es consciente de que a medida que avanzan los días crece la impaciencia entre los suyos. Pero tienen un motivo de peso para no haber actuado **a mata caballo**. O, más bien, un precedente que les hace andar con pies de plomo para no dar un paso en falso: **José Bono**. Disponível em: <http://www.elsemanaldigital.com/el-error-bono-obliga-al-pp-a-preparar-con-mucho-tiento-su-venta-judicial-127190.htm> Acesso em 02 nov.2019.

De igual modo, os verbos que integram as expressões brasileiras *cair do cavalo* e *tirar o cavalo (cavalinho) da chuva* parecem contribuir para

o significado delas. Assim, conotativamente falando, *cair do cavalo* significa “ter grande surpresa, geralmente associada à decepção” e *tirar o cavalo da chuva* “desistir de um intento”.

Reitera-se que não foi encontrado registro de expressões formadas com a variante feminina de cavalo na fraseologia espanhola e francesa. Na fraseologia brasileira, encontrou-se o registro de *égua madrinha* e *lavar a égua*. A primeira designa à égua junto da qual uma manada de cavalos é habituada a pastar e que, geralmente, possui um cinorro pendurado no pescoço para servir-lhes de guia e referência (AULETE, 2014). Por extensão, significa a pessoa que tem as suas voltas outras pessoas, das quais é guia e referência. *Lavar a égua* possui três acepções: 1. Vencer competição, jogo etc. com grande vantagem; 2. Ter grande sucesso em algo, ganhar muito dinheiro; 3. Aproveitar ao máximo (situação, oportunidade etc.); saciar-se. Não resta dúvida de que esses dois zoomorfismos refletem a visão de mundo da cultura brasileira, sobretudo o segundo, que parece ter originado no período colonial, na região de Minas Gerais. Parece ser que tem origem à época da escravidão e está relacionada com o fato de que os escravos escondiam ouro nos pelos das éguas e, ao sair dos garimpos, lavavam os animais e recolhiam esse metal precioso sem que seus donos percebessem, ou seja, lavavam literalmente a égua.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas conclusões e reflexões puderam ser depreendidas mediante a realização deste estudo.

Uma delas é relativa aos critérios de inclusão de expressões idiomáticas em dicionários. Por um lado, expressões como *cadela de rua*, *égua madrinha* etc. estão registradas nos dicionários consultados, porém a pesquisa por contextos de ocorrência na *Web* revela um uso muito baixo dessas expressões. Por outro lado, como falante nativa da língua portu-

guesa, esta pesquisadora, com base em seu conhecimento linguístico y de forma intuitiva, aventurou-se a pesquisar na *Web* expressões que, embora não estejam registradas nos dicionários, apresentam frequência de uso que justificariam sua inclusão nos repertórios lexicográficos. É o caso de expressões como *do cão, de cão* etc. O mesmo ocorre nas outras línguas, sobretudo, em francês. Algumas expressões que aparecem registradas nos dicionários consultados não foram validadas pelos informantes que afirmaram jamais as terem ouvido, como, por exemplo, *a la chien, chien du commissaire, n'être pas bon à jeter aux chiens e rompre les chiens*.

Os resultados da análise indicam também que, de maneira geral, o significado dos zoomorfismos pesquisados derivam de um processo de metáforização por meio do qual determinadas características físicas e certos traços da conduta animal são transpostos ao universo humano. Nesse processo de transposição, observa-se que entram em jogo certas imagens estereotipadas, quase sempre negativas, acerca dos animais. Imagens que parecem resultar de uma representação conceitual estereotipada de certos animais e que são, quase sempre, construídas socioculturalmente.

Finalmente, outro aspecto que este trabalho coloca em evidência é a imagem estereotipada de animais específicos, como o cachorro e o cavalo, revelada nos fraseologismos das três línguas estudadas. Se determinados traços semântico-culturais, como irritabilidade, agressividade, mau humor, abandono, carência afetiva, força, rapidez, associados aos dois animais em questão, contribuem para explicar o sentido das expressões formadas pelos itens lexicais que os nomeiam, como justificar o princípio da não-composinabilidade fraseológica? Como é sabido, este princípio figura entre as principais características das expressões idiomáticas. Trata-se de uma questão teórica que precisaria ser revisitada em trabalhos futuros.

## REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth; HERSCHBERG-PIERROT, Anne. **Stéréotypes et clichés**. Paris: Nathan, 1997.

AULETE, Caldas. **Aulete digital**: Dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2014. Disponível em: <<http://www.auletedigital.com.br/>>. Acesso em 05 jun.2019.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. (Orgs.). **As Ciências do Léxico**: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001, p. 33-51.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. **Introdução às línguas indígenas brasileiras**: Linguística e Filologia. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

COSERIU, Eugenio. **Principios de semántica estructural**. Madrid: Gredos, 1977.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.0**. Curitiba: Positivo Informática, 2004.

GONZÁLEZ-REY, María Isabel. Les stéréotypes culturels et linguistiques des expressions idiomatiques. In: BOYER, Henri (Org.). **Stéréotypage, stéréotypes**: fonctionnements ordinaires et mises en scène. Paris: L'Harmattan, 2007, p. 101-112.

HERRERO CECILIA, Juan. La teoría del estereotipo aplicada a un campo de la fraseología: las locuciones expresivas francesas y españolas. **Espéculo. Revista de estudios literários**, nº 32, 2006. (Disponível em <<http://www.ucm.es/info/especulo/numero32/teoreste.html>>. Acesso em 08/06/2019.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa 3.0**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IÑESTA, Eva María; PAMIES BERTRÁN, Antonio. **Fraseología y metáfora**: aspectos tipológicos y cognitivos. Granada: Método Ediciones, 2002.

KÖVECSES, Zoltán. The scope of metaphor. In: BARCELONA, Antonio (ed.). **Metaphor and metonymy at the crossroads**: a cognitive perspective. Berlin e New York: Mouton de Gruyter, 2000, p. 79-92.

———. *Metaphor: a practical introduction*. New York: Oxford University Press, 2002.

LAROUSSE. **Dictionnaire des expressions et locutions traditionnelles**. Paris: Larousse, 2007.

LAROUSSE. **Le petit Larousse Illustré**. Paris: Larousse, 2012.

LEHMANN, Alise; MARTIN-BERTHET, Françoise. **Introduction à la lexicologie: sémantique et morphologie**, 2 ed. Paris: Natan/VUEF, 2003.

LUQUE NADAL, Lucía. Los culturemas: ¿unidades lingüísticas, ideológicas o culturales? **Language Design**, nº 11, 2009, p. 93-120.

MARQUES, Elizabete Aparecida. **Análisis cognitivo-contrastivo de locuciones somáticas del español y del portugués**. 2007. 690 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada), Universidad de Alcalá, 2007.

———. *Metáforas orientacionais: um exame cognitivo-contrastivo de fraseologismos somáticos do português e do espanhol e suas implicações para o ensino da língua portuguesa a hispano-falantes*. In: MARÇALO, Maria João et al. (Org.). **Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas**. Évora: Universidade de Évora, 2010, v. 1, p. 22-41.

———. *La mano como base metonímica de locuciones verbales y adverbiales: un estudio comparativo entre el español y el portugués* In: PAMIES BERTRÁN Antonio; DOBROVOL'SKII, Dimitri (Orgs.). **Linguo-Cultural Competence and Phraseological Motivation**. Essen: Schneider Verlag Hohengehren, 2011, v.1, p. 371-380.

———. *Aspectos cognitivos da fraseologia: a motivação metonímica de locuções brasileiras e espanholas formadas pela lexia coração* In: SILVA, Suzete (Org.). **Fraseologia & Cia.:** entabulando diálogos reflexivos. Londrina: UEL, 2012, p. 105-120.

MOLINER, María. **Diccionario de uso del español**. Madrid: Gredos, 1994.

NAZARENKO, Lilia; IÑESTA MENA, Eva María. Zoomorfismos fraseológicos. In: LUQUE DURÁN, Juan de Dios; PAMIES BERTRÁN, Antonio (Orgs.). **Léxico y fraseología**. Granada: Método Ediciones, 1998, p. 101-109.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la Real Academia Española**. Disponível em <[www.rae.es](http://www.rae.es)>. Acesso em 05/06/2019.

PONTES, Maria das Neves. **Lexicologia e Significação: Posições Teóricas**. João Pessoa: Ideia, 2002.

PUTNAM, Hilary. **Mind, language and reality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

REY, Alain; CHANTREAU, Sophie. **Dictionnaire des expressions et locutions**. Paris: Le Robert, 1993.

REY-DEBOVE, Josette; REY, Alain (Dir.). **Le Nouveau Petit Robert de Langue Française**. Paris: Le Robert, 2010.

SHARIFIAN, Farzad. **Cultural conceptualisations and language**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2011.

SECO, Manuel; ANDRÉS, Olimpia; RAMOS, Gabino. **Diccionario fraseológico documentado del español actual**. Madrid: Aguilar, 2004.

SUCCI, Thais Marini. **Os provérbios relativos aos sete pecados capitais**. 2006. 152f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, 2006.

# SISTEMA TOPONÍMICO DO TOCANTINS (SISTOP)<sup>1</sup>: RESULTADOS DE UM SOFTWARE PEDAGÓGICOS

*Karylleila dos Santos Andrade*

*Rodrigo Vieira do Nascimento*

## INTRODUÇÃO

Os estudos, resultados de pesquisas do Atlas Toponímico do Tocantins (ATT)<sup>2</sup>, cadastrados no Diretório de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), têm, certamente, gerado diversos trabalhos a respeito dos nomes de lugares do estado: relatórios de PIBIC e PIBICT/CNPq, dissertações e teses de doutorado (finalizados e em andamento). O ATT, como objetivo geral, propõe-se a produzir o mapeamento toponímico do estado do ponto de vista da motivação dos designativos coletados em cartas municipais atualizadas pelo IBGE como também em mapas dos sécu-

---

<sup>1</sup> Para a criação e a implementação do software, o projeto conta com recursos do CNPq e da FAPT - Fundação de Amparo à Pesquisa no estado do Tocantins. A proposta do software é uma parceria entre professores e um egresso do curso de Ciência da Computação, bolsistas de iniciação científica em Letras (PIBIC e PIBICT/CNPq, bem como mestrandos e doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Letras, Mestrado e Doutorado em Ensino de Língua e Literatura da Universidade Federal do Tocantins - UFT).

<sup>2</sup> “A ideia de produzir o Atlas Toponímico do Estado do Tocantins (ATT) surgiu, preliminarmente, da escassez de material linguístico-toponímico no estado. Compõem o ATT cinco linhas de pesquisa: Toponímia e as microrregiões do estado do Tocantins; Toponímia da região do Bico do Papagaio, Toponímia dos rios Araguaia e Tocantins, Nomes de lugares de origem indígena e Toponímia e ensino”. Disponível em: <[http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/grupo/identificacao\\_grupo.jsf](http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/grupo/identificacao_grupo.jsf)>. Acesso em 26 fev. 2018.

los XVII ao XX, que contemplam a região das duas bacias hidrográficas: Araguaia e Tocantins. O projeto prevê um estudo do topônimo do ponto de vista linguístico, sociocultural, geo-histórico e identitário. Da óptica da Linguística, fazem parte das etapas do estudo do ATT: a etimologia e/ou origem dos topônimos, o estudo dialetológico, sociolinguístico e antropológico, os elementos gramaticais, sobretudo os que abordam os aspectos semântico-lexicais.

Norteadas pela função onomástica, a Toponímia estabelece sentido de unidade diante de diversos saberes: “é uma disciplina que se volta para a História, a Geografia, a Linguística, a Antropologia, a Psicologia Social, e até mesmo à Zoologia, à Botânica, à Arqueologia, de acordo com a formação intelectual do pesquisador” (DICK, 1990, p. 2). Via integração com outras áreas do conhecimento, a Toponímia revela-se interdisciplinar, “um complexo línguo-cultural, em que dados das demais ciências se interseccionam” (DICK, 1990, p. 19).

Dado o seu alcance interdisciplinar, os trabalhos toponímicos no estado têm sido direcionados, atualmente, à Educação Básica. A linha de pesquisa Toponímia e Ensino visa a compreender de que forma a Toponímia pode ser aplicada ao contexto do ensino partindo do princípio da interdisciplinaridade. A essência da disciplina é de natureza interdisciplinar, no entanto a questão passa a ser complexa quando voltamos o olhar para ao lócus da educação.

As pesquisas vinculadas à linha de pesquisa Toponímia e ensino do ATT têm sido pensadas como uma ação e um fazer interdisciplinar, ou seja, como uma prática pedagógica. Vincula-se à língua o projeto de desenvolvimento de um *software* toponímico com foco de atuação, inicialmente, no Ensino Fundamental da Educação Básica. A proposta do *software* é auxiliar a prática pedagógica de professores de Língua Portuguesa, Geografia e História do Ensino Fundamental (anos finais). Além dos professores, temos como perspectivas promover o acesso do aluno ao *software*, inclusive inserindo informações adicionais sobre os nomes

de lugares. Portanto o *software* busca disponibilizar a professores, alunos e pesquisadores em geral um banco de dados com informações dos nomes de lugares do Tocantins visando à ampliação do leque de informações de conteúdos linguísticos, etimológicos, geo-históricos, socio-culturais, antropológicos, principalmente aquelas concernentes à prática pedagógica do ensino de disciplinas como Língua Portuguesa, Geografia e História do Ensino Fundamental (anos finais).

Salientamos que este trabalho se apresenta como uma vertente de inovação pedagógica. A ideia foi sair do domínio do estudo toponímico teórico e prático para um espaço mais pedagógico. Nosso ponto de partida foi o entendimento de que a inovação, no contexto escolar, assim como nas demais áreas, é da ordem de aplicação; tem, no escopo, a estratégia da ação e deve ser guiada por objetivos práticos. Partimos da premissa que o ato de inovar não deve ser compreendido como resultado de uma ação determinada, mas de um processo. É nesta percepção que lidamos com o caráter de inovação pedagógica ao estudar uma proposta pedagógica que relacione toponímia e interdisciplinaridade. Nossa pretensão é que o *software* toponímico não seja compreendido como “novidade” ou um produto que ainda não foi pensado, mas que seja entendido como resultado de um processo que visa a estabelecer e/ou provocar mudanças nas práticas pedagógicas, principalmente “via a inserção de novos materiais, produtos, recursos, atividades e, até mesmo, novas técnicas no âmbito da ação/prática pedagógica, mirando alcançar novos objetivos e/ou resultados no ensino” (ANDRADE; RIBEIRO, 2014, p. 341).

## **1. A ENGENHARIA DE UM SOFTWARE TOPONÍMICO COMO PROPOSTA PEDAGÓGICA**

Diversos estudos toponímicos comprovam que, nos meandros do plano onomasiológico, o ato de nomear lugares é, evidentemente, influenciado por características linguísticas, físicas, culturais, históricas, de crenças, de sentimentos, de memórias ou de impressões que o denomi-

nador possui ou interpreta de um determinado lugar, ou seja, há imbuída no processo de nomeação uma motivação inata que o impeliu a referir-se de uma maneira ou de outra um determinado local, atribuindo-lhe um nome. Assim, ao estudar o signo toponímico, podemos favorecer o conhecimento do “significado e da motivação do nome do lugar, por considerar as relações linguísticas, sociais e culturais que se estabelecem entre o universo pesquisado e o nome propriamente dito – o topônimo” (PEREIRA, 2009, p. 55).

Dick (1990), com base na realidade brasileira, propôs um modelo de taxionomias toponímicas que pudesse evidenciar a motivação do topônimo. A metodologia de Dick (1990, 1992) e suas categorizações metodológicas têm orientado com rigor os estudos atuais da Toponímia no Brasil. Graças à pesquisadora e à dinamicidade dos estudos, hoje, no Brasil, “a Toponímia encontra um espaço bastante receptivo na área da Dialectologia e da Lexicologia, com as quais mantém uma estreita relação” (AGUILERA, 1999, p. 125).

Desde 2007, estudos na área da Toponímia vêm sendo desenvolvidos no Tocantins. São vários os trabalhos em nível de iniciação científica, TCCs, dissertações e teses defendidas e em andamento. Os resultados dessas pesquisas, em sua maioria, foram registrados e disponibilizados para acesso da equipe em documentos do Word e planilhas do Excel gerados a partir de atividades de projetos de iniciação científica nos anos de 2007 a 2011. Todavia, à medida que os *corpora* foram aumentando, esses formatos do *Microsoft Office* dificultaram a sistematização das informações. Foi, então, que surgiu a ideia da criação de um banco de dados.

Em 2012, com recursos advindos do CNPq<sup>3</sup> (2013-2015) e da FAPT (2012-2014) - Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Tocantins, foi desenvolvido um arquétipo de *software* toponímico cujo objetivo era suprir e/ou resolver, *a priori*, a complexidade manual dos

---

<sup>3</sup> Projeto aprovado no CNPq (2013-2015), processo n. 471716/2013-8.

registros e, desse modo, facilitar o acesso às informações. Esse projeto visava a contribuir diretamente para o fortalecimento do grupo de pesquisa registrado no CNPq, dinamizando e possibilitando um maior controle e segurança dos dados no que se refere às fichas lexicográfico-toponímicas. Sua finalidade, a princípio, era tão somente cadastrar, armazenar, pesquisar e estudar os nomes de lugares enquanto esfera e utilização acadêmica.

Em 2014 surgiu a necessidade de aprimorar o primeiro protótipo de *software* no sentido de oferecer ao usuário (pesquisador) um mapeamento mais abrangente da realidade toponímica do Tocantins por meio dos macro e microtopônimos do estado. A intenção era, a partir do primeiro modelo de *software*, criar um banco de dados que oportunizasse o acesso a diversos tipos de dados para além da localização de topônimos por micro ou macrorregião, índices de topônimos por natureza física ou antropocultural, históricos, motivações, bem como elementos concernentes ao estudo linguístico: as entradas lexicais e os elementos morfológicos e léxico-semânticos. Dessa forma foi criado o segundo arquétipo de *software*, com novas interfaces e meios tecnológicos, a saber, por exemplo, a API (Application Programming Interface) Google Maps™ e suas interatividades: criação de mapas com locais definidos, controle de zoom, tipos de mapa, geração de rotas entre outras. Com a implantação do sistema Mapa toponímico do Tocantins com integração da API do Google Maps™, o programa computacional facilitou ainda mais a busca de informações toponímicas (elementos humanos e físicos) tocantineses.

Já em 2015, membros do grupo ATT apresentaram a proposta do *software* toponímico aos alunos-estagiários do curso de Licenciatura em Geografia da UFT, *campus* Porto Nacional, a fim de discutir a aplicabilidade do *software* como um suporte pedagógico na disciplina de Geografia do Ensino Fundamental. Esses alunos-estagiários levantaram algumas questões como a terminologia adotada no *software* onomástico-toponí-

mico, afirmando que a linguagem/nomenclatura empregada dificultaria a utilização do banco de dados na escola, além de outras críticas. A partir dessa experiência surgiu, num terceiro momento, a proposta de produzir um banco de dados em que fosse levada em consideração sua aplicação e uso ao contexto do ensino, privilegiando as disciplinas de Língua Portuguesa, Geografia e História do Ensino Fundamental (anos finais).

## 2. SISTEMA TOPONÍMICO DO TOCANTINS - SISTOP

Em 2015 com a aprovação do CNPq<sup>4</sup>, o projeto intitulado *Software toponímico como inovação pedagógica: um estudo sob a ótica de professores de Geografia do Ensino Fundamental* possibilitou ao grupo de pesquisa ATT dar continuidade ao protótipo de *software* voltado ao ensino. O objetivo geral desse projeto foi a produção de um software pedagógico que atendesse aos interesses de professores do ensino fundamental, especificadamente os da disciplina de Geografia, no que diz respeito à ampliação de informações adicionais (históricas, socioculturais, motivacionais, etimológicas, linguísticas etc.) de nomes de lugares (topônimos).

Esse projeto-piloto foi o combustível da dissertação cognominada *Proposta preliminar de um software toponímico: um estudo de caso sob a ótica de professores de Geografia do Ensino Fundamental*, apresentada<sup>5</sup> em 2017 ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura – PPGL, da Universidade Federal do Tocantins – UFT, *Campus* de Araguaína. Partindo do princípio da interdisciplinaridade, o trabalho esteve concentrado em compreender a proposta preliminar de um *software* toponímico a partir da ótica de professores de Geografia do Ensino Fundamental.

Tendo em vista a rede de saberes que pode ser formada ao se estudar/conhecer um nome de lugar, duas questões emergentes nortearam

---

<sup>4</sup> Projeto aprovado no CNPq (2015-2017), processo n. 444083/2015-4.

<sup>5</sup> Por Rodrigo Vieira do Nascimento, sob orientação de Karylleila dos Santos Andrade.

a referida pesquisa: a) Como um *software* toponímico pode atender aos interesses de professores do Ensino Fundamental, especificadamente os da disciplina de Geografia, no que diz respeito à ampliação de conhecimentos acerca do estudo dos nomes de lugares do Estado do Tocantins?; b) Como as informações toponímicas (linguísticas, etimológicas, socioculturais, históricas, geográficas, antropológicas e ideológicas) a respeito dos topônimos (elementos geográficos físicos e humanos), disponibilizadas em um suporte lógico de dados (enquanto recurso pedagógico), podem promover, otimizar e/ou ampliar o conhecimento do aluno no que tange ao léxico toponímico tocantinense?

Considerando a perspectiva interdisciplinar com um viés inovador, a proposta do estudo esteve centrada no intuito de que professores e alunos poderiam, em um mesmo *software*, conforme Andrade (2013, p. 10), identificar, conhecer, descrever e analisar os nomes de lugares dos municípios do estado em suas características linguísticas, socioculturais e geo-históricas. A ideia é que possam “tratar o nome não pela sua simplicidade aparente, ‘um nome é apenas um nome’, mas por todos os elementos que envolvem sua complexidade”.

Durante as etapas de trabalho, foi possível estreitar o diálogo com professores de Geografia da Educação Básica, o que nos permitiu avaliar, previamente, as potencialidades do *software* como um recurso pedagógico. Durante a pesquisa de campo com dois professores, um do Ensino Fundamental (anos finais) e outro do Ensino Médio, pudemos identificar os eventuais pontos negativos. Os resultados puderam orientar os pesquisadores no que tange às atividades curriculares e pedagógicas, proporcionando informações potencialmente úteis ao programador do *software*, estimulando a emergência de práticas (propostas) didático-pedagógicas inovadoras e incentivando a reflexão e a investigação sobre o uso do *software* nas escolas.

Para a elaboração do terceiro esboço, designado SISTOP (Sistema Toponímico)<sup>6</sup>, foi considerada a estrutura do léxico toponímico: a macroestrutura e a microestrutura dos topônimos tocantinenses. O ponto de partida foram os macrotopônimos, neste caso os 139 municípios do estado do Tocantins. Nesse novo modelo associamos as regiões administrativas e seus municípios às suas respectivas cartografias, o que permitiu disponibilizar breves informações geográficas e históricas dos municípios que compreendem as 18 (dezoito) *Regiões administrativas* do estado (a primeira aba na barra de ferramentas). A finalidade dessa opção de acesso no *software* é possibilitar aos alunos o conhecimento sobre a configuração administrativa, cartográfica, política e demográfica do Tocantins. O *software*, em desenvolvimento e em situação de alimentação dos dados, dispõe também de informações sobre as comunidades tradicionais do estado: informações linguísticas, etimológicas, históricas e socioculturais de cada aldeia indígena e das 38 comunidades de quilombolas, todas reconhecidas pelo poder público do estado, e algumas já certificadas pela Fundação Palmares<sup>7</sup>. A base de dados pode assim possibilitar ao aluno o conhecimento sobre língua, história, hábitos, costumes e manifestações culturais desses povos.

O SISTOP também disponibiliza a aba *Cursos d'água*, que contém informações pertinentes à bacia Tocantins-Araguaia e aos principais

---

<sup>6</sup> É um software toponímico recém-criado, com uma gama de informações toponímicas (linguísticas, geo-históricas e socioculturais, entre outras), referentes aos nomes de lugares (elementos humanos e físicos) do estado do Tocantins. O modelo de software desenvolvido atualmente conta com a versão atual do Scriptcase 8.0. Ao utilizar o Scriptcase, conforme Costa (2014, p. 37), os desenvolvedores podem gerar aplicações PHP completas e de forma ágil. O programa cria formulários (simples e avançados), consultas e outras aplicações para manipulação de dados em bancos de dados. Essa nova versão permite formulários com filtros dinâmicos, análise de dados (Pivot tables), telas responsivas (ajustam-se quando acessadas de um dispositivo móvel), editor de temas para gráficos, sistema de mensagens (facilita a comunicação entre os desenvolvedores), criação de lista de tarefas, calendário, interface em 10 idiomas, entre outras vantagens.

<sup>7</sup> Dados disponíveis em: < <http://www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs>>. Acesso em 26 fev. 2018.

cursos d'água do estado: dados hidrográficos e seus principais afluentes, origem/etimologia, aspectos geo-históricos, imagens e outros dados complementares. O protótipo de *software* propicia, ainda, ao usuário re- visitar a história da província de Goiás, atual região onde se localiza o estado do Tocantins, mapas e leitura paleográfica dos rios dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX<sup>8</sup> via aba *Toponímia histórica*. O objetivo do acesso do usuário (aluno, professor e pesquisadores em geral) é conhecer a toponímia da época por meio de aspectos etnoculturais e etnotoponímicos no processo de povoamento da região que contempla o atual estado do Tocantins. Essa opção poderá despertar a curiosidade do aluno em co- nhecer, por meio da cartografia histórica da região, o território, o con- texto etnocultural e de que forma se deu o processo de povoamento ao longo das margens dos rios Araguaia e Tocantins nos séculos destacados.

Outra novidade é a opção de acesso da aba *Curiosidades*, que en- globa informações acerca de lugares turísticos, principais cidades históri- cas etc. O estado é constituído de inúmeras regiões turísticas; são serras, lagos, praias, cachoeiras, gastronomia, artesanato e centros históricos que chamam a atenção de diversos turistas nacionais e internacionais.

Registramos que em todas as ferramentas de acesso disponíveis - Regiões administrativas (municípios); Principais rios; Toponímia his- tórica; Curiosidades - há espaços para o preenchimento da ficha lexico- gráfica, adaptada de Dick (2004) e Andrade (2010).

As fichas toponímicas, como instrumento de pesquisa, orientam o pesquisador, possibilitando-lhe agrupar “um conjunto estruturado de informações sobre um topônimo, objetivando explicitá-lo e classificá-lo” (MAEDA, 2006, p. 108). Em outras palavras, permitem ao pesquisador

---

<sup>8</sup> Estes mapas são resultados da coleta de dados da tese de pós-doutoramento da profes- sora Karylleila Andrade, realizada na Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional, ambos localizados no Rio de Janeiro, bem como da cartografia coletada no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa/Portugal.

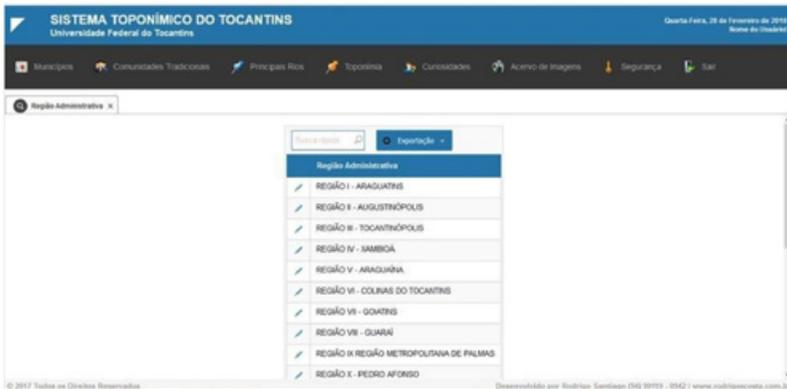
a descrição e análise dos aspectos linguísticos (morfológicos, etimológicos e semânticos), culturais e históricos, presentes no termo toponímico, possibilitando classificá-lo de acordo com sua natureza física ou antropológica (DICK, 2004).

E para que atendessem melhor aos objetivos delineados neste estudo e nos demais trabalhos que integram o projeto ATT, foram realizadas algumas modificações e adaptações na ficha lexicográfico-toponímica elaborada por Dick (2004), com fins de adequação aos objetivos de pesquisa, procurando, obviamente, conservar a essência da ficha proposta por Dick (2004).

As fichas-toponímicas deste estudo, adaptadas conforme Andrade (2010, p. 184), encontram-se, em sua maioria, preenchidas e contemplam os resultados de coleta e de análise de dados, elementos humanos e físicos, provenientes dos 139 mapas dos municípios do estado do Tocantins, que contêm informações linguísticas, históricas, geográficas, socioculturais.

A seguir apresentamos alguns protótipos de acessos que estão sendo construídos, alimentados e testados para a verificação da satisfação dos requisitos iniciais do *software* pedagógico.

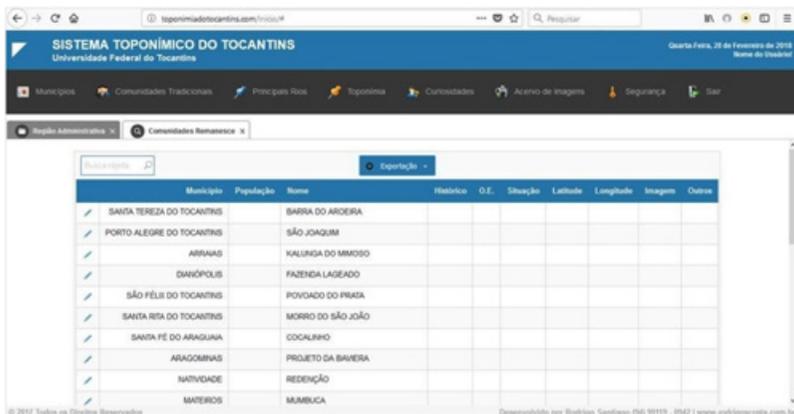
**Figura 1:** Tela do atual *software* toponímico – Cadastro de Regiões Administrativas



**Fonte:** Nascimento (2017)

A Figura 1 exemplifica o processo de inclusão das regiões administrativas na base de dados. Cada município será cadastrado e mapeado conforme sua região administrativa.

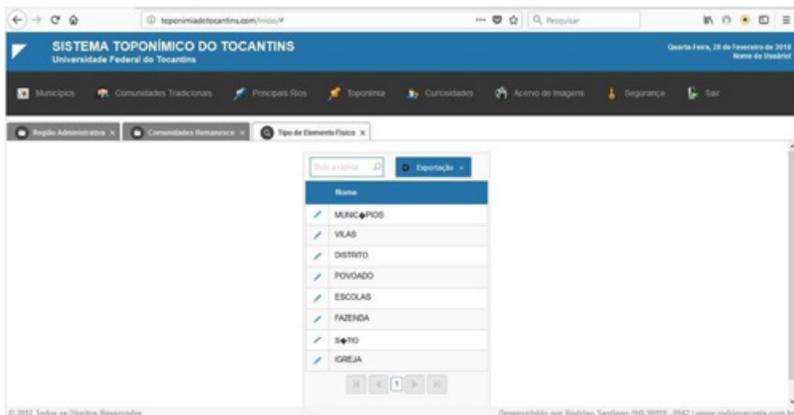
**Figura 2:** Tela do atual software toponímico – Cadastro de Comunidades Remanescentes



Fonte: Nascimento (2017)

O item em destaque representa a opção cadastrar/incluir comunidades remanescentes. Cada comunidade será registrada conforme as especificações da ficha lexicográfico-toponímica.

**Figura 3:** Tela do atual software toponímico – Cadastro dos Elementos Humanos



Fonte: Nascimento (2017)

O item em destaque representa a opção cadastrar/incluir elementos humanos. Os dados serão alimentados no banco de dados, inicialmente, pelos pesquisadores/administradores. A seguir, as primeiras impressões, resultado da pesquisa com dois professores que ministram a disciplina de Geografia: um atua nos anos finais do Ensino Fundamental e o outro, no Ensino Médio. Os dados foram coletados no ano de 2016.

### **3. SUJEITOS-COLABORADORES DA PESQUISA DE CAMPO E SUAS IMPRESSÕES DO SISTOP**

Todo *software* pedagógico<sup>9</sup> deve estar centrado à realidade do ensino. Desta forma reconhecemos que a participação dos professores como sujeitos-colaboradores da pesquisa foi preponderante para o processo de elaboração e desenvolvimento do SISTOP. De acordo com Hinostroza e Mellar (2001) *apud* Benitti, Seara e Schindwein (2005, p. 3), o desenvolvimento de softwares educacionais “quando conta com a participação de professores, sua contribuição volta-se a aspectos referentes à aprendizagem ou a propostas curriculares”.

Os resultados ora apresentados fazem parte da pesquisa de Dissertação de Mestrado de Nascimento (2017). A primeira observação dos professores de Geografia em relação ao software toponímico diz respeito à linguagem utilizada: “toponímia, taxionomia, elemento humano, elemento físico, entrada lexical, morfologia são termos muito técnicos e acredito que próprios da área” (NASCIMENTO, 2017, p. 182).

Os professores sugeriram, ainda, que, além de possuir uma linguagem acessível, o sistema operacional toponímico deve ser autoexplicativo e informativo, como dispor de ícones que direcionem os alunos às abas de autoajuda, que possibilitem algumas informações antes de adentrar uma determinada área do software.

---

<sup>9</sup> Compreendemos como “software educativo” todo e qualquer suporte lógico operacional ou programa utilizado para o ensino-aprendizagem, ou seja, que possuem objetivos pedagógicos.

Outro detalhe exposto pelos professores concerne aos aspectos visuais do sistema operacional. Os professores sugeriram pensar o banco de dados de forma lúdica e interativa, com imagens, cores, personagens e movimentos diversificados, ou seja, pensar a ludicidade<sup>10</sup> do sistema operacional toponímico como recurso pedagógico pode ser um recurso facilitador da aprendizagem. A este respeito, Mercado (2002, p. 134) ratifica a relevância do *software* educativo: “os alunos podem adquirir uma melhor maneira de refletir, manipular, questionar, construir, pesquisar, analisar, sintetizar, desenvolver atenção, raciocínio e criatividade nas atividades curriculares”.

Outro ponto destacado são as fotografias e as imagens, os documentos e as fontes históricas e geográficas, elementos que são capazes de auxiliar no ensino-aprendizagem e de produzir ou de ampliar certos conhecimentos. Ambos os professores priorizaram a necessidade da inserção de fotografias e imagens no suporte lógico operacional toponímico. O SC-1<sup>11</sup> destacou, em entrevista, que: “por intermédio de fotos e imagens, os alunos poderão analisar e fazer relação com o conteúdo ministrado, conseqüentemente, produzir conhecimento” (SC-1, 2016) (NASCIMENTO, 2017, p. 183).

Somado à presença de imagens e fotografias, os professores destacaram que o sistema operacional necessita de entretenimento. Porém o primeiro aspecto levado em consideração pelos professores consiste na faixa etária dos alunos (geralmente de 10 a 15 anos). Assim seria vantajoso, na concepção dos professores, considerar a presença de gráficos bem delineados, a possibilidade de o aluno criar o seu próprio relatô-

---

<sup>10</sup> Segundo Oliveira (1985, p. 74), o conceito de ludicidade está associado a “recursos metodológicos capazes de propiciar uma aprendizagem espontânea e natural. Estimula a crítica, a criatividade, a socialização. Sendo, portanto, reconhecida como uma das atividades mais significativas pelo seu conteúdo pedagógico social”.

<sup>11</sup> Professora dos anos finais de uma escola no distrito de Taquaruçu, Palmas/TO.

rio, interfaces menos infantis e confusas, figuras detalhadas, curiosidades relevantes. Outras sugestões foram: pensar o contexto histórico dos topônimos de forma menos estafante ou cansativa e, também, pensar na possibilidade de o aluno criar rotas de viagens estaduais, entre outros.

O *software* toponímico de cunho pedagógico encontra-se em fase de desenvolvimento e execução, portanto não foi possível ainda testar, experimentar, analisar ou avaliar todo o funcionamento do SISTOP. Mas percebe-se que os professores acreditam na proposta onomástico-toponímica:

Os conteúdos referentes ao Estado do Tocantins (informações sobre os municípios, hidrografia, relevo, geomorfologia, etc.) têm sido muito pouco trabalhada, até porque falta muito material didático que possa nos auxiliar nesse trabalho. Essa base de dados ampliará os conteúdos que se referem ao Estado, pois além de dados sobre os nomes de lugares, a proposta permite explorar outras informações a respeito do Estado [...]. Esse mapeamento toponímico poderá divulgar uma nova maneira de ver as coisas, uma nova ferramenta que auxiliará todo o processo de aprendizagem dos nossos alunos (SC-2, 2016) (NASCIMENTO, 2017, p. 184).

SC-2 revelou, em entrevista, que o *software* toponímico, futuramente, poderá ser pensado sob a óptica do Ensino Médio regular, uma vez que, conforme os PCN (2008), o ensino de Geografia no Ensino Médio objetiva:

Localizar, compreender e atuar no mundo complexo, problematizar a realidade, formular proposições, reconhecer as dinâmicas existentes no espaço geográfico, pensar e atuar criticamente em sua realidade tendo em vista a sua transformação (BRASIL, 2008, p. 43).

Para o Ensino Médio, as discussões do espaço geográfico tocantinense poderão ser ampliadas: “em outra proposta futura de *software*,

será possível pensar, por exemplo, a inserção de outras informações, como, discutir a política, a economia, atualidades sobre o Tocantins etc.” (SC-2<sup>12</sup>, 2016) (NASCIMENTO, 2017, p. 184).

SC-1 assinalou que já vislumbra o uso do software toponímico como um possível suporte pedagógico para o Curso Técnico de Turismo que será criado no Colégio Estadual Duque de Caxias. “O potencial turístico de Taquaruçu encontra-se em expansão e pensar acerca da formação do aluno, voltado para esse viés turístico, seria relevante” (SC-1, 2016) (NASCIMENTO, 2017, p. 184).

#### **4. CAMINHANDO COM O SISTOP**

A proposta desta pesquisa não é alterar ou mudar os objetivos de ensino de qualquer disciplina da Educação Básica, sejam elas: Língua Portuguesa, Geografia ou História. Enquanto suporte pedagógico, a ideia é que o estudo dos nomes de lugares possa, com outros olhares e posturas, ser repensado, transformado, redimensionado e possa, até mesmo, propiciar uma perspectiva positiva para as práticas educacionais. Andrade e Oliveira (2014, p. 74) explicitam que “as finalidades de ensino deverão ser mantidas, embora possam ser incrementadas ou reavaliadas sob outros olhares e outras perspectivas o estudo, como, por exemplo, os conteúdos vinculados aos nomes de lugares”.

Para esta nova fase do SISTOP, os pesquisadores encontram-se em fase de alimentação dos dados e de discussão de possíveis alterações no sistema para atender às demandas do ensino. Em um espaço de médio prazo, intencionamos inserir abas destinadas ao público de alunos e professores, respectivamente, observando o foco das séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

---

<sup>12</sup> Professor lotado no Instituto Federal de ensino (IFTO), campus de Palmas/TO.

## REFERÊNCIAS

AGUILERA, Vanderci Andrade. Taxionomia de topônimos: problema sem solução? **Signum: Estudos Linguísticos**, Londrina, n. 2, p. 125-137, out./1999.

ANDRADE, Karylleila dos Santos; RIBEIRO, Eduardo. Implementação de software toponímico com perspectivas de atuação no ensino. *In*: GONÇALVES, Adair Vieira; SILVA, Wagner Rodrigues; GÓIS, Marcos Lúcio de Sousa (Orgs.) **Visibilizar a Linguística Aplicada: abordagens teóricas e metodológicas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014, p. 341-356.

ANDRADE, Karylleila dos Santos. Atlas Toponímico do Tocantins (ATT): criação de um software para a catalogação dos dados das fichas lexicográfico-toponímicas. **Revista Percursos Linguísticos**, v. 3, n. 7, p. 29-41, 2013.

\_\_\_\_\_. **Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins: ATITO**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010.

BENITTI, Fabiane Barreto Vavassori; SEARA, Everton Flávio Rufino; Schlindwein, Luciane Maria. Processo de Desenvolvimento de Software Educacional: proposta e experimentação. **RENOTE Revista Novas Tecnologias na Educação**, v. 3, n. 1, p. 55-68, maio, 2005.

BRASIL. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Vol. 3. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

COSTA, Rodrigo Santiago. **Desenvolvimento de um sistema: mapa toponímico do Tocantins com integração da API do Google Maps™**. 2014, 55f. Monografia (Bacharelado em Ciência da Computação). Universidade Federal do Tocantins/ Palmas/TO, 2014.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

\_\_\_\_\_. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

\_\_\_\_\_. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça. **As Ciências do léxico**. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia Vol. II. Campo Grande: Editora UFMS, 2004, p. 121-130.

HINOSTROZA, Jr. Enrique; MELLAR, Harvey. Pedagogy embedded in educational software design: report of a case study. **Computers & Education**, n. 37, p. 27-40, 2001.

MAEDA, Raimunda Madalena Araújo. **A Toponímia Sul-Mato-Grossense: um estudo dos nomes de fazendas**. 2006. 281f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa e Linguística), Universidade Estadual Paulista/Araraquara/SP, 2006.

MERCADO, Luís Paulo Leopoldo (Org.). **Novas tecnologias na educação: reflexões sobre a prática**. Maceió: EDUFAL, 2002.

NASCIMENTO, Rodrigo Vieira do. **Proposta preliminar de um software toponímico: um estudo de caso sob a ótica de professores de Geografia do ensino fundamental**. 2017. 203f. Dissertação (Mestrado Ensino de Língua e Literatura), Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Letras, Palmas/TO, 2017.

OLIVEIRA, V. M. **O que é Educação Física**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PEREIRA, Renato Rodrigues. **A Toponímia de Goiás: em busca da descrição de nomes de Lugares de municípios do sul goiano**. 2009, 204 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2009.

# A VARIAÇÃO LEXICAL NO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL

*Marcela Moura Torres Paim*

## INTRODUÇÃO

 estudo do léxico permite a observação da leitura que uma comunidade realiza de seu contexto e da preservação de parte da sua memória sócio-histórica e linguístico-cultural, além de possibilitar a documentação da variação lexical. Realizar este estudo também vem a contribuir para o objetivo mais amplo do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), no que diz respeito à realização da descrição da realidade linguística do Brasil, no que se refere à língua portuguesa, enfocando a identificação das variações diatópicas e léxico-semânticas no âmbito geolinguístico pluridimensional.

Com a publicação, em 2014, do volume de cartas linguísticas (cf. CARDOSO et al, 2014), algumas considerações iniciais já podem ser feitas sobre áreas dialetais brasileiras. Nesse sentido, apresentam-se aqui, de forma ilustrativa, resultados que mostram a diversidade de usos vinculada a áreas específicas, mas também relacionada a fatores sociais.

Os resultados que se apresentam a seguir fundamentam-se em levantamentos no *corpus* do Projeto ALiB, referentes às capitais de Estados junto a 200 informantes que fornecem as denominações para a peça do vestuário que serve para segurar os seios – Questão 188 do Questionário Semântico-Lexical (QSL) do Projeto ALiB (COMITÊ NACIONAL DO ALiB, 2001, p. 37) e para o produto que as mulheres passam no rosto, nas bochechas, para ficarem mais rosadas – Questão 191 do QSL do Projeto ALiB (COMITÊ NACIONAL DO ALiB, 2001, p. 37).

## 1. O PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL

O interesse pelos estudos dialetais, no Brasil, presente entre os filólogos e linguistas da primeira metade do século XX sensibilizou o Governo Brasileiro, levando-o a se manifestar favorável à realização de um atlas linguístico do Brasil, como expresso no Decreto n° 30.643 de 20 de março de 1952 que, assim, reza no seu §3º:

A Comissão de Filologia promoverá pesquisas em todo o vasto campo de filologia portuguesa-fonologia, morfológicas, sintáticas, léxicas, etimológicas, métricas, onomatológicas, dialetológicas bibliográficas, históricas, literárias, problemas de texto, de fontes, de Autoria, de influências, **sendo sua finalidade principal a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil** (grifo nosso).

Razões de variada ordem impediram a realização desse desejo dos linguistas brasileiros, nada obstante a determinação governamental. Passados quase cinquenta anos, a ideia foi retomada (i) pela urgência de descrever o português brasileiro antes que se percam dados e fatos capazes de esclarecer aspectos da história linguística do país e (ii) e pelo papel relevante que, no momento, a Geografia Linguística vinha assumindo nos estudos linguísticos.

Concebe-se, para a concretização do desiderato, o Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), cujas bases se lançam no Seminário *Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*, que contou com a participação de representativo número de pesquisadores brasileiros da área e com a presença do Prof. Dr. Michel Contini, do *Centre de Dialectologie de Grenoble*, Diretor do *Atlas Linguistique Roman* e membro do Comitê Diretor do *Atlas Linguarum Europae*.

O Projeto ALiB, na sua essência um projeto linguístico porque busca documentar, descrever e interpretar a realidade do português brasileiro, tem, exatamente por esse caráter, uma evidente interface

com diferentes ramos do conhecimento organizado, decorrente do fato de que a história de uma língua é a história do próprio povo que a fala. Trata-se de um projeto de caráter nacional e em desenvolvimento desde 1996 que envolve, hoje, universidades brasileiras signatárias de um convênio de cooperação interinstitucional firmado entre as instituições. Para concretizar o desejo de produzir o Atlas Linguístico do Brasil, os pesquisadores constituíram um Comitê Nacional. Passados 20 anos da fundação do Projeto ALiB, partir de 2016, a coordenação do Projeto ALiB está sob a responsabilidade de um Comitê Nacional, constituído atualmente de 13 membros pesquisadores vinculados a oito universidades públicas brasileiras.

Dada a sua natureza e os seus objetivos, o Projeto ALiB privilegia o estudo da variação espacial ou diatópica, não deixando, entretanto, de considerar a variação social. O projeto está fundamentado nos princípios gerais da Geolinguística contemporânea.

A esses aspectos relacionados, com os quais não se pretendeu esgotar a indicação das possibilidades de interdisciplinaridade do projeto, mister se faz destacar o que advém de um atlas para os estudos linguísticos especificamente nos seguintes campos: semântica, lexicologia, sintaxe, morfologia, fonética/fonologia, pragmática, discurso.

A implantação do Projeto ALiB, em 1996, propiciou a discussão da metodologia relativa aos trabalhos de natureza geolinguística e à elaboração de instrumentos de trabalhos adequados às necessidades de coleta de dados empíricos, fatos tão importantes ao desenvolvimento da Geolinguística no Brasil que já se pode interpretar o Projeto ALiB como marco de uma nova fase na Dialetoologia Brasileira, a quarta, se se admitem as três fases anteriormente propostas por Ferreira e Cardoso (1994).

Entre os pontos que podem ser arrolados como de transferência de tecnologia destacam-se: o Questionário Linguístico do ALiB, pela sua amplitude com relação aos diversos níveis de estudo da língua, que tem

servido de base para a elaboração de questionários específicos, em pesquisas diversas, para trabalhos de pós-graduação e para a realização de atlas linguísticos regionais, com o consequente crescimento de grupos de pesquisa na área da Dialetoлогия e o aumento do número de trabalhos de pós-graduação sobre aspectos da Dialetoлогия brasileira.

## **2. DENOMINAÇÕES PARA A “PEÇA DO VESTUÁRIO QUE SERVE PARA SEGURAR OS SEIOS”**

O nível lexical da língua é o lugar da estocagem da significação e dos conteúdos significantes da linguagem humana. Associado ao conhecimento e ao processo de nomeação em qualquer língua, o léxico resulta de uma operação perceptiva e cognitiva.

Uma das propriedades constitutivas da unidade lexical, e que possibilita a sua recuperação no acervo da memória, é a frequência da palavra que, segundo Biderman (1998, p. 81), é a pedra de toque da linguagem humana que pode ser vista sob diferentes dimensões, a saber: o valor mágico da palavra e a sua potência criadora; a dimensão cognitiva que se associa ao problema da nomeação e da designação da realidade, gerando o vocabulário das línguas naturais; a dimensão significativa onde se examina a questão do signo linguístico e sua relação com a realidade.

Ao analisar as denominações para “a peça do vestuário que serve para segurar os seios”, é possível visualizar a presença do léxico dialetal que, como expõe Isquerdo (2012, p. 116), é formado pelas “[...] variantes lexicais que identificam áreas demarcadas geolinguisticamente [e] que evidenciam de forma bastante particular o vocabulário de uma comunidade de falantes”. Segundo a mesma autora, o léxico regional, por seu turno, pode ser “[...] entendido genericamente como a norma lexical veiculada por habitantes circunscritos a áreas geográficas de diferentes dimensões” (ISQUERDO, 2012, p. 116).

Em outras palavras, a norma lexical é mais geral enquanto o léxico regional contempla as diferentes normas linguísticas ativas no falar de comunidades que habitam áreas geográficas específicas.

Com o intuito de refletir sobre essas questões lexicais, realizou-se o mapeamento dos usos, a partir do exame da carta linguística do ALiB, que registra as respostas documentadas para a questão 188 do Questionário Semântico-Lexical/QSL do Projeto ALiB, área semântica *vestuário e acessórios*, “...como se chama a peça do vestuário que serve para segurar os seios?”. A Tabela 1 a seguir reúne as respostas obtidas e o número de ocorrência no âmbito de cada grande região do Brasil.

**Tabela 1:** Denominações para “a peça do vestuário que serve para segurar os seios” nas capitais brasileiras

Variante	Região / Ocorrências					Total
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	
Sutiã	49	72	24	32	24	201
Corpete	8	12	0	0	1	21
Califon	0	12	0	0	0	12
Porta-seio	2	2	0	1	1	6
Goleiro		2		1		3

Fonte: Carta L25 do *Atlas linguístico do Brasil* (ALiB) (CARDOSO *et al.*, 2014, p. 329)

A análise das variantes lexicais documentadas como nomeação do referente contemplado pelo pergunta 188/QSL/AiB, nas capitais brasileiras revelou que, depois da variante considerada pela norma, *sutiã*, a unidade lexical *corpete* é a mais produtiva, estando presente nas capitais de diferentes regiões do país: Teresina (PI), Fortaleza (CE), Natal (RN), Recife (PE), Maceió (AL), Porto Alegre (RS), Rio Branco (AC), Manaus (AM), Boa Vista (RR) e Macapá (AP).

A variante *califon* concentra-se em cinco capitais do Nordeste: Fortaleza (CE), Natal (RN), João Pessoa (PB), Recife (PE) e Aracaju (SE). É interessante mencionar que, do ponto de vista etimológico, esse item

lexical está marcado no dicionário Houaiss (2011) como um regionalismo do Nordeste do Brasil oriundo do francês (à) *califourchon* que significa atitude indecisa em português.

A denominação *porta-seio* foi registrada em algumas capitais de quatro regiões brasileiras: Belém (PA), Natal (RN), Recife (PE), Vitória (ES) e Porto Alegre (RS), enquanto a variante menos produtiva, *goleiro*, foi mencionada em três capitais: Teresina (PI), Fortaleza (CE) e São Paulo (SP).

Em relação à pergunta 188/QSL/ALiB, além das respostas cartografadas na Carta L25 (CARDOSO et al, 2014), foi registrado como nomeação para a mesma peça do vestuário cinco ocorrências de *bustiê*, que não foi validada como resposta por, tradicionalmente, nomear outro tipo de peça de vestuário, nas seguintes localidades: São Luís (MA), Manaus (AM), Macapá (AP), Fortaleza (CE) e Boa Vista (RR).

Os informantes de nível de escolaridade fundamental, faixa etária I, masculino, de São Luís (inf. 1), faixa etária II, feminino, de Manaus (inf. 2) e de Macapá (inf. 2), faixa etária II, feminino, de Fortaleza (inf. 4) e a informante de nível de escolaridade universitária, faixa etária I, feminina, de Boa Vista (inf. 6) mencionaram, também, *bustiê*, quatro das ocorrências como segunda resposta, sendo duas delas depois da insistência do inquiridor sobre o conhecimento de outra denominação.

O informante masculino, faixa etária I, de nível de escolaridade fundamental (inf. 1), de São Luís (MA), tendo mencionado como primeira resposta *bustiê*, observou que *sutiã* seria o vocábulo mais utilizado. A informante feminina, faixa etária I, de nível de escolaridade universitária, de Boa Vista, por sua vez, explica:

**Exemplo 1:**

INQ. - Aquela peça do vestuário que serve prá segurar o peito?

INF. *Sutiã*

INQ. - Tem outro nome aqui? Que as pessoas usam...  
outro nome...  
INF. Não, tem as peças de roupa, *top*, ah... *bustiê*... *Sutiã* mesmo.  
INQ. - É, o normal é *sutiã*.  
(Boa Vista, mulher, faixa etária I, nível universitário)

A informante feminina, faixa etária I, de nível de escolaridade fundamental, de Macapá, quando inquirida acerca do nome da peça de vestuário em questão, responde:

**Exemplo 2:**

INQ. - Como chama a peça do vestuário que serve para segurar os seios?  
INF. - *Sutiã*  
INQ. - Tem outro nome por aqui?  
INF. - Tem *sutiã*, *butiê*, né? Só.  
(Macapá, mulher, faixa etária I, nível fundamental)

É importante mencionar que nos dados coletados pelo Projeto ALiB a referência às denominações da peça do vestuário que serve para segurar os seios são feitas com uma alusão temporal que denuncia a variação diageracional na língua, como pode ser observado no exemplo que segue:

**Exemplo 3:**

INF. - *Sutiã*.  
INQ. - Chama por outro nome?  
INF. - Antigamente eu só chamava, meu pai ainda chamava *porta-seio*.  
(Boa Vista, mulher, faixa etária I, nível universitário)

Pelo teor da resposta percebe-se que no passado as pessoas utilizavam outra denominação para o mesmo referente, o *porta-seio*, que, por sua vez, vincula-se a uma fase anterior da vida da informante. Assim, os informantes parecem reconhecer que a seleção lexical para nomear a peça que serve para segurar o seio é diferente conforme a faixa etária, pois faz referência à variante utilizada pelo seu pai, configurando, assim,

o uso do *sutiã* na atualidade e *porta-seio* como a variante de antigamente. O exemplo que segue ilustra o uso do item lexical *corpete* para nomear o mesmo referente:

**Exemplo 4:**

INQ. – Como é que chama a peça do vestuário que serve prá segurar o peito? Essa peça aqui da mulher que serve prá segurar o peito.

INF. – Ah esse aí é... corpete, né? De primeiro a gente dizia que só usava *corpete*.

(Macapá, mulher, faixa etária II, nível fundamental)

Os trechos dos inquéritos sugerem que a identidade social faixa etária constrói-se pela revelação de que no passado o informante reconhece um item lexical diferente, caracterizado por *corpete*, como mostra o exemplo, vinculado a uma fase anterior de sua vida.

Também interessou a este artigo entender quantos e de que modo estavam dicionarizadas as variantes lexicais inscritas na Carta L25. Para tanto, foram consultados os seguintes dicionários de língua portuguesa: Moraes Silva (1813); Cunha (1986), Caldas Aulete (2011), Borba (2011) e Houaiss (2011).

No que diz respeito à dicionarização de cada uma das variantes documentadas como nomeação da “peça do vestuário que serve para segurar os seios” nas capitais brasileiras, notou-se que Moraes Silva (1813), na entrada *sutiã*, traz as seguintes informações: “Ver suster, segurar para que não caia, sustentar / soster XIII, subteer.” Cunha (1986), por sua vez, define *sutiã* como “S.m. peça do vestuário feminino usado para sustentar os seios sob a roupa [ETIM: fr. *soutien(-gorge)* ‘sustenta-seios’, composto de *soutien* ‘aquilo que sustenta’ + *gorge* ‘seios’”. Caldas Aulete (2011), por seu turno, registra a seguinte definição: “[Do fr. *soutien(-gorge)* S.m. roupa íntima feminina destinada a sustentar ou modelar os seios. [Sin.: *corpete*, *corpinho*, *porta-seios*, *sustenta-seios* e (bras., RN e BA) *califom*.]”,

enquanto Houaiss (2011) define o item lexical *sutiã* como “S.m. peça do vestuário feminino usado para sustentar, modelar e cobrir os seios sob a roupa [Do fr. *soutien*]”. Por fim, Borba (2011) atribui à forma lexical *sutiã* a seguinte acepção: “[Do fr. *soutien*] S.m. roupa íntima feminina destinada a sustentar ou modelar as mamas.”.

Em relação às demais variantes lexicais registradas pelo projeto ALiB para nomear o referente em pauta, apurou-se que, dentre os dicionários consultados, a unidade lexical *califon* está dicionarizada apenas em Houaiss (2011) como “S.m. [Do fr. *Califourchon*]; ver sinonímia de *sutiã*”.

A variante *corpete*, por sua vez, não está dicionarizada em Cunha (1986), mas está registrada como uma “peça do vestuário feminino, que cobre do colo à cintura” em Moraes Silva (1813), em Houaiss (2011), em Caldas Aulete (2011) e em Borba (2011). Os lexicógrafos Houaiss (2011) e Caldas Aulete (2011) acrescentam a informação etimológica, mencionando ser essa palavra originada do italiano *corpetto*.

O item *goleiro* não está dicionarizado nas obras consultadas na acepção em que foi usada pelos informantes do Projeto ALiB, ou seja, como sinônima de *sutiã*.

A denominação *porta-seio* não está registrada apenas em Cunha (1986). Nos demais dicionários consultados essa unidade está dicionarizada na acepção de “S.m. Peça do vestuário feminino, a qual serve para acomodar e manter os seios” (MORAES SILVA, 1813) e “S.m. Ver sinonímia de *sutiã*” em Houaiss (2011), Caldas Aulete (2011) e em Borba (2011).

Como é possível verificar a partir da pesquisa nos dicionários, não se observa, entre os lexicógrafos consultados, muita uniformidade no tratamento das variantes lexicais em exame, verificando-se desde a dicionarização da denominação *sutiã* em todas as obras, como a ausência de algumas delas, como *califon*, *corpete*, *goleiro* e *porta-seio* em outras. Esse fenômeno pode ser explicado por duas razões: os dicionários enqua-

dram-se na tipologia dos dicionários gerais por isso tendem a não contemplar um maior número de registros de formas lexicais regionais; a pouca utilização dos atlas linguísticos como fonte de regionalismos lexicais.

### 3. DENOMINAÇÕES PARA O “PRODUTO QUE AS MULHERES PASSAM NO ROSTO, NAS BOCHECHAS, PARA FICAREM MAIS ROSADAS”

Em relação às denominações apuradas pelo Projeto ALiB como resposta para a pergunta 191/QSL/ALiB, área semântica *vestuário e acessórios*, “produto que as mulheres passam no rosto, nas bochechas, para ficarem mais rosadas”, foram apuradas três variantes lexicais que estão cartografadas na Carta L26 (CARDOSO et al, 2014, p. 331): *blush*, *carmim* e *ruge*.

A Tabela 2, a seguir, traz a distribuição dessas variantes segundo as capitais das cinco grandes regiões brasileiras.

**Tabela 2:** Denominações para o “produto que as mulheres passam no rosto, nas bochechas”, para ficarem mais rosadas nas capitais brasileiras

Variante	Região / Ocorrências					Total
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	
<b>Ruge</b>	28	39	17	18	13	115
<b>Blush</b>	15	29	2	10	11	67
<b>Carmim</b>			1	1		2

**Fonte:** Carta L25 do *Atlas linguístico do Brasil* (ALiB) (CARDOSO et al., 2014, p. 329)

Nota-se pelos dados da tabela que denominação *carmim* foi a menos frequente com apenas duas ocorrências, uma na região Centro-Oeste e outra na Sudeste, respectivamente, em Campo Grande e no Rio de Janeiro (uma informante da faixa etária II, em cada uma dessas capitais), como é possível observar nos trechos transcritos a seguir:

**Exemplo 5:**

INQ. - Aquilo que as mulheres passam no rosto, nas bochechas, prá ficarem mais rosadas?

INF.- É *ruge... ruge...* antigamente, falava *carmim*.

INQ. - Carmim?

INF.- *Carmim...* vou passar *carmim* pra ir na festa, a minha vó falava. Eu lembro.

INQ. - Bem, bem vermelhinho?

INF.- É, bem, o *carmim* era bem vermelhinho.

INQ. - É.

INF.- Ficava aquela maçã de rosto bem vermelhinha, tava bonita.

(Campo Grande, mulher, faixa etária I, nível universitário)

**Exemplo 6:**

INQ.- Como se chama aquilo que as mulheres passam no rosto, nas bochechas, prá ficarem mais rosadas?

INF.- É *blush... blush... blush* (risos). Ah, no meu tempo, era *carmim*, né?

(Rio de Janeiro, mulher, faixa etária I, nível fundamental)

A partir dos relatos fornecidos pelos exemplos, é possível perceber que a unidade lexical *carmim* pertence à norma lexical de pessoas mais idosas, evidenciando, nos casos apresentados, a identidade social de faixa etária das informantes.

O item lexical *blush*, por sua vez, é apontado como a forma mais usual de nomear o produto, como atestam os exemplos 7 e 8:

**Exemplo 7:**

INQ. - E aquilo que as mulheres usam pra dar uma corzinha?

INF.- *Blush*.

INQ. - Antigamente como é que se dizia?

INF.- *Ruge*.

INQ. - Mas isso não existe mais.

INF.- Não.

INQ. - Hoje você vai comprar...

INF.- *Blush*.

(São Paulo, mulher, faixa etária II, nível universitário).

**Exemplo 8:**

INQ. - O quê que as mulheres passam no rosto aqui para ficarem mais coradinhas?

INF.- Então, pode ser *blush* ou pode ser *ruge*.

INQ.- Humhum. Qual que é o mais comum? Que você ouve?

INF.- Então, outro dia eu tava falando isso, é... os dois, eu acho estranho *ruge*, eu acho que é mais antigo...

INQ. - Humhum.

INF.- ... que as pessoas mais antigas falam *ruge*, eu já acho que é mais comum *blush*.

INQ. - E você fala o quê?

INF.- Eu falo *blush*.

(Manaus, mulher, faixa etária I, nível universitário).

Nos casos apresentados, o papel da memória léxica é importante à medida que permite o estabelecimento de cotejo entre unidades lexicais representativas de duas sincronias: passado (*ruge*) e presente (*blush*), além de revelar a consciência das informantes quanto à variação diacrônica (“antigamente se falava de forma diferente”). Essa oposição estabelecida pelas entrevistadas e a consciência da variação temporal também dão pistas para a identificação da identidade social, na visão de Hoffnagel (1999), para quem essa identidade é constituída por uma gama de *personae* sociais que pode ser invocada ou atribuída ao longo da vida, não sendo, portanto, fixa, uma vez que um indivíduo pode evidenciar aspectos diferentes como faixa etária, sexo, profissão etc., dependendo de com quem se está interagindo.

Dessa forma, o discurso se configura como um modo de representação, pois é uma prática de significação do mundo, que focaliza a construção, a manutenção e a projeção da identidade social de faixa etária da informante, por meio da seleção lexical que evidencia um traço de natureza diageracional, dando pistas para a identificação da noção de temporalidade em que o discurso foi produzido.

Nesse sentido, neste estudo foi realizado o controle de informações fornecidas pelas primeiras respostas dos informantes com o objetivo de identificar o número de entrevistados que responderam como primeira resposta *ruge* e *blush* e quantos só mencionaram *ruge*, como segunda resposta, quando perguntados por “nomes mais antigos” ou “outros nomes”. Esse levantamento demonstrou que os informantes da faixa II, em sua maioria, responderam *ruge* como primeira resposta e grande parte dos informantes dessa faixa etária que respondeu *ruge* deu essa resposta, qualificando essa denominação como termo mais antigo ou como outra forma de nomear o produto.

Outro ponto que merece destaque acerca dessa variação diageraciona-  
l está relacionado à passagem de *ruge* para *blush* que ocorreu nos anos de 1980, decorrente da comercialização do produto com a nova denominação *blush*, o que gerou a adoção dessa nova denominação, inicialmente, até como um novo modismo. Como aborda Vita (2009, p. 17), por volta de 1.100 a.C, na Grécia Antiga, homens e mulheres da nobreza já passavam uma mistura de amoras, beterraba e algas marinhas nas maçãs do rosto com o intuito de proporcionar-lhe um aspecto mais saudável; só depois de muito tempo esse produto se tornou acessível para o restante da população. Contudo, foi no século XVIII que passou a ser industrializado por Alexandre Bourjois, em sua empresa de cosméticos, conhecida como empresa Bourjois.

O produto até então recebia o nome *ruge*, vermelho em francês. Nos anos 1980, a indústria cosmética teve um grande desenvolvimento, o que fez com que os franceses perdessem a concorrência para outras empresas, em sua maioria, norte-americanas. Por consequência, o nome do *ruge* foi paulatinamente sendo substituído por *blush*, em inglês rubor, vermelhidão, o nome do produto mais disseminado na atualidade. Todavia, os dados da Carta L26 demonstram que *blush* ainda concorre com *ruge*, a forma mais conservadora.

No que diz respeito à variável diasssexual, é válido mencionar que as denominações foram obtidas mais facilmente junto às informantes fe-

mininas pelo fato de tratar de um referente mais relacionado ao universo feminino. As respostas *maquiagem, pó, base* foram, em geral, mencionadas por muitos informantes masculinos que, após os esclarecimentos do inquiridor, conseguiam responder ao que se estava perguntando. Esse fato pode ser observado no caso a seguir:

**Exemplo 9:**

INQ.- Como chama aquele produto que as mulheres passam no rosto, nas bochechas, para ficarem mais rosadas?

INF.- O pó. Chamava pó, *ruge*... né?

INQ. - E o pó é a mesma coisa que o ruge?

INF.- É, eu considero a mesma coisa, né? O pó... que é pra ficar mais um pouquinho corada, o *ruge*, como antigamente se chamava, né?

(Recife, homem, faixa etária II, nível fundamental)

Para o homem que foi informante em Recife, não existe distinção entre pó, *ruge*, embora essas diferenças sejam bem perceptíveis no universo feminino, conforme mostra o exemplo a seguir:

**Exemplo 10:**

INQ. - Como é que chama isso que a gente usa pra ficar mais coradinha?

INF.- Quando eu era criança, era *ruge*, agora é *blush*.

(Curitiba, mulher, faixa etária II, nível universitário)

Nesse sentido, é precisamente a preocupação simultânea com o “dizer” e com o “que dizer” que vai evidenciar, no texto falado, o trabalho de seleção lexical por meio de itens lexicais denunciadores da faixa etária do informante, revelando, no caso deste estudo, que a seleção entre as denominações denotam um caráter diageracional.

Também interessou a este estudo verificar quantos e de que modo estavam dicionarizadas as variantes inscritas na Carta L26 nos mesmos dicionários anteriormente mencionados.

No que diz respeito à dicionarização das unidades lexicais apuradas como denominação do produto descrito no texto da pergunta 191/

QSL/ALiB, apurou-se que Moraes Silva (1813), na entrada *ruge*, registra as seguintes acepções: “S.m [do fr. *Rouge*]. Substância encarnada principalmente, embora de vários tons, com que as mulheres pintam a pele”. Cunha (1986), por sua vez, define *ruge* como: “S. m. cosmético geralmente vermelho usado para dar cor às maçãs do rosto”, enquanto Caldas Aulete (2011) e Houaiss (2011) definem *ruge* como “S. m. cosmético em pó, avermelhado que se aplica no rosto para deixá-lo corado”. Borba (2011), por sua vez, refere-se a *ruge* como “[Do fr. *Rouge*] S.m. Cosmético em pó ou em pasta, de coloração que varia entre o róseo e o vermelho, usado para colorir as bochechas”. Logo, Moraes Silva (1813) e Cunha (1986) diferem de Caldas Aulete (2011) e de Houaiss (2011) apenas por acrescentarem a referência a “vários tons, com que as mulheres pintam a pele” e “geralmente vermelho usado para dar cor às maçãs do rosto”. Borba (2011) acrescenta “em pasta”.

Assim como *ruge*, a variante *carmim* está registrada nos dicionários consultados e definida como “S. m. matéria corante vermelha, extraída das cochonilhas de cor vermelha vivíssima” (MORAES SILVA, 1813); “matéria corante de um vermelho muito vivo, extraída, originariamente, da cochonilha-do-carmim. Do fr. *Carmin*, derivado do latim *carminium*” (CUNHA, 1986); “S.m. substância corante de tom vermelho forte; magenta” (HOUAISS, 2011) e “S.m. substância corante de cor vermelha, extraída, a princípio, da cochonilha-do-carmim; tom vermelho forte; magenta” (CALDAS AULETE, 2011) ou ainda como “S.m. pomada corante, de um vermelho muito vivo, usada para colorir a face” (BORBA, 2011). Portanto, Moraes Silva (1813) e Cunha (1986) registram definições semelhantes, diferindo apenas pelo acréscimo apresentado por Cunha (1986) “Do fr. *Carmin*, derivado do latim *carminium*”. Caldas Aulete (2011) se diferencia dos lexicógrafos anteriores por adicionar a informação acerca da origem da extração da substância corante “da cochonilha-do-carmim tom vermelho forte; magenta”. Já Borba (2011) não faz referência à matéria e nem à substância, mas sim ao termo “pomada” para definir o verbete *carmim*.

Por fim, a denominação *blush* é registrada em dois dos dicionários consultados como “S. m. Cosmético em pó ou creme, usado para dar cor mais viva às maçãs do rosto” (CALDAS AULETE, 2011) e “S.m [ingl.] Cosmético em pó, de coloração avermelhada, com que se colorem as maçãs do rosto” (BORBA, 2011). Essas definições diferem apenas pelo fato de Caldas Aulete (2011) acrescentar a informação de que o cosmético também pode ser “em creme” e Borba (2011) fazer menção à origem inglesa da palavra. Os lexicógrafos Moraes Silva (1813), Cunha (1986) e Houaiss (2011) não contemplam a unidade lexical *blush* na nomenclatura dos seus respectivos dicionários.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos que têm sido realizados a partir de dados do ALiB têm demonstrando que o *corpus* reúne uma amostra significativa da diversidade lexical do português falado no Brasil. Especificamente no volume 2 (CARDOSO *et al*, 2014), no que diz respeito às denominações que recebe “a peça do vestuário que serve para segurar os seios” e o “produto que as mulheres passam no rosto, nas bochechas, para ficarem mais rosadas” atestam isso. A análise demonstrou, por exemplo, que a forma lexical *carpete* foi registrada em capitais de três regiões do país: Norte, Nordeste e Sul; a variante léxica *califon* concentra-se no Nordeste, enquanto a denominação *porta-seio* teve ocorrência em quatro regiões brasileiras: Norte, Nordeste, Sudeste e Sul.

No que diz respeito à dicionarização, a unidade lexical *blush* só está registrada nas obras de Caldas Aulete (2011) e de Borba (2011); as variantes *califon*, *carpete*, *goleiro* e *porta-seio* ou não estão registradas em alguns dos dicionários consultados, ou figuram com acepções distintas das evidenciadas no léxico veiculado pela língua oral coletado pelo ALiB, como é o caso da variante *goleiro*.

O estudo também demonstrou aspectos da variação lexical de acordo com a faixa etária trazendo à tona a comparação entre presente e passa-

do no léxico de habitantes de grandes centros urbanos, no caso as capitais brasileiras, como demonstraram as escolhas das variantes lexicais *ruge*, *carmim* e *blush*.

Tem-se a expectativa que o estudo dos dados recolhidos nas 225 localidades da rede de pontos do Atlas Linguístico do Brasil do interior, relativos às demais áreas semânticas do Questionário Semântico-lexical do ALiB possam revelar novos dados que poderão subsidiar o aprofundamento de questões relacionadas às normas lexicais regionais no português brasileiro. Este estudo procurou mostrar um recorte da diversidade lexical até onde foi possível pelo recorte de dados documentados como resposta para as duas perguntas selecionadas. Não obstante a necessidade de se fazerem outras investigações com vistas ao aprofundamento e, eventualmente, ao redirecionamento de elementos do referencial teórico-metodológico, já é possível observar que a presente abordagem pode trazer um aporte para o estudo do componente semântico-lexical com base em dados geolinguísticos.

## REFERÊNCIAS

- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Dimensões da palavra. **Filologia e Linguística Portuguesa**, n. 2, p. 81-118, 1998.
- BORBA, Francisco da Silva. **Dicionário de usos do português do Brasil**. São Paulo: Ática, 2011.
- CALDAS AULETE, Francisco Júlio de. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. São Paulo: Lexikon Editora, 2011.
- CARDOSO, Suzana *et al.* **Atlas Linguístico do Brasil**. Londrina: EDUEL, 2014. v. 2.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. **Atlas Linguístico do Brasil**. Questionários. Londrina: UEL, 2001.
- CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana. **A Dialetologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Moderna, 2011.

HOFFNAGEL, Judith Chambliss. A emergência de identidades na atividade discursiva falada e escrita. *In*: MOURA, Denilda (Org.). **Os múltiplos usos da língua**. Maceió: [s.n.], 1999, p. 81-91.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. *In*: ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (Orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia**. Vol. IV. Campo Grande: Editora UFMS, 2012, p. 115-140.

MORAES SILVA, Antonio. **Diccionario da Lingua Portugeza**. v. 1 e v. 2. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1813. Edição brasileira pela Livraria Francisco Alves, 1922.

VITA, Ana Carlota. **História da maquiagem, da cosmética e do penteado: em busca da perfeição**. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2009.

# TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS DOS ESTUDOS ANTROPONÍMICOS

*Márcia Sipavicius Seide*

## INTRODUÇÃO

**N**este capítulo, faço uma sistematização das pesquisas realizadas sobre os nomes próprios de pessoas tendo em vista que, entre nós, os estudos toponímicos são mais profícuos e tem diante de si uma louvável tradição de pesquisa iniciada pela Profa. Dra. Maria Vicentina do Amaral Dick, cujo paradigma foi adotado por muitos pesquisadores, conforme verifiquei em uma breve revisão de literatura sobre as pesquisas realizadas por pesquisadores de nosso grupo de trabalho (SEIDE, 2013c). Os estudos antroponímicos, ao contrário, são mais recentes no país e ainda carecem de sistematização e divulgação. Nos sete primeiros volumes da obra *Ciências do Léxico*, por exemplo, há 18 capítulos sobre Onomástica, desses, 16 são sobre toponímia (DICK, 2001 [1998]; SEABRA, 2007; DICK, 2007; ISQUERDO; CASTIGLIONI, 2010; SEABRA, 2010; ANDRADE 2010; DICK, 2010; ISQUERDO; SEABRA, 2010; ISQUERDO, 2012; SEIDE, 2010. FROSI; FAGGION; Dal CORNO, 2010, ANDRADE; DICK, 2012; SEABRA; SANTOS 2012; ISQUERDO; DARGEL, 2014; ANDRADE; PEREIRA; RIBEIRO, 2014; SEABRA; LIMA, 2014) e apenas dois sobre antroponímia (LÓPEZ FRANCO, 2014; SEIDE; SCHULTZ, 2014).

Ao longo deste texto, apresento uma análise crítica dos estudos antroponímicos realizados de 2011 a 2016. Avalio o alcance e os limites das investigações realizadas no intuito de colaborar para que se tenha um melhor entendimento daquilo que tem caracterizado essa área do conhecimento e para que se possa perceber quais são as tendências e perspectivas de pesquisa dessa área.

Na primeira seção, sintetizo e avalio as produções científicas decorrentes do projeto *Antroponímia, cultura e identidade na região Oeste do Paraná* iniciado em 2011 e finalizado em 2016, no bojo do qual foram realizadas três iniciações científicas, três dissertações de mestrados, além da publicação de artigos e capítulos de livros nos quais se divulgaram os principais resultados da pesquisa empreendida. Os resultados desta avaliação inicial apontam tendências e perspectivas para pesquisas futuras no âmbito local no qual estou inserida.

Outras tendências e perspectivas surgem quando se considera o âmbito internacional de investigação, foco da segunda seção deste capítulo. Nessa seção, sintetizo os resultados da avaliação de uma amostra dos trabalhos completos publicados em Anais no ano de 2014 apresentados no *XXIV Congresso Internacional de Onomástica* realizado em Barcelona em 2011 (SEIDE, 2016a).

Na terceira seção deste capítulo, apresento tendências e perspectivas de investigação no âmbito nacional como resultado de análise de uma amostra de artigos publicados no Brasil de 2011 a 09 de abril 2016, data da busca realizada pelo sistema de busca do *Google Acadêmico* e comparo os resultados com aqueles obtidos pela avaliação da seleção de trabalhos completos publicados nos anais de Barcelona.

A comparação feita levou-me a perceber que algumas pesquisas desenvolvidas no Brasil não encontraram contraparte na amostra de trabalhos internacional, motivo pelo qual foram consideradas como perspectivas inovadoras na área, apresento essas pesquisas com mais detalhe na quarta seção deste capítulo.

No conjunto, as pesquisas bibliográficas amostrais realizadas formam uma espécie de revisão de literatura em Antroponomástica. Julgo importante esclarecer que não tenho a pretensão de afirmar que a pesquisa que fiz esgota o assunto ou é capaz de mostrar a totalidade das pesquisas realizadas no Brasil ou no exterior, conseguir tal feito é uma

quimera em virtude do aumento exponencial de publicação de trabalhos científicos em todas as áreas.

Observo, também, que, às vezes, o termo “revisão de literatura” é usado como sinônimo de “estado de arte”. Não me propus a fazer um estudo sobre o estado de arte em Antropomástica. Todos os artigos citados foram lidos na íntegra, não apenas os resumos como é de praxe nos estados de arte, tipo de pesquisa que tem sido questionado em algumas áreas. Ferreira (2002) avaliou criticamente estados de arte elaborados na área da Educação. Conforme explica, esse tipo de pesquisa é realizado mediante análise de inventários prévios nos quais os resumos de dissertações e tese são reunidos em catálogos. A pesquisadora alerta para o fato de que

[...] um pesquisador jamais terá controle sobre seu objeto de investigação ao tentar delimitar seu corpus para escrever a história de determinada produção [...] é ilusório pensar que, se tomar apenas os resumos encontrados no CD-ROM da Anped<sup>1</sup>, o pesquisador estará escrevendo a História da produção acadêmica da Educação sobre determinada área, no país. Ele estará, quando muito, escrevendo **uma das possíveis** histórias, construídas a partir da leitura desses resumos (grifos da autora) (FERREIRA, 2002, p. 268).

Acredito ter realizado uma espécie de revisão de literatura pelo fato de pretender fazer uma síntese avaliativa e crítica das amostras e considerar que a revisão de literatura se caracteriza como um tipo de pesquisa no qual, ao invés de haver avaliação de dados empíricos, há síntese avaliativa de pesquisas publicadas numa área determinada. Segundo Cargill e O Connor (2014, p. 75), pesquisas desse tipo devem ser abrangentes e atuais e fornecer sínteses e conclusões que trazem contribuições para o entendimento prévio que se tinha sobre a área.

---

<sup>1</sup> ANPED é um acrônimo que corresponde à Associação Nacional de Pesquisa em Educação.

## **1. PESQUISAS REALIZADAS NO ÂMBITO DO PROJETO ANTROPONÍMIA, CULTURA E IDENTIDADE NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ**

As pesquisas desse projeto começaram em 2011 quando foram desenvolvidos três projetos de iniciação científica pelas então graduandas Patrícia Helena Frai, Fernanda Maria Müller e Gabriela Cristina Lauérmann. Elas fizeram pesquisa documental no cartório do município de Marechal Cândido Rondon, no estado do Paraná onde consultaram as cem primeiras fichas dos anos de 1961, 1971, 1981, 1991 e 2001 cujas informações foram transcritas em fichas antroponomásticas criadas por mim. Enquanto um recorte dos dados assim coletado recebeu uma análise qualitativa, os prenomes registrados nas fichas foram analisados quantitativamente. No começo das pesquisas, foi feita uma análise etimológica dos sobrenomes com o objetivo de confirmar ou refutar a hipótese inicial do projeto a saber a de que haveria, no conjunto de pessoas de ascendência germânica (numericamente majoritária no município) do município, predileção por certos prenomes. Buscou-se saber se haveria correlação entre o prenome escolhido e o sobrenome e se tais combinações seriam recorrentes a ponto de indiciar relações identitárias aos olhos dos munícipes. Separados os dados pelo étimo dos sobrenomes, foi questionado se haveria prenomes mais frequentes no conjunto formado por famílias com, pelo menos, um sobrenome germânico. Optou-se esta terminologia por se compreender que seria impossível verificar se determinado sobrenome seria alemão, austríaco, suíço ou pomerano.

Enquanto a análise dos dados relativos à primeira década estudada mostrou a existência de combinações diferentes entre a comunidade portadora de sobrenomes germânicos e a portadora de outros sobrenomes (SEIDE; SCHULTZ, 2014), a análise da totalidade dos dados revelou que os prenomes indicadores de identificação com a comunidade de cultura germânica caíram em desuso e passaram a indicar a faixa etária do portador. Contudo, algumas diferenças se mantiveram entre as comu-

nidades pelo fato de haver prenomes mais utilizados numa comunidade que na outra (SEIDE, 2014).

Uma análise mais acurada da totalidade dos dados mostrou a existência de variantes ortográficas e de variantes morfológicas, tendências à renovação do repertório e escolhas antropônicas distintas segundo o sexo biológico do recém-nato. Permeando todos os registros, observou-se certa predileção por prenomes únicos justapostos (SEIDE, 2016b).

No mesmo período, se desenvolveu a pesquisa de mestrado de Taiana Grespan realizada no município de Toledo, também localizado na região do oeste do Paraná. Essa pesquisa utilizou a mesma metodologia quantitativa e etimológica para os sobrenomes e os seus dados também resultaram na não confirmação da hipótese inicial do projeto. Os resultados obtidos apontaram para a preferência por nomes justapostos e indicaram, a partir da década de oitenta do século XX, uso mais frequente de variantes ortográficas que lembravam a grafia de nomes em língua inglesa (GRESPLAN, 2014).

Enquanto Grespan analisava seus dados de pesquisa, realizei um ensaio tendo por base os antropônimos utilizados para nomear ruas no município de Toledo baseado nas informações toponímicas disponíveis na obra *Ruas de Toledo* (COLOGNESE, 2011) no qual analisei todos os antropotopônimos iniciados pela letra “A”. Cheguei a resultados idênticos: não existe relação entre o prenome e a origem étnica do sobrenome, este só é capaz de indicar a origem, remota ou não, da parte paterna da família do portador do nome (SEIDE, 2013c).

Utilizando ainda a mesma metodologia e tipo de pesquisa, Jéssica Paula Vescovi pesquisou, em sua dissertação de mestrado, os nomes de pessoa em Palotina e em Maripá, municípios vizinhos também localizados no oeste do Paraná. Diferente das pesquisas anteriores, a dela se caracterizou por comparar dois municípios entre si. Ela comparou o conjunto de prenomes e o conjunto de sobrenomes separadamente em cada região

e conseguiu correlacionar mudanças antroponímicas com mudanças demográficas e históricas dos municípios, além de confirmar sua hipótese inicial de pesquisa: as diferenças étnicas e culturais entre os municípios se refletiram em diferenças na escolha antroponímica. Enquanto, no primeiro município, há predominância de moradores de origem ítala e católica, no segundo, há predomínio de moradores protestantes e de origem germânica. Contudo, foram também constatadas tendências em comum e a influência de um momento histórico pontual que afetou, se bem que em proporções diferentes, a escolha antroponímica nos dois municípios: a Era da Hortelã pela qual houve migração e posterior evasão de uma população oriunda do norte do Paraná (VESCOVI, 2015).

Se bem estas primeiras pesquisas tenham revelado, empiricamente, características dos usos antroponímicos da região e sua relação com a história e a cultura locais, muitas questões não puderam ser respondidas, tendo em vista a utilização meramente documental e metodológica. Grespan (2014) se ressentiu por não ter podido realizar entrevistas: “como qualquer pesquisa de base documental, os resultados deste trabalho são suposições levantadas a partir dos dados analisados “[...] Apesar de os objetivos terem sido cumpridos, a não realização de entrevistas não permitiu que fossem relatadas as verdadeiras motivações para a escolha dos nomes” (GRESPLAN, 2014, p. 97-98). As limitações do uso exclusivo de pesquisa documental também foram descritas por Vescovi (2015) que assim adverte o leitor em sua dissertação: “o presente trabalho não dará conta de apresentar as motivações para a escolha antroponímicas [...] uma vez que não foram feitas entrevistas que pudessem subsidiar tal estudo” (VESCOVI, 2015, p. 27). Eu também, após finalizar a análise minuciosa dos dados de Marechal Cândido Rondon, coletados pelas então alunas de iniciação científica, percebi, ao avaliar os resultados, as limitações de minha pesquisa, nas quais também senti falta de interagir com aqueles que escolhem e atribuem nomes a seus filhos para saber, realmente, o que os motivaram. Essa percepção me motivou a realizar pesquisas baseadas em informações obtidas mediante questionários e

narrativas pessoais dos portadores dos nomes. A utilização dessas fontes implicou na obtenção de resultados diferentes dos conseguidos via análise documental. De um lado, houve relato de motivações não citadas na literatura (SEIDE, 2013a; 2013b) e de outro, foi possível capturar muitos casos de divergência quando a origem semântica do prenome escolhido remete à religiosidade, mas o designador não foi motivado a escolhê-lo para o filho ou para a filha por esse motivo, mas sim por outros como o de prestar homenagem a alguém da família (SEIDE, 2016b).

Tendo em vista estes resultados preliminares, a terceira dissertação de mestrado filiada ao projeto partiu do conhecimento prévio acerca da predileção por prenomes justapostos no município de Marechal Cândido Rondon e teve, por objetivo, descobrir e analisar cronologicamente as motivações citadas por portadores ou designadores desses nomes em entrevistas, abrangendo nascidos em período um pouco anterior ao surgimento do município (décadas de 30 e 40 do século passado) até 2015. Para a geração de dados, foram realizadas entrevistas em cuja análise foram utilizados métodos quantitativos e qualitativos. Os resultados dessa dissertação transcenderam os obtidos por Grespan (2014) e por Vescovi (2015):

[...] percebe-se que a análise documental delimita o estudo de antropônimos, em contrapartida, a presente pesquisa partiu de entrevistas com os próprios portadores [...] ou com os pais que atribuíram um nome justaposto ao filho [...] Nessa perspectiva, foi possível saber por que realmente os pais atribuem um nome ao seu filho, considerando as variáveis sociais e culturais que subjazem essa escolha (FRAI, 2016, p. 116).

Apesar dos avanços representados por sua pesquisa, a investigação de Frai (2016) também apresentou limitações: apenas duas variáveis foram consideradas (data de atribuição do nome e gênero do portador) e houve um recorte de 50% do *corpus* de entrevistas, uma vez que só foram analisadas as falas dos entrevistados referentes à escolha do segundo

prenome, ficando a análise da escolha do primeiro prenome e a relação entre as motivações para a escolha do primeiro e para escolha do segundo prenomes para estudos posteriores.

Considerando todo o período de desenvolvimento do projeto de pesquisa, isto é, de 2011 a 2016, houve, no início do projeto, predomínio de pesquisas quantitativas e documentais e, no fim do projeto, utilização de abordagens qualitativas e resultados baseados em entrevistas, questionários e narrativas pessoais. Com relação à parte final do projeto, os resultados qualitativos complementaram os resultados anteriormente obtidos o que indica que a metodologia foi tanto qualitativa quanto quantitativa.

Outra característica das pesquisas foi a utilização de outras disciplinas para o melhor entendimento do fenômeno antroponímico. Considerando-se o conjunto das pesquisas realizadas, observo, como tendências, a abordagem quantitativa e qualitativa, a utilização de entrevistas e questionários e de metodologias sociolinguísticas em detrimento de um enfoque apenas etimológico ou documental e a utilização de um ponto de vista multidisciplinar entre a Antroponomástica e as Ciências Humanas.

As limitações das investigações realizadas, por sua vez, revelaram-me algumas perspectivas. Do ponto de vista quantitativo, se faz necessário comparar pesquisas que utilizem critérios estatísticos para delimitação das amostras para verificar se os seus resultados serão comparáveis ou divergentes com os aqueles obtidos mediante análises de amostras de cem nomes por década. Do ponto de vista qualitativo, as análises precisam levar em consideração mais variáveis sociolinguísticas especialmente as relativas à classe social e ao nível de instrução. Por fim, há que se reconhecer que, no que concerne o objeto de estudo, outros estudos poderiam ser feitos focando outros tipos de antropônimos ainda não contemplados na região como, por exemplo, os hipocorísticos, os apelidos, ou ainda os nomes ficcionais para cujo estudo seria necessária a utilização concomitante de métodos e concepções oriundas da Teoria Literária.

Feita essa avaliação a respeito do que foi desenvolvido ao longo do projeto *Antroponímia, cultura e identidade na região Oeste do Paraná*, nas seções, a seguir, verifico se as tendências e as perspectivas ora apontadas também se fazem presentes na Antroponomástica nos âmbitos internacional e nacional. Para tanto, realizei uma revisão de uma amostra de literatura internacional e outra nacional, cujos resultados além de possibilitarem a elaboração de respostas ao meu questionamento, apontaram tendências e perspectivas para os estudos na área.

## 2. AMOSTRA ICOS

Analisei uma amostra composta por 33 trabalhos completos relativos aos Anais do 24<sup>o</sup>. *Encontro do Conselho Internacional de Onomástica (ICOS)* perfazendo pouco mais de 10% desses trabalhos, tendo em vista que foram publicados 302 trabalhos nos anais (SEIDE, 2016).

Para a escolha desses artigos, utilizei os seguintes critérios de inclusão: não ser teórico, ter, por objeto de estudo exclusivo, os nomes próprios de pessoas e não ser escrito em língua alemã. Satisfizeram esses critérios 71 artigos (23,5% do total), destes, escolhi 33 aleatoriamente para avaliação: analisei, em cada caso, o objeto de estudo da pesquisa, a metodologia utilizada e o viés pelo qual houve análise dos dados. Tendo em vista os resultados, dividi os trabalhos em três categorias: Antroponomástica ficcional, Antroponomástica não ficcional e Estudos sobre a Tradução de Antropônimos. A segunda categoria foi analisada em subcategorias, a saber: metodologias e ferramentas de pesquisa; Antroponomástica Comparada, Antroponomástica Histórica, Legislação Antroponomástica e seus impactos na sociedade e Socioantroponomástica. Ocorreu, algumas vezes, de um mesmo trabalho ser inscrito em mais de uma categoria, casos nos quais o mesmo trabalho foi contado mais de uma vez. Na primeira categoria, 10 trabalhos foram categorizados, 32 na segunda e três na terceira. No interior da segunda categoria, dois foram sobre Metodologias e Ferramentas, quatro sobre Antroponomástica Comparada, quatro sobre Legislação An-

troponomástica e seus impactos, seis sobre Antroponomástica Histórica e 16 sobre Socioantroponomástica (SEIDE, 2016a).

Esses resultados mostram que, no âmbito internacional, os estudos antroponímicos tendem a ser mais profícuos em duas subáreas: a Antroponomástica Ficcional e a Socioantroponomástica. Com relação à primeira é digna de nota a inclusão do estudo de nomes ficcionais oriundos de programas televisivos (BENATI, 2014) e de grupos artísticos (GIUNTOLI, 2014). Quanto à segunda, é preciso distinguir os trabalhos que, em sentido lato, relacionam antroponímia e sociedade (10 trabalhos apresentam essas características) daqueles em que tanto o delineamento quanto a realização e análise da pesquisa se baseiam integral e estritamente em determinada corrente da Sociolinguística (KAŁUŻYŃSKA 2014; FELECAN, 2014; MABUZA, 2014; ALDRIN, 2014; BLOOTHOOFT; SCHRAAGEN, 2014; BRAMWELL, 2014). Ressalto que desses últimos, apenas as pesquisas de Aldrin (2014) e de Bramwell (2014) utilizam, como fonte de dados, entrevistas, respectivamente, a designadores de antropônimos e a portadores e designadores de antropônimos.

Comparando esses resultados com os oriundos do projeto de pesquisa, percebo, de um lado, haver a mesma tendência de se realizar pesquisas na subárea da Socioantroponomástica e, de outro, que a utilização de entrevista como fonte de dados apresenta-se como perspectiva no âmbito internacional, haja vista haver, na amostra, poucos estudos dessa subárea baseados em entrevistas. Com relação à escolha do objeto de estudo, a seleção de nomes ficcionais é uma tendência forte no âmbito internacional e uma perspectiva para pesquisas futuras para mim. Por fim, são perspectivas de pesquisas futuras, para ambos, a escolha como objeto de estudos de antropônimos como apelidos, hipocorísticos e alcunhas. Descrito um panorama dos estudos antroponímicos da amostra internacional, a seção seguinte investiga se e em que medida as pesquisas nacionais na área seguem as tendências e as perspectivas internacionais.

### 3. AMOSTRA NACIONAL

No dia 09 de abril de 2016, fiz uma pesquisa na *internet* no site *Google Acadêmico* usando a palavra-chave “antropônimo” e as restrições de as páginas da web utilizarem a língua portuguesa e o período abrangido ser entre 2011 e 2016. Foram consideradas as primeiras vinte páginas de resultados dos quais foram escolhidos 13 artigos, os demais foram excluídos com base nos seguintes critérios: ser texto publicado em anais, ser dissertação ou tese, não ser um artigo científico, tratar o objeto de estudo de forma marginal – uma pequena parte do todo do artigo – e não principal, ser escrito por autor não brasileiro, ser escrito pela pesquisadora como autor principal ou coautor, não haver acesso gratuito ao artigo, ser artigo de discussão teórica, ou não ter como objeto de estudo os antropônimos.

Na avaliação dos artigos selecionados considerei o objeto de estudo, a metodologia empregada e sua categorização segundo as taxes criadas para a análise da amostra dos Anais de Barcelona (SEIDE, 2016a). Por fim, realizei a comparação entre as tendências e perspectivas do projeto com as concernentes às pesquisas nacionais.

Para as seguintes categorias não houve nenhuma publicação na amostra nacional de artigos: metodologia e ferramentas adequadas à antroponomástica, antroponomástica comparada, impactos da legislação na antroponímia e antroponomástica aplicada aos estudos da tradução.

Para a categoria antroponomástica ficcional, encontrei cinco artigos (CAMARA, 2013; AMORIM, 2013; DAVID, SIQUEIRA 2015; CAMPOS 2014a; 2014b), todos focando a análise de nomes ficcionais literários. Em apenas dois desses artigos, contudo, os autores filiam a pesquisa à Onomástica Literária, indício de que, em âmbito nacional, há uma tendência de tais pesquisas serem vistas como parte dos estudos literários e não como parte dos de natureza onomástica. Digno de nota também é o fato de um dos artigos (CAMPOS, 2014a) focar os hipocorísticos e os apelidos.

Na categoria antroponomástica histórica, houve quatro artigos (ECKERT, 2013; 2016; SACERDOTE, 2012 e MARIANO, 2013) cujas pesquisas apresentam as características da Socioantroponomástica em sentido lato. Na categoria da Socioantroponomástica em sentido estrito, foi encontrado apenas um artigo (MOTA, 2013) no qual se relata uma investigação em que foram utilizadas, como fonte de dados, entrevistas orais. Contando com esse houve, na categoria Socioantroponomástica, cinco publicações.

Na amostra brasileira, houve três artigos que não puderam ser incluídos nas taxas pré-estabelecidas (MASSINI-CAGLIARI, 2011; PIOVEZANI 2012; AMARAL; MACHADO, 2016). O primeiro artigo se distingue por ter, como objeto de estudo, a adaptação fonológica de nomes estrangeiros no Português Arcaico e no Português Brasileiro contemporâneo, propondo uma comparação antroponímica de duas fases diferentes de uma mesma língua histórica (LARA, 2009, p. 37). O segundo, por sua vez, estuda os apelidos atribuídos aos jogadores de futebol brasileiros desde a época de Pelé e Garrincha até o início deste século. O objeto de estudo do terceiro artigo são os nomes de urna e nomes parlamentares de vereadores da Câmara Municipal de Ouro Preto, sendo o único no qual a pesquisa está inscrita na Antroponomástica.

Sintetizando os resultados obtidos e considerando-se as duplas inscrições, surgem os seguintes percentuais: 29% da amostra nacional se inscreve na Socioantroponomástica, na mesma porcentagem, 29% se encontram na Antroponomástica Ficcional, num percentual um pouco menor, estão os artigos de Antroponomástica Histórica, 24% e, na categoria que contempla os não inscritos em nenhuma das categorias anteriores, 18%.

Esses resultados indicam que tanto no âmbito local do projeto quanto nacionalmente, há uma tendência a favor dos estudos socioantroponomásticos. Além disso, nos dois âmbitos, o estudo de antropônimos não oficiais são perspectivas futuras em comum. O mesmo não ocorre

com a Antroponomástica ficcional que é uma tendência tanto no âmbito nacional como no âmbito internacional, mas uma perspectiva futura de investigação no âmbito local em que o projeto de pesquisa se inscreveu.

A comparação das análises das amostras revela a existência de pesquisas inéditas na amostra internacional, a próxima seção apresenta essas pesquisas detalhadamente.

#### **4. PERSPECTIVAS INOVADORAS DE PESQUISA NA ÁREA**

Nesta última seção do capítulo, aponto pesquisas que abrem perspectivas inovadoras de investigação nos âmbitos nacional e internacional. Do ponto de vista dos estudos internacionais, se destacaram, como inovadoras, as pesquisas dos brasileiros Piovezani (2012), Massini-Cagliari (2011) e a de Amaral e Machado (2016).

Piovezani (2012) propõe uma análise antropológica, histórica e cultural sobre as mudanças ocorridas nos nomes, hipocorísticos e apelidos dos jogadores de futebol brasileiros, usando, por fonte, alguns textos jornalísticos de colunistas a respeito do tema e duas obras sobre futebol com o objetivo de relacionar futebol e linguagem. Apesar de perseguir como objeto de estudo os antropônimos, o pesquisador não filia a sua pesquisa à Antroponomástica, mas sim à Análise do Discurso, tal qual o faz Massini-Cagliari (2011) em sua pesquisa inscrita na Fonologia e não na Antroponomástica.

Massini-Cagliari estuda a adaptação fonológica de nomes próprios de origem estrangeira no Português Brasileiro contemporâneo e no Português Arcaico, para o qual toma, como fonte, as cantigas de Santa Maria escrita pelo monarca de Castela, Afonso X, evidencia diferenças entre os dois estados de língua e aventa hipóteses para explicá-las. Trata-se de uma pesquisa linguística qualitativa do tipo comparativo. Apesar de focar com exclusividade os antropônimos, cumpre notar

que Massini-Cagliari (2011), assim como Piovezani (2012), não filia sua pesquisa à Antroponomástica ou à Onomástica, termos ausentes tanto nas palavras-chave quanto no corpo do texto, mas sim à Fonologia. Os autores supramencionados, ainda que tenham como objeto de estudo os antropônimos, filiam sua pesquisa, respectivamente, à Fonologia e à Análise do Discurso, fato que indica que há um desconhecimento ou uma desconsideração da Antroponomástica como parte da Onomástica e da Onomástica como área de conhecimento específica no âmbito dos estudos linguísticos. Do ponto de vista por mim adotado, os nomes próprios constituem um objeto de estudo diferenciado ao qual a Onomástica se dedica, porém, de outro ponto de vista, eles fazem parte integrante da linguagem e das línguas não se constituindo em objeto à parte.

Em Amaral e Machado (2015), ao contrário, o objeto de estudo de pesquisa está de acordo com a filiação: tanto na palavra-chave quanto no corpo do texto há filiação explícita à Antroponomástica. No artigo, os pesquisadores utilizam uma metodologia quantitativa e qualitativa do tipo estudo de caso. Trata-se de pesquisa inovadora pelo objeto de estudo escolhido, já que não foi possível identificar pesquisas semelhantes na amostra ICOS.

Após elencar os antropônimos utilizados para fazer referência aos vereadores da Câmara Municipal de Ouro Preto, em Minas Gerais, em documentos escritos e, também, segundo informações prestadas informal e oralmente aos pesquisadores, eles analisaram a constituição dos nomes de urna e dos nomes parlamentares desses vereadores comparando-os aos respectivos nomes civis. Essa pesquisa apresenta-se como inovadora tanto no âmbito nacional quanto no âmbito internacional, uma vez que não há outro artigo sobre o tema, nem na amostra brasileira de artigos, nem na amostra internacional de trabalhos completos publicados em Anais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo deste capítulo, procurei reunir e sintetizar um conjunto diversificado de estudos antroponímicos locais, nacionais e internacio-

nais realizados num período de cinco anos (2011 a 2016). Vistas como um todo as pesquisas brasileiras acompanham as tendências internacionais, contudo, há também, no Brasil, estudos inovadores, se bem que nem todos os que se dedicam aos antropônimos considerem que suas investigações fazem parte da Antroponomástica ou da Onomástica o que aponta para o desafio de torná-las mais conhecidas no âmbito nacional.

Apesar de limitada a três amostras de publicações e sempre poder haver o risco de erros de amostragem, acredito que a avaliação empreendida com respeito ao objeto de estudo e à metodologia de cada uma delas permite entrever algumas das características do que se investiga atualmente na área (as tendências de pesquisa) bem como daquilo que ao ser investigado pode promover certo avanço do conhecimento (as perspectivas para a área). Contudo acredito ser necessário realizar pesquisas com amostras mais amplas a serem feitas periodicamente, a cada cinco ou dez anos, para que se possa acompanhar o desenvolvimento da Antroponomástica ao longo do tempo.

## REFERÊNCIAS

ACTES DEL XXIV CONGRÉS INTERNACIONAL D'ICOS SOBRE CIÈNCIES ONOMÀSTIQUES. 2014 Barcelona: **Biblioteca Tècnica de Política Lingüística**. Disponível em <[www20.gencat.cat/portal/site/Llengcat/menuitem.b318de7236aed0e7a129d410b0c0e1a0/?vgnnextoid=da757832aa767410VgnVCM1000008d0c1e0aRCRD&vgnnextchannel=da757832aa767410VgnVCM1000008d0c1e0aRCRD&vgnnextfmt=default](http://www20.gencat.cat/portal/site/Llengcat/menuitem.b318de7236aed0e7a129d410b0c0e1a0/?vgnnextoid=da757832aa767410VgnVCM1000008d0c1e0aRCRD&vgnnextchannel=da757832aa767410VgnVCM1000008d0c1e0aRCRD&vgnnextfmt=default)>. Acesso em 01 set.2015

ALDRÍN, Emília. Choosing a Name = Choosing Identity? Towards a Theoretical Framework. **Actes** [...]. Barcelona: Biblioteca Tècnica de Política Lingüística, 2014, p. 392-401.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; MACHADO, Verônica Barçante. Nomes de urna e nomes de parlamentares de vereadores da Câmara Municipal de Ouro Preto. **Revista GTLex** v. 1, n. 1, 2016, p. 52-65. Disponível em <[www.seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/31721](http://www.seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/31721)>. Acesso em 03 ago.2017.

AMORIN, Cristiane Teixeira. Sombra severa: a obra secular de Raimundo Carrero. **Solettras**, n. 25, p. 205-215, 2013. Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/solettras/article/view/6213>>. Acesso em 03 ago. 2017.

ANDRADE, Karylleila dos Santos. Projeto ATITO: algumas considerações sobre o Atlas Toponímico de origem indígena dos estado do Tocantins. *In*: ISQUERDO, Aparecida Negri; FINATTO Maria José Bocorny (Orgs.). **As Ciências do Léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, v. IV. Campo Grande/MS: Editora UFMS; Porto Alegre: Editora UFRGS, 2010, p.133-144.

\_\_\_\_\_; DICK, Maria Vicentina do Amaral. A interdisciplinaridade no contexto da toponímia: reflexões iniciais de uma proposta aplicada ao ensino. *In*: ISQUERDO, Aparecida, Negri; SEABRA Maria Cândida Trindade Costa de (Orgs.). **As Ciências do Léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, v. VI. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2012, p.193-208.

\_\_\_\_\_; PEREIRA, Carolina Machado Rocha Busch; RIBEIRO, Eduardo. Atlas Toponímico do Tocantins – ATT: prática interdisciplinar para o estudo dos lugares a partir de software. *In*: ISQUERDO, Aparecida, Negri; DAL CORNO, Giselle Olivia Mantovani. (Orgs.). **As Ciências do Léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. v. VII. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2014, p.129-148.

BENATI, Chiara. Cultural References in *Lost* Anthroponomastics: Revealing or Misleadings Hints? **Actes** [...] Barcelona: Biblioteca Tècnica de Política Lingüística, 2014, p. 2153-2164.

BLOOTHOOFT, Gerrit; SCHRAAGEN Marijn. 2014. Name Fashion Dynamics and Social Class. Els noms en la vida quotidiana. **Actes** [...] Barcelona: Biblioteca Tècnica de Política Lingüística, 2014, p. 419-426.

BRAMWELL, Ellen S. Personal Naming and Society: A comparative study of disparate communities. **Actes** [...] Barcelona: Biblioteca Tècnica de Política Lingüística, 2014, p. 712-718.

CÂMARA, Tania Maria Nunes de Lima. Hipocorísticos, apelidos e crítica social: linguagem e estilo em Machado de Assis. **Matraga** v. 20, n. 32, p. 208-220, 2013. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/19849> Acesso em 06 jun.2019.

CAMPOS, Raquel. Nome próprio e descrição do social: poética da nomeação em Balzac. **História da historiografia**, n. 16, p. 55-74, 2014a. Disponível em <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/828/494>>. Acesso em 03 ago.2017.

\_\_\_\_\_. Homonímia e ironia do nome em ressurreição. **Machado Assis Linha**, São Paulo, v. 7, n. 14, p. 209-228, Dec.2014b. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-68212014000200014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-68212014000200014&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 09 jan.2020.

CARGILL, Margaret; O'CONNOR Patrick. **Writing Scientific Research Articles**. Strategy and Steps. 2nd. Edition. Reino Unido: Wiley-Blackwell, 2014.

COLOGNESE, Silvio Antônio. **Ruas de Toledo**: Identidades que se cruzam. Cascavel/PR: Edunioeste, 2011.

DAVID, Mismária Alvez; SIQUEIRA Kenia Mara de. A nomeação do ser no processo narrativo: uma leitura do conto “João boi” de Bernardo Élis. **Guavira Letras**, n. 18, p.36-52, 2015. Disponível em <<http://websensors.net.br/seer/index.php/guavira/article/view/51>>. Acesso em 03 ago.2017.

DICK, Maria Vicentina do Amaral. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs). **As Ciências do Léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, 2ª. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2001 [1998], p.79-90.

\_\_\_\_\_. A terminologia nas ciências onomásticas. Estudo de caso: o projeto ATESP (Atlas toponímico do estado de São Paulo). In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria (Orgs.). **As Ciências do Léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, v. III. Campo Grande/MS: Editora UFMS; São Paulo/SP: Humanitas, 2007, p. 459-472.

\_\_\_\_\_. Etnia e etnicidade. Um novo modo de nomear. Projeto ATESP/ATB. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; FINATTO, Maria José Bocorny (Orgs.). **As Ciências do Léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, v. IV. Campo Grande/MS: Editora UFMS; Porto Alegre/RS: Editora UFRGS, 2010, p. 177-198.

ECKERT, Kleber. Quem é quem? Um estudo antroponímico a partir dos sobrenomes do município de Lajeado/RS. **Domínios de Linguagem** v. 7, n. 1, p.139-159, 2013. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/21736/12561>>. Acesso em 03 ago.2017.

\_\_\_\_\_. Os sobrenomes dos alunos do IFRS campus Bento Gonçalves: um estudo onomástico. **Domínios de Lingu@gem**, v. 10, n. 1, p. 46-66, 2016. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/domíniosdelinguagem/article/view/32104/18082>>. Acesso em 03 ago.2017.

FELECAN, Oliviu. Gypsy. Names: Anthroponymic Identity vs. Assimilation. **Actes** [...]. Barcelona: Biblioteca Tècnica de Política Lingüística, 2014. p. 502-514.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n.79, p. 257-272, agosto/2002.

FRAI, Patrícia Helena. **Motivação para a escolha de um segundo nome na antroponímia rondoniense**. 2016. 200f. Dissertação (Mestrado em Letras, Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Cascavel, 2016.

FROSI, Vitalina Maria; FAGGION; Carmen Maria; DAL CORNO; Giselle Olívia Mantovani. Hodônimos de Caxias do Sul e Bento Gonçalves: suas interfaces e correlações com o contexto histórico e cultural. *In*: ISQUERDO, Aparecida Negri; BARROS, Lídia Almeida (Orgs). **As Ciências do Léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, v. V. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2010, p. 153-170.

GIUNTOLI, Giacomo. Name as a Multiple Reference: Luther Blissett vs. the World of Media. **Actes** [...]. Barcelona: Biblioteca Tècnica de Política Lingüística, 2014, p. 2223-2229.

GRESPLAN, Taiana. **Antroponímia de Toledo - Paraná - 1954-2004: aspectos inovadores**. 2014. 200f. Dissertação (Mestrado em Letras, Linguagem e Sociedade), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Cascavel, 2014.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. *In*: ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (Orgs). **As Ciências do Léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, v. VI. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2012, p. 115-140.

\_\_\_\_\_; CASTIGLIONI, Ana Claudia. Em busca de um modelo de dicionário onomástico-toponímico. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; FINATTO, Maria José Bocorny (Orgs). **As Ciências do Léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, v. IV, Porto Alegre/RS: Editora UFRGS; Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2010, p. 291-310.

\_\_\_\_\_; DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. Hidronímia e toponímia: interinfluências entre meio ambiente e história. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; DAL CORNO, Giselle Olivia Mantovani. (Orgs.). **As Ciências do Léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, v. VII. Campo Grande: Editora UFMS, 2014, p. 63-80.

\_\_\_\_\_; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Apontamentos sobre hidronímia e hidrotponímia entre Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; BARROS Lídia Almeida (Orgs.). **As Ciências do Léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. v. V. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2010, p.79-98.

KALUŽYŇSKA, Irena. Male Names of Women and Female Names of Men in the Chinese society. **Actes** [...]. Barcelona: Biblioteca Tècnica de Política Lingüística 2014, p. 791-797.

LARA, Fernando Luiz. **Lengua histórica y normatividad**. Distrito Federal/México: El Colegio de México. (Jornadas, n. 142), 2009.

LÓPEZ FRANCO, Yolanda Guilhermina. Los nombres de pila en la década de 1980 en Montpellier, Francia, y em Tlalnepantla de Baz., México, bajo un enfoque socioantroponímio. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; DAL CORNO Giselle Olivia Mantovani (Orgs.). **As Ciências do Léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. v. VII. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2014, p. 15-38.

MABUZA, Mandinda Elias. Individual Names and Personality: A Consideration of some Beliefs. **Actes** [...]. Barcelona: Biblioteca Tècnica de Política Lingüística, 2014, p. 833-841.

MARIANO, Victor Cavalcanti. A antroponímia dos matriculados na sociedade protetora dos desvalidos durante a segunda década do século XX. **Entrepalavras**, v. 3, n.1, p. 199-217, 2013.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis. Adaptação fonológica de nomes próprios de origem estrangeira: comparação entre Português Arcaico e Português Brasileiro. **Estudos Linguísticos** v. 40, n. 2, p.795-807, 2011. Disponível em <<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1340>>. Acesso em 03 ago.2017.

MOTA, Alice, Maria. Formas de referência: Um estudo de caso. **Revista Língua e Literatura**, v. 14, n. 23, p. 147-169, 2013. Disponível em <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistalinguaeliteratura/article/view/412/1248>>. Acesso em 03 ago.2017.

PIOVEZANI, Carlos. Identidades e metamorfoses na denominação dos jogadores de futebol no Brasil. **Esporte e Sociedade: Identidades e metamorfoses**, v. 7, n. 19, p. 1-17, 2012. Disponível em <[www.ludopedio.com.br/biblioteca/identidades-e-metamorfoses-na-denominacao-dos-jogadores-de-futebol-no-brasil/](http://www.ludopedio.com.br/biblioteca/identidades-e-metamorfoses-na-denominacao-dos-jogadores-de-futebol-no-brasil/)>. Acesso em 03 ago.2017.

SACERDOTE, Irani Souza. Antroponímia portuguesa: um breve estudo acerca dos sobrenomes no período medieval. **Voos Revista Polidisciplinar da Faculdade Guairacã**, v. 4. n. 1, p. 31-40, 2012. Disponível em <[http://www.revista-voos.com.br/seer/index.php/voos/article/view/281/04\\_Vol4.1\\_VOOS2012\\_CL](http://www.revista-voos.com.br/seer/index.php/voos/article/view/281/04_Vol4.1_VOOS2012_CL)>. Acesso em 03 ago. 2017.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da região do Carmo. *In*: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Maria Ieda (Orgs.). **As Ciências do Léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, v. III. Campo Grande/MS: Editora UFMS; São Paulo/SP: Humanitas, 2007, p. 93-104.

\_\_\_\_\_. Toponímia africana em Minas Gerais: Região do Rio Doce. *In*: ISQUERDO, Aparecida Negri; FINATTO, Maria José Bocorny (Orgs.). **As Ciências do Léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. v. IV. Campo Grande/MS: Editora UFMS; Porto Alegre; Editora UFRGS, 2010, p. 133-144.

\_\_\_\_\_; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. Toponímia de Minas Gerais em registros cartográficos históricos. *In*: ISQUERDO, Aparecida Negri, SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (Orgs.). **As Ciências do Léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, v. VI. Campo Grande: Editora UFMS, 2012, p. 245-260.

\_\_\_\_\_, LIMA, Emanoela Cristina. A toponímia de origem africana em Minas Gerais: resultados de pesquisa. *In*: ISQUERDO, Aparecida Negri; DAL CORNO, Giselle Olivia Mantovani (Orgs.). **As Ciências do Léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, v. VII. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2014, p. 167-188.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Nomes de lugares: o viés enunciativo e o viés onomástico *In*: ISQUERDO, Aparecida Negri; BARROS, Lidia Almeida (Orgs.). **As Ciências do Léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, v. V. Campo Grande: Editora UFMS, 2010, p. 117-134.

\_\_\_\_\_. Estudio exploratorio sobre la elección del nombre propio de personal en contextos monolingües y en contexto de inmigración internacional. **Multi-disciplina**, v. 16, p. 116 -138, 2013a.

\_\_\_\_\_. Motivações contemporâneas para a escolha do antropônimo. **Entre Letras** (Online), v. 4, p. 90-101, 2013b.

\_\_\_\_\_. Toponomástica e Antroponomástica: paradigmas e métodos. **Confluência**, v. 44/45, p.165-184, 2013c.

\_\_\_\_\_. Nome próprio e identidade em Marechal Cândido Rondon. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), v. 43, p. 212-225, 2014.

\_\_\_\_\_. Métodos de pesquisa em Antroponomástica. **Domínios de Linguagem**, v. 10, n. 3, p. 1146-1171, 2016a.

\_\_\_\_\_. A identidade religiosa na antroponímia de Marechal Cândido Rondon. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 24, p. 167-186, 2016b.

\_\_\_\_\_. ; SCHULTZ, Benilde Socreppa. Linguagem, cognição e identidade: o estatuto dos nomes próprios *In*: ISQUERDO, Aparecida Negri; DAL CORNO, Giselle Olivia Mantovani. (Orgs.). **As Ciências do Léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, vol. VII. 1 ed. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2014, p. 143-166.

VESCOVI, Jéssica Paula. **Prenomes e sobrenomes em Palotina/PR e em Maripá/PR: um estudo comparativo**. 2015. 200f. Dissertação (Mestrado em Letras, Linguagem e Sociedade), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Cascavel, 2015.

# REPOSITÓRIO DE DADOS DIGITAIS: TOPONÍMIA DE MINAS GERAIS, DO SETECENTOS AO OITOCENTOS JOANINO

*Maria Cândida Trindade Costa de Seabra*

*Márcia Maria Duarte dos Santos*

*Amanda Estela Guerra*

*Maria Dulce de Faria*

*Antônio Gilberto Costa*

## INTRODUÇÃO

**D**ocumentos cartográficos integram as fontes de dados muito valorizadas para estudos toponímicos – constituem documentos, auxiliando não apenas no conhecimento pontual de uma determinada área mapeada, mas permitem, também, considerando-se o momento sincrônico da análise, que se busquem outros planos de apreensão do topônimo, em épocas anteriores, descrevendo-se ou recuperando-se o *continuum* denominativo daquele nome de lugar.

Objeto de pesquisas recorrentes, relacionadas ao território mineiro, desenvolvidas por pesquisadores diversos, essas fontes primárias de informação e memórias históricas constituem um patrimônio linguístico, sitiadas no Centro de Referência em Cartografia Histórica (CRCH), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que, recentemente, impulsionadas pelo projeto *Registros Cartográficos Históricos: Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial ao Joanino*<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pelo CNPq - Processo nº 408869/2013-5

passou a ser objeto de análise, recebendo abordagem e o tratamento de dados sobre a cartografia e a toponímia de Minas Gerais. Para uma pesquisa dessa natureza, é essencial que se valha de uma equipe multidisciplinar, uma vez que requer conhecimentos variados e complexos.

A pesquisa abordou quinze mapas, requereu o levantamento de topônimos e sua organização em um banco de dados, o qual foi desenhado para a consecução dos seguintes objetivos:

- i) levantamento de assentamentos de locais e de sítios referentes à população no território mineiro;
- ii) localização de aldeias de gentios;
- iii) patenteamento de padrões motivadores dos nomes encontrados;
- iv) estudo das camadas dialetais presentes na formação dos topônimos encontrados;
- v) confirmação ou não da permanência dos topônimos no território, atualmente.

Os resultados desse estudo propiciaram, como se planejou, uma produção bibliográfica variada (Santos; Seabra; Costa, 2016; Costa; Santos; Seabra, 2016; Costa; Santos; Seabra, 2014), porém, não esgotou o potencial de informações reunidas sobre os topônimos de Minas Gerais. Por essa razão e, pelo fato de ser sempre possível uma releitura dos dados, ponderou-se sobre a relevância de disponibilizar tais informações aos interessados na Cultura, na Língua, na Geografia e na História do território. Dessa forma, decidiu-se pela reorganização do banco de dados históricos e pela sua apresentação em um arquivo digital, situado em [www.repositoriotoponomia.com.br](http://www.repositoriotoponomia.com.br), cuja estrutura se mostra na Figura 1<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> A disponibilização para o público, do Repositório Digital de Dados, ocorreu no final de setembro de 2017, nos seguintes endereços eletrônicos: <<http://www.repositoriotoponomia.com.br.html>> e Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, IHG MG - <<http://www.ihgmg.org.br.html>>. Acesso em: dez. 2018.

**Figura 1:** Tela de abertura do repositório digital de dados sobre a toponímia mineira



**Fonte:** <http://repositoriotoponomia.com.br/home>

Nosso interesse pela Toponímia de Minas Gerais representada em mapas que foram confeccionados no período “do setecentos ao oitocentos joanino” assim se justifica:

- i) É um período em que Minas Gerais integra efetivamente o Brasil Colônia;
- ii) Dá-se nos anos setecentos a ocupação do território mineiro, após a descoberta do ouro, seguido de sua extração;

iii) Constitui o oitocentos joanino, período de 1808 a 1821, época que se inicia com a vinda da família real para o Brasil.<sup>3</sup>

## **1. MEMÓRIAS DO TERRITÓRIO MINEIRO – MAPAS DA CAPITANIA E DAS COMARCAS**

Os mapas estudados compreendem escalas denominadas geográficas e cartográficas. As primeiras correspondem às representações de áreas de jurisdição político-administrativa e judiciária, vigentes nos períodos enfocados, chamadas Capitania e Comarca. A escolha dessas circunscrições territoriais responde à perspectiva diatópica da pesquisa que deu origem ao banco de dados históricos, reorganizado no arquivo que se apresenta.

No Repositório, as imagens estudadas (8 da Capitania e 7 de Comarcas) serão mostradas, em conjunto, segundo a circunscrição correspondente, e poderão ser vistas individualmente, de modo ampliado, e associadas às suas referências cartográficas<sup>4</sup>. Para a seleção dos exemplares, observaram-se critérios considerados essenciais e desejáveis. Os essenciais são a tipologia da representação – todos os exemplares deveriam ser da mesma espécie ou da mesma natureza – e a datação, sempre referente ao período Colonial e ao Oitocentos Joanino. Os desejáveis, mas não determinantes, tratam da presença de elementos e de características, tais como limites das Comarcas, nos mapas da Capitania; de legendas; de escalas variadas e de diferentes autorias. Em referência às duas categorias de critério, aponta-se um exemplo particularmente ilustrativo, a *CARTA*

---

<sup>3</sup> Dentre as diversas realizações do governo Joanino, destacamos: 1) abertura dos portos brasileiros às nações amigas; 2) estabelecimento de indústrias no Brasil; 3) instalação de sistemas administrativos e jurídicos no Rio de Janeiro, com a criação de tribunais e ministérios; 4) investimentos nas áreas de educação e cultura, dentre elas, a criação da Biblioteca Real, da Academia Real de belas Artes e da Imprensa Real; 5) elevação do Brasil, em 1815, a Reino Unido de Portugal e Algarves.

<sup>4</sup> Imagens e referências dos documentos em questão são apresentadas em Santos, Seabra, Costa (2016).

*Geographica da Capitania de Minas Geraes, e Partes Confinantes* (1767), que não apresenta a divisão das Comarcas, nem legenda. Porém, o fato de ser a representação mais antiga do território da Capitania, do período Colonial, que se conhece na atualidade, e o de apresentar a maior escala do conjunto de mapas estudados justificaram sua inclusão na amostra.

Na escolha dos exemplares dos mapas da amostra, os estudos preliminares mostraram, ainda, que as duas últimas características (escalas variadas e diferentes autorias) não seriam consideradas. Como se sabe, as escalas determinam os níveis de generalização concernentes à informação representada. Nessa perspectiva, e considerando-se o levantamento pretendido – o estudo da toponímia mineira –, teoricamente disponível em mapas com a mesma escala geográfica, bastaria escolher o de maior escala cartográfica, e dispensar as representações semelhantes, em relação a esse elemento, ou com uma escala menor. Não obstante, para atender à perspectiva diacrônica, que também caracterizou a pesquisa realizada, foi necessário usar mapas com escalas muito próximas, tais como, os exemplos componentes da amostra, referentes ao período Colonial: o *MAPA Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes* (produzido entre 1791 e 1798), o de Rocha (1793) e o de Miranda (1804).

Verificou-se ademais que, em termos de Cartografia Histórica, a assertiva sobre a relação entre nível de informações – ou o maior detalhamento das feições geográficas – e escala cartográfica, não é sempre verdadeira, pois o nível do conhecimento, a propósito do espaço geográfico representado, a questão de sua ocupação, a par das intenções e dos propósitos e o contexto de sua realização, também são fatores intervenientes na relação explicitada. A *CARTA Geographica da Capitania de Minas Geraes, e Partes Confinantes* (1767), já citada, dentre outros exemplos, esclarece também essa consideração, pois, em termos de produtividade, em relação à coleta de topônimos, não correspondeu ao nível de generalização que sua escala sugeria. Acrescenta-se à ponderação apresentada, tratando-se de toponímia

histórica e, considerando os objetivos da pesquisa realizada, mesmo que o rol dos nomes encontrados, em um mapa e outro, diferísse pouco, esse fato não faria diferença, em termos quantitativos, para a identificação de tendências gerais. Entretanto, poderia ser qualitativamente significativo, pois um e outro nomes poderiam constituir-se em exemplos notáveis ou, simplesmente atualizados, sob os pontos de vista linguístico e geográfico. Esse aspecto determinou, também, o uso de mapas de um mesmo autor, que foram realizados em datas próximas, no caso, as produções de Rocha (1777a, b, e c; 1778 a, b, c, d, e; 1779).

## 2. REFERÊNCIAS SOBRE AS ESCALAS CARTOGRÁFICAS E AS COORDENADAS GEOGRÁFICAS

A determinação das escalas cartográficas teve como referência as gráficas, encontradas em todos os documentos estudados, exceto em uma representação da Capitania, a de Eschwege (1821), e duas de Comarcas, a de Rocha (1777c e 1778c), que apresentam o *petipé* graduado, sem indicar as medidas em léguas correspondentes. Nos casos distinguidos, o cálculo da escala beneficiou-se da determinação por coordenadas geográficas do espaço de representação, e possibilitou a medida da distância entre graus consecutivos, cujo valor foi comparado com o valor padrão atribuído a um grau – 111,111km, em latitude. Nos casos predominantes, empregou-se o valor da légua brasileira, 3000 braças ou 6,522km, para as comparações necessárias dentre os valores coevos atribuídos à légua<sup>5</sup>. Para além dessas informações, nota-se que os estudos de escala dos mapas da amostra da pesquisa não visaram a estabelecer os reais valores das léguas usadas por seus autores. Tratou-se apenas de determiná-las, visando ao conhecimento do nível de generalização das informações representadas.

---

<sup>5</sup> Sobre a denominação da medida – léguas brasileiras – e o valor, remete-se a Marques (2001).

Os mapas da amostra indicam sempre as coordenadas geográficas. Dentre essas medidas, as de latitudes são referenciadas pelo Equador, o paralelo de 0°, adotado universalmente desde a Antiguidade Clássica. As de longitudes encontram-se estabelecidas a partir de primos meridianos distintos, tendo em vista a inexistência, na época, de uma convenção sobre a escolha de um meridiano principal para os mapas luso-brasileiros. Apesar da falta de padronização nos períodos estudados, nem sempre esses meridianos eram anotados pelos autores dos mapas. Tratou-se, então, de realizar uma revisão bibliográfica a respeito, que mostrou o uso de referências variadas, correspondentes a indicações insulares: Praia, situada na ilha de Santiago, capital de Cabo Verde, e Santo Antão, na ilha homônima, também pertencente ao arquipélago, já citado, situado ao largo das costas da África Ocidental; Ferro, ilha de mesmo nome, a mais ocidental do arquipélago das Canárias, também localizada na costa noroeste do continente africano; e outras continentais, como o Rio de Janeiro, definida pelo Pão de Açúcar, e Paris, pelo observatório de mesmo nome<sup>6</sup>.

Outro aspecto característico da Cartografia dos períodos estudados, referentes ainda ao estabelecimento das longitudes, é o de versar sobre o fato de, comumente, não considerar um antimeridiano apostado ao de origem. Em decorrência, as longitudes definem-se de modo crescente, em direção ao leste, a partir do meridiano de 0° escolhido, o que pode ser observado na maior parte dos mapas da amostra analisada. A extensão longitudinal do espaço de representação registrada no *MAPPA da Capitania de Minas Geraes* (ROCHA, 1777a), por exemplo, é indicada pelas longitudes 334° e 344°, determinadas a partir de Ferro. Em contraposição, nos dois mapas que se excetuam do conjunto da mostra, por considerar um primo meridiano e o seu antimeridiano, as indicações longitudinais, necessariamente, fazem referência às posições ocidentais e, ou orientais em relação à origem das medidas. Cita-se o *MAPPA da Capitania de Minas Geraes* (1808

---

<sup>6</sup> Sobre a revisão, citam-se: Cintra e Santos (2011); Santos, Cintra e Seabra (2012); Santos, Cintra e Renger (2013).

ou 1809), em que o autor desconhecido anota sobre a extensão longitudinal da representação compreendida pelas medidas 23° e 34°: “Longitude Occidental da Ilha de Ferro”. Em outro exemplo, o mapa de Eschwege (1821), o espaço de representação estende-se tanto a leste, como a oeste do primo meridiano escolhido, o do Rio de Janeiro, referenciado pelo Pão de Açúcar, definido pelas medidas 0° a 5° W a 0° a 2° E.

### **3. SOBRE LEGENDAS, NOTAS EXPLICATIVAS E DECODIFICAÇÃO DOS SIGNOS CARTOGRÁFICOS**

Ao padrão dos quinze mapas estudados, em oito, relaciona-se a presença de legenda e, ou de notas explicativas, com vistas à decodificação de signos usados nas representações, à complementação e, ou à suplementação de informações sobre os acidentes geográficos que registram. Todavia, dentre os mapas que compõem a amostra, sete não apresentam o elemento legenda e, com exceção de um, que representa a Capitania, os demais se referem às Comarcas mineiras. Esses sete exemplares fazem parte de um conjunto articulado de mapas da “Capitania de Minas e de suas Comarcas”, de um mesmo autor (ROCHA, 1777a, b e c; 1778a, b, c, d, e), dentre os quais, encontram-se três legendados (ROCHA, 1777a e b; 1778a). Os mapas legendados, além de outro da Capitania (ROCHA, 1793), que também apresenta o elemento em questão, foram empregados na interpretação daqueles sem legenda. Tendo em vista o exposto, nota-se que os maiores desafios, a propósito da decodificação dos signos dos mapas sem legenda, restringiram-se à representação da Capitania, a mais antiga da amostra, como já se mencionou, a *CARTA Geographica da Capitania de Minas Geraes, e Partes Confinantes* (1767).

Por sua vez, o registro das datas dos mapas é encontrado na maior parte das representações da Capitania e das Comarcas estudadas. Para os mapas que não o apresentam, procurou-se determinar e, ou reavaliar, na etapa preliminar da pesquisa, referente ao projeto sobre a toponí-

mia mineira, e no processo de reorganização do banco de dados, as datas aproximadas de realização dos originais, baseando-se em estudos anteriores<sup>7</sup>. Nesse procedimento, várias fontes documentais foram também consultadas para se estabelecer a data de instituição, ou de elevação das povoações representadas nos mapas, as categorias político-administrativas correspondentes às paróquias ou freguesias, às vilas e à cidade, o que permitiu chegar-se a uma datação aproximada das fontes estudadas.

Tendo em vista o registro, ou a identificação das datas dos mapas da amostra, constatou-se que predominam os do período Colonial, realizados da segunda metade do Setecentos até o início do Oitocentos. As representações mais antiga e a mais recente, desse período, são a *CARTA Geographica da Capitania de Minas Geraes, e Partes Confinantes* (1767) e o de Miranda (1804); esse último, também, uma representação da Capitania. Para o Oitocentos Joanino, foram estudados apenas dois mapas, ambos da Capitania: o *MAPPA da Capitania de Minas Geraes* (1870, cópia) e o de Eschwege (1821). Esses mapas correspondem aos que, nas escalas geográficas consideradas na pesquisa, fazem parte de acervos de instituições guardiãs de documentos cartográficos e são conhecidos na atualidade. Como ponderam Santos, Seabra e Costa (2016), as realizações dos Oitocentos Joanino, ao contrário do que se verificou para o Setecentos, não foram favorecidas por aspectos políticos, sociais e econômicos, nem pela sua extensão temporal.

A maioria dos mapas estudados (doze) tem autoria declarada, embora essas declarações sejam apenas de três cartógrafos: José Joaquim da Rocha, que responde tecnicamente por dez; Caetano Luís de Miranda e Guilherme (Barão D'Eschwege), respondem cada um por uma represen-

---

<sup>7</sup> Dentre esses estudos, citam-se: Santos (2010) e Santos, Cintra e Renger (2013). A propósito do mapa *MAPPA da Capitania de Minas Geraes*, verificou-se, nessa oportunidade, que se trata de cópia feita em 1870, de uma cópia manuscrita, realizada, por sua vez, entre 1808 e 1809. Para a redefinição da datação do documento em questão, baseou-se, entre outras informações, em Galvão (1998).

tação. Esses autores serviram aos governantes mineiros; o primeiro e o terceiro, como militares, e o segundo como funcionário da Intendência dos Diamantes. Rocha, Miranda, Eschwege e outros autores que não se identificaram, segundo Santos, Seabra e Costa (2016), estavam ligados às atividades de planejamento e de administração do território mineiro, e tiveram acesso ao contexto de produção cartográfica da época e ao conhecimento geográfico que os realizadores demonstram em seus mapas.

#### **4. ACIDENTES<sup>8</sup>, NOMES GEOGRÁFICOS E OUTRAS VARIÁVEIS DO BANCO DE DADOS**

O banco de dados deste Repositório reúne informações sobre lugares correspondentes a acidentes geográficos restritos aos da dimensão humana do território, construído ao longo dos períodos Colonial e Joanino, nas Minas Gerais. Os acidentes identificados nos mapas da amostra estudada compreendem: 1- assentamentos da população, povoações correspondentes às diferentes hierarquias: político-administrativas e eclesiais; 2- locais onde estão assinaladas as presenças de guardas, quartéis, destacamentos e, ou patrulhas militares, registros ou postos reais; 3- outros sítios, assim chamados, genericamente, nas representações; 4- áreas habitadas pelos gentios; 5- e suas aldeias.

Esses acidentes foram registrados nas legendas dos mapas, nas quais, arrolam-se os signos usados na composição do espaço de representação ou, em outros termos, os significantes – as imagens gráficas – e os significados, os conceitos. Em alguns casos, os acidentes são conhecidos por meio de notas explicativas, ou suas designações aparecem

---

<sup>8</sup> ACIDENTE: Trata-se da natureza semântica da denominação, ou seja, o vínculo entre o nome e o lugar. Divide-se em humanos e físicos. Ao acidente físico está relacionada a geografia da região: rio, ribeirão, cachoeira, córrego, morro. Já ao acidente humano, relacionam-se os lugares habitados pelo homem e as construções por ele realizadas como cidade, distrito, povoado, fazenda, sítio, pequenas propriedades, habitações isoladas no meio rural, pontes. (SEABRA, 2004, p. 49)

justapostas a um nome. Percebe-se que as povoações, geralmente, são identificadas na legenda, por meio de signos. Entretanto, dada a importância político-administrativa e social das vilas, mesmo que o vocábulo não componha o nome da povoação, alguns cartógrafos registram essa condição de *status* junto ao nome, como “Villa do Caete”, “Villa de Pitanguí” e “Villa do Sabará”, na Comarca de Sabará; “V.<sup>a</sup> de S. João” (São João Del-Rei) e “Villa de S. Jozé” (Tiradentes), na do Rio das Mortes, e “Va. do Fanado” (Minas Novas), na do Serro, tal como registra Rocha (1777a).

Em mapas da amostra, as aldeias de gentios também aparecem nas legendas, mas a presença dos não aldeados, no território, é indicada em notas. Destacam-se, como exemplo, no *MAPPA Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes*, produzido entre 1791 e 1798, as notas: na porção noroeste da Comarca do Sabará, “Certão vadeado pelo Gentio Caepô (Caipós) [...] q tem feito hostilidades aos viagantes”; na região oriental da Comarca de Vila Rica, “Certão inculto dominado pelo barbo Gentio Pori (Puri)”. Nas representações estudadas, por sua vez, muitos dos registros e das guarnições militares apresentam a designação do acidente que compõe o nome geográfico. No *MAPPA da Capitania de Minas Geraes* (c. 1808), lê-se “Registo do Mathias Barbosa” (Matias Barbosa), na Comarca do Rio das Mortes; em Rocha (1793), “Goardas das Caldas”, também na do Rio das Mortes.

A propósito dos acidentes geográficos, nota-se também que, embora os mapas tratem fundamentalmente dos mesmos acidentes, os autores diferem em relação aos seus registros. É importante ressaltar e exemplificar essa característica, assim como foi feito em relação à, anteriormente, abordada, de forma a tornar, mais facilmente compreensível, aos leitores, os dados armazenados no banco do Repositório. As diferenças que se apresentam nesta pesquisa concernem a uma propriedade topológica – a de inclusão –, em que se considera a legenda como uma estrutura de classe. Nos exemplos seguintes, poderá ser verificado que, ora os autores destacam um

elemento de uma classe, apesar de representarem também a classe, ora reduzem uma classe a um elemento. Essas variações estão relacionadas também às questões de nível de generalização que os cartógrafos imprimem aos documentos, que podem estar associadas, ainda, ao nível de agregação dos dados que se encontravam à sua disposição para a construção dos documentos, aos propósitos que orientaram a execução de seus trabalhos, aos seus destinatários, entre outros.

Sobre os exemplos, observa-se que os mapas estudados assinalam, no território, a presença de vilas que identificam a posição político-administrativa dessas povoações, nas legendas e no espaço de representação. Não obstante, em Miranda (1804), encontram-se distinguidas as vilas que são sedes das Comarcas, de outras que não o são. Desse modo, na Comarca de Sabará e na do Rio das Mortes, são representadas, fidedignamente, como cabeças de comarca, a “V<sup>a</sup> de Sabara” e a “Villa de S. João” (São João Del-Rei), enquanto as demais são assinaladas como vilas, a saber, “V.<sup>a</sup> de Barbacena”, “V.a do Caete”, “V.<sup>a</sup> da Campanha da Princesa” (Campanha), “V.<sup>a</sup> de Quelus” (Conselheiro Lafaiete), “V.<sup>a</sup> de Paracatu”, “V<sup>a</sup> de Pitangui”, “V.<sup>a</sup> de Tamanduá” (Itapecerica) e “V. de S. Joze” (Tiradentes).

No que diz respeito às povoações que correspondem à classe dos arraiais, constata-se o contrário; os autores destacam elementos da classe. De modo geral, representam os arraiais paróquias e os arraiais capelas, como exemplifica Rocha (1777a; 1778 a; 1793). No mapa de Miranda (1804), nota-se o uso do termo freguesia, que também era utilizado, na época, para designar as paróquias e representar mais um elemento da classe chamada, genericamente, de arraiais.

Os exemplos citados, anteriormente, correspondem a situações em que, na legenda, os autores notificam as categorias de arraiais, tanto na relação de significantes, como na de significados. Chama-se a atenção para o mapa de Eschwege (1821), que constitui uma exceção. Na relação

de significados que consta na legenda, o autor reconhece a existência das categorias de arraiais citadas, mas as associa a apenas um significante, o que impossibilita a identificação dos elementos em questão, no espaço de representação. Uma generalização semelhante ocorre em Rocha e em um autor anônimo que assinalam, no espaço geográfico representado, a presença de guarnições militares e de postos fiscais. Rocha (1778a), por exemplo, identifica, com o mesmo significante, os registros, as guardas e as patrulhas de soldados. Por fim, nota-se que, quando se trata do vínculo entre o nome e o lugar dos acidentes geográficos, os acidentes, assim como o nome, podem apresentar alterações ao longo do tempo (SEABRA, 2004). Desse fato decorre a importância da perspectiva histórica dos estudos da toponímia de um território. Essa relevância manifesta-se no estudo, do qual originou-se o banco de dados que se apresenta, e propiciou muitos exemplos das mudanças a que se referiu anteriormente.

Um deles trata de duas mudanças ao mesmo tempo – do vínculo e do nome do lugar – como ocorre com os arraiais “Igreja Nova” e “Carijós”, na *CARTA Geographica da Capitania de Minas Geraes, e Partes Confinantes* (1767), ao se tornarem vilas – “Vila Nova de Barbacena” (Barbacena), em agosto de 1791, e “Queluz” (Conselheiro Lafaiete), em setembro do mesmo ano. Como tal, essas povoações já se encontravam consignadas nos mapas do Setecentos, dentre os quais, o *MAPPA Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes* (produzido entre 1791 e 1798), escolhido para registrar as denominações. Outro exemplo versa sobre a mudança do vínculo, mas não do nome, como é o caso de “Tamanduá” (Itapece-rica), povoação que se torna vila em novembro de 1789, mas permanece com o mesmo nome, durante os períodos estudados, como pode ser constatado nos documentos realizados posteriormente àquela data, e que se encontram na amostra.

Sobre os registros das variáveis no banco de dados, observa-se que, tanto o aspecto acidental, genérico, quanto o substantivo, isso é, o

nome do lugar, foram anotados no banco de dados e, nesse caso, foram compreendidos como variáveis. As anotações dos elementos das variáveis concernentes aos mapas que compõem a amostra estudada foram, estritamente, realizadas com o apoio registro gráfico dos cartógrafos.

Quando se recorre aos documentos escolhidos para se realizar a decodificação dos significantes, observa-se que, apenas nos mapas sem legenda, a ortografia atual foi mantida para anotar os acidentes, como, por exemplo, no *MAPPA Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes* (produzido entre 1791 a 1798). Nota-se também que, a par das variáveis referidas, duas outras foram elencadas no banco, levando-se em conta os registros dos cartógrafos, desta feita, de acordo com a posição do acidente geográfico definida nos mapas, ou seja, em acordo ao pertencimento de um lugar à Capitania de Minas e a uma de suas Comarcas. Decorre do exposto que, independentemente da fidedignidade dos dados do cartógrafo, ou de um juízo a respeito dessa propriedade das representações, sempre se considerou a definição das circunscrições territoriais mostradas nas representações. Reitera-se, ainda, que os critérios de armazenagem das variáveis foram igualmente observados, além do registro ortográfico dos topônimos, a definição da posição hierárquico-político-administrativa e eclesiástica indicada pelos autores dos mapas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em relação aos topônimos históricos, cujos registros foram definidos segundo os critérios citados, observa-se que, por si só, já representam conjuntos de dados de valor ou informações significativas. Entretanto, esses dados foram estudados e compreendidos, também, como sujeitos: seres que se caracterizaram por aspectos geográficos e linguísticos.

Em relação aos geográficos, os topônimos foram classificados, segundo sua posição político-administrativa e eclesiástica e seu pertencimento à Capitania e à Comarca. Além disso, beneficiando-se do sistema de coordenadas geográficas presente em todos os mapas estudados,

os topônimos históricos foram associados à sua posição em uma determinada quadrícula. Reitera-se, então, que essa variável corresponde a mais uma de localização, acessível como um índice de atlas ou de alguns mapas aos seus usuários. Tratou-se, ainda, de definir a localização atual dos lugares estudados, indicando o Estado, a mesorregião, a microrregião pertinente, o nome e o vínculo geográfico hodierno. Porém, nem sempre foi possível obter essa atualização, ou a identificação dos topônimos no espaço geográfico atual, nas fontes que foram consultadas – de modo geral, dicionários históricos e geográficos de Minas Gerais, cartas topográficas e mapas municipais atuais. Acredita-se que a ampliação dos estudos, considerando trabalhos em campo, consultas mais sistemáticas a cartas topográficas e outras fontes possam reduzir essas incógnitas. Espera-se, também, que a divulgação dos dados, além da utilização desses recursos, possa auxiliar, quer na especificação de mudanças do vínculo e do nome com o lugar, quer na determinação de estiolamentos dos acidentes geográficos.

No Repositório, tanto um conjunto, como outro dos topônimos foram caracterizados em termos linguísticos, apoiando-se teoricamente em estudos toponímicos expostos por Seabra (2004). A par disso, foram considerados estudos de casos, realizados por Seabra (s.d); Seabra e Santos (2012) e Santos e Seabra (2011a e b; 2015) sobre a toponímia histórica mineira. Tendo em vista essas orientações, as variáveis linguísticas que constam do Repositório consistem nas definições da natureza dos topônimos, da origem e da motivação dos nomes. Para a consecução dessas caracterizações, particularmente a das origens dos topônimos, foram utilizados dicionários linguísticos e geográficos, entre outras produções bibliográficas.

As variáveis, levantadas sob a perspectiva diacrônica que embasou os estudos, foram estruturadas em dois conjuntos de planilhas, referidos pelos períodos Setecentista e Oitocentista, este limitado ao período Joanino. Cada um dos conjuntos, por sua vez, reuniu dados analíticos e

sintéticos relacionados às Comarcas e à Capitania de Minas Gerais, visando ao atendimento da perspectiva diatópica da pesquisa.

Os dados analíticos dizem respeito ao inventário dos topônimos presentes em cada um dos mapas da amostra selecionada; os sintéticos correspondem ao conjunto de nomes levantados, e concernem ao território mineiro, ou às suas circunscrições político-administrativas – as Comarcas –, ao longo dos períodos estudados. As características temporais, espaciais, analíticas e sintéticas das planilhas originais foram mantidas no banco de dados do Repositório e conformam, por sua vez, os mecanismos de buscas que foram criados, permitindo o conhecimento de todas as variáveis.

Por fim, espera-se que as informações linguísticas e geográficas referidas anteriormente, possam suscitar questões de interesse. Por isso, espera-se, também, que a divulgação do Repositório propicie a ampliação do estado da arte, seja da toponímia, seja da geografia do território de Minas Gerais.

## REFERÊNCIAS

**CARTA geographica da capitania de Minas Geraes, e partes confinantes.** 1767. 1 mapa ms. Escala [ca. 1: 800 000]. (Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro -AHEx / RJ).

CINTRA, Jorge Pimentel.; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. Análise Geográfica da Capitania de Minas Gerais de 1804. **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG**, Belo Horizonte, v. XX, Tomo I, p.67-89, 2011.

COSTA, Antônio Gilberto; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; SEABRA, Maria Cândida Costa Trindade de (Org.). Exposição Cartografia Histórica e Toponímia: Conexões Possíveis (2014). **Repositório digital de estudos do Centro de Referência em Cartografia Histórica – CRCH/UFMG**. Disponível em: <[www.ufmg.br/rededemuseus/crch/semana15](http://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/semana15)>. Acesso em: 30 ago. 2016.

COSTA, Antônio Gilberto; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos, SEABRA, Maria Cândida Costa Trindade de (Orgs.) Paisagens Culturais – Expressões da Toponímia e Cartografia Histórica (2016). **Repositório digital de estudos do Centro de Referência em Cartografia Histórica – CRCH/UFMG**. Disponível em: <[www.ufmg.br/rededemuseus/crch/semana15](http://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/semana15)>. Acesso em: 30 ago. 2016.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Novo Mappa da Capitania de Minas Gerais: levantado por Guilherme Barão D'Eschwege. Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros**. 1821. 1 mapa ms. Escala [ca. 1: 1 000 000]. (GEAEM - Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar. Lisboa, Portugal – Lx/PT).

GALVÃO, Ramis (Org.). **Catálogo da exposição de história do Brasil**. Ed. *fac.similar*. Brasília: Senado Federal, 1998. Tomo I (Coleção Brasil 500 Anos).

<http://repositoriotoponimia.com.br/home> . In: SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; SEABRA, Maria Cândida Trindade de; COSTA, Antônio Gilberto (Orgs.). **Toponímia Histórica de Minas Gerais: Registros em Mapas do Setecentos ao Oitocentos Joanino**. 1ª Ed. Belo Horizonte, MG: Museu de História Natural e Jardim Botânico, Universidade Federal de Minas Gerais (MHNJB-UFMG); Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHG-MG), 2017. Disponível em: <<http://www.repositoriotoponimia.com.br.html>>; . Acesso em 10 dez. 2018.

**MAPPA da Capitania de Minas Geraes**. 1870. 1 mapa ms. Escala [ca. 1: 1 800 000]. Copiado da reprodução manuscrita, entre 1808 e 1809, pelo Cap. Antonio Vilella de Castro Tavares em 1870. (Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro - AHEX/RJ).

**MAPA topografico e hidrografico da Capitania de Minas Geraes**. [entre 1791 e 1798]. 1 mapa ms. Escala [ca. 1:1 700 000]. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro- BN/RJ).

MARQUES, Miguel Souza. **Cartografia Antiga: tabela de equivalências de medidas: cálculo de escalas e conversão de valores de coordenadas geográficas**. Lisboa, Biblioteca Nacional, 2001.

MIRANDA, Caetano Luís. **Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes**. 1804. 1 mapa ms. Escala [ca. 1: 1 700 000]. (Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro – AHEX/RJ).

ROCHA, José Joaquim da. **Mappa da Capitania de Minas Geraes**: que Mandou Fazer o Ilm<sup>o</sup>. e Exm<sup>o</sup>. Senhor d. Ant<sup>o</sup>. de Noronha, Governador e Capitão Gen<sup>al</sup>. da mesma Capitania. Jozé Joaq<sup>m</sup> da Rocha o fez 1777a. 1 mapa ms. Escala [ca. 1: 1 600 000]. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro - BN / RJ).

ROCHA, José Joaquim da. **Mappa da Comarca do R<sup>o</sup>das Mortes, pertencente a capitania de Minas geraes: que mandou descrever o Illustríssimo e Excelentissimo Senhor D. Antonio de Noronha, Governador e Capit. am General da mesma Capitania, segundo as mais exactas informações**. Anno de 1777b. 1 mapa ms. Escala [ca. 1: 1 200 000]. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro - BN/RJ).

ROCHA, José Joaquim da. **Mappa da Comarca do Sabará pertencente a capitania de Minas Geraes**: 1777c. 1 mapa ms. Escala [ca.1: 1 500 000]. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro – BN/RJ).

ROCHA, José Joaquim da. **Mappa da Capitania de Minas Geraes com a Devisa de suas Comarcas**. 1778 a. 1 mapa ms. Escala [ca. 1: 3 400 000]. (Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro - AHEX/RJ).

ROCHA, José Joaquim da. **Mappa da Comarca do R.<sup>o</sup> das Mortes**. 1778b. 1 mapa ms. Escala [ca.1: 1 800 000]. (Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro – AHEX /RJ).

ROCHA, José Joaquim da. **Mappa da Comarca do Sabara**. 1778c. 1 mapa ms. Escala [ca.1: 1 500 000]. (Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte - APM/BH).

ROCHA, José Joaquim da. **Mappa da Comarca do Serro Frio**. 1778d. 1 mapa ms. Escala [ca. 1: 1 700 000]. (Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro – AHEX / RJ).

ROCHA, José Joaquim da. **Mappa da Comarca de Villa Rica**. 1778e. 1 mapa ms. Escala [ca. 1: 600 000]. (Arquivo Histórico do Exército – AHEX/RJ).

ROCHA, José Joaquim da. **Mappa da Comarca de Villa Rica**. 1779. 1 mapa ms. Escala [ca.1: 600 000]. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ).

ROCHA, José Joaquim da. **Mappa da Capitania de Minas Geraes**. 1793. 1 mapa ms. Escala [ca. 1:1 700 000]. (Biblioteca Pública Municipal do Porto - BPMP /PO/PT).

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. Espaço e Representação nas Minas Setecentista. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano XLVI, n. 2, p. 44-59, jul./dez. 2010.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; CINTRA, Jorge Pimentel; SEABRA, Maria Cândida Costa Trindade de. A Carta Geographica e o Mappa Topografico e Hidrografico da Capitania de Minas Geraes: a segunda representação, base cartográfica para a primeira? **Revista Caletrosópio**, Ouro Preto, ano 1, n.1, p.9-27, jul./dez. 2012.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; CINTRA, Jorge Pimentel; RENGER, Friedrich. Origem das longitudes e precisão das coordenadas geográficas dos mapas de Minas Gerais do período 1767-1821. In: **SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA**, 5., 2013, Petrópolis. Disponível em: <<http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos-apresentados.html>>. Acesso em 30 ago. 2016.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; SEABRA, Maria Cândida Trindade de; COSTA, Antônio Gilberto (Orgs.). **Toponímia Histórica de Minas Gerais: Registros em Mapas do Setecentos ao Oitocentos Joanino**. 1ª Ed. Belo Horizonte, MG: Museu de História Natural e Jardim Botânico, Universidade Federal de Minas Gerais (MHNJB-UFMG); Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHG-MG), 2017. Disponível em: <<http://www.repositoriotoponimia.com.br.html>>. Acesso em dez. 2018.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; SEABRA, Maria Cândida Costa Trindade de. Motivação toponímica da Comarca do Serro Frio: estudo dos registros setecentistas e oitocentistas em mapas da Capitania de Minas Gerais. **Arq. Mus. Hist. Nat. Jard. Bot**, Rio de Janeiro, v. 20, t. 2, p. 237-265, 2011.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; SEABRA, Maria Cândida Costa Trindade de. Memória do patrimônio linguístico de Minas Gerais: Análise da motivação toponímica de natureza física da Comarca de Vila Rica em registros cartográficos históricos. **Revista Brasileira de Cartografia**, Rio de Janeiro, v. 67, n. 4, p. 787-803, jul./ago. 2015.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; SEABRA, Maria Cândida Costa Trindade de. Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial e do Joanino: Dos Registros Cartográficos Históricos a um Atlas Digital. **Revista Caletrosópio**, Ouro Preto, v. 4, n. especial, p. 547-557, 2016. Disponível em: <<http://www.ichs2.ufop.br/caletrosopio/revista/index.php/caletrosopio/issue/current>>. Acesso em 4 out. 2016.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; SEABRA, Maria Cândida Costa Trindade de; COSTA, Antônio Gilberto. (Org.). **Atlas – Patrimônio Toponímico na Cartografia Histórica de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, 2016. 1 CD. Acompanha material complementar (1 folheto e 10 marcadores de páginas).

SEABRA, Maria Cândida Costa Trindade de. **A formação e a fixação da Língua Portuguesa em Minas Gerais**: a Toponímia da Região do Carmo. 2004. 2 v. 368f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SEABRA, Maria Cândida Costa Trindade de. Toponímia ou Nomes de Lugares. *In*: **ALBUM CHOROGRAPHICO MUNICIPAL DO ESTADO DE MINAS GERAES, 1927: ESTUDOS CRÍTICOS**. Disponível em: <<http://www.album-chorographico1927.com.br/texto/estudo-critico-toponimia>>. Acesso em 30 ago. 2016.

SEABRA, Maria Cândida Costa Trindade de; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. Toponímia de Minas Gerais em Registros Cartográficos Históricos. *In*: ISQUERDO, Aparecida Negri.; SEABRA, Maria Cândida Costa Trindade de. **As Ciências do Léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. v. VI. Campo Grande: Editora UFMS, 2012, p. 245-258.

**engrossent[ar]** - v. (*en + grosso + -entar*). → engross[ar]. ‘engordurar’. || G [1399/tsla/64vc2]: Se foy l torpe en comer . ou en beuer . como diz l san bernaldo abrindo muyto aboca . l ou soando con os beyços como besta l ou vertendo os maníares ou ovyn l ho por sy ou por amesa ou metendo l torpemente toda amãõ ou todos os l dedos en na escudela . ou tornando o pan l mosegado aella . ou ovaso com aboca en l **grossentando** . ou as toalhas torpemen l te enscuiando Se se queixo muyto en / l ocomer sen lhe dando pressa *que* he syn l al de *guargantuice*.

**enhader** → enader.

**enhale[ar]** — v. (< de *en + alear* [este do lat. *alienare*]<sup>et.</sup>) ‘alienar’; ‘transferir para outrem a posse ou propriedade de algo’. || CF3 [xiii/frac/84v]: Se algũa cousa for metuda en iuyzo e *aquel que* a teuer e a **enhalear** ante *que* seya liurada *per* iuyzo e *per* auença, en poder seya do demandador de a (de a) demandar aaquel que lha alheou ou aaquel que a recebeu.

**enhatamente** - adv. (< *enhata + -mente*). → enhata . /enatho. ‘hediondamente’; ‘de maneira repugnante’. [xiv/flos/23rc2]: e muytas vezes veo a mim qual ele era muy

## PARTE II LEXICOGRAFIA

# PARA UMA PERIODIZAÇÃO DA LEXICOGRAFIA EM TERRITÓRIO URUGUAIO<sup>1</sup>

*Magdalena Coll*

## APRESENTAÇÃO

**E**sta é uma aproximação a uma proposta de periodização da lexicografia escrita, em território hoje uruguaio, que inicia com os primeiros apontamentos lexicográficos deixados como legado por cronistas e viajantes e que foram publicados no início do século XIX.

Não existe um trabalho panorâmico sobre a história da lexicografia no Uruguai, nem existe para o Uruguai uma proposta de periodização da lexicografia ou uma análise do processo de dicionarização, como ocorre para o Brasil (NUNES, 2006), e para a Argentina (BARCIA, 2004; LAURIA, 2011; 2012) ou para a lexicografia geral da América Hispânica (HAENSCH, 1994; FAJARDO, 2010; HUISA TÉLLES, 2014). Retomamos, contudo, a proposta feita em Coll (2013), onde se começa a esboçar o tema.

Levamos em conta, além disso, os escassos trabalhos que atendem a alguns aspectos históricos da lexicografia do Uruguai, entre eles, Kühl

---

<sup>1</sup> Uma versão mais extensa deste artigo foi publicada na revista *Linguística*, com o mesmo título, no Vol. 33 (1), junho 2017, 47-71. Parte do artigo é reproduzida aqui com autorização dos editores. Esta versão foi traduzida para o português por Victoria Hugentobler Valez e Vitória Signori Roso, acadêmicas do curso de Bacharelado em Letras – Tradução Português/Espanhol, UFRGS, sob a supervisão de Cleci Bevilacqua, Professora do Departamento de Línguas Modernas e do Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras, UFRGS.

de Mones (1986) que descreve o início da lexicografia uruguaia com ênfase especial no *Vocabulario* de Granada<sup>2</sup>.

Concentramo-nos em dois períodos que consideramos marco no início da história da lexicografia uruguaia. O primeiro período dessa história compreende a lexicografia “encoberta” ou “escondida” escrita por cronistas e viajantes (seção 1), enquanto o segundo período dedica-se às anotações lexicográficas dos primeiros escritores montevidéanos, José Manuel Pérez Castellano e Dámaso Antonio Larrañaga (seção 2).

Cada um dos períodos corresponde a diferentes épocas com suas distintas necessidades lexicográficas. O primeiro, ilustrado pelo cronista Félix de Azara cuja obra principal foi publicada em 1947, desenvolve-se na época colonial e responde a uma necessidade de nomear esta realidade americana pela primeira vez. É uma etapa tardia se a compararmos a outras regiões da América, nas quais essa etapa lexicográfica havia se desenvolvido muito anteriormente; no entanto, está de acordo com o fato de que a conquista e colonização do que hoje é o Uruguai ocorre apenas no século XVIII. Este mesmo período inclui viajantes franceses e ingleses que chegam ao longo do século XVIII à região. O segundo período, que se baseia nos primeiros escritores montevidéanos, abrange a época de ruptura entre a Colônia e as lutas independentistas. Os registros, notas, cartas e diários de José Manuel Pérez Castellano e Dámaso Antonio Larrañaga incorporam novas vozes, em sua maioria de origem indígena, que descrevem a nova geografia, a flora, a fauna e os costumes da sociedade que estavam se constituindo na época.

---

<sup>2</sup> Os trabalhos históricos da Academia Nacional de Letras do Uruguai se concentram na trajetória lexicográfica da própria Academia, isto é, no século XX (Academia Nacional de Letras 1998 e 2000).

## 1. A INFORMAÇÃO LEXICOGRÁFICA “ENCOBERTA” OU “ESCONDIDA”: CRONISTAS E VIAJANTES

Os cronistas e os viajantes – que servirão de fonte para a posterior lexicografia uruguaia – chegam ao Rio da Prata por motivações científicas, políticas ou comerciais e nos deixam as primeiras definições sobre conceitos vinculados à temática rural, aos costumes, às vestimentas, aos tipos humanos, ou à fauna e à flora do espaço geográfico que percorrem, como já foi destacado por Kühl de Mones (1986)<sup>3</sup>. Diversos autores viram no primeiro deles, o mencionado naturalista Félix Azara, um grande lexicógrafo (BUESA OLIVER, 1987; KÜHL DE MONES, 1997; MAZZOLA, 2008; ENGUITA UTRILLA, 2012a e 2012b; BARCIA, 2004; BÉRTOLA, 2013a, 2013b e 2014).

O interesse que existe na obra de Felix de Azara como fonte de estudo no que diz respeito à formação e ao desenvolvimento do léxico hispano-americano, em especial o da região do Rio da Prata, certamente é indiscutível. Ele designa plantas e animais, cria nomes para identificar linguisticamente mais de 200 espécies, oferece informações sobre os termos usados pelos indígenas da região, explica acepções etc. A sua obra mais estudada é *Descripción e historia del Paraguay y el Río de la Plata*, que foi editada em 1847, apesar de Azara ter terminado de escrevê-la em 1809, como uma continuação do que já havia escrito em 1802 sobre os quadrúpedes e pássaros do Paraguai e do Rio da Prata.

Kühl de Mones (1997) afirma que

Azara não usa as vozes associadas ao que descreve de forma simplista, mas sim, com uma consciência linguística aguda, primeiro as explica ou define para então poder usá-las em seu texto, garantindo, assim, que

---

<sup>3</sup> É possível encontrar uma análise de como Félix de Azara serviu de fonte para Daniel Granada, por exemplo, em Kühl de Mones (1997, p. 67).

um leitor alheio à região, falante do espanhol peninsular que não conhece nem o mundo americano, nem a sua linguagem, pudesse entender plenamente seus escritos (KÜHL DE MONES, 1997, p. 61).

A autora destaca, ainda, três recursos usados por Azara ao introduzir uma voz desconhecida ao falante do espanhol peninsular:

1) o uso de uma equação com o verbo *ser*, como em *bolas* [boleadeira]: “les arrojan las bolas, que son tres piedras como el puño, atadas a fuertes cuerdas, largas más de una vara” [lançavam as boleadeiras, que são três pedras do tamanho de um punho, presas a cordas bastante fortes, com pouco mais de uma vara de comprimento] (AZARA, 1847 *apud* KÜHL DE MONES, 1997, p. 62);

2) o uso de um sinônimo coordenado pela conjunção *o* [ou]: “bombero o exploradores” [bombeiro ou exploradores] (AZARA, 1847 *apud* KÜHL DE MONES, 1997, p. 62);

3) o uso de formas metalinguísticas do tipo “llaman” [chamam], “se llama” [chama-se], “se da el nombre de” [é chamada de], “usan el nombre” [recebe o nome de], como em “llaman parejeros a los caballos corredores, que preparan quince días dándoles de comer con medida” [chamam cavalo de carreira os cavalos de corrida, que são preparados durante quinze dias, dando-lhes de comer em porções fracionadas] (AZARA, 1847 *apud* KÜHL DE MONES, 1997, p. 62)<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> A conjunção disjuntiva *o* [ou], neste caso, não manifesta exclusão, mas uma mera alternância entre elementos léxicos mais ou menos coincidentes. Esse recurso, já estudado no caso de cronistas e viajantes (ENGUIITA UTRILLA, 1979, p. 289), mostra uma consciência por parte de quem escreve acerca do fato de que se trata de um léxico que o leitor pode não compreender. Nesse sentido, “o novo e o conhecido são registrados como significados próximos e se entrecruzam com os valores de alternâncias de elementos léxicos” (BUESA OLIVER; ENGUIITA UTRILLA, 1992).

Detentor de uma sensibilidade linguística admirável, Azara (1847) também conseguiu registrar variantes de uma mesma realidade. “Quando existem, estas podem ser: regionais (*terutéro*, *tetéu* [quero-quero]: o primeiro é usado em Buenos Aires e Montevideu, e o segundo, no Paraguai” (AZARA, 1847 *apud* KÜHL DE MONES, 1997, p. 63), ou próprias de um grupo de habitantes (*bacasina*): “são chamadas assim pelos espanhóis, ‘yacabarés’ pelos guaranis e ‘aguateros’ por alguns em Montevideu” (AZARA, 1847 *apud* KÜHL DE MONES, 1997, p. 63).

Por outro lado, Enguita Utrilla (2012a) afirma que, para designar plantas, animais e outros diversos aspectos da realidade do continente americano, Azara usa: a) indigenismos (principalmente do Guaraní, mas também do Quéchuá e das Antilhas); b) vozes espanholas que desenvolveram novas acepções; c) designações derivadas de onomatopeias. Essas vozes, que conformarão as peculiaridades lexicais do espanhol do Rio da Prata, estão acompanhadas por definições que configuram as primeiras definições que temos para termos como *estância*: “estabelecimento rural de grandes dimensões, dedicados à exploração agrícola e agropecuária”, ou *banhado*: “terreno baixo e inundado, que se caracteriza por ter vegetação e fauna peculiares” (AZARA, 1847 *apud* ENGUITA UTRILLA, 2012a, p. 59-60).

Em alguns casos, essas vozes também podem ser derivadas, especialmente de um diminutivo lexicalizado: *bombilla* [bomba de chimarrão], “tubo metálico para sorver o mate, com o extremo inferior achatado e furado, que serve de filtro” (AZARA, 1847 *apud*, ENGUITA UTRILLA, 2012a, p. 60); ou fazer parte de grupos sintagmáticos criados a partir de vozes patrimoniais – ou mediante indigenismos já incorporados ao espanhol rio-platense durante a época colonial. Veja-se, por exemplo, *lobo de rio*: “mamífero carnívoro que pode ultrapassar os dois metros de comprimento, de pelo marrom escuro no dorso e ventre de cor mais clara e com uma mancha amarelada na garganta e no peito (AZARA, 1847 *apud* ENGUITA UTRILLA, 2012a, p. 61).

É importante ressaltar, tal como faz Enguita Utrilla (2012a), que o público alvo da obra de Azara – por um lado, as autoridades da metrópole e, por outro, os estudiosos da História Natural – condicionam sua escrita, que estará, desse modo, marcada por “descrições minuciosas, sinônimos relacionados por aposição e por meio da conjunção disjuntiva *o* [ou] e por traduções que, em diversas ocasiões, contêm uma definição completa do termo a que fazem referência” (ENGUITA UTRILLA, 2012a, p. 62)<sup>5</sup>.

Por outro lado, Enguita Utrilla explica que, em Azara, com frequência são usadas novas vozes, mas “sem complementações metalinguísticas, o que revela uma grande espontaneidade, que põe em evidência o quão arraigados estão esses americanismos no próprio vocabulário do naturalista” (ENGUITA UTRILLA, 2012a, p. 62).

A obra de Azara é excepcional por suas contribuições lexicográficas, também por ser a única obra desse tipo, escrita por um autor de origem espanhola na região. A maioria dos viajantes que chegavam ao Rio da Prata – Azara não era estritamente um viajante, mas um cronista e naturalista que viveu na região por mais de 20 anos – não eram hispanofalantes.

O primeiro desse grupo é o francês Arsène Isabelle – viajante, explorador, naturalista, diplomata, comerciante – que chegou ao Uruguai em 1830. Quase imediatamente iniciou uma viagem pela Argentina, Brasil e Uruguai, que culminou com seu conhecido livro “Voyage à Buenos Ayres et à Porto Alegre, par la Banda Oriental”, de 1835. Devemos a

---

<sup>5</sup> Os processos de incorporação do novo léxico são similares aos utilizados por outros cronistas, viajantes e naturalistas na América em épocas anteriores. Considerem-se, entre outros, os trabalhos de Alvar (1970; 1972; 1976) sobre Bernal Díaz del Castillo, Juan de Castellanos e Cristóvão Colombo, respectivamente. Também o trabalho de Bravo Garcia (1989) sobre Baltasar de Obregón e seu *Historia de los descubrimientos de Nueva España*; Enguita Utrilla (1979 e 1991) sobre as crônicas do século XVI; Rivarola (1990) sobre textos de Pedro de Pizarro e Pedro Cieza de León; Zamora Munné (2002) sobre indigenismos na língua dos conquistadores e Bastardín (2013) sobre a obra de Fray Bernardino de Sahagún, entre outros.

ele, entre outros, o registro e a explicação da voz *china* “mulher mestiça em primeiro ou segundo grau” (ISABELLE, 1943<sup>6</sup> *apud* BERTOLOTTI; COLL, 2002-2003, p. 336)<sup>7</sup>.

O texto “Voyage á Rio Grande do Sul” (1887), do professor francês de botânica, Auguste de Saint-Hilaire, foi estudado por Bertolotti (2010). Em *Voyage*, descreve seu itinerário, entre 1820 e 1821, pelos atuais territórios do sul do Brasil e do Uruguai. Saint-Hilaire utiliza diferentes recursos para explicar o novo léxico, como *cerro*, *chiripá*, *charqueadores*, *alsado* [levantado], *aruêra*, *guampa*, e inclusive *pátria*. Ele recorre a equivalentes, principalmente quando se trata de vozes das línguas indígenas. Um exemplo disso é o caso de *pitanga*: (SAINT-HILAIRE, 1887, p. 3 *apud* BERTOLOTTI, 2010, p. 271) ou de *araucaria*: “Un fruit qu’ón y vend beaucoup aussi dans ce moment est celui de l’*araucaria*, que l’ón appelle *pinhão*, nom que l’ón donne en Europe aux semences de pins pignons” (SAINT-HILAIRE, 1887, p. 49-59 *apud* BERTOLOTTI, 2010, p. 271).

Apresenta algumas extensas definições como em *maturrango*:

Quant au mot *Maturrango*, voici ce qu’il signifie: c’est un sobriquet injurieux que l’ón donne à ceux qui ne savent pas monter à cheval et, en général aux Européens. Dans ces campagnes, ou l’ón ne fait cas absolument que du talent de monter à cheval, on sent qu’il ne peut y avoir de plus grandes injures que celles qui désignent un mauvais écuyer. Le mot de *maturrango* a dû, par conséquent, s’appliquer aux hommes que l’ón avait le plus en horreur, aux royalistes, aux émigrés, à ceux que l’ón regardait comme les ennemis du pays. Aurait-on pu supposer, en effet, que tels hommes sussent monter à cheval! (SAINT-HILAIRE, 1887, p. 252 *apud* BERTOLOTTI, 2010, p. 272-273).

---

<sup>6</sup> ISABELLE, A. **Viaje a Argentina, Uruguay y Brasil en 1830**. Buenos Aires: Editorial Americana, 1943.

<sup>7</sup> Bertolotti e Coll usam a versão traduzida para o espanhol de 2001.

Transmite, inclusive, etimologias populares, como em *vaquiano* [baqueano/vaqueano]:

J'ai parlé plus d'une fois de mon vaquiano, sans donner l'explication de ce terme. Un homme qui est vaquiano d'un pays est celui que le connaît parfaitement bien. Un bon vaquiano peut seul être un bon guide, aussi ces deux mots sont ils devenus synonymes. Je présume que vaquiano vient de vacca. Le vaquiano a dû être d'abord celui qui connaissait les chemins que les vaches avaient coutume de suivre et que savait les retrouver lorsque elles se perdaient (SAINT-HILAIRE, 1887, p. 238 *apud* BERLOTTI, 2010, p. 273).

Saint-Hilaire também traz informações sobre regionalismos compartilhados e caracterizadores da língua espanhola; *manta*: “Partout où nous nous arrêtons sur la route, mon conducteur demandait si on pouvait lui vendre *uma manta*. Cette manta est une large lanière de viande sèche; on lui en faisait toujours présent” (SAINT-HILAIRE, 1887, p. 25 *apud* BERLOTTI, 2010, p. 273).

Alcides D'Orbigny, também francês, viajou pela América entre as primeiras décadas do século XIX e publicou em seguida, em 1844, *Voyage dans l'Amérique méridionale* 1826-1833. Bértola (2013a e 2014) classificou os diferentes tipos de definições usadas por esse viajante, entre as quais se destacam as descrições – chamadas pela autora de clássicas –, como a de *zorrino* [*zorrilho/gambá*]: “animal encantador, de pele negra ornamentada com duas linhas brancas, que levanta graciosamente sua bela cauda peluda”, e as definições por sinonímia expressas pela conjunção *o* [ou]: “recinto *o corral* [curral]”, ou pelo uso de parênteses: “*las bóvedas (los calabozos)* [as masmorras (os calabouços)]”. Bértola (2013a; 2014) também explica que D'Orbigny introduz informação lexicográfica, tanto no corpo do texto quanto em notas de rodapé<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Bértola se baseia na tradução para o espanhol de 1945.

Nos escritos de 1889 de Ernest van Bruysell – viajante belga que estava na região durante o final do século XIX – aparece a voz *estancia* [estância], definida como “propriété de plusieurs lieues d’étendu, formant une immense prairie naturelle, où paissent de nombreux troupeaux, à ciel ouvert en toute saison” (BRUYSELL, 1889<sup>9</sup> *apud* BERTOLOTTI e COLL, 2002-2003, p. 335), entre outras.

O britânico John Hale Murray, depois de sua viagem ao Rio da Prata, publicou, em 1871, um relato no qual inclui vozes como *alheva* [algibe], que define como “rain-water well which stands by itself in the front or back of the house” (MURRAY, 1871<sup>10</sup> *apud* BERTOLLOTTI e COLL, 2002-2003, p. 335).

Em 1878, o inglês Edwin Clarck define *algibes* [algibes] como “invariably rain-water wells”; *becho Colorado* [Ácaro rajado] como “a species of harvest bug, that swarms among the dry grass and bushes and burying itself in the flesh, principally about the legs, produces most intense irritations”; *coati* [quati] como “interesting animal that belongs to the bear family”; *nutria* [nútria] como “animal frequently seen on the bank of the Parana” e *carpincho* [capivara] como “large rodent, large animal, like a pig without tail” (CLARCK, 1878<sup>11</sup> *apud* BERTOLOTTI e COLL, 2002-2003, p. 335-336).

Entre os viajantes incluímos, portanto, aqueles que escreveram em francês, como Isabelle D’Orbigny, Saint-Hillaire e van Bruysell, e aqueles de origem anglo-saxônica, como Murray e Clarck<sup>12</sup>. Neles, como era de se esperar, vê-se a necessidade de manejar um léxico apropria-

---

<sup>9</sup> Bruyssel, E. Van. **La république orientale de l’Uruguay**. Bruselas: Librairie Européenne C. Muquart, 1889.

<sup>10</sup> Murray, J. H. **Travels in Uruguay**. Londres: Longman & Co, 1871.

<sup>11</sup> Clarck, E. **Visit to South America**. Londres: Dean and Son, 1978.

<sup>12</sup> Por razões de espaço, não incluímos aqui o alemão Ulrich Schmidel, que viajou com anterioridade à região.

do para designar uma realidade nova ou desconhecida para eles e para seus leitores. Essas vozes aparecem ressaltadas em seus relatos por meio de explicações, descrições, sinonímias, paráfrases e outros recursos que, historicamente, são característicos desse tipo de registro. Em alguns casos, trata-se de vozes de origem indígena, mas, em muitos outros, são vozes de origem patrimonial que, em terras americanas, desenvolveram novas acepções e usos.

## **2. PRIMEIROS ESCRITORES MONTEVIDEANOS: JOSÉ MANUEL PÉREZ CASTELLANO E DÁMASO ANTONIO LARRAÑAGA**

Os escritos das reconhecidas personalidades de Montevidéu do início do século XIX, José Manuel Pérez Castellano e Dámaso Antonio Larrañaga surgem como testemunhos de uma época de mudança político-social e linguística. Nas obras do primeiro (*Carta a la Italia, Observaciones sobre agricultura que he podido hacer en el espacio de mas de cuarenta años que cultivo la chacara que actualmente poseo sobre el Miguelete, Caxon de Sastre, etc.*) e nas do segundo (*Viaje de Montevideo a Paysandú, Botánica. Géneros indígenas, Oración Inaugural, Diario de la Chácara etc.*) aparece um espanhol permeável a novas vozes, a novas acepções e à adoção e à adaptação do léxico de origem indígena e africana<sup>13</sup>.

No desejo de registrar, especificar, relatar e descrever, os dois religiosos recorrem a derivações, composições, efeitos metonímicos, construções sintagmáticas etc. que, em muitos casos, vêm acompanhados de definições, contextos explicativos, coordenações, traduções ou comentários metalinguísticos.

---

<sup>13</sup> Sobre a obra completa de Pérez Castellano, ver Cicalese (1987); Rosell (inédito); Valetta (1998; 2006) e Mañé Garzón (1998; 1999; 2003); sobre aspectos pontuais de seu léxico, ver Chans, Rila e Urse (inédito) e Chans e Urse (2011; 2012). Alguns temas pontuais do léxico de Larrañaga podem ser lidos em Almirón e Ochoviet (2007; 2010; 2011; 2012). O léxico não patrimonial de ambos os autores foi analisado em Coll (2010; 2012).

Não se trata de técnicas ou recursos muito distintos daqueles utilizados pelos cronistas da época da Conquista ou pelos primeiros colonizadores, já estudados por vários autores, como foi visto. No entanto, o que merece destaque no caso de Pérez Castellano ([1787-1814], 1968) e Larrañaga ([1815] 1930); ([1816] 1923) é que a conquista e a colonização haviam ficado para trás há muito tempo e já corriam os primeiros anos do século XIX. O primeiro contato com a nova realidade americana é algo distante no tempo, mas não, talvez, nestas geografias, nas quais o primeiro assentamento espanhol estável, San Felipe e Santiago de Montevideo surgem apenas em 1724. No século XVIII, nessa região, não existem escritores que tenham delineado a nova realidade e, mesmo que tardios, os escritos de Pérez Castellano e Larrañaga cumprem essa função de serem os primeiros, de autoria *criolla*, a desenvolver uma prática lexicográfica que deu conta dessa realidade.

Destaca-se a ênfase que ambos os escritores dão em especificar quem são os que chamam, como chamam e a quais coisas chamam, isto é, em esclarecer quem denomina a realidade americana. Pérez Castellano ([1787-1814] 1968) distingue, nesse sentido, os “índios do Peru” dos “índios guaranis”, ao mesmo tempo em que marca uma terceira possibilidade, por meio de uma denominação mais geral do tipo “os que aqui chamam”. Esta última marca diatópica ganha importância particular em uma voz como “frutilla” [morango], que é o nome “com o qual aqui se chamam geralmente a *las fresas* [aos morangos]” (CICALESE, 1987, p. 62), que surge como um dos primeiros testemunhos de uma voz que distinguirá o espanhol do Uruguai das outras variedades da América e da Espanha. O autor também trata essas vozes como sinônimas em “las frutillas o fresas” e “fresas o frutillas” (CICALESE, 1987, p. 62).

Igualmente, Pérez Castellano ([1787-1814] 1968) se envolve no ato de denominação por meio de uma primeira pessoa do plural em: “as ervilhas-tortas que aqui chamamos *chauchas*, nome que pelo som parece e deve ser de origem quéchua” (CICALESE, 1987, p. 57). Larrañaga tam-

bém utiliza tal recurso em: “Longe de fugir de nós, estes cavalos selvagens, que aqui conhecemos com o nome de “*baguales*” [bagaiais], vinham de longas distâncias para nos reconhecer e desfilaram diante de nossa carroça” (LARRAÑAGA, [1815] 1930, p. 59).

Por outro lado, a maioria dos indigenismos que aparece em Pérez Castellano ([1787-1814] 1968) e Larrañaga ([1815] 1930; [1816] 1923) refere-se a membros do reino vegetal e é de origem guarani: *andái*, *burucuyá*, *caraguatá*, *caraguatá-guazú*, *caraguatapitá*, *guaicurú*, *guayubi*, *ñandubay*, *ombú*, *tacuara*, entre outros (COLL, 2012; 2013). O contato dos guaranis com os europeus e *criollos* ocorreu ao longo de três séculos e meio “através de explorações, ações militares, catequização dos povos, intercâmbios comerciais, lutas e acordos dos europeus entre si e com os aborígenes, guerras de independência e civis que contaram com sua participação” (PI HUGARTE, 1998, p. 20). Além disso, desde meados do século XVII, começaram a se estabelecer, nos campos da Banda Oriental, guaranis originários das missões, criadas por jesuítas na região do alto Uruguai (PI HUGARTE, 1998, p.163). Essas condições sócio-históricas do contato entre espanhóis e *criollos*, por um lado, e guaranis – ou outras populações indígenas que usavam o guarani como língua franca – por outro, resultou na introdução de guaranismos no espanhol da região.

A origem guarani fica explícita em Pérez Castellano, em casos como: “A esta última, os índios guaranis chamam de *caraguatapitá* que quer dizer cardo colorado (alcachofra); porque no talo surgem os cachos de uma fruta que é vermelha quando está madura e se come com gosto” (PÉREZ CASTELLANO, ([1787-1814] 1968, p. 20).

Por sua vez, Larrañaga realiza um registro extenso de plantas autóctones em seu trabalho *Botánica. Géneros indígenas* (c. 1810). Cada planta aparece caracterizada e classificada: especifica-se a qual gênero, espécie ou classe pertencem (LARRAÑAGA, 1923). Além disso, foi incluída uma seção de informações sobre os equivalentes em espanhol,

inglês e francês (além de sua nomenclatura científica), com a denominação da espécie “no estado”, “no país” ou “na América”. Esse equivalente na região é, muitas vezes, um vocábulo de origem guarani. Dessa forma, escreve “rauwolfia [...] no estado Guayubi?” (LARRAÑAGA, 1923, p. 84), “cardo [alcachofra] [...] na província Cardancha ou Caraguatá” (LARRAÑAGA, 1923, p. 108), “acelgas marítimas [...] no país Guaicurú” (LARRAÑAGA, 1923, p. 124), “tillandsia [...] na América Caraguatá” (LARRAÑAGA, 1923, p. 126), “passiflora [...] na província Burucuyá” (LARRAÑAGA, 1923, p. 212) ou “viricuyá (nome vulgar)” (LARRAÑAGA 1923, p. 286).

Nos escritos de Pérez Castellano e Larrañaga aparecem também vozes de origem quéchua (como *chacara* e *mate*). Embora não existissem assentamentos nesses territórios onde se falava tal língua nativa, ocorria mobilidade populacional de *criollos* e de espanhóis oriundos de regiões que estavam em contato com ela. Entre os quechuismos, destacamos *huasca* [guasca], que aparece em Pérez Castellano unido às reflexões linguísticas sobre a origem e o uso deste vocábulo:

Eu, para os enxertos, usei sempre, com sucesso, as cordas com que vinham atadas as manocas de fumo do Paraguai, que aqui, geralmente, são conhecidas com o nome de *huascas* de tabaco [guascas de fumo], nome que os paraguaios espanhóis tomaram, não do idioma guarani, que é dos indígenas daquele país, mas da língua quéchua, comumente usada no Peru, onde chamam de *huasca* [guasca] todo tipo de cordas ou tiras, seja de couro ou de vegetal, como a do tabaco... (PÉREZ CASTELLANO, ([1787-1814] 1968, p. 98; p. 281).

A palavra *mate* [cuia] também está acompanhada, em Pérez Castellano, por um comentário sobre sua origem e posterior castelhanização:

Os índios do Peru chamam *mati* ao porongo, e nós, castelhanizando esse nome, chamamos *mate* [cuia] e, pela figura metonímica, a partir do conteúdo que

contém, dizemos que tomamos um mate quando tomamos, no *mate* [cuia], a água quente passada pela erva nele contida (PÉREZ CASTELLANO ([1787-1814] 1968, p. 41).

Outros numerosos casos possuem menção explícita a sua origem quéchua; *totora* [junco] derivada de *tutura*, nome “dado pelos índios do Peru”; “*poroto* [feijão] tornou-se o nome *purutu* que os índios do Peru dão a esses grãos”; “*zapallo* [abóbora] tomado de *zapallú*, oriundo da língua quéchua do Peru” (CICALESE, 1987, p. 54).

Trata-se do registro mais antigo desses quechuísmos em um escritor montevideano, embora esteja claro que os primeiros registros dessas vozes na língua espanhola tenham ocorrido muito antes, em textos provenientes de zonas de contato direto com o quéchua, particularmente nos textos hispano-peruanos.

Em muitos outros casos, tanto Pérez Castellano como Larrañaga introduzem o vocábulo de origem guarani ou quéchua sem mencionar sua etimologia, talvez porque já se considere uma palavra adaptada ao espanhol.

As vozes de origem indígena nos textos desses escritores convivem com vocábulos introduzidos pelos escravos de origem africana. Este é o caso da voz banto *cachimba* [cacimba], que aparece em Pérez Castellano sem mencionar sua etimologia, mas contendo uma explicação:

[...] porque debaixo da areia existe uma camada de barro negro pegajoso, que se mistura à água quando o mundo do que eles chamam *cachinga* [cacimba], nas quais os aguadores coletam água, toca nesse barro, sem estar bem coberto de areia (PÉREZ CASTELLANO ([1787-1814]1968, p. 130).

A respeito do *bubango* ou *bugango* [mogango], Pérez Castellano escreve:

Outros *zapallos* [abóboras] são chamadas de *Guinea* [Guiné], ou *bugangos* [mogango], nome que, seguramente, é africano, como *zapallo* [abóbora],

trazido dessa parte da África que acabamos de nomear. Alguns de casca branca, outros de casca verde musgo e outros ainda de casca amarela [...]. (PÉREZ CASTELLANO ([1787-1814] 1968, 438)<sup>14</sup>.

A estratégia utilizada por Larrañaga para introduzir essa voz é outra: coloca em justaposição os dois substantivos, *zapallo* [abóbora] e *bubango* [mogango], de forma que o nome africano está especificando o tipo de *zapallo*. Em 1815 ele comenta:

A janta foi abundante e temperada ao estilo do país; o *zapallo* [abóbora] estava em tudo. O primeiro que nos serviram foi um *zapallo bugango* [abóbora-moganga] («cucúrbita» Linnei) assado como substituto para o pão. E, embora tivéssemos oferecido aquele que havíamos comprado na Villa para o dono da casa, eu preferi o nosso *zapallo* [abóbora] (LARRAÑAGA, [1815] 1930, p. 49).

Essas muitas vozes indígenas e essas escassas vozes africanas encontram seu lugar nos escritos aqui analisados por meio de diferentes recursos. Pérez Castellano e Larrañaga nos proporcionam um primeiro testemunho escrito desses vocábulos, testemunho que corresponde a autores montevidéanos do início do século XIX e que recolhem o uso na época e na região. Esses escritores, de uma fina sensibilidade e consciência linguística, concedem validade e prestígio às vozes indígenas e africanas, ao mesmo tempo em que nos legam valiosas reflexões metalinguísticas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Centrar-nos nas notas dos primeiros cronistas e viajantes e nas práticas lexicográficas dos primeiros escritores montevidéanos permitiu-nos descrever as principais obras que definem cada um desses períodos da história da lexicografia uruguaia. Também pudemos fazer

---

<sup>14</sup> Laguarda Trías (1982) considera que esta voz não é de origem africana, mas canária.

referências concretas às condições históricas e sociais que delineiam a produção lexicográfica em cada uma dessas etapas.

Nos dois casos, criam-se novas palavras que necessitam ser explicadas ou se esclarecem e definem vozes patrimoniais que foram adquirindo, na região, novos usos e significados, ao mesmo tempo em que se glosam indigenismos.

Embora ainda haja muito a ser feito, a história da lexicografia do Uruguai começa aos poucos a ser escrita e, com ela, constrói-se também a historiografia linguística do país.

## REFERÊNCIAS

ACADEMIA NACIONAL DE LETRAS. **1000 palabras del español del Uruguay**, Montevideo: Academia Nacional de Letras, 1998.

ACADEMIA NACIONAL DE LETRAS. **La Academia Nacional de Letras**. Serie I: Documentos, Montevideo: Academia Nacional de Letras, 2000

ALMIRÓN, Stella; OCHOVIET, Soraya. Estudio diacrónico de la palabra *zorillo*. Ponencia leída en el **II Seminario sobre lexicología y lexicografía del español y del portugués americanos**, Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad de la República y Academia Nacional de Letras del Uruguay, 2-3 de octubre 2007.

ALMIRÓN, Stella; OCHOVIET, Soraya. *Chácara y chacra*: historia y vigencia en el español de hoy. Ponencia leída en el **IV Seminario sobre lexicología y lexicografía del español y del portugués americanos: el español del Río de la Plata durante el proceso independentista**, Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad de la República y Academia Nacional de Letras del Uruguay, 14-15 de octubre 2010.

ALMIRÓN, Stella; OCHOVIET, Soraya. El lenguaje de Dámaso Antonio Larrañaga: el caso de *leñatero*. Ponencia leída en el **V Seminario sobre lexicología y lexicografía del español y del portugués americanos: a 200 años del inicio del proceso independentista del Uruguay**, Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad de la República y Academia Nacional de Letras del Uruguay, 13 de octubre 2011.

ALMIRÓN, Stella; OCHOVIET, Soraya. El lenguaje de Dámaso A. Larrañaga: los diminutivos. Ponencia leída en el **VI Seminario sobre lexicología y lexicografía del español y del portugués americanos**, Montevideo, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad de la República y Academia Nacional de Letras del Uruguay, 16-17 de octubre 2012.

ALVAR, Manuel. Americanismos en la Historia de Bernal Díaz del Castillo, **Revista de Filología Española**, Madrid, anejo LXXXIX, p. 19-21, 1970.

ALVAR, Manuel. **Juan de Castellanos. Tradición española y realidad americana**. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1972.

ALVAR, Manuel. **Diario del Almirante**. Las Palmas: Cabildo Insular de Gran Canaria, 1976.

AZARA, Félix de. **Descripción e historia del Paraguay y del Río de la Plata**. Ed. de Agustín de Azara, Madrid: Imprenta de Sanchiz, 1847.

BARCIA, Pedro Luis. **Los diccionarios del español de la Argentina**. Buenos Aires: Academia Argentina de Letras, 2004.

BASTARDÍN CANDÓN, Teresa. La adaptación del fondo léxico patrimonial en la Historia general de las cosas de Nueva España. **Boletín de Filología**, Tomo XLVIII, 1, p. 33-52, 2013.

BÉRTOLA, Cecilia. **Notas y definiciones de voces rioplatenses en viajeros y cronistas del Río de la Plata (siglos XVIII y XIX)**. Monografía del Seminario I, Lexicografía Hispánica, Licenciatura en Lingüística, Montevideo, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República. Disponible en: <http://www.historiadelaslenguasenuruguay.edu.uy>, 2013a.

BÉRTOLA, Cecilia. **Filólogos naturalistas en la Banda Oriental en los siglos XVIII y XIX: estudio lingüístico comparativo entre el legado de un naturalista demarcador y el de un demarcador naturalista**. Monografía de la asignatura Lingüística Histórica, Licenciatura en Lingüística, Montevideo, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República. Disponible en: <http://www.historiadelaslenguasenuruguay.edu.uy>, 2013b.

BÉRTOLA, Cecilia. Crónicas de viaje como fuentes lingüísticas: el aporte de Alcide D Orbigny a la entolingüística y a la lexicografía. In: CANALE, G.; RUEL, V. (comps.), **Lengua y cultura francesas en el Uruguay**, Montevideo: Tradinco, 2014, p. 127-152.

BERTOLOTI, Virginia. El *Voyage à Rio-Grande do Sul* de Auguste de Saint-Hilaire como documento para la historia lingüística regional. In: BARNABÉ, J. Ph; CORDERY, L; VEGH, Beatriz (eds.). **Los viajeros y el Río de la Plata: un siglo de escritura**, Montevideo: Linardi y Risso, 2010, p. 265-278.

BERTOLOTI, Virginia; Coll. Magdalena. Las fuentes para el estudio histórico del español del Uruguay, **Boletín de Filología**. Santiago de Chile, XXXIX, p. 29-337, 2002-2003.

BRAVO GARCÍA, Eva María. **Transcripción y estudio lingüístico de la Historia de los descubrimientos de Nueva España de Baltasar de Obregón**, Tesis doctoral, Universidad de Sevilla, Facultad de Filología, 1989.

BUESA OLIVER, Tomás. Datos de Félix de Azara sobre contacto de lenguas en el Paraguay. In: LÓPEZ MORALES, H.; VAQUERO DE RAMÍREZ, M. T. (eds.). **Actas del I Congreso Internacional sobre el Español de América**, San Juan (Puerto Rico), Academia Puertorriqueña de la Lengua, 1987, p. 811- 824.

BUESA OLIVER, Tomás; ENGUITA UTRILLA, José María. **Léxico del español de América: su elemento patrimonial e indígena**, Madrid, MAPFRE, 1992.

CHANS, Rosa; URSE, Juan Carlos. Léxico histórico en Juan Manuel Pérez Castellano: *citrino/albear*. Ponencia leída en el **V Seminario sobre lexicología y lexicografía del español y del portugués americanos: a 200 años del inicio del proceso independentista del Uruguay**, Montevideo, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad de la República y Academia Nacional de Letras del Uruguay, 13 de octubre 2011.

CHANS, Rosa; URSE, Juan Carlos. Léxico histórico en José Manuel Pérez Castellano: *cachinga* (*¿cachimba?*). Ponencia leída en el **VI Seminario sobre lexicología y lexicografía del español y del portugués americanos**, Montevideo, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad de la República y Academia Nacional de Letras del Uruguay, 16-17 de octubre 2012.

CHANS, Rosa; RILA, Iris; URSE, Juan Carlos. **Estudios diacrónicos del español del Uruguay. Serie I: Voces de la Patria Vieja. Estudio del léxico de José Manuel Pérez Castellano; ahorquetear; ahorquetead, -da; bocina; bocinada**, Montevideo, Academia Nacional de Letras, Departamento de Investigaciones. (Inédito).

CICALESE, Vicente O. **Montevideo y su primer escritor. José Manuel Pérez Castellano**. Homenaje al Segundo Centenario del Nacimiento de la Literatura Uruguaya. 1787 – Carta a Benito Riva – 1987, Montevideo: Biblioteca Uruguaya de Estudios Literarios 2, 1987.

COLL, Magdalena. El léxico no patrimonial en los escritos de José M. Pérez Castellano y Dámaso A. Larrañaga. Ponencia leída en el **IV Seminario sobre lexicología y lexicografía del español y del portugués americanos: el español del Río de la Plata durante el proceso independentista**, Montevideo, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad de la República y Academia Nacional de Letras del Uruguay, 14-15 de octubre 2010.

COLL, Magdalena. Léxico de origen indígena y africano en dos escritores montevideanos de principios del siglo XIX: la mirada de José M. Pérez Castellano y Dámaso A. Larrañaga, **Stockholm Review of Latin American Studies**, 8, p. 49-65, 2012. Disponible en: [http://www.lai.su.se/mL\\_text03.asp?src=161&sub=226&usub=310&intSida=731](http://www.lai.su.se/mL_text03.asp?src=161&sub=226&usub=310&intSida=731), 2012.

COLL, Magdalena. Prácticas lexicográficas del siglo XIX en territorio uruguayo: de la nominación al registro de piezas de museo, **Revista Argentina de Historiografía Lingüística**, Buenos Aires, 2, p. 115-136, 2013.

ENGUITA UTRILLA, José María. Indoamericanismos léxicos en el Sumario de la Natural Historia de las Indias, **Anuario de Letras**, México, 17, p. 285-304, 1979.

ENGUITA UTRILLA, José María. Recepción de indigenismos en algunos textos cronísticos del siglo XVI, en **Actas del III Congreso Internacional del Español de América**, Valladolid: Junta de Castilla y León, 1991, p. 199-212.

ENGUITA UTRILLA, José María. Trasfondo léxico rioplatense en la obra americana del naturalista aragonés Félix de Azara, **Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana**, Berlín, X: 20, p. 51-70, 2012a.

ENGUITA UTRILLA, José María. Historia natural y léxico en la obra americanista de Félix de Azara. In: MONTERO CARTELLE, E. (ed.), **Actas del VIII Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española**, Santiago de Compostela, 14-18 de setiembre 2009, 2012b.

FAJARDO, Alejandro. La lexicografía del español de América. Evolución, tipología y metodología. In: IZQUIERDO, M.; ENGUITA UTRILLA, José María (coords.), **La lengua española en América: normas y usos actuales**. Valencia: Universidad de Valencia, 2010, p. 317-150.

HAENSCH, Günther. Dos siglos de lexicografía el español de América: lo que se ha hecho y lo que queda por hacer. In: WOTJAK, G.; ZIMMERMANN, K. (eds.), **Unidad y variación léxicas del español de América**. Frankfurt/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, 1994, p. 9-82.

HUISA TÉLLEZ, José Carlos. Representaciones sociales a través del lenguaje en la lexicografía hispanoamericana decimonónica. **Boletín de Filología**, Santiago de Chile, XLIX: 2, p. 139-159, 2014.

KÜHL DE MONES, Úrsula. **Los inicios de la lexicografía del español del Uruguay. El Vocabulario Rioplatense Razonado por Daniel Granada (1889-1890)**. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, Lexicographica, Series Mayor 8, 1986.

KÜHL DE MONES, Úrsula. Azara como fuente lexicográfica. In: MONES, Á.; KLAPPENBACH, A. (eds.). **Un ilustrado aragonés en el Virreinato del Río de la Plata: Félix de Azara (1742-1821). Estudios sobre su vida, su obra y su pensamiento**, **Anales del Museo Histórico Natural**, 2 da Serie, IX, 1997, p. 61-67.

LAGUARDA TRÍAS, Rolando. **Voces canarias en el habla montevideana**, Montevideo, s/d., 1982.

LARRAÑAGA, Dámaso Antonio. *Viaje de Montevideo a Paysandú*, Montevideo: Don Bosco, [1815] 1930.

LARRAÑAGA, Dámaso Antonio. Compendio del idioma de la Nación Chaná, en **Escritos de Don Dámaso Antonio Larrañaga**. Tomo III, Montevideo: Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, Imprenta Nacional, [1816] 1923, p. 163-175.

LARRAÑAGA, Dámaso Antonio. **Escritos de Don Dámaso Antonio Larrañaga**. Tomo II, Montevideo: Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, Imprenta Nacional, 1923.

LAURIA, Daniela. Apuntes para una historia de la producción lexicográfica monolingüe en la Argentina: etapas del proceso de Diccionización y modalidades diccionarísticas entre 1870 y 1910, **Boletín de Filología**, Santiago de Chile, XLVI: 1, p. 105-151, 2011.

LAURIA, Daniela. **Continuidades y discontinuidades de la producción lexicográfica del español de la Argentina. Un análisis glotopolítico de los diccionarios publicados en el marco del Centenario y en el del Bicentenario de la Revolución de Mayo**, Tesis Doctoral, Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, 2012.

MAÑÉ GARZÓN, Fernando. **El glorioso montevideano. Vida y obra de José Manuel Pérez Castellano (1742 - 1815)**. Tomo I, Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura/Archivo General de la Nación/ Centro de Difusión del Libro y la Lectura, 1998.

MAÑÉ GARZÓN, Fernando. **El glorioso montevideano. Vida y obra de José Manuel Pérez Castellano (1742 - 1815)**. Tomo II, Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura/Archivo General de la Nación/Centro de Difusión del Libro y la Lectura, 1999.

MAÑÉ GARZÓN, Fernando. **El glorioso montevideano. Vida y obra de José Manuel Pérez Castellano (1742 - 1815)**. Tomo III, Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura/Archivo General de la Nación/Centro de difusión del Libro y la Lectura, 2003.

MAZZOLA, María Celeste. Félix de Azara: itinerario intelectual de un funcionario singular, **Boletín de investigación y debate**, Montreal, 8, p. 1-92, 2008.

NUNES, José Horta. **Dicionários no Brasil**. Análise e História do Século XVI ao XIX. Campinas/São Paulo/São José do Rio Preto: Pontes Editores/FAPESP/FAPERP, 2006.

PÉREZ CASTELLANO, José Manuel. **Selección de escritos**. Biblioteca Artigas, Colección de Clásicos Uruguayos. Vols. 130, 131 y 132. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, [1787-1814] 1968.

PI HUGARTE, Renzo. **Los indios del Uruguay**, Montevideo: Banda Oriental, 1998.

RIVAROLA, José Luis. **La formación lingüística de Hispanoamérica**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 1990.

ROSELL, Avenir. **Leyendo a Pérez Castellano**. Montevideo: Archivo de la Academia Nacional de Letras del Uruguay (inédito).

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Voyage à Rio Grande do Sul (Brésil)**. Orléans: H. Herluison, Libraire-Éditeur, 1887.

VALETTA, Gladys. Discurso de la Profesora Gladys Valetta con motivo de su ingreso a la Academia Nacional de Letras. Pronunciado el 11 de setiembre de 1997. **Boletín de la Academia Nacional de Letras**. Montevideo, 3ra Época, 3, p. 87-106, 1998.

VALETTA, Gladys. Historia de palabras del Uruguay: Primera entrega: aceben, acebén o cola de zorro de Juan C. Urse, Rosa Chans e Iris Rila, **Revista de la Academia Nacional de Letras**. Montevideo, 4ta Época, 1, p. 145-165, 2006.

ZAMORA MUNNÉ, Juan Clemente. Indigenismos en la lengua de los conquistadores, Hesperia. **Anuario de Filología Hispánica**, Vigo, V, p. 195-209, 2002.

# AS IDEIAS LINGUÍSTICAS DE JUAN CARLOS GUARNIERI<sup>1</sup>

Ricardo Soca

## INTRODUÇÃO

**J**uan Carlos Guarnieri (1904-1991) publicou vários dicionários sobre a variedade linguística do Rio da Prata, que se plasmaram no seu *Diccionario del lenguaje rioplatense* (1979), um marco da lexicografia nacional, já que foi a primeira obra lexicográfica uruguaia do século XX que recorreu a um enfoque abrangente de nossa variedade regional. Foi um lexicógrafo *sui generis*, posto que não tinha formação nessa área; não era linguista nem filólogo, mas um jornalista curioso, sensível e com interesses linguísticos.

No *Archivo Guarnieri*, da Academia Nacional de Letras do Uruguai, há numerosos escritos datilografados que permitem vislumbrar as ideias linguísticas desse autor. Para analisá-las, utilizei como *corpus*, além do prólogo do *Diccionario del lenguaje rioplatense* (1979), os seguintes textos<sup>2</sup>, intitulados: (1) *Cuidar nuestro lenguaje es también defender nuestra nacionalidad*<sup>3</sup>; (2) *Sobre la conservación de la pureza y los valores de nuestro lenguaje*<sup>4</sup> e (3) *Pureza y riqueza del lenguaje rioplatense*.

---

<sup>1</sup> Texto traduzido do espanhol para o português por Adriana Kerchner da Silva e Cyrano da Rosa Silva, alunos do curso de Bacharelado em Letras – Tradução Português-Espanhol, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob a supervisão da Profa. Cleci Bevilacqua, do Departamento de Línguas Modernas, Instituto de Letras, UFRGS.

<sup>2</sup> Não encontrei registros de que nenhum desses escritos tenha sido publicado. O único deles que está datado é o (3), em Buenos Aires, em 1975, arquivado como 3.2 (25 páginas).

<sup>3</sup> Arquivado como 3.7.2. Sem data (4 páginas).

<sup>4</sup> Arquivado como 3.9.3. Sem data (5 páginas).

Nesses escritos transparecem algumas de suas ideias e opiniões: sua visão da importância da linguagem como elemento fundamental da identidade nacional; sua visão contraditória, em meu entendimento, a respeito da ideologia do purismo; sua noção da mudança linguística; sua concepção da relação entre uma “língua-mãe” e as variedades regionais; sua visão do *lunfardo*, do *vesre* e do *cocoliche*;<sup>5</sup> sua percepção de um distanciamento cultural da região em relação à antiga metrópole e sua decisão – por acaso não totalmente consciente – de dar um caráter não contrastivo a seus dicionários.

## 1. LINGUAGEM, FOLCLORE E IDENTIDADE

No primeiro desses textos, Guarnieri expressa que a linguagem é um dos elementos constitutivos da identidade nacional; por sua função, ela é situada no mesmo plano que o folclore e a história. Concebe esta última como um arquivo das “lutas do passado”, um sintagma no qual cabem tanto as lutas pela independência, como as guerras civis que ocorreram durante as primeiras sete décadas de nossa vida independente, às quais faz referência em várias entradas do *Diccionario del lenguaje rioplatense*.

A linguagem e seu folclore, assim como o folclore em geral, formam, com a história, as bases mais sólidas de uma nacionalidade, porque estão indissolivelmente unidas às lutas do passado, carregam tanto de sua essência real que constituem o mais poderoso vínculo de união dos cidadãos que a integram (Texto 1)<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> O *cocoliche* foi um dialeto utilizado na Argentina e Uruguai pela primeira geração de imigrantes no século XIX, até o começo do século XX, oriundo da mistura entre o espanhol e o italiano. O *lunfardo* foi originado pela mesma mistura, porém segue sendo utilizado até hoje. Já o *vesre* refere-se a uma gíria também utilizada nesses locais, que consiste em inverter a ordem das palavras. Por exemplo, “tango” torna-se “gotán”, ou “abajo” fica “ajoba” (N. dos T.).

<sup>6</sup> Os documentos mencionados pelo autor nas notas 2, 3 e 4 não contêm páginas numeradas, segundo esclarecimentos do autor do texto aos tradutores. (N. dos T.).

A sua compreensão do papel identitário da linguagem é percebida também na ríspida crítica que dirige contra as “vozes estranhas que vão se infiltrando” em nossa variedade linguística, devido ao predomínio de “esportes ingleses ou anglo-americanos (futebol, basquete, corridas de cavalo etc.)”, um fenômeno que se soma à “adoção desses idiomas (inglês britânico e americano) [que,] como língua universal, suplantaram o francês” (Texto 1).

A expressão “vozes estranhas” é aplicada aqui, como vemos, aos anglicismos que abrem espaço, “se infiltram” no espanhol rio-platense. O sintagma parece ter aqui certo caráter de ilegitimidade. No entanto, no *Diccionario del lenguaje rioplatense* (1979, p. 7), a mesma expressão é aplicada aos indigenismos que os conquistadores e colonizadores coletaram no México, no Caribe e no Peru, que Guarnieri parece considerar não tão ilegítimos: “Essas vozes estranhas perduram aqui, e se multiplicam em derivados, mas não se difundem nem adquirem vivência em outras regiões próximas da América espanhola”.

## **2. A RAE, OS PURISTAS E A LINGUAGEM “QUASE HÍBRIDA”**

No documento (3), Guarnieri expressa seu reconhecimento do papel que, segundo ele, cabe à Real Academia Española (RAE) de “velar” sobre nossa “língua-mãe, o castelhano”, assim como suas ideias sobre a “defesa de nossa linguagem”:

Quando falamos de uma necessária defesa de nossa linguagem, [não] nos referimos apenas à língua-mãe, o castelhano, sobre o qual vela a Real Academia Española, mas à nossa linguagem regional e também nacional, já irreversível porque é histórica, ou, dizendo mais claramente, formada por nossa história, que não é a mesma que a dos demais povos hispano-americanos (Texto 3).

Não obstante, isso não significa que tal “defesa” da linguagem “se ajuste apenas ao que ditam os puristas da língua, que pretendem ignorar a dinâmica das linguagens, as leis inevitáveis que as regem”. Parece haver aqui uma crítica à gramática prescritiva, aferrada à norma da variedade peninsular, que predominava em seu tempo. “Portanto, esse acervo deve ser zelosamente defendido por quem tem, pelo fazer público, essa responsabilidade, e pelo povo em geral” (Texto 3).

Percebendo o papel da linguagem como um poderoso “vínculo de união entre os cidadãos”, formula aqui um chamado às autoridades e aos próprios falantes comuns para que preservem nossa variedade linguística, que, como vimos, distingue-se de “nossa língua-mãe, o castelhano, sobre a qual vela a Real Academia Española”. Efetivamente, esclarece que o objeto de “defesa” a que se refere não é “a língua-mãe”, mas nossa variedade “nacional e também regional” porque é “histórica e diferente das dos demais países hispano-americanos” (Texto 3).

Relembra que a linguagem dos conquistadores e dos colonizadores nem sempre se ajustava à fala da meseta castelhana, senão que houve no Rio da Prata uma “linguagem quase híbrida”, que incorporou palavras de outros idiomas e variedades de diversas regiões da Espanha. Ademais, os espanhóis que chegavam a essas terras traziam consigo vocábulos indígenas que haviam recolhido no México, nas ilhas do Caribe e no Peru. Observa, da mesma forma, que os nomes de plantas e animais desconhecidos na Europa eram geralmente de origem indígena, motivo pelo qual nossa variedade foi enriquecida também com vozes predominantes do *quéchua* e de outras línguas originárias.

Apesar da benevolência com que se refere à “linguagem quase híbrida” dos conquistadores e de suas críticas aos “puristas da língua”, não consegue se liberar da ideologia purista, fortemente arraigada na sua época. De fato, ao final do artigo censura duramente o emprego de expressões inglesas, tais como *hapy christmas* (sic), *wuek end* (sic), *show*, *jet*, *park*, usos

que, em sua opinião, devem-se à “ignorância das riquezas de nosso próprio idioma”, que vem transformando nossa variedade em uma mostra da “xurice internacional” (Texto 3).

No texto (2), Guarnieri volta a falar sobre este ponto: censura o emprego de estrangeirismos e defende a necessidade de “conservar em sua maior pureza o acervo do nosso idioma”, evitando o uso de vocábulos, expressões e locuções que são “desnecessários” porque nossa língua possui seus próprios equivalentes com significado idêntico, segundo alega.

### 3. A MUDANÇA LINGUÍSTICA

O documento (2) faz referência ao registro lexicográfico da mudança linguística. Descreve o fenômeno da mudança como uma “evolução fatal e irremediável”, que “surge como um axioma através da lexicografia e da literatura [...], se estudarmos sua história” [a da linguagem]. Explica que muitas “vozes, expressões e formas sintáticas” ficam para trás e já não serão mais empregadas como meio de comunicação, posto que constituem “a arqueologia da linguagem que falamos”.

Observa que vozes “bastardas e estrangeiras” vão se incorporando ao idioma, e não podem ser excluídas do uso regional “pela antiguidade e qualidade de seu acunhamento, além de sua persistência no uso coloquial e literário”. Como legitimar seu emprego sob uma perspectiva purista? Apoiando-se no fato de que

[...] a Real Academia Española inclui anualmente no tesouro do idioma que tutela, com o apoio científico das academias dos países hispano-americanos, um bom número de vozes bastardas e estrangeiras, que jamais foram usadas nem serão usadas na Espanha, que não podem ser excluídas do uso regional pela antiguidade e qualidade de seu acunhamento, por sua persistência no uso coloquial e literário regional e por serem insubstituíveis para designar objetos e coisas novas [...] (Texto 2).

#### 4. O LUNFARDO, O VESRE E O COCOLICHE

No caso do “castelhano uruguaio”, depois de compartilhar de uma mesma variedade rural com a Argentina – segundo Guarnieri –, seguiu a evolução operada nesse país, sobretudo em Buenos Aires, onde o traço fundamental da linguagem popular foi a “italianização”, do qual depois nasceria o *lunfardo* e, “como uma trepadeira”, o *vesre*. O texto (2) se ocupa do *lunfardo* e, brevemente, do *vesre*: “a linguagem rio-platense, que produziu o melhor e o mais original da nossa literatura (poesia, conto, romance etc.) e não existem dúvidas de que no futuro continuará nesse rumo independente, vernáculo, fundamentalmente nosso”.

O *lunfardo* é para ele a “fala popular das classes proletárias” (GUARNIERI, 1979, p. 8). Mesmo que admita que essa variedade “marginal” conquistou um novo status ao ser incluída no sainete “de certa época”, por autores importantes no início do nosso teatro, no tango e na milonga, não reconhece que tenha se propagado a todas as classes sociais do Rio da Prata, como defende Gobello (1994, p. 9), que o descreve como

[...] um repertório de termos trazidos pela imigração, durante a segunda metade do século passado e até o estopim da Primeira Guerra Mundial, e apropriado pela periferia de Buenos Aires, em cujo discurso se misturavam com outros de origem rural, quechuismos e lusitanismos que já circulavam na fala popular, moldando um léxico que agora transita por todos os níveis sociais das repúblicas do Prata. (Sublinhado do autor)

Guarnieri rejeita o *cocoliche* – a interlíngua falada pelos imigrantes da primeira geração – considerando-o “mais que uma linguagem pretendida, uma personagem de comédia” ou, ainda, “a linguagem arranhada do gringo italiano que quer se fazer entender pelos *criollos*” (GUARNIERI, 1979, p. 9), por isso não mereceria maior atenção.

## 5. O RIO DA PRATA E A ANTIGA METRÓPOLE

O autor observa um distanciamento cultural e linguístico do Rio da Prata em relação ao “pensamento espanholista da nossa antiga metrópole”, o que pode ser verificado – como destaca – no pouco que são lidos entre nós os escritores espanhóis “cujas obras obrigam, muitas vezes, que o leitor use dicionários”. Guarnieri defende que nosso público prefere “a boa produção hispano-americana – que poucas vezes foi castiça – depois da nossa produção e das traduções das grandes obras clássicas da literatura universal” (GUARNIERI, Doc. de arquivo, sem data).

Outra ideia de Guarnieri que vale a pena destacar é a de que existem algumas línguas mais pobres que outras: “muito mais pobres em algumas ordens das necessidades da expressão; tal como acontece em maior grau com as línguas dos povos primitivos”, conforme afirma no texto 3. Segundo ele, esse seria o caso da variedade popular platina que se distingue “por sua pobreza de nomes abstratos e vozes capazes de certas ideias e estados anímicos próprios de pessoas culturalmente evoluídas” (GUARNIERI, Doc. de arquivo, sem data).

## 6. O CARÁTER NÃO CONTRASTIVO DA LEXICOGRAFIA GUARNERIANA

Outro aspecto lexicográfico que cabe destacar é o caráter não contrastivo do *Diccionario del lenguaje rioplatense* (1979), um critério que surgiria com força apenas no século XXI, com a publicação de dicionários gerais, produzidos recentemente na Argentina, como *El gran diccionario del español de los argentinos*, coordenado por Beatriz Tornadú (2009), e no México, como o *Diccionario del español de México* (LARA, 2011). Tanto em Granada (1898), como no mais recente Kühll de Mones (1993) e no *Diccionario del español del Uruguay* (ACADEMIA NACIONAL DE LETRAS, 2011), verifica-se um cuidadoso cotejo com os dicionários da RAE, um uso habitual em obras lexicográficas regionais, que somente seria interrompido no século corrente, com os dicionários gerais. Sobre esses, Lauria (2012, p. 422) observa que:

Os dicionários gerais, sem recorrer a nenhum critério contrastivo, rompem com a memória discursiva da colonização e inauguram uma nova memória – nutrida por filiações diversas – adaptada ao contexto nacional. Nesse sentido, interpreta-se a publicação do *Diccionario integral del español de los argentinos* como um gesto que nega a ilusão de uma língua espanhola geral e afirma a diferença de sentidos com relação à língua do outro (do país colonizador) que é a mesma (tem a mesma materialidade), mas que, simultaneamente, é diferente (significa de modo diferente devido a sua própria historicidade).

Esse **não** é o caso do *Diccionario del lenguaje rioplatense* (1979), cujo autor afirma em seus escritos que a RAE “zela pela nossa língua mãe, o castelhanu”. Está presente aqui a ideia da existência de uma língua principal, central, de referência, em torno da qual orbitam as variedades dialetais. Entretanto, de alguma maneira, Guarnieri também rompe precocemente com a memória discursiva da colonização ao centrar seu trabalho nas variedades próprias dos países hispano-americanos, sem olhar para a Europa.

Assim como seus predecessores, não distingue a existência de uma variedade linguística propriamente uruguaia, diferente da platina. Essa ideia havia sido pouco usada até então. Mesmo que já estivesse presente no *Diccionario uruguayo documentado* (MIERES et al., 1966), só surgirá com força a partir do *Diccionario de uruguayismos* de Kühl de Mones (1993), ou pouco antes, com o volume *Uruguayismos*, de López Blanquet (1992). Em todo caso, Guarnieri não inclui, em seus dicionários, o conceito de variedade uruguaia no *Diccionario del lenguaje rioplatense*, que inclusive incorpora alguns argentinismos da província de Buenos Aires, como **chulengo**<sup>7</sup>; e alguns portenhismos, como **che**, **mire**.

---

<sup>7</sup> *Chulengo*: churrasqueira feita com tambor de metal. *Che*: vocativo, similar ao *têh* usado no Rio Grande do Sul, usado para chamar a atenção do interlocutor. *Mire*: Interjeição derivada do verbo ‘mirar’ e utilizada também para chamar a atenção do interlocutor. (N. dos T.)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, deve-se reconhecer o mérito de Guarnieri de ter compreendido tão claramente, como um autodidata, o papel da linguagem como elemento fundamental da identidade nacional, assim como de ter percebido e descrito o papel da mudança linguística na “evolução” das línguas. Como lexicógrafo aficionado foi, talvez sem se dar conta, um pioneiro na seleção de uma macroestrutura que em momento algum considerou a centralidade geralmente atribuída ao *Diccionario de la Real Academia Española*, hoje chamado *Diccionario de la lengua española* (DLE).

Apesar desse gesto de independência, não conseguiu escapar da influência da ideologia purista, que se evidencia em sua luta contra o uso de anglicismos e no reconhecimento do papel de liderança atribuído à Academia de Madri.

## REFERÊNCIAS

ACADEMIA NACIONAL DE LETRAS. **Diccionario del español del Uruguay**. Montevideo: Ediciones Banda Oriental, 2011.

\_\_\_\_\_. **Archivo Guarnieri**. Textos inéditos mecanografados. Montevideo, [1999].

GOBELLO, José. **Nuevo diccionario lunfardo**. Buenos Aires: Corregidor, 1994.

GRANADA, Daniel. **Vocabulario rioplatense razonado**. Montevideo: Ministerio de Instrucción Pública (1957 [1898])

GUARNIERI, Juan Carlos. **Nuevo vocabulario campesino rioplatense**. Montevideo: Florensa y Lafón, 1957.

\_\_\_\_\_. **El habla del boliche. Diccionario del habla popular rioplatense**. Montevideo: Florensa y Lafón, 1967.

\_\_\_\_\_. **Diccionario del lenguaje campesino rioplatense**. Montevideo: Florensa y Lafón, 1968.

\_\_\_\_\_. **Diccionario del lenguaje rioplatense.** Montevideo: Disa, 1970.

\_\_\_\_\_. **Diccionario del lenguaje rioplatense.** Montevideo: Banda Oriental, 1979.

KÜHL DE MONES, Úrsula. **Nuevo diccionario de uruguayismos.** Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1993.

LARA, Luis Fernando. **Diccionario del español de México.** México: Colegio de México, 2011.

LAURIA, Daniela. **Continuidades y discontinuidades de la producción lexicográfica del español de la Argentina. Un análisis glotopolítico de los diccionarios publicados en el marco del Centenario y en el del Bicentenario de la Revolución de Mayo.** Tese (Doutorado em Lingüística) 2012. Instituto de Lingüística, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2012.

LÓPEZ BLANQUET, Marina. **Uruguayismos.** Montevideo: A. Monteverde & Cia., 1992.

MIERES, Celia *et al.* **Diccionario uruguayo documentado.** Montevideo: Academia Nacional de Letras, 1966.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la lengua española.** Madrid: Espasa, 2014.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la lengua española.** Disponível em: <<http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtll>>. Acesso em: 22 ago de 2018.

TORNADÚ, Beatriz. **Gran diccionario de los argentinos.** Buenos Aires: Arte Gráfico Editorial Argentino, 2009.

# A INSERÇÃO DE EQUIVALENTES NAS LÍNGUAS ITALIANA E FRANCESA EM UM DICIONÁRIO DE PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA (PLE)<sup>1</sup>

*Claudia Zavaglia*

*Adriana Zavaglia*

## PARA INTRODUIZIR

 presente trabalho discorre sobre resultados parciais de nossa pesquisa que, obtidos ao longo do percurso de um projeto lexicográfico, orientado por fundamentos da Lexicultura, esteve e está sendo planejado e desenvolvido por pressupostos teóricos da Lexicografia e da Metalexigrafia, de forma a alcançar o seguinte objetivo: construir um dicionário do português brasileiro com equivalentes em outras línguas estrangeiras para o ensino de nosso idioma nacional àqueles que buscam aprender o português brasileiro de forma significativa, e dele fazer uso, em suas práticas de interação comunicativa. O dicionário, idealizado e coordenado pela saudosa colega Jeni Silva Turazza até 2016, tem como título Dicionário da Língua Portuguesa do Brasil com Equivalências em outras Línguas Estrangeiras (doravante DIPLÉ).

---

<sup>1</sup> Este capítulo é resultado de uma parceria com a querida e estimada colega Profa. Dra. Jeni Silva Turazza (Coordenadora do Projeto DIPLÉ – *Dicionário do Idioma Português Língua Estrangeira: equivalentes com outras línguas*, do qual deriva este trabalho), a quem prestamos justa homenagem *in memoriam* por sua dedicação ao ensino e à pesquisa em Letras, especialmente na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e por sua colaboração imponderável, rara e preciosa para o estudo das Ciências do Léxico no país.

Àqueles que interessam o estudo das palavras ou a elaboração de dicionários pressupõe-se uma definição do que vem a ser *léxico*. Segundo Vilela (1979, p. 133), é a representação de um sistema de possibilidades abrangendo as palavras documentadas e aquelas que podem ser constituídas a partir de suas bases de formação. Já Biderman (1981, p. 132) considerava-o como o *tesouro vocabular* de uma língua, tendo sua nomenclatura composta por conceitos linguísticos e não linguísticos usados pelo homem atual e do passado. Mais tarde, essa mesma autora (BIDERMAN, 1996, p. 27) retoma seu conceito e estabelece que o léxico “é o lugar de estocagem da significação e dos conteúdos significantes da linguagem humana”. Na primeira década do século XXI, Borba (2006, p. 81) diz que o léxico é o que faz a conexão entre a abstração da língua e a realidade em si, de modo que “fisionomiza a cultura”. Considerando os três autores citados, complementamos que “o léxico é, pois, o conjunto de todos os itens lexicais existentes em uma língua natural, inclusos aí expressões, fraseologismos, itens gramaticais. É um conjunto aberto, em contínua expansão, impossível de ser delimitado em sua totalidade” (ZAVAGLIA, 2009, p. 7), podendo ser sistematizado em dicionários de língua geral, ou organizado por eixos temáticos.

Tal sistematização, originalmente intuitiva, é hoje estabelecida de maneira eficiente por meio da Lexicografia, ciência que teoriza e organiza o léxico em dicionários. Os repertórios lexicográficos, geralmente, partem de uma proposição fundamental de conhecimentos relacionando as unidades lexicais com o número de línguas envolvidas, a sincronia ou a diacronia, a exaustividade, a representatividade ou a especificidade, os critérios linguísticos, que podem ser normativos ou descritivos, e a ordenação das entradas. Discutimos aqui as equivalências do português para o italiano e o francês, numa perspectiva sincrônica, específica, descritiva e semasiológica, considerando as definições propostas em português para as entradas, as quais são parte importante do dicionário.

Trata-se, portanto, de um dicionário semibílingue, relacionado ao ensino de Português como Língua Estrangeira (PLE), cuja construção implica, necessariamente, o trabalho complementar de professores-pesquisadores e de lexicógrafos que atuam no campo do ensino-aprendizagem de língua estrangeira para falantes do português brasileiro, com formação qualificada nesses campos de pesquisa. Nesse sentido, a planificação do DIPLÉ foi subsumida por atividades de pesquisa orientadas por duas perspectivas: a construção da sua base lexicográfica, explicitada pela produção da sua macroestrutura, microestrutura e sistema de remissivas do vocabulário do idioma português brasileiro e a inserção de equivalências, de modo a registrar as semelhanças pelas diferenças interlinguísticas e interculturais entre os conteúdos das formas vocabulares descritas por predicções analíticas dos sistemas linguísticos envolvidos.

À elaboração de dicionários bi (doravante DB) ou multilíngues (doravante DM) interpõem-se, sem dúvida, concepções de tradução. E uma noção bastante comum, discutida e controversa em Lexicografia Bilíngue, é, justamente, o conceito de equivalência, a partir do momento que acaba por se constituir em um dos principais pontos de interface entre a Lexicografia e os Estudos da Tradução. No âmbito da Lexicografia Bilíngue, o lexicógrafo não pode prescindir dos equivalentes, pois sem eles o seu trabalho não se concretizaria. Nesse contexto, a sinonímia interlinguística, que marca a relação de equivalência, tem lugar de destaque, já que, muitas vezes insuficiente, pode demandar reformulações ou paráfrases e contextualizações factuais (ZAVAGLIA, 2010).

É fato que, em Lexicografia Bilíngue, o uso do termo equivalente é frequente e o conceito de equivalência é empregado de maneira diferente da abordagem sugerida pelas teorias de tradução contemporâneas. Os ditos *equivalentes* correspondem às descrições sinonímicas interlinguísticas das entradas de um dicionário apenas de forma parcial, uma vez que não há coincidência entre os escopos semânticos de itens lexicais

de sistemas diferentes. Desta feita, torna-se não factível agrupar “todas” as possíveis traduções de um item lexical, em cada contexto específico, a inserir na microestrutura de um DB. Em consonância, Rios e Xatara (2009, p. 154) dizem que “é praticamente impossível ao lexicógrafo enumerar, para cada unidade léxica (UL), todas as possibilidades de tradução, de acordo com cada contexto, a fim de descrever com detalhes as divergências e semelhanças entre línguas diferentes”. Com isso, o escopo da Lexicografia Bilíngue é aquele de procurar dirimir as barreiras interlinguísticas, sendo considerado *equivalente* um item lexical que contenha a maior quantidade possível de traços semânticos em comum com a unidade lexical de outra língua em contexto, fazendo com que o item lexical seja adequado à Lexicografia Bilíngue.

Como já referido, este trabalho deriva de um projeto lexicográfico em andamento, de carácter interinstitucional, cujo escopo é elaborar um dicionário de português para falantes de outras línguas com equivalentes lexicais em espanhol, francês, inglês e italiano. O projeto planifica-se de acordo com os seguintes princípios: (i) trata-se de um dicionário impresso, semibilíngue, bidirecional, voltado para atender às necessidades de ensino de Português Língua Estrangeira (PLE), na variante brasileira, a usuários de nível intermediário; (ii) sua macroestrutura, microestrutura e sistema de remissivas provêm de textos de grande circulação nacional bem como de um *corpus* específico, construído a partir de livros de PLE; (iii) as equivalências são inseridas com predicções analíticas dos sistemas linguísticos envolvidos, colocando em relevo semelhanças e diferenças interculturais, os quais serão reportados e discutidos nas relações de equivalência para as línguas italiana e francesa.

## 1. UM POUCO SOBRE O DIPLE

O projeto DIPLE, elaborado com o objetivo de auxiliar no processo de ensino-aprendizagem do Português Brasileiro relacionado a Falan-

tes de Outras Línguas (PBFOL)<sup>2</sup>, adultos ou jovens, foi coordenado pela Profa. Dra. Jeni Silva Turazza e atualmente é coordenado pelo Prof. Me. Cassiano Butti, ambos alocados no Departamento de Português da Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes (FAFICLA) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Sob a coordenação de Cláudia Zavaglia e Adriana Zavaglia, estão os subprojetos DIPLE: *Dicionário do Idioma Português Língua Estrangeira – equivalentes em italiano e em francês*, respectivamente.

O procedimento metodológico que orientou a coleta e a seleção das unidades lexicais constitutivas da nomenclatura do DIPLE implicou a extração de dados em fontes primárias e secundárias. O ponto de partida foram as fontes secundárias, isto é, as principais obras de referência disponíveis no Brasil (Ferreira (2010); Houaiss (2001); Michaelis (1998) e Borba (2002)), que serviram de base para o levantamento inicial das lexias com alto grau de frequência de uso, selecionadas para compor as entradas e subentradas dos verbetes. A averiguação dos índices de frequência foi estabelecida por meio de pesquisa em bancos de dados resultantes de investigações em Linguística de *Corpus*, disponíveis para consultas *on-line*, quais sejam: o *Corpus Brasileiro* (<http://corpusbrasileiro.pucsp.br>) e o *Corpus do Português* (<http://www.corpusdoportugues.org>).

A esse trabalho inicial, buscou-se aprimorar e ampliar a nomenclatura por meio de levantamentos em fontes primárias. Para tanto, as unidades lexicais passíveis de serem lematizadas foram coletadas, principalmente, em livros didáticos de PLE, em textos aplicados no exame de

---

<sup>2</sup> A publicação de dicionários para falantes de outras línguas ainda é uma proposta inédita no Brasil. Além do projeto do DIPLE, têm-se notícias de outros quatro projetos acadêmicos: UFS, sob a coordenação da Profa. Dra. Lêda Pires Corrêa; UFRGS, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria José Borcony Finatto; UERJ, sob a coordenação do Prof. Dr. Flávio de Aguiar Barbosa; UnB, sob a coordenação da Profa. Dra. Orlene Lúcia de Saboia Carvalho. Segundo publicações acadêmicas, os três primeiros serão editados em suporte eletrônico.

proficiência CELPE-Bras<sup>3</sup>, bem como em jornais e revistas de grande circulação nacional. Desse modo, a cobertura lexical final compreende unidades lexicais com expressivo grau de frequência de uso no português brasileiro contemporâneo, na sua variedade estandardizada – o que corresponde a aproximadamente 10.000 lexias, nelas contabilizando as entradas, formadas por lexias simples e compostas, e as subentradas, formadas por locuções e colocações referentes ao lema de entrada. O princípio de ordenação é o alfabético, de A a Z, e a grafia adotada segue as prescrições do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa -VOLP (2009). São exemplos de itens lexicais que fazem parte da nomenclatura do dicionário (amostra da letra J): (frutas/árvores) jabuticaba, jabuticabeira, jaca, jaqueira, jacarandá, jataí, jaú, jenipapo, jequitibá, jiló, jurema, juriti; (animais) jaguatirica, jandaia, jararaca, jataí, jegue, João-de-barro; (embarcações) jangada; (tipos humanos [profissões]) jagunço, jangadeiro, jesuíta, jipeiro, júnior.

Em relação à microestrutura<sup>4</sup> do DIPLE, os verbetes estão assim configurados: subsequente às entradas, o consulente terá acesso a uma orientação de pronúncia estandardizada do português brasileiro, cujos princípios foram investigados e descritos por Silveira (2008). Essa orientação está indicada entre colchetes por um sistema de notação em que se faz uso dos caracteres do Alfabeto Fonético Internacional. A seguir, registram-se as categorizações gramaticais, de modo que o usuário possa identificar a classe gramatical a que cada predicação definicional faz referência. Esse dado também é relevante para os falantes de línguas estrangeiras, sobretudo no que diz respeito à categorização do gênero nominal; afinal, o conceito de masculino ou feminino não é totalmente similar entre as lín-

<sup>3</sup> Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros, desenvolvido e outorgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

<sup>4</sup> Resumo da microestrutura: orientação de pronúncia standard do PB [SILVEIRA, 2008]; categorização gramatical; conjunto definicional (paráfrases definicionais expandidas); exemplos forjados (equipe da PUC/SP), lexiculturais; equivalente funcional (italiano, francês, espanhol, inglês); subentradas (definição + exemplo + equivalente em LE); informação complementar (para verbos irregulares ou defectivos).

guas românicas contempladas nesse projeto. Assim, um francófono deverá compreender, por exemplo, que as designações *árvore*, *manteiga* e *criança* são femininas em português – e não masculinas como em sua língua nativa –, do mesmo modo que um italo-fono aprenderá que as designações *fim* e *banco* são masculinas em português – e não femininas como no italiano.

Para a indicação das marcas de uso, optou-se pela inserção de recursos iconográficos. Desse modo, no lugar de rotular as lexias como *popular*, *chulo*, *vulgar*, *coloquial*, *informal* etc., o consultante visualizará o símbolo  para usos familiares, tais como ‘bumbum’, ‘sapecá’, ‘galera’, e para os tabuísmos, vulgarismos e outras restrições de uso, o símbolo , para designações como ‘puta’, ‘bunda’, ‘maconheiro’.

A explicação das lexias se dá por meio da construção de paráfrases definicionais analíticas. Os enunciados linguísticos elaborados para compor esse item da microestrutura devem propiciar ao estrangeiro o reconhecimento de elementos típicos da realidade brasileira e que, portanto, não fazem parte do repertório linguístico-cultural do aprendiz. A opção pelas definições analíticas também deve facultar, ao estrangeiro, saber dizer e/ou escrever em português aquilo que já domina em sua língua materna. Desse modo, a proposta lexicográfica traz contribuições para as atividades de produção oral e escrita.

Ao final de cada paráfrase definicional, acrescenta-se um exemplo. Ainda que alguns lexicógrafos defendam o uso restrito de abonações na produção de dicionários (BORBA, 2003), entendeu-se que a função didático-pedagógica do DIPLÉ demandaria a construção de exemplos que não funcionassem apenas para ilustrar um uso possível das unidades lexicais descritas. Nesse sentido, os exemplos apresentam dupla função: explicitar o conteúdo expandido nas definições e/ou fazer circular informações referentes a alguns matizes culturais que caracterizam o povo brasileiro (TURAZZA; BUTTI, 2016).

Ainda concernente à microestrutura, estão os equivalentes nas línguas estrangeiras que serão discutidos na próxima seção.

## **2. SOBRE O ESTABELECIMENTO DE EQUIVALENTES NO DIPLE**

A Lexicografia Bilíngue busca documentar o uso de itens lexicais enquanto manifestação de uma comunidade linguística, como ponto de partida, para chegar ao uso de itens lexicais que se manifestam em outra (ou mais de uma) comunidade linguística, caracterizando-se como um acervo social das línguas envolvidas (LARA, 1996) com a pretensão de fornecer expedientes linguísticos para a comunicação, ou seja, para a compreensão e a produção de enunciados linguísticos.

O dicionário bi ou multilíngue, como se sabe, é um dicionário de língua. Assim, signos linguísticos em uma língua de partida (L1) são recolhidos e relacionados com outros na(s) língua(s) de chegada (L2), que são equivalentes semânticos dos primeiros (SORIANO, 2001, p. 60). Além disso, o conjunto léxico das duas línguas deve ser delimitado para compor a nomenclatura do dicionário para cada uma das direções, além de possuir simetria para que as duas partes cumpram a mesma função (SORIANO, 2001, p. 28).

Em relação às investigações adotadas para estabelecer os equivalentes em italiano e francês, realizamos o levantamento de equivalentes em dicionários monolíngues e bilíngues, impressos ou *on-line*, mas também em consultas a motores de busca, como os sites [www.google.it/fr](http://www.google.it/fr) e [www.yahoo.it/fr](http://www.yahoo.it/fr) para legitimar nossa correspondência às línguas envolvidas, já que a WEB permite a verificação dos possíveis equivalentes nos contextos reais em que figuram, além da frequência dos mesmos. Além disso, abreviaturas, sinais convencionais e notas explicativas devem ser considerados para a organização de nossa obra, tentando aproximar as comunidades linguísticas brasileira e italiana/francesa, pois constatamos

que o léxico e os dicionários constituem a imagem cultural de um povo que é refletida aos consulentes.

No caso deste trabalho<sup>5</sup>, adotamos o seguinte procedimento: (i) na busca pelos equivalentes, anotar fontes e fazer comentários; (ii) indicar sinônimos, se houver; (iii) selecionar contextos significativos, com respectivas fontes e frequência de ocorrência; (iv) em caso de não encontrar equivalente: propor uma paráfrase explicativa da entrada para a língua estrangeira.

No que diz respeito à busca pela equivalência, baseamo-nos nas relações propostas por Haensch et al. (1982), nos quatro tipos descritos a seguir:

**Tipo 1** - uma unidade lexical da língua de partida- L1 corresponde a uma unidade lexical na língua de chegada - L2, sem indicações adicionais, como por exemplo:

▶ Julho → Luglio

▶ Julho → Juillet

**Tipo 2** - uma unidade lexical da L1 corresponde a distintas unidades lexicais na L2, sem ou com indicações adicionais, dependendo do usuário:

▶ Jantar → Cenare, Cena

▶ Entrada → Entrée, Place

**Tipo 3** – distintas unidades lexicais da L1 correspondem a uma unidade lexical na L2.

▶ Juízo, Julgamento → Giudizio

▶ Juízo, Julgamento → Jugement

---

<sup>5</sup> As equipes são formadas por Claudia Zavaglia (responsável), Beatriz Lacerda Thomé, Larissa Pascutti de Oliveira e Liana de Carvalho Freitas, para a língua italiana e, para o francês da França, por Adriana Zavaglia (responsável), Carla Renard, Carolina Madruga e Christine Janczur, tendo as duas últimas participantes sido substituídas por Renata Bonini e Olga Paladi.

**Tipo 4** – inexistência de unidade lexical na L2 que cumpra a função de equivalente de uma unidade lexical da L1 [equivalência zero]. Uso de paráfrases definitórias.

► Junino → qui concerne le mois de Juin ou les fêtes réalisées en ce mois de l'année

► Junino → si riferisce al mese di giugno o alle feste realizzate in quel mese.

Nesse processo, alguns problemas foram encontrados. No estabelecimento das equivalências para o italiano, quando dois ou mais equivalentes foram encontrados para uma mesma entrada, optou-se pelo equivalente de maior frequência. No caso em que mais de uma opção fosse muito frequente na língua-alvo, optou-se por manter todas as encontradas. Foi o que aconteceu nos exemplos a seguir:

**Lugar** s.m. 1. Parte delimitada de um espaço ocupado; local; região; sítio. *Espero você no lugar de sempre: em frente à estação de metrô, às 18h.* (L) **luogo, posto**

**Lançar**. v. 1. Impulsionar um objeto em direção a um alvo; arremessar; jogar. *O arqueiro, durante o treino, conseguiu lançar várias flechas no alvo.* (L) **lanciare, gettare.**

Ao trabalhar com a relação entre a língua-fonte e a língua-alvo, em alguns casos, a língua italiana não previa algumas acepções dos verbetes na língua-fonte, como o caso do verbo 'lançar' em português com o sentido de 'colocar dados, valores e informações em um certo documento ou sistema', na acepção 5 do verbete. O verbo *lanciare* em italiano não prevê esse significado como na língua portuguesa. Nesse caso, optou-se por traduzir para o italiano a definição em português da palavra-entrada para que o futuro consulente (de nacionalidade italiana ou aprendiz da língua italiana) do dicionário pudesse saber quando e em quais situações ele poderá utilizar aquele verbo em língua portuguesa:

**Lançar**. 5. Mostrar ou inserir dados, informações, valores em um documento. *Meu chefe ainda não lançou o meu salário na conta bancária, mas o desconto do plano de saúde já foi lançado no extrato.* (L) **mostrare o inserire dati, informazioni, valori in un documento.**

Deparamo-nos também com situações bastante intrigantes nessa busca por equivalentes na língua italiana, as quais chamamos de “quase sinonímia”, ou seja, uma situação em que o conceito do item lexical ou sintagma engloba duas ideias que se aproximam no sentido, mas que não podem ser consideradas exatamente sinônimas. Por esse motivo, nesses casos, foram encontrados não somente um equivalente no italiano, mas dois, como ocorreu para a expressão ‘chegar lá’. O primeiro equivalente, *farcela*, aproxima-se da ideia de se “ter sucesso ou êxito em algo”, enquanto o segundo, *arrivare da un punto*, aproxima-se mais da ideia de se “alcançar um objetivo”. Vejamos:

**Chegar lá.** Ter sucesso ou êxito na vida; alcançar um objetivo, ou obter resultado satisfatório. *Depois de muito trabalho consegui chegar lá e comprar minha casa própria.* (☞) **farcela; arrivare da un punto**

O mesmo acontece com a entrada “leitão”, caso em que a unidade lexical em português pode ser usada tanto para se referir ao animal quanto à carne do animal. Em italiano, não há apenas um equivalente que englobe as duas ideias. Por essa razão, escolheu-se indicar o equivalente que carrega a carga semântica em italiano do animal e também o equivalente que indica a carne, respectivamente.

**Leitão.** s.m. Filhote do porco em fase de amamentação ou que já foi desmamado. “*Leitão à pururuca*” e “*leitão assado*” são pratos típicos da culinária caipira, comum nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná.  
(☞) **porcellino; porchetta (s.f.).**

Note-se que, nos dois casos, a escolha do exemplo foi determinante para a entrada do equivalente no dicionário.

No caso do francês, citamos quatro questões: a morfologia do equivalente, a sinonímia, o falso cognato e questões culturais. A lexia *yakisoba*<sup>6</sup>,

<sup>6</sup> Note-se que em Ferreira (2010), o item lexical encontra-se inserido com as duas grafias *yakisoba* e *yakissoba*, ao passo que o Houaiss (2001) aceita-a apenas como *yakisoba*. No verbete do DIPLE, as duas grafias estão contempladas: com “s” na entrada e com “ss” no contexto de uso.

um estrangeirismo tanto em português quanto em francês, é um substantivo masculino que segue a regra geral do plural em português, mas, em francês, é usado no plural, com marca explícita apenas no determinante, e é substantivo feminino; além disso, possui mais de um sinônimo: *nouilles sautées* (substantivo feminino plural) e *chao mian*, de origem chinesa e com morfologia variável (ora substantivo masculino singular, ora substantivo feminino plural). No verbete, é preciso incluir essas informações:

**Yakisoba.** s.m. Prato da culinária oriental, feito à base de macarrão com legumes e carne (de vaca e de frango). O “*yakisoba*” é comum nos restaurantes da Liberdade: bairro oriental da cidade de São Paulo. (♣) **Yakisoba** (s.f.p.); **nouilles sautées** (s.f.p.); **chao mian** (s.m.s./s.f.p).

A diferença morfológica entre “yakis(s)oba”, em português, masculino singular, e seus equivalentes “yaksoba”, “nouilles sautées” e “chao mian”, feminino plural, aparece na designação do gênero e do número entre parênteses. Necessária, essa indicação informa ao consulente, no contraste entre as línguas, um dado importante para a sua produção textual em língua portuguesa.<sup>7</sup>

A entrada “kitchenette”, outro estrangeirismo no português, com a variante “quitinete”, encontra em francês o equivalente *studio*, apartamento de um só cômodo, além do banheiro. Ocorre que, nesse cômodo do *studio*, há obrigatoriamente uma pequena cozinha, como em português, que em francês é chamada de *coin cuisine*, *cuisinette* ou *kitchenette*, falso cognato da entrada.

**Kitchenette.** s.f. Ver *quitinete*. *Seu Pedro se mudou para uma “kitchenette” depois que seus filhos se casaram e ele ficou viúvo.* (♣) **Studio** (s.m.); **deux-pièces** (s.m.).

<sup>7</sup> A partir dessa informação, o consulente saberá que uma produção em português como “essas yakisoba estão muito gostosas” não estará, embora compreensível, de acordo com as regras do português brasileiro (em francês, o francófono poderia dizer *ces yakisoba/nouilles sautées/chao mian sont délicieuses*, fazendo a concordância no feminino plural).

No verbete citado, em que a diferença de gênero entre os equivalentes é explicitada na indicação categorial entre parênteses, a questão do falso cognato se resolve no contexto. Na entrada “cozinha”, no entanto, o equivalente em francês “kitchenette” terá de ser designado, uma vez que, num “studio”, há um “coin cuisine”, que é também chamado de “cuisinette” ou “kitchenette”.

Além disso, notamos uma questão cultural nos seguintes verbetes:

**Know-how.** s.m. Domínio de conhecimentos e técnicas que possibilitam mais eficiência e melhores resultados em operações ou processos. *O Dr. Ivo Pitangui é um médico conhecido mundialmente porque tem “know-how” em cirurgia plástica.* (↻) **Savoir-faire** (s.m.), **Know-how** (s.m.).

**Workshop.** s.m. Reunião de pessoas para demonstração ou promoção de suas atividades profissionais. *Os vendedores de carros aprenderam, no “workshop”, novas estratégias de vendas.* (↻) **Atelier** (s.m.), **Workshop** (s.m.).

Nesses dois últimos verbetes, dois estrangeirismos do inglês, utilizados em português, encontram seus equivalentes mais frequentes língua francesa, “savoir-faire” e “atelier”, embora “Know-how” e “workshop”, menos frequentes, também ocorram em francês. O registro do equivalente em francês antes do estrangeirismo em língua francesa indicará ao consulente, implicitamente, uma tendência cultural – e histórica – dessa língua em privilegiar sua própria expressão em alguns casos, como os mostrados acima.

## PARA TERMINAR

O DIPLÉ é uma contribuição inequívoca à Lexicografia no Brasil e pretende preencher uma lacuna existente na Lexicografia Brasileira. Apesar das diferenças linguísticas e culturais entre língua-fonte e língua-alvo, a busca pela equivalência na elaboração de um dicionário bilíngue vem sendo alcançada pela colaboração constante entre os dois grupos

de pesquisa do projeto. Por meio dessa colaboração entre as duas partes, é possível perceber o aprimoramento do processo de produção que possibilita resultados satisfatórios para a introdução de equivalentes em italiano e francês no dicionário em pauta.

Com efeito, são os problemas culturais os maiores causadores de empecilhos para a tradução, sobretudo quando um traço situacional bastante relevante na língua de partida está ausente na língua de chegada. Por outro lado, apesar de as diferenças formais entre as línguas existirem, é possível que equivalentes sejam determinados e que a tradução seja realizada, por meio de técnicas e estratégias linguísticas. Somente em Hurtado Albir (2001), encontramos dezoito procedimentos técnico-funcionais que podem ser empregados no processo de tradução. Nos preceitos teóricos da Lexicografia Bilíngue, o conceito de “equivalência” é empregado de modo distinto daquele das abordagens teóricas de tradução pós-modernas. De fato, os equivalentes são a própria definição da entrada de um dicionário. Nessa esteira, discutimos os resultados alcançados referentes às relações de equivalência, tais como: variação designativa, falsos cognatos, estrangeirismos e plurais irregulares, e as soluções encontradas para resolvê-los na microestrutura dos verbetes do dicionário.

## REFERÊNCIAS

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. A estrutura mental do léxico. **Estudos de Filologia Linguística**. São Paulo: Queroz/EDUSP, 1981.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Léxico e vocabulário fundamental. **Alfa**, São Paulo, v. 40, p. 27-46, 1996.

BORBA, Francisco da Silva. **Organização de dicionários**: uma introdução à Lexicografia. São Paulo: Unesp, 2003.

BORBA, Francisco da Silva. Léxico e Herança Social. In: MARCHEZAN, R. C.; CORTINA, A. (Orgs.) **Os Fatos da Linguagem, esse conjunto heteróclito**. Araraquara: FCL-UNESP Laboratório Editorial. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2006, p. 81-96.

HAENSCH, Günter et al. **La lexicografía**: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica. Madrid: Gredos, 1982.

HURTADO ALBIR, Amparo. **Traducción y Traductología**. Introducción a la Traductología. Madrid: Cátedra, 2001.

LARA, Luís Fernando. **Teoría del diccionario monolíngüe**. México: El Colegio de México, 1996.

RIOS, Tatiana Helena Carvalho; XATARA, Claudia Maria. O conceito de equivalência em Lexicografia Bilíngue e Teoria da Tradução. **Cadernos de Tradução**, v. 1, n. 23, p. 149-168, 2009.

SILVEIRA, Regina Célia Pagliuchi. **Uma pronúncia do português brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

SORIANO, Ascensión Sierra. S. **El diccionario bilingüe**: Estructura e nomenclatura. Espanha: ECU, 2001. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=HleuWQVMd4cC&pg=PA7&lpg=PA7&dq=%22lexicografia+bilingue%22&source=bl&ots=8XHwSENoN2&sig=DILst4Vwpu8mG-CHiuQURFHKnmI8&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiDqM6T5cjNAhX-FfpAKHdzC4U4KBD0AQgbMAA#v=onepage&q=%22lexicografia%20bilingue%22&f=false>

TURAZZA, Jeni Silva; BUTTI, Cassiano. Projeto DIPLE – Dicionário do Idioma Português Língua Estrangeira: panorama atual e novas perspectivas. In: \_\_\_\_ (Org.). **Estudos em Português Língua Estrangeira**: homenagem à Profa. Dra. Regina Célia Pagliuchi da Silveira. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016, p. 167-179.

VILELA, Mário. **Estruturas léxicas do português**. Coimbra: Almedina, 1979.

ZAVAGLIA, Adriana. Sinonímia e lexicografia. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; BARROS, Lúcia Almeida (Orgs.). **As Ciências do Léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. Vol. 5, 1 ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2010, p. 189-199.

ZAVAGLIA, Claudia. **Sistematização crítica em Lexicografia e Lexicologia**. São José do Rio Preto, 2009. 92f. Tese (Livre-docência em Lexicologia e Lexicografia) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

## DICIONÁRIOS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. VOLP – **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Global, 2009.

BORBA, Francisco da Silva. **Dicionário de usos do português do Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque Holanda. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio**. Versão 7.0. 5a ed. Curitiba: Positivo Informática, 2010.

GIUNTI EDITORE. **PAROLA CHIAVE**: dizionario di italiano per brasiliani. Tradução Carlo Alberto Dastoli et al. Revisão Tradução Benedetti *et al.* 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Versão 1.0. Editora Objetiva, 2001.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

# O VOCABULÁRIO DA NAVEGAÇÃO PORTUGUESA NO SÉCULO XVI: O DIÁRIO DA NAVEGAÇÃO DE PERO LOPES DE SOUSA (1530 – 1532)

Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa

## INTRODUÇÃO

**H**á já algum tempo, tive publicado em *História da Língua e História da Gramática* (2002) um estudo feito sobre a náutica portuguesa, intitulado: *Empréstimo linguístico interno: um estudo sobre o vocabulário da Náutica Portuguesa* (MURAKAWA, 2002). À época em que pesquisei o tema, não havia me dado conta de que estava diante de “termos náuticos”, registrados nos dicionários de Antonio de Moraes Silva (1789; 1813) e de Frei Domingos Vieira (1871/1874), com marcação diatécnica ou não. A redação do referido artigo foi motivada por uma passagem de Michel Bréal, em seu *Essai de Sémantique* (1897, 312), reproduzida e analisada por Antoine Meillet em seu *Linguistique Historique et Linguistique Générale* (1948, p. 244) que diz o seguinte:

À medida que uma civilização ganha em variedade e riqueza, as ocupações, os atos, os interesses de que se compõem a vida em sociedade se dividem entre diferentes grupos humanos; nem o estado de espírito, nem a direção da atividade são os mesmos para o padre, o soldado, o político, o artista, o comerciante, o agricultor. Embora tenham herdado a mesma língua, as palavras assumem para cada um deles nuances distintas que se fixam e acabam por aderir a elas. O hábito, o meio, toda a atmosfera ambiente determinam

o sentido da palavra e corrigem o que ela tinha de generalidade. As palavras mais abrangentes são, por isso mesmo, as que têm mais aptidão a usos numerosos.<sup>1</sup>

Meillet (1948), ao analisar essa passagem, mostra como as palavras que compõem uma língua de uma determinada sociedade podem sofrer alteração de significado de acordo com o grupo que as utiliza. Cada ciência, cada arte, cada ofício, ao organizar a sua terminologia, marca com sua especialidade as palavras da língua comum.

Hoje, diante das teorias terminológicas recentes, estou convencida de que, ao fazer sincronia no passado, estava reunindo termos pertencentes a uma linguagem de especialidade.

No artigo mencionado, apresentei alguns fatos históricos relativos ao tema extraídos da obra de Antonio José Saraiva, intitulada *História da Cultura em Portugal* (1955, vol. II, p. 369), onde o autor fala sobre a arte de navegar. Informa que nos séculos XIV e XV a arte de navegar, praticada pelos navegadores que cruzavam o Mediterrâneo, era ainda rudimentar e reduzida a um conjunto de conhecimentos empíricos; até esse período, a arte náutica não ultrapassava o nível da prática rotineira. Já nos primeiros anos do século XVI, as condições de viagens eram outras. A arte dos pilotos e navegadores tinha se enriquecido com a experiência que acabou por estabelecer uma técnica de pilotagem, substituindo a chamada “arte de marear” dos séculos anteriores.

Os progressos da navegação impostos pelas viagens de grande extensão, onde as correntes marítimas e os ventos eram diferentes daqueles até então enfrentados na proximidade da costa, exigiam uma técnica mais apurada e a Astrologia começou, então, a ser empregada como grande auxiliar na orientação das rotas.

---

<sup>1</sup> O texto, cuja tradução transcrevo, está em *Ensaio de Semântica* (1992, p. 184), tradução de Aída Ferrás *et al.*

Saraiva (1955, p. 380) estabelece três fases por que passou a navegação portuguesa: a 1ª fase, da náutica baseada no “rumo e agulha”, de 1416 a 1440; a 2ª fase da náutica baseada no “rumo e altura polar”, de 1443 a 1486; e a 3ª fase, da náutica baseada no “rumo e altura do Sol”, de 1498, viagem de Vasco da Gama até 1514, aproximadamente. Informa ainda o escritor português que a

[...] náutica sabia servir-se dos conhecimentos acumulados pela Astrologia, adaptando-se às condições da prática. Este fato marca uma das mais importantes conquistas na evolução da arte de navegar, da sua forma empírica para a técnica com fundamento científico que, definitivamente, se afirmaria no decorrer do século XVI (SARAIVA, 1955, p. 380).

Existia, portanto, àquela época, e em especial no século XVI, século dos descobrimentos, uma linguagem terminológica da arte de navegar, objeto deste estudo lexical.

Após essas breves considerações históricas, dando continuidade à pesquisa, fui buscar em outras obras do século XVI a que poderia oferecer material linguístico sobre a náutica portuguesa, ou seja, aquela que poderia conter unidades terminológicas referentes ao tema.

Como é do conhecimento de todos da comunidade acadêmica o projeto do *Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII* (DHPB)<sup>2</sup> idealizado por Maria Tereza Biderman foi construído tendo por suporte um Banco de Dados do PHPB<sup>3</sup> que reúne, aproximadamente, 10 milhões de ocorrências, reunindo documentos dos três séculos do período colonial brasileiro, a saber, XVI, XVII e XVIII e mais o

---

<sup>2</sup> BIDERMAN, Maria Tereza C.; MURAKAWA, Clotilde de A. Azevedo (Orgs.). *Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII*. Araraquara: Laboratório de Lexicografia/UNESP/FCLAr, 2012 (inédito).

<sup>3</sup> LABORATÓRIO DE LEXICOGRAFIA/UNESP/FCLAr. *Banco de Dados do Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII*, Araraquara/SP, 2010 (acesso restrito).

1º decênio do século XIX. Integram esse banco textos de vários gêneros e tem por documento mais antigo a carta de Pero Vaz de Caminha, de 1500 e os mais recentes, documentos dos primeiros anos do século XIX, isto é, 1808, quando da vinda da família real portuguesa para o Brasil. Foi no banco de dados do DHPB que localizei o *Diário da Navegação* de Pero Lopes de Sousa, datado de 1530, um texto exemplar para se atingir o fim proposto para a organização deste texto.

A pesquisa foi possível graças ao programa computacional *Philologic* que dá sustentação ao banco de dados. Duas razões me levaram a escolher o *Diário*: 1) por ser um texto posterior à carta de Caminha que poderia fornecer “termos náuticos”, devido à especificidade de seu conteúdo; 2) por ser considerado o mais importante documento que dá testemunho da expedição de Martim Afonso de Sousa, irmão de Pero Lopes de Sousa e responsável pelo início da colonização brasileira, com poderes extraordinários tanto para o mar quanto para a terra e com relação às colônias brasileiras que porventura fossem fundadas. Zarpando de Lisboa na posição de capitão – mor da armada – integrada por cinco navios e cerca de 500 homens – recebeu poderes para tomar posse de todas as áreas que viesse a descobrir nas quais deveria colocar padrões de pedra conforme a demarcação de Tordesilhas (VAINFAS, 2001, p. 381).

Foi a partir da expedição de Martim Afonso de Sousa que teve início o efetivo domínio português sobre o Brasil. Na qualidade de capitão – mor da armada e governador da terra conquistada, foi incumbido de realizar três objetivos: fixar os limites ao norte e ao sul das terras pertencentes a Portugal; fundar os primeiros núcleos de colonização; distribuir terras em sesmaria nomeando os ofícios pertinentes. (CORTESÃO, 1932).

É neste contexto histórico que se integra o *Diário da Navegação* de Pero Lopes de Sousa.

## 1. NOTAS SOBRE O *DIÁRIO DA NAVEGAÇÃO*

O *Diario* compreende um período de quase dois anos que vai de 03 de dezembro de 1530 a 23 de novembro de 1532. O seu autor informa a partida do porto de Lisboa em 1530 e seu retorno saindo do porto de Pernambuco, em 1532.

Essa obra só foi conhecida do público em 1839 graças ao trabalho de Francisco Adolfo Varnhagen que a transcreveu e mandou imprimir na Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, em Lisboa. A edição está constituída de um Prólogo, biografia de Martim Afonso de Sousa, Notícia do Autor, Advertência Preliminar e uma página onde Varnhagen diz: *Diario da Navegação* da Armada, que fez à Terra do Brasil em 1530, escripto por Pero Lopes de Sousa. Vem, a seguir, a narrativa do *Diario* que vai da p. 04 a 58. Seguem-se as notas ao texto e no meio delas, da p. 109 a 116 encontra-se o final do texto narrativo. Varnhagen utilizou três manuscritos apógrafos: o primeiro, que possuía; o segundo, pertencente ao bispo conde D. Francisco de São Luís; o terceiro, o mais antigo, com letra da segunda metade do século XVI, pertencente à Biblioteca Nacional da Ajuda, em Lisboa.

Apesar de ser um diário, Pero Lopes de Sousa não faz sua narrativa dia após dia; algumas vezes os dias do mês e das semanas estão em sequência, dia após dia; outras vezes, o autor avança nas datas, deixando se pensar que nada de importante havia para ser registrado. Com detalhes precisos indica o tipo de vento e sua direção, a altura do Sol, a chegada das tempestades e sua intensidade, os locais que avista ao longo da costa brasileira. Ou quando em terra firme descreve a natureza exuberante e exótica, as plantas, as aves e os peixes e também os índios que são descritos como “mui nervudos e grandes de rosto; sam mui feos e trazem o cabelo comprido”. As mulheres, por sua vez, eram muito formosas com cabelos compridos e castanhos. Usa uma adjetivação expressiva que faz

com que o leitor imagine a natureza descrita. No excerto a seguir descreve o rio e o que ele oferece:

Esta terra dos Carandins é alta ao longo do rio, e no sartão é toda chã, coberta de feno que cobre um homem. Há muita caça nela de veados e emas e perdizes e codornizes; é a mais fermosa terra e mais aprazível que pode ser. Eu trazia comigo alemães e italianos e homens que forão a Índia e franceses: todos erão espantados da fermosura desta terra, e andávamos todos pasmados que nos nam lembrava tornar. Aqui neste esteiro tomámos muito pescado de muitas maneiras. Morre tanto neste rio e tam bõo que só com o pescado, sem outra cousa, se podião manter: ainda que um homem coma dez livras de peixe, em nas acabando de comer parece que não comeo nada e tornara a comer outras tantas. O ar deste rio é tam bõo que nenhũa carne nem pescado apodrece, que (e) era na força do Verão que matávamos veados e trazíamos a carne dez, doze dias sem sal e nam fedia. A água do rio é mui saborosa: pela menhã é quente e ao meo-dia é muito fria; quanta homem mais bebe, quanto melhor se acha. Nam se podem dizer nem escrever as cousas deste rio e as bondades dele e da terra. PÊRO LOPES DE SOUSA (1968) [1530], DIÁRIO DA NAVEGAÇÃO DE PÊRO LOPES DE SOUSA. [A00\_0078 p. 85].<sup>4</sup>

Para Jaime Cortesão no Cap. III da *História de Portugal* (1932, p. 154):

O destino, que nos privou de tantos documentos essenciais para delinear com segurança os fatos primeiros do Brasil, conservou-nos da viagem de Martim Afonso de Sousa o diário de seu irmão, Pero Lopes de Sousa, precioso documento para avaliarmos do cuidado que o fidalgo ilustre pôs no desempenho de sua missão.

---

<sup>4</sup> A referência bibliográfica na citação é de acordo com o banco de dados do *Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII*.

## 2. LEVANTAMENTO DAS LEXIAS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Antes de apresentar a relação das lexias que julgo poderem formar um vocabulário terminológico, resalto que foram os “termos” reunidos sob uma estrutura conceitual para melhor visualizá-las no conjunto do *Diário*. Não se apresenta aqui o vocabulário já constituído, mas apenas os resultados obtidos com o levantamento feito no texto.

Como ponto de partida para reunir as unidades terminológicas, foi feita a leitura de todo o diário, num primeiro momento e extração dos prováveis termos. Numa segunda leitura outras lexias foram extraídas, pois pelo contexto indicavam pertencer à náutica, muito embora pudessem pertencer também à língua geral. Além das lexias simples do texto, foram consideradas as compostas e as expressões sintagmáticas que muito enriquecem a linguagem de especialidade do documento.

Após a etapa de levantamento dos possíveis termos, verifiquei se eles eram empregados nos demais textos do século XVI que estão no banco de dados do DHPB, sempre tomando o diário como documento mais antigo. Cabe, aqui, ressaltar que muitas lexias ou possíveis termos são *hápax* e só aparecem uma única vez e no texto de Pero Lopes de Sousa.

Para dar uma ordenação conceitual preliminar aos termos obtidos, me apoiei no *Begriffsystem ou Sistema de Conceitos* (SC) construído por Hallig e Wartburg, publicado em 1952, para servir de base à Lexicografia. Sobre esse sistema, apresento alguns pontos fundamentais que justificam minha escolha como princípio ordenador do vocabulário.

Wartburg em seus trabalhos lexicográficos demonstra, algumas vezes, a necessidade de se abandonar a clássica ordem alfabética empregada na organização da nomenclatura dos dicionários ou vocabulários. À medida que Wartburg avançava em suas pesquisas mais se convencia

de que a ordem alfabética não era a ideal. Suas ideias encontraram respaldo em dois princípios fundamentais da teoria da linguagem de W. von Humboldt, princípios que influenciaram a linguística do século XX, a saber: 1) o princípio de que a língua não serve apenas à expressão e comunicação, mas que ela cria um mundo espiritual intermediário que se insere entre o Eu e o mundo exterior, “uma imagem do mundo”, que é transmitida a cada representante de uma comunidade linguística pelo ensino e é confirmada pelo uso que o falante faz da língua; 2) o princípio da articulação retomado por F. de Saussure, segundo o qual todos os meios de expressão de uma língua formam um conjunto, um sistema no qual cada parte faz corpo com as outras e é condicionado por elas (HALLIG; WARTBURG, 1952). Os autores propuseram uma divisão conceitual do mundo em três grandes categorias: A) O Universo; B) O Homem e C) O Homem e o Universo. A categoria O Universo reúne subdivisões onde se enquadram o céu, a atmosfera, a terra, as plantas e os animais. A categoria B, O Homem, se subdivide em I - homem, ser físico; II - A alma e o intelecto; III - O homem, ser social e IV - A organização social. Finalmente a categoria C) O Homem e sua relação com o universo.

Para organizar a estrutura conceitual, o SC permitiu que se reunissem as lexias extraídas do *Diário da navegação* na parte da categoria O Universo e parte da subdivisão do conjunto B) O homem, ser social. Esta, por sua vez, possibilitou na subdivisão O transporte, a circulação por mar, onde se tem: a) a navegação; b) os navios; c) a equipagem; d) os portos e) os acidentes.

Embora o SC ofereça uma estrutura conceitual completa e exaustiva, ele permite que se criem outras subdivisões de acordo com as necessidades da ordenação. Assim, para a arte náutica, adaptei alguns conceitos e construí outros, a fim de permitir uma melhor ordenação.

A partir da lexia composta **arte náutica** procedi a uma ordenação conceitual que ora apresento, buscando enquadrar as lexias consideradas

como prováveis unidades terminológicas. A dificuldade na escolha de uma unidade abrangente ordenadora de todo o conjunto se deveu ao fato de o texto do *Diario* não registrar as lexias **navegação**, **náutica**, **arte de navegar** ou **arte náutica**; elas estão em outros documentos com datas posteriores. **Navegação** aparece no título do diário mas este título foi dado por Varnhagen. A lexia aparece no banco de dados em texto de Luis de Gois de 1548<sup>5</sup>, em carta endereçada a D. João III. O verbo **navegar** e suas formas conjugadas estão no texto; **náutica** e **arte de navegar** estão em Vieira no Sermão da Santa Cruz, de 1638<sup>6</sup> e em Ambrosio Fernandes Brandão nos *Diálogos das Grandezas do Brasil* de 1618<sup>7</sup>. E **arte náutica**, com uma única ocorrência, também em Vieira no mesmo sermão.

### 3. PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO

Nesta parte do trabalho, procurei reunir as unidades subordinadas a alguns conceitos sem a preocupação de defini-las, apenas de enquadrá-las para formar um conjunto relacionado ao termo ordenador **arte náutica**, que está no volume V da obra de Bluteau (1716, p. 692) no verbete **nautica** e, por ser mais abrangente, foi o escolhido para ordenar a estruturação. A ordenação é conceitual e as lexias ordenadas a cada conceito estão em ordem alfabética.

Os dados foram organizados em cinco quadros conforme segue.

Os quadros 1 e 2 formam uma estrutura conceitual onde se pode observar a relação de subordinação entre as lexias a partir das duas categorias propostas por Hallig e Wartburg (1952), ou seja, A – O Universo e B – O Homem, ser social. A construção dos 2 quadros facilita a visualização

---

<sup>5</sup> Obra constante do banco de dados do DHPB.

<sup>6</sup> Obra constante do banco de dados do DHPB.

<sup>7</sup> Obra constante do banco de dados do DHPB.

das mesmas que formam uma estrutura terminológica a partir do termo **arte náutica**. Já os quadros 3, 4 e 5 não estão em estrutura conceitual, mas reúnem expressões, verbos e *hapax* terminológicos extraídos do *Diário*.

**Quadro 1:** Estrutura conceitual – Arte náutica  
**A – O Universo**

1. O céu e a atmosfera			2. A terra e as águas		
1. 1. O céu e os corpos celestes	1. 2. O tempo enquanto medida de duração	1. 3. O tempo enquanto estado da atmosfera	1. 4. Os ventos	2. 1. A terra	2. 2. As águas
Capricórnio Céu Geminis Lia Sagitário Sol; Sol posto; Tauro	<b>Dia</b> Hora; Manhã Meúdo (minuto) Noite Quarto da modorra Quarto da prima Quarto de alva <b>Tarde</b>	Bonança; Clima; Cerração; Chuva; Mojão; Nevoa; Pé de vento; Raio Relampado (relâmpago) Tempestade; Temporal Tromenta (tormenta) Trovão; Trovoada	Quarta de aloeste; Quarta de leste Quarta de loeste; Quarta de oeste Quarta de sueste; Quarta do norte Quarta do nordeste; Quarta do sudoeste	Agugem Boca do rio (de Janeiro); Costa; Ilha Montanha; Restinga; Serra; Terra	Mar Maré Pera-mar Ressaca Vaga
			<b>1. 4. 1. Pontos cardais e subdivisões</b>		
			<b>Norte</b> Nor-nordeste; Nor-noroeste <b>Sul</b> Su-sudoeste; Su-sueste; Su-sudeste <b>Leste</b> Lés-nordeste ; Lés-sueste ; Lés-sudoeste ; Lo-és-noroeste ; Lés-sudoeste ; Loés-noroeste Loés-sudeste ; Loés-sudoeste ; Loeste <b>Oeste</b> Aloeste; Oés-sudoeste ; Oés-noroeste		

**Fonte:** Elaborado pela autora com base em Sousa (1530-1532)

**Quadro 2:** Estrutura conceitual – Arte náutica  
B - O homem, ser social

<b>1. Armada (conjunto de navios)</b> <b>Armada</b>				
<b>1. 1. Tripulação</b>	<b>1. 2. Tipologia das naus</b>			
Calafate; Capitam I (capitão irmão-referência a Martim Afonso de Sousa); Marinheiro; Marinheiraria; Mestre; Piloto; Piloto- mor.	<b>1.2. 1. Partes que compõem a nau</b>	<b>1.2. 2. Instrumentos que auxiliam e orientam a navegação</b>	<b>1. 2. 3. Pesos e medidas</b>	<b>1. 2. 4. A atracagem</b>
	Barlavento Bombordo Bordo; Bordo do Sul; Castelo; Chapiteo; Coberta; Convés; Gávea; Julavento; Ló; Padesada (ou paves); Popa; Portaló; Postiça; Proa; Sotavendo (ou julavento); Taboa de roisbordo (ou resbordo).	Amarra; Âncora; Árvore seca; Arratadura (arreatadura) Aúste; Bolina; Bolso do traquete; Bolso da vela de avante; Bomba; Cabre (calabre); Cabrestante; Enxárcia; Fateixa (fateixa) Groupezes (gurupés) Leme; Masto (mastro); Masto do traquete; Mezena; Moneta; Papa-figos; Porra de pau; Prumo; Relógio; Remo; Sonda; Tamborete; Traquete; Unha; Vela; Vela latina; Vela redonda; Verga do traquete.	Braça Côvado Légua.	Porto Surgidouro

**Fonte:** Elaborado pela autora com base em Sousa (1530-1532)

O *Sistema de Conceitos* permitiu que 148 lexias extraídas do *Diário da Navegação* pudessem formar uma estrutura organizada e coesa, adequando a proposta de Hallig e Wartburg (1952) ao estudo em questão.

De especial interesse para a organização do vocabulário do *Diário*, são as expressões sintagmáticas, a que denominamos “frases náuticas”, pois formam um conjunto de 28 expressões terminológicas que registro no Quadro 3 a seguir:

**Quadro 3:** *Frases náuticas* no vocabulário de Pero Lopes de Sousa em o *Diário da Navegação* (1530-1532)

EXPRESSÕES SINTAGMÁTICAS	
Amainar a vela	Ir de ló
Amainar de românia	Lançar o ferro e a forja
A ré	Lançar a nao ao paio
Arribar (2 quartos)	Lançar o prumo
Chover água	Mandar lançar
Dar um calabrete por popa	Mar em través
Dar totalas velas	Saltar a lés-nordeste (vento)
Dar abatimento a agulha	Sofrer o mar
Dar o mar por riba	Tomar o sol
Estar surto	Tomar a altura (do sol)
Fazer água	Um tiro de arcabuz
Fazer vela ou fazer a vela	Um tiro de besta
Fazer a não a vela	Um tiro de bombardarda (ou abombarda)
	Um tiro de falcam da terra
	Ventar o vento

**Fonte:** Elaborado pela autora com base em Sousa (1530-1532)

Às 148 lexias ordenadas no *Sistema de Conceitos*, poderia juntar os 11 verbos abaixo relacionados, pois trazem em si o seu valor de termo, ou seja, de unidade de especialidade; entretanto, em virtude de seu número mais reduzido e por pertencerem mais à linguagem geral, preferi reuni-los em separado, no Quadro 4, como segue:

**Quadro 4:** Verbos *náuticos* como unidades de especialidade no vocabulário de Pero Lopes de Sousa em o *Diário da Navegação* (1530-1532)

VERBOS DE ESPECIALIDADE
Abalroar; Abonançar; Arribar; Barlaventear; Caçar; Demandar; Demorar; Pairar; Surdir (ancorar); Surgir; Varar.

**Fonte:** Elaborado pela autora com base em Sousa (1530-1532)

Completam essa preliminar organização do vocabulário da navegação *lexias* e expressões com uma única ocorrência no banco de dados do DHPB e que estão, exclusivamente, no *Diário* de Pero Lopes de Sousa:

**Quadro 5:** Unidades lexicais com ocorrência única no vocabulário de Pero Lopes de Sousa em o *Diário da Navegação* (1530-1532)

UNIDADES LEXICAIS COM OCORRÊNCIA ÚNICA	
Lexias simples	Expressões
Carraca	À ré
Chapitéo	Árvore seca
Marinheiraria	Bolso do traquete
Padesada	De romania (amainar)
Surdio (verbo surdir)	Groupezes (gurupés ou gorupés)
Tamboretas	Ir de ló
	Lancei o ferro e a forja
	Mestre (uma única ocorrência em sentido náutico)
	Porras de pau (pau)
	Um tiro de falcam da terra
	Verga do traquete

**Fonte:** Elaborado pela autora com base em Sousa (1530-1532)

O verbo **surdir** na relação acima só apresenta a ocorrência **surdio**, e é a única em todo o banco de dados do DHPB.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estruturação conceitual organizada, provisoriamente, para a arte náutica é passível ainda de alterações, dada a especificidade de significação de cada unidade.

Na parte relativa à categoria A – O Universo pode-se observar que são unidades que pertencentes à língua geral se referem ao céu, a terra e aos fenômenos da natureza. Já a parte B – relativa ao homem enquanto ser social e neste caso aquele que se dedica a uma atividade como a arte de navegar -, reúne unidades muito específicas da navegação, sendo algumas delas de difícil localização nos dicionários e quando neles registradas, apresentam dificuldade de entendimento

dada a complexidade da definição. Muitas vezes é necessário, para se entender a definição lexicográfica, consultar outras entradas para saber do que se trata. E é neste aspecto que posso considerá-las como unidades terminológicas, pois se referem exclusivamente à arte da náutica. Veja-se abaixo o que registra o volume 2 do *Dicionário da Língua Portuguesa* (1813) de Antonio de Moraes Silva no verbete **moneta**: “MONÉTA, s. f. t. de Naut. Vela pequena; que se pega por baixo dos papafigos, para aproveitar o vento, quando é bonança” (SILVA, 1813, vol., p. 313).

Ou ainda em **gurupés**, no mesmo dicionário registra: “GURUPÉS, s. m. o mastro, que vai meyo deitado, ou lançado obliquamente sobre a proa do navio, ou a sua roda de proa” (SILVA, 1813, p. 109).

Para concluir e fechar a estrutura conceitual do *Diário da Navegação*, o interessante é resgatar uma das passagens da narrativa de Pero Lopes de Sousa, onde o autor fala da natureza brasileira e com isso destacar a importância do *Diário* não só para os estudos do léxico terminológico no século XVI, mas também pela sua representatividade na história do Brasil Colonial.

A água já aqui era toda doce, mas o mar era tam grande que me nam podia parecer que era rio. Na terra havia muitos veados e caça que tomavamos e ovos de emas e emas pequeninas, que eram mui saborosas. Na terra ha muito mel e muito bõo e achávamos tanto que o nam queríamos; e há cardos, que é mui bõo mantimento e que a gente folgava de comer. E, com nos parecer a todos que nos podíamos soster, determinei de ir avante; e o vento era sueste e o tempo estava bõo e de noite havia lũa. PÊRO LOPES DE SOUSA (1968) [1530], DIÁRIO DA NAVEGAÇÃO DE PÊRO LOPES DE SOUSA . [A00\_0078 p. 78].

## REFERÊNCIAS

BIDERMAN, Maria Tereza C.; MURAKAWA, Clotilde de A. Azevedo (Orgs.). *Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII*. Araraquara: Laboratório de Lexicografia/UNESP/FCLAr, 2012 (inédito).

BREAL, Michel. **Ensaio de Semântica**. Tradução de Aída Ferrás et al. São Paulo: EDUC e Pontes, 1992.

BREAL, Michel. **Éssai de Sémantique**. Paris: Librairie Hachette, 1897.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez e Latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712/1728. 10v.

CORTESÃO, Jaime. Colonização do Brasil. In: PERES, Damião; CERDEIRA, Eleutério (Orgs.) **História de Portugal**. Barcelos: Portucalense, v. 4, 1932, p. 130-175.

HALLIG, Rudolf; WARTBURG, Walther von. **Begriffssystem Als Grundlage Für Die Lexikographie. Versuch eines Ordnungsschemas**. Berlin: Akademie-Verlag, 1952.

LABORATÓRIO DE LEXICOGRAFIA/UNESP/FCLAr. *Banco de Dados do Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII*, Araraquara/SP, 2010 (acesso restrito).

MEILLET, Antoine. **Linguistique Historique et Linguistique Générale**. Paris: Librairie Ancienne Honoré, 1948.

MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo. Empréstimo linguístico interno: um estudo sobre o vocabulário da Náutica Portuguesa. In: HEAD, Brian *et al* (Org.). **História da Língua e História da Gramática**. Braga: Centro de Estudos Humanísticos. Universidade do Minho, 2002, p. 321-331.

SARAIVA, António José. **História da Cultura em Portugal**. Lisboa: Jornal do Fôro, 1955. 2v.

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da Lingua Portuguesa**. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, 2v.

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da Lingua Portuguesa**. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. 2v.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500- 1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VIEIRA, Frei Domingos Vieira. **Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portugueza**. Porto: Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes. 1871/1874, 5v.

# UMA PROPOSTA DE SELEÇÃO DE CONTEXTOS PARA DICIONÁRIO

*Enilde Faulstich*

*Michelle Machado de Oliveira Vilarinho*

## INTRODUÇÃO

 objeto de investigação deste artigo considera procedimentos para a seleção de contextos de uso, com fins lexicográficos. O contexto de uso contribui para a compreensão do significado, por fazer parte da microestrutura de dicionários<sup>1</sup>. Os mecanismos refinados para selecionar contextos que compõem os verbetes motivaram o estudo, como discutiremos daqui em diante.

Nos dicionários, a contextualização da palavra-entrada pode ser feita por *abonações* ou por *exemplos*. Para Faulstich e Rocha (1997, p. 28),

[...] abonação é um fragmento de texto ou uma frase, copiada de textos literários, científicos e técnicos que servem para demonstrar pela exatidão o significado de entradas dos dicionários. Exemplo é frase ou locução, criada pelo enunciador, para estabelecer uma opinião, confirmar uma regra ou demonstrar uma verdade acerca de uma entrada de dicionário.

A *abonação* é, portanto, contexto transcrito de uma fonte, entendida como obra original. Inserem-se, nessa tipologia, textos literá-

---

<sup>1</sup> Este trabalho se insere na linha de pesquisa Léxico e Terminologia do Programa de Pós-Graduação em Linguística, e consiste em ações dos projetos “Dicionário informatizado Analógico de Língua Portuguesa” e “Dicionário de Aprendizagem de Português do Brasil como Segunda Língua”, apoiados pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF).

rios, científicos, relatos técnicos, matérias jornalísticas diversas, entre outras. Por sua vez, *exemplo* é contexto adaptado de alguma fonte ou criado ou pelo lexicógrafo.

Para ilustrar este artigo, servimo-nos de resultados parciais de uma pesquisa sobre recolha de contextos. O meio utilizado é ferramenta que extrai dados, conforme o comando do pesquisador. De início, damos preferência a exemplos, visto que alguns textos motivadores sofreram adaptações, com cortes de algumas partes do trecho selecionado, sem que isso tenha mutilado a função textual.

Alguns critérios, para a extração de contextos, estão descritos, no início da subseção a seguir.

## **1. CONTEXTO EM DICIONÁRIO: FUNÇÃO E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO**

A seleção de contextos deve seguir critérios que atendam a funções específicas. Há autores que apresentam propostas que respondem às necessidades funcionais, com vistas à compreensão da palavra no espaço de uso em que está circunscrita.

Assim sendo, Drysdale (1987, p. 218) apresenta critérios que organizam os contextos relacionados ao papel que desempenham, qual seja, “complementaridade de informação contida na definição; demonstração do uso da palavra num contexto; distinção entre significados; ilustração de padrões gramaticais; registros apropriados de níveis estilísticos”<sup>2</sup>. Corrêa (2012, p. 364), por sua vez, enumera as funções básicas do contexto, como a) especificar e/ ou explicar o conteúdo de natureza enciclopédica ausente das definições; b) contextualizar o uso vocabular;

---

<sup>2</sup> Texto original: “to supplement information in a definition, to show the entry word in context, to distinguish one meaning from another, to illustrate grammatical patterns, to show other typical collocations and to indicate appropriate registers or stylistic levels”.

c) facilitar a compreensão do significado”. Além disso, revela as relações sintagmáticas de combinações sintático-semânticas que podem ser construídas e devem expressar o uso das palavras. Silveira Neto (2014, p. 43) propõe que os contextos devem a) preencher certo vazio de significado deixado pela definição; (b) distinguir determinada acepção das demais das quais difere; (c) apresentar perspectivas ideológicas diversas; (d) somar à definição outros dados semânticos; (e) fornecer informações de nível enciclopédico (históricas, culturais, folclóricas, geográficas etc.).

Observamos que há semelhanças, que se superpõem, entre as propostas pelos autores mencionados. Na síntese, é possível destacar essas coincidências; o grifo é nosso:

**Quadro 1:** Critérios para seleção de contexto

<b>AUTOR</b>	<b>CRITÉRIOS</b>				
Drysdale (1987)	complementaridade de informação contida na <b>definição</b>	demonstração do uso da palavra num <b>contexto</b>	distinção entre <b>significados</b>	ilustração de padrões gramaticais	registros apropriados de níveis estilísticos
Corrêa (2012)	especificar [...] conteúdo de natureza enciclopédica ausente das <b>definições</b>	<b>contextualizar</b> o uso vocabular	facilitar a compreensão do <b>significado</b>		
Silveira Neto (2014)	preencher certo vazio de significado deixado pela <b>definição</b>	distinguir determinada acepção das demais	apresentar perspectivas ideológicas diversas;	fornecer informações de nível enciclopédico	somar à definição outros dados semânticos

**Fonte:** Drysdale (1987); Corrêa (2012); Silveira Neto (2014)

No conjunto das funções elencadas pelos autores mencionados, três são as mais representativas pela repetição, as relacionadas à definição, as que referem contexto e aquelas que estão atentas à compreensão do significado. Essas três funções são interligadas na elaboração de um bom dicionário, que precisa de definição clara da palavra-entrada e contextualização da palavra-entrada para que o significado seja apreendido de modo coerente e coeso. Um enunciado deixa de ser informativo se não cumprir funções que possibilitem o uso da palavra-entrada de um

verbetes. Por exemplo, se alguém quiser saber o significado do nome *saia*, o lexicógrafo deverá ter o cuidado de registrar um contexto em que o significado de *saia* esteja no âmbito de ‘peça de vestuário’ e não no de ação de ordem, cuja categoria, nesse caso, é a de verbo. E caso queira usar a homografia no mesmo exemplo, complicará ainda mais a compreensão do significado, como em: ‘Peço à aluna de *saia* que não faça a atividade física e que *saia* do ginásio.’ É de se supor que um exemplo como esse enriquecerá funções lexicais, funções gramaticais e, mesmo, enciclopédicas.

Afirmamos, então, que existe “inegável valor lexicográfico dos contextos no cumprimento de diversas funções, tais como complementar a definição, apresentar contextos sintáticos, introduzir informações culturais, ou, simplesmente, atestar a ocorrência de uma palavra ou acepção”, conforme Farias (2008, p. 101).

O lexicógrafo precisa ser um especialista na recolha de contextos, quer seja do tipo *abonação*, quer seja do tipo *exemplo*, porque representam o uso e têm papel esclarecedor, de caráter complementar. Ainda mais, é preciso ter profunda compreensão do nível de escolaridade do público-alvo, da faixa etária e nacionalidade, em vista da posição de falante da língua, se o conhecimento será adquirido por um falante de L1 ou de L2. Nos projetos que estamos desenvolvendo, os dicionários se dirigem primordialmente a aprendizes de Português do Brasil como Segunda Língua (L2), principalmente estrangeiros, com possibilidade de ser adaptado aos surdos e aos índios nacionais. Uma concepção de L2 que merece destaque é a de Spinassé (2006, p. 6):

L2 é uma não-primeira-língua que é adquirida sob a necessidade de comunicação e dentro de um processo de socialização. A situação tem que ser favorável: um novo meio, um contato mais intensivo com uma nova língua que seja importante para a comunicação e para a integração social. Para o domínio de uma L2, é exigido que a comunicação seja diária e que a língua desempenhe um papel na integração em sociedade.

A população brasileira é diversa, por isso as leis educativas e educacionais precisam promover o português L2 como língua de ensino. Sob esse ponto de vista, é preciso estar atento se a educação linguística está centrada em nacionais que têm, ao lado, outras línguas como L1, ou se para estrangeiros, tanto no território nacional quanto em países em que o português é língua estrangeira. Para esse público, os repertórios lexicográficos são fundamentais na interação do indivíduo com a sociedade e, mais especificamente, na difusão ampla de vocabulários que definam usos linguísticos de termos usados no Brasil. No que diz respeito ao ensino para estrangeiros em que o português tem, na nossa concepção, um papel de *língua externa*, seguimos, ainda, uma observação de Spinassé (2006, p. 6), quando afirma que

[...] no processo de aprendizado de uma LE, não se estabelece um contato tão grande ou tão intenso com a mesma. A grande diferença é que a LE não serve necessariamente à comunicação e, a partir disso, não é fundamental para a integração, enquanto a L2 desempenha um papel até mesmo vital numa sociedade.

De uma forma ou de outra, em situações de aprendizagem de L2 e LE, a consulta ao dicionário é indispensável, e o contexto de uso é substancial, porque são enunciados que complementam a compreensão do significado e demonstram o emprego do item lexical num enunciado com construção sintática; podem ir além, ao apresentar situações da cultura brasileira. Porém, para que esses resultados sejam satisfatórios, é necessário que o elaborador de obras de referência organize um projeto em que o todo apareça coeso e, nesse caso, a seleção de contextos não deve ser somente um apêndice no final das definições. Reiteramos essa percepção a seguir.

Para que o contexto seja um facilitador do entendimento da definição, convém que a escolha desse fragmento seja feita de forma criteriosa e não puramente aleatória, porque disso poderão advir insucessos

no uso da expressão. Como é sabido, dicionários, glossários, léxicos, vocabulários, entre outros, são obras didáticas engendradas para consulta, com fins de aprendizagem de como ler e entender um texto, em que as combinações sintático-semânticas de uma língua apareçam em enunciados curtos de entendimento direto. Por isso, os enunciados de contexto devem ser explícitos, corretos e adequados à situação.

Para que o uso do item lexical, que compõe a entrada do verbete, apareça contextualizado num enunciado adequado à situação, é preciso que a seleção seja feita com critérios de valores reais – positivos ou negativos – que caracterizem o objeto sob análise. A propósito de critérios, os contextos devem conter o item lexical com o conceito que complementa a compreensão do significado de uso naquela situação. É de conhecimento que um verbete contém acepções diversas, que enumeradas correspondem a diferentes usos; essa é uma função lexicográfica. Porém o elaborador de um repertório escolar deve planejar a obra, para decidir o tema, o público-alvo e faixa etária e a fonte de contextos, assim como deliberar que mecanismos usar para a recolha das frases que ensinem como a palavra-entrada do verbete pode ser usada; desse modo, responderão às necessidades de quem vai usar o material. Nesse aspecto, distinguem-se dicionários de língua comum, quase sempre volumosos, de dicionários terminológicos, que são os que se ocupam de áreas de especialidade, com termos centrados num domínio próprio, razão pela qual os glossários são, quase sempre, constituídos de termos de áreas específicas, e são, menos volumosos que os dicionários.

Os contextos de obras terminográficas exigem atenção especial, a fim de evitar contextos vazios de significado ou contextos que somente apresentem características negativas do objeto descrito. O motivo principal desse cuidado é evitar que o ensinamento carregue falsos estereótipos. Nas ilustrações seguintes, apresentamos contextos bons com abonações, selecionados de obras originais e contextos com exemplos, criados

pelo autor do verbete. O quadro 2 apresenta contextos do Dicionário Oxford Escolar de Matemática (PATILLA, 2012) e o quadro 3, contexto do Dicionário UNESP do português contemporâneo (BORBA, 2004).

**Quadro 2:** Ilustração de contextos em dicionário de especialidade do Dicionário Oxford Escolar de Matemática

<b>Palavra-entrada de um verbete</b>	<b>Definição</b>	<b>Contexto</b>
<b>ábaco</b>	Antigo instrumento usado para ajudar a fazer contas e cálculos mentais.	<i>Um <b>ábaco</b> usa elementos de contagem para expressar valor posicional.</i>
<b>esfera</b>	Figura espacial em que todos os pontos de sua superfície estão à mesma distância de um ponto, chamado centro da esfera.	<i>Uma <b>esfera</b> não tem faces nem arestas.</i>
<b>massa</b>	Quantidade de matéria existente em um objeto.	<i>As unidades de medida de <b>massa</b> mais usadas são o quilograma e o grama.</i>
<b>tonelada</b>	Unidade de medida de massa que equivale a 1000 quilogramas.	<i>1 <b>tonelada</b> = 1000 quilogramas.</i>

**Fonte:** Patilla (2012)

**Quadro 3:** Ilustração de contextos em dicionário de língua comum do Dicionário UNESP do Português

<b>Palavra-entrada de um verbete</b>	<b>Definição</b>	<b>Contexto</b>
<b>ábaco</b>	Instrumento para cálculo elementar, que consiste numa moldura retangular com arames nos quais correm bolinhas coloridas.	<i>Não registrado.</i>
<b>esfera</b>	1. corpo redondo; globo.	<i>O sol é uma esfera gigantesca.</i>
<b>massa</b>	2. quantidade considerável de uma substância.	<i>Uma grande massa de gelo se aproxima do Sudeste.</i>
<b>tonelada</b>	1. medida de peso, no sistema métrico, equivalente a mil quilogramas 2. grande quantidade.	<i>Já se gastaram toneladas de papel para tratar do assunto.</i>

**Fonte:** Borba (2004)

Nos quadros 2 e 3, as entradas são as mesmas. As definições e os contextos dependem de decisões dos elaboradores dos dicionários, em vista do usuário para quem se dirigem. No Oxford, à página 3, o organizador informa que “os termos apresentados no dicionário foram escolhidos com base no vocabulário usado e estudado durante as aulas de Matemática no Ensino Fundamental II”. E sobre contextos diz, na mesma página: “com os termos destacados em negrito, apresentam o uso dos termos em um contexto”.

Na introdução do dicionário UNESP, à página VII, está registrado que “dirige-se àqueles que se servem da língua em algum momento da vida social e, especificamente, aos escolares não só do ensino médio, mas até dos primeiros anos do ensino superior de qualquer área.” E finaliza o primeiro parágrafo com a afirmação: “... organizou-se de forma a estimular a pesquisa vocabular e a reflexão sobre o uso da língua, pela observação do jogo de contextos dentro de cada verbete”.

Os contextos, nos dois dicionários, apresentam diferenças em relação aos critérios de ilustração de padrões gramaticais. Assim, no Oxford, é possível identificar que somente no quadro 2, os contextos têm

função de “complementaridade de informação contida na definição”, mas nos dois quadros, “há demonstração do uso da palavra num **contexto** (DRYSDALE, 1987), embora, no quadro 3, não se perceba a função, conforme Corrêa (2012), de “**contextualizar** o uso vocabular” em vista de “facilitar a compreensão do significado”. Duas funções, indicadas por Silveira Neto (2014), são percebidas no quadro 3: “apresentar perspectivas ideológicas diversas” e “fornecer informações de nível enciclopédico”.

Como já foi dito, os bons contextos inserem as palavras da entrada de um verbete em frases curtas e objetivas, mas devem, também, considerar as relações sintáticas e semânticas do trecho selecionado para constituir contexto, porque servem de “ilustração de padrões gramaticais” (DRYSDALE, 1987). Essa mesma percepção encontra-se em Borba (2003, p. 309), quando observa que “um dicionário de língua, como produto cultural e instrumento pedagógico, resulta de um olhar sobre a estrutura e o funcionamento do sistema linguístico num determinado momento da vida de uma sociedade”. Nesse caso, cabe atentar para o vínculo que existe entre o léxico de uma língua e a cultura representada por ideologias. Porém, se a obra de referência não tiver por meta o registro de ideologias, é necessário que o elaborador de dicionários, e obras afins, não se deixe levar por convicções grupais, sob pena de omitir a descrição do objeto. Mesmo assim, não cabe desprezar o que declara Borba (2003, p. 307): “A ideologia é necessariamente veiculada pela linguagem em sua função de interação social. [...] E é pelo léxico que se pode avaliar a ideologia vigente num determinado grupo em determinada época”.

Essa chamada de atenção funciona como um ‘controle’ técnico, no sentido de que o lexicógrafo deve planejar, claramente, a obra e decidir a natureza dos excertos contextuais, sem esquecer que os dicionários são instrumentos pedagógicos que devem apresentar os significados dos objetos que compoem a obra e que os direitos humanos, com valorização da diversidade política, social, religiosa, econômica, cultural da sociedade estão presentes nos discursos. A propósito convém lembrar:

Os direitos humanos formam um todo, um conjunto de direitos fundamentais, a que todos os seres humanos, de todos os povos e nações, devem usufruir pelo simples fato de existirem, independentemente de sua classe social, etnia, gênero, nacionalidade ou posicionamento político. [...] O respeito aos direitos humanos é considerado pré-requisito para o exercício pleno da democracia.<sup>3</sup>

Este registro é de interesse justamente pela natureza das obras de referência que, como já foi dito, descrevem o léxico – as palavras vigentes na linha do tempo das línguas e têm forte papel de representação social e cultural.

A pesquisa em lexicografia e terminologia é minuciosa e, normalmente prolongada, afinal para descrever e definir palavras, o conhecimento de línguas e de linguagens exige formação sólida em estudos lexicais, que se assenta em teorias linguísticas e pedagógicas e na prática tecnológica, disponível atualmente, sem perder de vista que a modernidade se atualiza com alta frequência. Nessa direção, convém considerar os avanços da Linguística de *Corpus* que dispõe de instrumentos úteis para a seleção de contextos. Sobre esse tema, faremos breves considerações a seguir.

## **2. A LINGUÍSTICA DE CORPUS, FERRAMENTA PARA EXTRAÇÃO DOS CONTEXTOS**

Vista como uma tecnologia disponível para as pesquisas que focalizam palavra, primordialmente com levantamento de frequência de uso, a Linguística de *Corpus* contribui para o desenvolvimento de diversos repertórios, tais como, dicionários, vocabulários, glossários, léxicos, entre

---

<sup>3</sup> Adaptado de <https://www.infoescola.com/sociologia/direitos-humanos/>; visita em 16 abr.2018.

outros. Pioneiro nesse campo do conhecimento, Berber Sardinha (2004, p. 3), elucida que Linguística de *Corpus*.

[...] ocupa-se da coleta e da exploração de corpora, ou conjuntos de dados linguísticos textuais coletados criteriosamente, com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade linguística. Como tal, dedica-se à exploração da linguagem por meio de evidências empíricas, extraídas por computador (BERBER SARDINHA, 2004, p. 3).

Desse modo, as obras lexicográficas e terminográficas, que se servem dessa ferramenta, disponibilizam informações linguísticas, com base na frequência de uso e ordenação criteriosa, uma vez que as técnicas automatizadas exploram relações interativas, quantitativas e qualitativas; isso possibilita, naturalmente, rapidez nas pesquisas. Anteriormente, McEnery & Wilson (2001, p. 1) já haviam observado que a Linguística do *Corpus* apresenta “o estudo da língua baseado em exemplos de uso da ‘vida real’ da língua em uso”<sup>4</sup>, daí que a extração dos contextos provenientes de *Corpus* gera autenticidade textual.

O avanço da Linguística de *Corpus* tem demonstrado que, cada vez mais, dados podem ser selecionados para constituir contextos por abonação. Os *corpora*, disponíveis no *Sketch Engine*, programa criado em 2003, possibilitam gerenciamento de *corpus* diverso, bem como a análise linguística dos dados recolhidos. Esse é um programa da *Lexical Computing*, criado por Dr. Adam Kilgarriff, linguista especialista em Linguística de *Corpus*, Linguística Computacional e Lexicografia. O *Lexical Computing* tem sido usado por grandes casas editoriais, para a elaboração de dicionários, a saber, Oxford University Press, Cambridge University Press, Collins, Le Robert, Macmillan, Dictionary.com, Cornelsen e Instituut voor Nederlandse Lexicologie, assim como outras instituições e universidades do mundo têm usado o programa com o interesse de recolha de

---

<sup>4</sup> Texto original: “the study of language based on examples of ‘real life’ language use”.

*corpora*. Afirma Kilgarriff (2014, p. 8)<sup>5</sup> que o programa direciona-se “para linguistas e lexicógrafos que desejam encontrar palavras, usando métodos baseados em corpus”.

Em se tratando de língua portuguesa, o *Sketch Engine* guarda um grande volume de *Corpus Brasileiro*. Deste estamos extraindo os contextos para compor o Dicionário Analógico de Aprendizagem do Português.<sup>6</sup>

No total, O *Corpus Brasileiro* armazenado contém 1.133.416,757 de ocorrências de palavras (tokens) e 871.117.178 formas das palavras (*types*). *Tokens* representa “número de itens (ocorrências)” e *types*, “a razão forma/item (vocábulo/ocorrência) expressa o resultado em porcentagem. [...] Na prática, a razão forma/item indica a riqueza lexical de um texto. Quanto maior o valor, mais palavras diferentes o texto conterá” (BERBER SARDINHA, 2004, p. 94).

---

<sup>5</sup> Original: “to linguists and lexicographers wanting to find out about words, using corpus-driven methods”. Informações disponíveis nos sites <http://www.datalandscape.eu/companies/lexical-computing> e <https://blog.kilgarriff.co.uk/?author=1>. Acesso em: 12 abr. 2017.

<sup>6</sup> Esse *corpus* foi elaborado pelo Dr. Tony Berner Sardinha, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) e especialista em Linguística de *Corpus*.

Na tabela, a seguir, apresentamos alguns gêneros textuais que compõem o *Corpus*, com a porcentagem e o número de ocorrências:

**Tabela 1:** Alguns gêneros da constituição do *Corpus Brasileiro*

Gênero Textual	Porcentagem	Nº de Ocorrências
Acadêmico: Teses e Dissertações	28,87%	327.221.017
Acadêmico: Artigos	23,74%	269.129.216
Jornalismo: notícias de Jornal	23,41%	265.338.763
Educação (Miscelânea)	8,15%	92.409.600
Política: Sessões do Congresso	7,12%	80.743.866
Enciclopédia: Wikipédia	4,27%	48.376.978
Técnico: Relatórios e Manuais	1,27%	14.377.742
Legais e Jurídicos	0,83%	9.425.793
Literatura: Miscelânea	0,78%	8.827.430
Acadêmico: Anais	0,63%	7.172.711
Político: Atos de Assembleias Estaduais	0,36%	4.058.166
Política: Discurso Presidencial	0,16%	1.813.191
Religião: Miscelânea	0,08%	935.839
Religião: Bíblia Cristã	0,08%	881.482
Manuais de Computação	0,07%	760.620
Literatura: Biografias	0,06%	640.709
Jornalismo: Revista	0,04%	503.040
Roteiros de TV e Filmes	0,03%	341.534
Literatura: Crônicas	0,01%	166.655
Medicina: Bula de Remédio	0,01%	117.776
Esporte: Locução de Jogos de Futebol	< 0,01%	86.613
Literatura: Pequenos contos	< 0,01%	61.628
Política: Debates de TV	< 0,01%	22.066
Jornalismo: Horóscopo	< 0,01%	4.322
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>1.133.416.757</b>

**Fonte:** Coutinho (2016, p. 26-27)

Como informação útil para consultas futuras, repetimos o que Carvalho (2017, p. 95) afirma sobre o *Corpus Brasileiro*: “é o mais extenso e representativo, apesar da ênfase em gêneros da escrita e da oralidade formal. Com mais de um bilhão de ocorrências (*tokens*), o *Corpus Brasileiro* é composto de variados gêneros textuais”.

Os textos acadêmicos compõem 52,61% desse *Corpus Brasileiro*. Durante nossa pesquisa, observamos que, em grande parte dos textos e dos mais variados tipos, o *corpus* é, predominantemente, escrito na norma padrão. Assim sendo, podemos identificar que os contextos representam um tipo de norma, a que segue a modalidade escrita em uso, como demonstrado, a seguir. São *tokens* e *types* do campo lexical *alimentação*, extraídos do *Corpus Brasileiro*; os contextos são os que consideramos adequados.

**Quadro 4:** Demonstrativo de contextos em norma padrão da língua portuguesa

Types	Gênero textual	Tokens	Contexto adequado
cantina	Educação (Miscelânea)	2,625	As <i>cantinas</i> escolares devem oferecer cardápios organizados de modo a favorecer o desenvolvimento fisiológico da criança.
confeitaria	Jornalismo: notícias de Jornal	1,138	Deise resolveu fugir da dieta, foi a uma excelente <i>confeitaria</i> e escolheu um bolo de chocolate.
pizzaria	Jornalismo: notícias de Jornal	1,281	A <i>pizzaria</i> vende massas no tamanho família e individual e tem como atração uma pizza doce.

**Fonte:** Faulstich; Vilarinho (2020)<sup>7</sup>

Para breves comentários, selecionamos contextos que dão pistas de que ‘alguém’ vai a algum ‘lugar’ de consumo alimentar. Esta foi uma decisão consciente do elaborador da obra de referência com fins específicos: ‘onde ir para fazer o quê’. Do ponto de vista da construção sintática, somente um contexto apresenta o verbo ‘ir’, nos outros, o entendimento dessa ação fica subentendido. Assim, o contexto de *cantina* deixa transparecer que é um local, para onde pessoas se dirigem, situado numa escola, mas que esse local deverá ter preocupação com a saúde do usuário; é uma informação extralinguística, que, no todo frasal, indicia perspectivas ideológicas. Em

<sup>7</sup> Quadro produzido para fins deste artigo.

*confeitaria*, há, nas entrelinhas, uma orientação de que ali, naquele local, vendem bolo; há argumentos negativos (resolveu fugir da dieta) e positivos (excelente confeitaria), que deixam transparecer que bolo (de chocolate) é algo que se come fora de dietas. Em pizzeria, as informações de nível enciclopédico caracterizam o tamanho do objeto e induzem o leitor, por meio de informação extralinguística, a saber que quem se dirige para aquele local encontrará uma novidade.

O trabalho de seleção de contexto é minucioso porque exige, como resultado, enunciados claros, pertinentes e de acordo com os critérios planejados. Os enunciados contextuais podem ser compilados de duas formas, como a fonte apresenta (abonações) ou como texto adaptado (exemplos); no último caso, são feitos ajustes no texto para que a informação tenha significado complementar à definição, e não seja uma outra definição.

Com já foi dito, o contexto tem papéis na construção de dicionários e de obras afins, conforme foi dito antes, e, também, tem a tarefa de demonstrar construções linguísticas que possibilitem leitura adequada da palavra – lexema ou termo – conforme o uso escrito. O lexicógrafo deve ser criterioso na seleção dos contextos para compor as obras que elabora, a fim de que pelo menos uma das funções da contextualização seja cumprida, o que mostrará a abordagem da língua ao leitor, que busca informação precisa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo, apresentamos as peculiaridades dos contextos que ilustram os significados das palavras entradas – lexemas ou termos –, nas ocorrências do uso. O contexto é um recurso lexicográfico da microestrutura que contribui, fundamentalmente, para a construção do sentido do discurso, numa paródia ao pensamento de Dik (1981). Dissemos, no início, que a contextualização dos significados em obras de referência segue regras, segundo o planejamento do elaborador da obra. Daí que o

significado pode ser complementado por contexto por *abonação*, se recolhido de uma obra publicada, ou contexto, por exemplo, se criado pelo elaborador. Observamos que o bom contexto insere um lexema ou um termo num processo de textualização, de tal forma que a compreensão do significado resulta de combinações sintático-semânticas que conduzem a composição do sentido como um todo.

O que importa ainda ressaltar são as responsabilidades na seleção de contextos, que parecem se dividir entre um primeiro e um segundo, quer dizer, se o contexto se apresenta por meio de exemplos, inventados pelo autor da obra, a responsabilidade de criar bons ou maus contextos é deste autor, que é o primeiro, é o criador; se o contexto se apresenta por meio de abonações, frases extraídas de *corpus*, de autoria de um segundo, a responsabilidade passa a ser desse segundo, que é o autor da obra de onde o contexto foi extraído. No entanto, de uma ou de outra forma, o contexto que satisfaz é aquele que promove o conhecimento do leitor e que proporciona que esse leitor amplie seu vocabulário com usos adequados e com domínio da expressão para que saiba encaixá-la no discurso satisfatório.

## REFERÊNCIAS

BERBER SARDINHA, Tony. **Linguística de Corpus**. Barueri, São Paulo: Manole, 2004.

BORBA, Francisco da Silva *et al.* **Dicionário de usos do Português do Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.

BORBA, Francisco da Silva (Org.). **Dicionário UNESP do português contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 2004.

BORBA, Francisco da Silva. **Organização de dicionários**: uma introdução à lexicografia. São Paulo, Unesp, 2003.

CARVALHO, Orlene Lúcia de Saboia. Colocações e Português Brasileiro como Língua Estrangeira. In: SILVA, Francisca Cordelia da; VILARINHO, Michelle Machado de Oliveira (Orgs.). **O que a distância revela**. Vol. 4. Brasília: Logpress, 2017, p. 79-105.

CORRÊA, Lêda. Dicionário eletrônico onomasiológico semasiológico do português brasileiro/espanhol rioplatense para o Mercosul. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (Orgs.). **As Ciências do Léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. Vol. VI. Campo Grande: Ed. UFMS, 2012, p. 353-368.

COUTINHO, Victor Araújo. **Variação linguística no ensino de Português Brasileiro como Língua Estrangeira: pronomes objeto direto de 3ª pessoa**. 2016. 106 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília. 2016.

DIK, Simon. **Functional Grammar**. Dordrecht/Cinnaminson: Foris Publications, 1981.

DRYSDALE, Peter D. The role of examples in a learner's dictionary. In: COWIE, Annette. (Ed.) **The dictionary and the language learner. Paper from the Euralex Seminar at the University of Leeds**. Tübingen, Niemeyer, 1987, p. 213-223.

FARIAS, Virgínia Sita. O exemplo como informação discreta e discriminante em dicionários semasiológicos de Língua Portuguesa. **Alfa**. São Paulo, 52 (1), p. 101-122, 2008.

FAULSTICH, Enilde Leite de Jesus; ROCHA, Sandra Lúcia Rocha da. A função pragmática do contexto linguístico em obras lexicográficas e terminográficas. In: ZINGLÉ, Henri. (Org.) **Travaux du Lilla**. França: Université de Nice-Sophia Antípolis, n° 2, p. 23-32, 1997.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 3.0. São Paulo: Objetiva, 2009.

KILGARRIFF, Adam *et al.* The Sketch Engine: ten years on. **Lexicography**, p. 1-30, 2014. Disponível em: <<http://www.sketchengine.co.uk>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

KILGARRIFF, Adam *et al.* The sketch engine. In: **Proc EURALEX**, Lorient: France, 2004, p. 105-116.

MCENERY, Tony. & WILSON, Andrew. **Corpus Linguistics**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1996.

PATILLA, Petter (Org.). **Dicionário Oxford Escolar de Matemática**. Edição brasileira revista por Nilson José Machado. Tradução de Fábio Pelicano Borges Vieira; Lucas Mendes Marques Gonçalves. São Paulo: Oxford University Press, 2012.

SILVEIRA NETO, Joaquim Cardoso da. **A funcionalidade do exemplo lexicográfico em dicionário escolar para o ensino médio**. 2014, 124fl. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade de Sergipe, 2014.

SPINASSÉ, Karen Pupp. Os conceitos Língua Materna, Segunda Língua e Língua Estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no Sul do Brasil. **Revista Contingentia**, v.1, n.1, p. 1-10, nov.2006.

**engrossent[ar]** - v. (*en + grosso + -entar*). → engross[ar]. ‘engordurar’. || G [1399/tsla/64vc2]: Se foy l torpe en comer . ou en beuer . como diz l san bernaldo abrindo muyto aboca . l ou soando con os beyços como besta l ou vertendo os maníares ou ovyn l ho por sy ou por amesa ou metendo l torpemente toda amãõ ou todos os l dedos en na escudela . ou tornando o pan l mosegado aella . ou ovaso com aboca en l **grossentando** . ou as toalhas torpemen l te enscuiando Se se queixo muyto en / l ocomer sen lhe dando pressa *que* he syn l al de *guargantuice*.

**enhader** → enader.

**enhale[ar]** — v. (< de *en + alear* [este do lat. *alienare*]<sup>et.</sup>) ‘alienar’; ‘transferir para outrem a posse ou propriedade de algo’. || CF3 [xiii/frax/84v]: Se algũa cousa for metuda en iuyzo e *aquel que* a teuer e a **enhalear** ante *que* seya liurada *per* iuyzo e *per* auença, en poder seya do demandador de a (de a) demandar aaquel que lha alheou ou aaquel que a recebeu.

**enhatamente** - adv. (< *enhata + -mente*). → enhata . /enatho. ‘hediondamente’; ‘de maneira repugnante’. [xiv/flos/23rc2]: e muytas vezes veo a mim qual ele era muy

## PARTE III TERMINOLOGIA

# PONDO EM BONS TERMOS OS DICIONÁRIOS ESPECIALIZADOS E OS DICIONÁRIOS DE LÍNGUA GERAL<sup>1</sup>

Marie-Claude L'Homme

Alain Polguère

## INTRODUÇÃO

**A**s relações entre unidades lexicais de língua geral, doravante *ULG*, e termos levantam uma série de questões relevantes para qualquer pessoa que esteja estudando léxicos e, portanto, para os terminólogos, para os lexicólogos e para os lexicógrafos. Podemos especialmente nos questionar sobre a presença real ou suposta de características distintivas entre ULGs e termos, ou sobre as modalidades de coabitação desses dois tipos de unidades lexicais em uma língua. A língua geral e as terminologias não constituem sistemas compartimentados; é óbvio que se trata, antes, de códigos cujas manifestações coabitam na fala, no sentido saussuriano. A distinção entre ULGs e termos torna possível realizar uma partição útil, mas, afinal de contas, relativamente artificial, dos sistemas

---

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no *Colloque en l'honneur d'Henri Béjoint*, realizado em Lyon, de 27 a 29 de setembro de 2007. Posteriormente, o texto foi publicado sob o título *Mettre en bons termes les dictionnaires spécialisés et les dictionnaires de langue générale* em *Travaux du CRTT*, organizado por F. Maniez e P. Dury (Dir.) em 2008. Os autores do artigo e os editores de *Travaux du CRTT* autorizaram a publicação da presente tradução neste volume do livro *As Ciências do Léxico*. A tradução do artigo para o português foi realizada por Sabrina Pereira de Abreu (Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Porto Alegre. Brasil. E-mail: spiclone@gmail.com). Cumpre registrar que o processo tradutório foi acompanhado pelos autores, que deram sugestões, corrigiram eventuais equívocos e acrescentaram pequenas modificações em relação ao texto original.

de regras envolvidos na produção linguística. A coabitação, e até mesmo a interconexão, desses dois tipos de unidades lexicais está, aliás, na origem das dificuldades que os lexicólogos e os terminólogos sempre tiveram em distinguir claramente, pelo menos no plano linguístico, entre as unidades pertinentes à língua geral e aquelas pertinentes à terminologia.

Além dessas questões de caráter teórico, a relação entre os dois tipos de unidades lexicais é frequentemente abordada na prática terminológica e lexicográfica, especialmente quando se trata de construir uma nomenclatura de repertório lexical. Certas práticas terminológicas podem abstrair das ULGs, concentrando-se em um conjunto de unidades previamente definidas como termos em função de aplicações específicas. Em lexicografia, em contrapartida, é difícil ignorar essa questão, pois os repertórios lexicais devem inevitavelmente levar em conta sentidos especializados, pelo menos quando estes correspondem a acepções específicas de vocábulos polissêmicos que, aliás, fazem parte da língua geral.

No presente artigo, debruçamo-nos sobre a questão das relações entre termos e ULGs, perguntando-nos, primeiramente, sobre as diferentes formas de coabitação desses dois tipos de unidades lexicais na língua e na fala. Assumindo que ambos os tipos de unidades lexicais podem ser postos em relação nos eixos da língua e da fala, veremos de que maneiras se manifesta sua interação. Extrairemos desse exame um certo número de observações que ajudarão na modelização das relações que se estabelecem entre termos e ULGs, em particular em bases de dados lexicais dos tipos daquelas que desenvolvemos no *Observatoire de linguistique Sens-Texte* (OLST)<sup>2</sup>. Concentrar-nos-emos aqui no caso das bases do francês DiCo (língua geral) e DiCoInfo (área da informática e da internet).

O artigo está estruturado da seguinte forma. Primeiro, na seção 1, tecemos alguns comentários de caráter teórico sobre os conceitos de

---

<sup>2</sup> Universidade de Montréal (Canadá).

termos e de ULGs. A seguir, na seção 2, examinamos casos concretos de interação entre termos e ULGs. A seção 3 é dedicada às modalidades de integração de termos em uma base de dados de natureza geral. Após uma breve descrição de nossas bases de dados lexical e terminológica (seção 3.1), explicamos de que maneira visualizamos essa integração (seção 3.2).

## **1. OBSERVAÇÕES PRELIMINARES SOBRE AS NOÇÕES DE TERMO E DE ULG**

As relações que se estabelecem entre termos e ULGs vêm preocupando há muito tempo terminólogos e lexicógrafos, e os posicionamentos sobre o assunto podem ser associados a três etapas principais da evolução da terminologia.

Os primeiros terminólogos, desejosos de justificar a autonomia da terminologia e de defini-la como disciplina autônoma (especialmente em relação à linguística), caracterizaram o termo como uma etiqueta que serve para denominar um conceito, definido, por sua vez, em função das relações que mantém com os demais conceitos no interior de uma área do conhecimento. Tendo sido assim formulado este postulado, não parecia oportuno questionar-se sobre as eventuais semelhanças e diferenças entre os termos e as ULGs.

O problema da relação entre esses dois tipos de unidades lexicais não tardou, porém, a ser formulado. Guilbert (1973) e Rey (1976), entre outros, pesquisaram o caráter específico do termo em sua função essencialmente referencial, sua capacidade para denotar objetos do mundo real. Segundo esses autores, a função do termo explica uma parte de suas características linguísticas: predominância de termos de natureza nominal, de determinados modos de designação “transparentes” (termos complexos, recurso aos formativos gregos ou latinos, empréstimos) etc.

Mais recentemente, observa-se uma tendência para abordar a noção de termo na perspectiva da polissemia, ponto de vista que parece sancionar a prática lexicográfica. Para Kočourek, os termos *não representam, potencialmente, senão certas acepções da área semântica da unidade lexical*<sup>3</sup>, a saber, aquelas definidas pelos especialistas nos textos especializados (KOČOUREK, 1991, p. 180). Para Cabré (2001), o termo, se observado do ponto de vista da linguística, é o resultado da ativação de um valor especializado, quando são satisfeitas certas condições discursivas.

Adelstein e Cabré (2002), que lamentam o fato de que muitas vezes se busca distinguir os termos das unidades lexicais, desenvolveram um modelo que permite explicar que o termo carrega um sentido que emerge no contexto da comunicação especializada. De acordo com as autoras, o caráter específico do termo se explica com base em uma das quatro seguintes propriedades: (i) as situações comunicativas em que é utilizado; (ii) a especialização de alguns de seus componentes semânticos; (iii) os conhecimentos que representa; (iv) o tipo de significação de que é portador.

Nosso objetivo não é alimentar o debate teórico sobre a natureza linguística dos termos, natureza particular que os distinguiria das ULGs. Esse debate é útil, e até mesmo necessário, mas preferimos concentrar-nos na interação entre termos e ULGs, pressupondo estabelecida a distinção conceitual termo vs ULG. Nossa posição será até bastante radical, pois partiremos do seguinte postulado teórico, que será tido como certo na ausência de índices fortes que nos forcem a questioná-lo.

**Postulado teórico 1.** Não há diferença de natureza fundamental entre termos e ULGs no que concerne a suas propriedades estruturais centrais, que são: (i) sua semântica (= sua definição), (ii) sua forma (significantes linguísticos associados) e (iii) sua combinatória lexical e gramatical.

---

<sup>3</sup> Para Kočourek (1991), a unidade lexical corresponde a uma palavra polissêmica, que nós chamamos *vocabulo*; trataremos dessa noção mais adiante (seção 2.1).

Este postulado não implica, de forma alguma, que a modelização dos termos e das ULGs possa amoldar-se exatamente às mesmas ferramentas. Ele estabelece simplesmente que ambos os tipos de entidades, enquanto unidades lexicais, podem e devem ser estudados e descritos com base em uma mesma abordagem lexicológica e lexicográfica.

Um segundo postulado, relacionado com o primeiro, será adotado:

**Postulado teórico 2.** Os termos são unidades lexicais particulares. Distinguem-se das ULGs – as unidades lexicais não marcadas – **unicamente** pelo fato de que seu domínio linguístico está associado ao domínio de uma determinada área do conhecimento (científico, técnico etc.).

A palavra *unicamente* é muito importante, e é sobretudo ela que justifica a natureza do postulado enunciado acima. Ela indica que qualquer distinção que se possa encontrar nas descrições de termos vs ULGs são consequências “pragmáticas” da associação de termos a campos disciplinares, e não consequências de uma hipotética natureza linguística própria.

Pode parecer um tanto fácil demais estabelecer esse tipo de postulado, livrando-nos assim, de mão beijada, da obrigação de “demonstrar” nossas bases teóricas. Observemos, no entanto, dois pontos a esse respeito. Em primeiro lugar, é sempre preferível, nas ciências, partir de postulados quando noções parecem poder ser debatidas indefinidamente em um sentido ou em outro (natureza fundamentalmente distinta ou fundamentalmente idêntica dos termos e das ULGs). Em segundo lugar, o que torna um postulado interessante é sua plausibilidade, sua aparente adequação aos fatos observados. Veremos que nossos postulados se conformam perfeitamente com a interpenetração, que se constata em todos os níveis de funcionamento do léxico, entre termos e ULGs. Além disso, esses postulados convergem com os de outros autores que, como nós faremos aqui, abordam o problema na perspectiva da polissemia.

A aceitação dos dois postulados apresentados acima tem consequências não triviais na metodologia terminológica, especialmente:

– É necessário distinguir entre os termos que são unidades lexicais verdadeiras – lexemas ou locuções – e aqueles que são sintagmas não lexicalizados. Estes últimos devem ser objeto de uma descrição que reflita sua natureza de expressões construídas. Deve-se observar que os dicionários de língua geral já lidam com entidades similares, especialmente quando introduzem as colocações associadas a uma determinada unidade lexical. Em contrapartida, a tradição terminológica, herdada dos primeiros posicionamentos mencionados no início desta seção, levou à identificação de inúmeras expressões complexas (chamadas *termos complexos*) que são inteiramente composicionais.

– Se o que define o termo, enquanto unidade lexical, é unicamente sua associação a uma área do conhecimento, não há razão alguma para se pensar que o termo seja necessariamente nominal. Deve-se, pois, prever a necessidade de descrição de termos pertencentes a cada uma das quatro principais partes do discurso: substantivos, verbos, adjetivos e advérbios.

Feitos esses poucos esclarecimentos sobre as noções de termo e ULG, passamos agora ao problema da coabitação desses dois tipos de unidades lexicais na língua e nos textos.

## **2. COABITAÇÃO DOS TERMOS E DAS ULGS NA LÍNGUA E NOS TEXTOS**

### **2.1. A polissemia como uma abordagem da coabitação na língua**

Em conformidade com nossos postulados, um bom ângulo de abordagem para estudar a relação entre termos e ULGs na língua é examinar o funcionamento dos termos no contexto da polissemia

(ADELSTEIN, CABRÉ, 2002; CABRÉ, 2001; KOČOUREK, 1991). Na esteira da terminologia da Lexicologia Explicativa e Combinatória, chamamos de **vocábulo**<sup>4</sup> a entidade lexical de nível superior que reúne uma ou mais unidades lexicais interconectadas por uma relação de polissemia. Podem-se considerar dois tipos de relações entre um termo e seus copolissemas no interior de um mesmo vocábulo:

1. o termo é uma acepção “especializada” no interior de um vocábulo essencialmente estruturado em torno de uma ou mais acepções da língua geral, isto é, de um vocábulo da língua geral (**VLG**);
2. o termo é uma acepção particular no interior de um vocábulo essencialmente terminológico.

O primeiro caso é nitidamente aquele em que a coabitação entre termos e ULGs poderá levantar o maior número de problemas de modelização, mas, ao mesmo tempo, é ele que poderá fornecer-nos os esclarecimentos mais interessantes sobre a relação entre esses dois tipos de unidades lexicais.

Quanto à derivação polissêmica em si – a acepção fonte da qual o termo parece derivar –, distinguiremos os três seguintes casos:

1. o termo parece derivado de uma acepção da língua geral (**ALG**);
2. o termo parece derivado de uma acepção de língua de especialidade (**ALE**);
3. não se identifica nenhuma derivação desse tipo.

Embora nos situemos aqui em uma perspectiva sincrônica, é evidente que a percepção de derivação se vincula normalmente a uma realidade diacrônica. Assim, vemos claramente que **SOURIS 2**

---

<sup>4</sup> Neste artigo, usamos a terminologia da Lexicologia Explicativa e Combinatória tal como apresentada em Mel'čuk *et al.* (1995).

[RATO]<sup>5</sup> [*Sélectionnez le bon fichier à l'aide de votre souris (Selezione o arquivo correto usando o rato)*] é um copolissema derivado de *souris* 1 [RATO] [*La cave est infestée de souris (O porão está infestado de ratos.)*], especialmente porque a primeira unidade é um termo de adoção recente. Um número expressivo de locutores atuais do francês podem lembrar-se da época em que os *souris* 2 [ratos] ainda não haviam sido inventados e em que, naturalmente, o termo correspondente não existia. No entanto, para termos que estão na língua há muito tempo, a percepção pode ser muito mais flutuante; e, sobretudo, convém decidir se devemos nos basear na etimologia verdadeira, tal como é possível retraçá-la em um dicionário histórico, ou na percepção intuitiva do “locutor médio”. Esta é a segunda abordagem que adotamos aqui, pois o que nos interessa é a coabitação de termos e ULGs tal como vista pelo locutor comum e, portanto, tal como pode se manifestar nos **corpora** correntes.

## 2.2. Coabitação nos textos

De maneira ortogonal ao problema da polissemia, poderemos interessar-nos, não mais pelo contexto no qual o termo aparece no léxico (seu vocábulo de ligação), mas, antes, por seu contexto de uso na fala, no sentido saussuriano. Podem-se distinguir aqui duas situações, a primeira das quais será particularmente interessante para nós:

1. o termo aparece correntemente em textos não especializados e espera-se que ele seja dominado, embora parcialmente, pelos não especialistas; por conseguinte, deve-se considerar que ele pertence a empregos na língua geral (**ELG**);

---

<sup>5</sup> **N.T.:** No português brasileiro, adota-se a forma estrangeira *mouse* (‘rato’ em inglês) para designar o ‘dispositivo de entrada dotado de um a três botões, que repousa em uma superfície plana sobre a qual pode ser deslocado, e que, ao ser movimentado, provoca deslocamento análogo ao de um cursor na tela’ (cf. Houaiss, 2011), como no enunciado *Selezione o arquivo correto usando o mouse*. Contudo, no português europeu, assim como em francês, adota-se mais comumente a tradução direta de *mouse: rato* (português europeu) e *souris* (francês). Na presente tradução, optamos por manter a forma francesa SOURIS para designar MOUSE, registrando entre colchetes a forma equivalente no português europeu.

2. o termo parece ficar confinado, na fala, a usos em *corpora* textuais especializados.

Finalmente, o exame verdadeiramente linguístico dos *corpora* de textos especializados leva-nos a considerar de um ponto de vista terminológico unidades lexicais frequentemente ignoradas na terminologia: trata-se de unidades que parecem ser usadas em contextos técnicos ou científicos de ULGs, e não de termos verdadeiros. Distinguiremos, portanto:

1. os termos “de direito”;
2. os termos que parecem pertinentes a usos em contextos especializados da ULG.

### **2.3. Tipologia parcial dos termos em função de sua relação com as ULGs no interior de um mesmo vocábulo**

Os diferentes parâmetros da relação termo-ULG na língua e na fala que acabamos de apresentar nos permitem prever múltiplos tipos de termos. Apresentaremos, abaixo, sete possibilidades que nos parecem particularmente interessantes, definidas de acordo com os cinco seguintes parâmetros:

€ **VLG** o termo pertence a um vocábulo principalmente da língua geral;  
← **ALG** o termo é derivado, no interior do vocábulo, de uma acepção da língua geral;

← **ALS** o termo é derivado, no interior do vocábulo, de uma acepção de língua de especialidade;

**ELG** o termo tem um emprego não marcado nos *corpora* de língua geral;

**ULG** o “termo” deve, de fato, ser considerado como uma ULG.

### Caso 1: termos “puros”

Exemplo (informática)	€ VLG	← ALG	← ALS	ELG	ULG
UNIDADE ARITMÉTICA E LÓGICA  <i>[A unidade aritmética e lógica é a área do processador central onde as operações aritméticas e lógicas são realizadas].</i>	não	não	não	não	não

**Comentários:** O termo UNIDADE ARITMÉTICA E LÓGICA existe somente no domínio da informática e é usado quase exclusivamente em textos de natureza técnica que pertencem a este domínio.

### Caso 2: termos “puros” derivados de um outro termo.

Exemplo (ótica)	€ VLG	← ALG	← ALS	ELG	ULG
ANAMORFOSE 2  <i>[Uma <b>anamorfose</b> é uma imagem distorcida que reencontra suas proporções originais quando é olhada de um certo ângulo ou refletida em um espelho adaptado.]</i>	não	não	sim	não	não

**Comentários:** Como acontece com UNIDADE ARITMÉTICA E LÓGICA, ANAMORFOSE 2 está confinada a um único domínio: o da ótica. No entanto, trata-se aqui de um derivado resultante de ANAMORFOSE 1 [O termo “**anamorfose**” designa, de maneira geral, a transformação que a um objeto faz corresponder o objeto do qual ele é a imagem virtual em um sistema ótico, para um determinado observador situado a uma distância finita ou infinita].

### Caso 3: termos derivados de uma ULG.

Exemplo (neuroanatomia)	← C VLG	← ALG	← ALS	ELG	ULG
TENDA 2  'dobra que separa o cérebro do cerebelo' [O cérebro está localizado acima do cerebelo, separado deste pela <b>tenda</b> (parte das três meninges, a dura-máter, interposta entre o cérebro e o cerebelo)]	sim	sim	não	não	não

**Comentários:** O exemplo apresenta um derivado metafórico de TENDA 1 [*Mal tinha ele montado a **tenda**, quando começou a chover.*]. Contrariamente à sua origem derivacional, esta acepção é pertinente à língua e a *corpora* técnicos.

### Caso 4: termos “trânsfugas” em língua geral

Exemplo (meio ambiente)	← C VLG	← ALG	← ALS	ELG	ULG
CAMADA DE OZÔNIO  [O buraco na <b>camada de ozônio</b> apareceu este ano muito mais cedo do que nos anos anteriores.]	não	não	não	sim	não

**Comentários:** Embora CAMADA DE OZÔNIO tenha sido criado no domínio do meio ambiente, seu uso é amplamente difundido nos *corpora* da língua geral.

### Caso 5: termos derivados de outros e “trânsfugas” em língua geral.

Exemplo (informática)	← C VLG	← ALG	← ALS	ELG	ULG
DESCRIPTOGRAFAR 2  [Para <b>descriptografar</b> um arquivo, é preciso ter a chave privada dele.]	não	não	sim	sim	não

**Comentários:** O termo DESCRIPTOGRAFAR 2, assim como CAMADA DE OZÔNIO, foi criado em uma área de especialidade e é amplamente utilizado na língua geral. Entretanto, contrariamente à CAMADA DE OZÔNIO, ele é derivado, por especificação, de outra acepção especializada: DESCRIPTOGRAFAR 1 [A distribuição das frequências obtidas pode ser usada para *descriptografar* uma mensagem codificada por um dígito de substituição.]. Os casos ilustrados por camada de ozônio e DESCRIPTOGRAFAR 2 se enquadram no fenômeno de determinologização (MEYER e MACKINTOSH, 2000), segundo o qual termos migram para a língua geral, às vezes sofrendo modulações de sentido.

### Caso 6: termos trânsfugas e derivados de uma ULG

Exemplo (informática)	← VLG	← ALG	← ALS	ELG	ULG
SOURIS 2 [RATO]  [A Apple continua a produzir computadores com ratos [mouses] que contam com um único botão, porque seus estudos demonstrariam que os ratos [mouses] com um único botão são mais eficazes no uso.]	sim	sim	não	sim	não

**Comentários:** O exemplo apresenta um derivado metafórico de SOURIS 1 [RATO] [Eu tive um rato branco que adorava que se lhe coçasse a lateral da mandíbula].

### Caso 7: termos facetas de uma ULG

Exemplo (informática)	← VLG	← ALG	← ALS	ELG	ULG
ROBUSTO info  [Finalmente, várias empresas oferecem línguas para scripts que permitem desenvolver aplicações <i>robustas</i> com alto nível de produtividade.]	sim	sim	não	sim	sim

**Comentários:** O exemplo **não** apresenta uma unidade lexical diferente da acepção metafórica, não terminológica, de ROBUSTO [Nosso objetivo

é, portanto, propor um modelo que permaneça compatível com uma teoria **robusta** do conhecimento.]. Isso é o que se pode chamar de uma “faceta” terminológica, própria do domínio da informática, desta mesma acepção<sup>6</sup>. Este último caso é particularmente interessante, pois corresponde a uma fusão virtualmente completa do “termo” com uma ULG.

Não esgotamos aqui todas as possibilidades. Existem outros casos interessantes, especialmente para quem desejar conhecer a zona cinzenta da divisão entre termos e ULGs. Poder-se-ia considerar o seguinte caso:

Exemplo	∈ VLG	← ALG	← ALS	ELG	ULG
<p>VERDE 3</p> <p>'que não prejudica a natureza'</p> <p>[<i>Estas empresas estão entre as melhores empresas americanas de alta tecnologia e de tecnologia verde.</i>]</p>	sim	não	sim	sim	sim

A unidade lexical VERDE 3 corresponde a um derivado da língua geral de acepção metafórica especializada (domínio da política) VERDE 2, cujo sentido é “que defende as políticas ecológicas” [*Bravo, você é o primeiro vice-ministro verde da Grã-Bretanha.*]. Não apresentamos este caso na tipologia acima porque nos pareceu muito difícil encontrar outro exemplo que não o de VERDE 3.

## 2.4. Observações sobre a tipologia apresentada

A tipologia proposta na seção 2.3 apresenta alguns fenômenos que se destacam, mas, como já apontamos, não esgota todos os casos. Embora existam certas exclusões lógicas, todos os parâmetros de caracterização que consideramos se combinam e podem, portanto, fornecer um número considerável de cenários matematicamente possíveis. (exatamente,  $5^2 = 25$ ). Limitamo-nos aqui a sete possibilidades que pudemos observar no

<sup>6</sup> Usamos aqui o termo *faceta* em um sentido muito próximo do de Cruse (2003).

contexto dos trabalhos de lexicografia da língua geral e de terminologias realizados no OLST. A esta primeira limitação, acresce o fato de não termos considerado a dimensão diacrônica em nossas análises.

Vamos agora examinar como se podem levar em conta as diferentes modalidades de interação entre termos e ULGs na modelização dos léxicos das línguas naturais. Ainda que nos inspiremos em estratégias desenvolvidas na lexicografia clássica, nosso propósito se centrará acima de tudo nas modelizações formais de tipo bases de dados, em detrimento dos dicionários de grande público, uma vez que foi dentro desse quadro preciso que conduzimos nossa reflexão sobre a questão.

### **3. COABITAÇÃO NAS DESCRIÇÕES LEXICAIS**

Inúmeros autores concordam que o lugar dos termos nos dicionários gerais não somente é incontestável, mas justificado (BÉJOINT, 1988; BOULANGER, 1996; JOSSELIN-LERAY, 2005; ROBERTS; JOSSELIN-LERAY, 2005), devido, em particular, às expectativas dos usuários (JOSSELIN-LERAY, 2005). Neste tipo de obras, os termos são às vezes distinguidos formalmente das unidades lexicais de sentido “geral” por meio de um sistema de marcas de uso – mais especificamente, as marcas tecnoletais ou, para retomar a terminologia proposta por Hausmann (1989), marcas pertencentes ao eixo diatécnico. Às vezes, no entanto, os termos não se destacam enquanto tais nos artigos de dicionários gerais: são os casos em que os termos em questão são de uso difundido, não marcado, na língua geral.

Levar em conta unidades ao mesmo tempo terminológicas e não terminológicas em um mesmo dicionário não é, sem dúvida, um problema trivial. Esse problema se coloca com a mesma acuidade no âmbito da elaboração de uma base de dados lexical geral. No entanto, atinge-se um nível adicional de dificuldade quando se devem conectar duas bases distintas desenvolvidas em paralelo, sendo uma delas de natureza geral – o DiCo – e a outra, de natureza terminológica – o DiCoInfo (domínio

da informática e da internet). Na sequência, faremos inicialmente uma descrição muito sucinta dessas duas bases (3.1). Veremos, a seguir, como procederemos para tratar as relações entre termos e ULGs e examinaremos se certos mecanismos usados nos dicionários clássicos podem ser reaproveitados no contexto da construção de bases de dados lexicais (3.2).

### 3.1. As bases de dados DiCo e DiCoInfo

As duas bases de dados lexicais que estão na origem desta reflexão, o DiCo e o DiCoInfo, assentam-se nos princípios teóricos e metodológicos da Lexicologia Explicativa e Combinatória (MEL'ČUK *et al.*, 1995; MEL'ČUK *et al.*, 1999), componente lexical da Teoria Sentido-Texto. Em particular, ambas aderem aos princípios enunciados abaixo:

- A unidade básica da descrição lexicográfica é a unidade lexical
- também chamada *lexia* –, ou seja, uma forma lexical tomada em uma acepção específica. As *lexias* podem ser monolexêmicas (DiCo: ABELHA, BAGAGEM **i.1**, BAGAGEM **II** [de conhecimentos]; DiCoInfo: COMPUTADOR, FORMATAR **1** [um disco], FORMATAR **2** [um arquivo]) ou multilexêmicas (DiCo: CAIXA POSTAL, CORPO A CORPO; DiCoInfo: SIMULTÂNEO **1**, PROCESSAMENTO DE TEXTO **1**).
- As acepções são diferenciadas por meio de uma série de critérios que servem para marcar as intuições dos lexicógrafos quanto à polissemia dos vocábulos. Entre estes, podemos citar a coocorrência compatível e diferencial, a derivação morfológica diferencial e a observação de outras relações paradigmáticas diferenciais (sinonímia, antonímia, relações actanciais etc.).
- Todos os componentes da descrição lexicográfica se apoiam em uma definição da estrutura actancial das *lexias*. Os actantes aparecem na forma proposicional e na representação da regência sintática das *lexias*. Além disso, os actantes são necessários para a formalização das relações lexicais.

– Descrevem-se da maneira mais completa possível as relações paradigmáticas (derivações semânticas) e sintagmáticas (colocações) unindo a lexia descrita a outras lexias. Essas relações são descritas por meio do sistema de *funções lexicais*.

É importante neste ponto enfatizar que, embora as duas bases de dados DiCo e DiCoInfo repousem sobre o mesmo quadro teórico, elas foram elaboradas e são enriquecidas de maneira completamente independente. Essa circunstância explica as diferenças existentes entre os dois repertórios, particularmente no que diz respeito à codificação dos dados.

O DiCo foi desenvolvido a partir de 1992 tendo como base um modelo descritivo elaborado para o *Dicionário Explicativo e Combinatório*, ou **DEC** – ver Mel'čuk et al. (1999) para o último volume publicado<sup>7</sup>.

O DiCo descreve o conjunto dos sentidos relacionados a um vocábulo. Esses sentidos são hierarquizados segundo critérios de “complexidade semântica” e representados por meio de um sistema de numeração rigoroso. Os campos que aparecem em uma ficha do DiCo são, *grosso modo*, os seguintes: identificação da palavra-vedete, características gramaticais, etiqueta semântica, forma proposicional (estrutura actancial), regência, relações lexicais (campo no qual aparecem as relações paradigmáticas e sintagmáticas representadas por meio de funções lexicais), exemplos de usos e numeração das locuções construídas a partir da palavra-vedete.

A codificação dos dados no DiCo é feita em uma base de dados do *FileMaker Pro*. Os artigos de estatuto 0 e 1 (isto é, cuja redação é total ou parcialmente validada) são a seguir compilados sob a forma de tabelas SQL pesquisáveis em linha no seguinte endereço: <<http://olst.ling.umontreal.ca/dicouebe>>.

---

<sup>7</sup> Após a publicação original deste artigo, os trabalhos realizados na base DiCo passaram a ser desenvolvidos no laboratório de *Analyse et Traitement Informatique de la Langue Française* (ATILF - CNRS), na Université de Lorraine (Nancy, França) nas redes lexicais chamadas *Systèmes Lexicaux* (POLGUÈRE, 2014, p. 4).

O leitor encontrará mais informações sobre o DiCo e sobre a interface de acesso a sua versão SQL na documentação que pode ser baixada neste mesmo endereço. Há, além disso, inúmeras publicações que tratam de aspectos específicos do trabalho realizado no DiCo (como, por exemplo, POLGUÈRE (2000); POLGUÈRE (2003) e MEL'ČUK; POLGUÈRE (2006).

O DiCoInfo, dicionário fundamental da informática e da internet, surgiu na esteira dos trabalhos sobre os verbos especializados (L'HOMME, 1998; L'HOMME, 2012). O trabalho de redação dos artigos propriamente dito iniciou em 2003. O DiCoInfo difere da maioria dos dicionários especializados à medida que se debruça (de acordo com a Lexicologia Explicativa e Combinatória) sobre as propriedades léxico-semânticas dos termos, e não sobre a relação que esses termos têm com a organização do conhecimento em um determinado domínio.

A DiCoInfo se concentra nos sentidos especializados, isto é, naqueles relacionados aos domínios da informática e da internet; essa base de dados abstrai dos eventuais copolissemas que não se enquadram nesses domínios. Embora as múltiplas acepções de uma forma polissêmica sejam distinguidas, as relações de polissemia não são evidenciadas, ao contrário do que se pratica no DiCo.

Do ponto de vista metodológico, a redação do DiCoInfo repousa principalmente em observações feitas em *corpora* textuais. De maneira geral, os terminólogos não possuem *a priori* os conhecimentos especializados necessários à compreensão de sentidos científicos ou técnicos e se apoiam, antes de tudo, nas explicações constantes dos textos para adquiri-los.

Os campos que aparecem no DiCoInfo são os seguintes: identificação do termo, informações gramaticais, estrutura actancial (cuja forma difere da do DiCo), realizações linguísticas dos actantes, regência, definição, relações lexicais (campo em que aparecem as relações paradigmáticas e sintagmáticas representadas por meio de funções lexicais) e contextos.

A codificação dos dados no DiCoInfo é feita por meio de um editor XML<sup>8</sup>. Os artigos de estatuto 0 (isto é, artigos cuja redação está concluída), de estatuto 1 (cuja redação está muito avançada) e de estatuto 2 (cujas caracterizações semânticas são satisfatórias, mas cuja lista de relações lexicais não está completa) são exportados em formato HTML (para exibição na web) e para um formato de impressão em PDF. A versão HML atual do DiCoInfo está disponível na web no seguinte endereço: <<http://olst.ling.umontreal.ca/dicoinfo/>>.

Para obter detalhes sobre o DiCoInfo e a metodologia que preside sua elaboração, o leitor pode consultar L'Homme e Bae (2006).

### **3.2. A relação termos-ULGs no DiCo e no DiCoInfo**

Esta seção examina como os termos podem ser integrados a uma base de dados lexical que não somente leva em conta as modalidades de interação entre termos e ULGs identificadas nas seções 2.3 e 2.4, mas as coloca em evidência.

Lembremos de antemão que tomamos como certo o fato de que todos os termos fazem parte do léxico de uma língua e deveriam ser descritos em qualquer dicionário ou base de dados lexical que pretenda descrever o conjunto do léxico. As opções quanto à sua inclusão ou não dependem, não do fato de pertencerem a um léxico dito geral, mas, antes, de considerações relacionadas aos públicos-alvos. Por exemplo, um lexicógrafo poderá decidir não repertoriar UNIDADE ARITMÉTICA E LÓGICA, ANAMORFOSE 1/2 ou TENDA 2, por estar convencido de que os usuários não procurarão documentar-se sobre esse tipo de unidades lexicais em um dicionário destinado ao grande público.

Dito isto, vejamos como os termos podem ser integrados à base de dados lexical DiCo. A integração é considerada aqui tendo-se como

---

<sup>8</sup> A versão XML (bem como suas versões derivadas PDF e HTML) foi projetada em colaboração com Guy Lapalme, Benoît Alain e Vincent St-Amour.

certo que as ULGs estão presentes na base geral e que os termos estão descritos em bases de dados terminológicos.

Seis cenários são possíveis.

**1. Vocábulo terminológico.** Caso ilustrado por UNIDADE ARITMÉTICA E LÓGICA e CAMADA DE OZÔNIO. Os vocábulos terminológicos, uma vez que nenhuma relação prévia com uma ULG foi identificada, são simplesmente acrescentados à nomenclatura, originando fichas adicionais em uma base de dados lexical. Assim, além de UNIDADE ARITMÉTICA e LÓGICA, inúmeros vocábulos descritos no DiCoInfo – especialmente, *CHAT*, *BLOGUE*, *HEXADECIMAL*, *JOYSTICK*<sup>9</sup>, *OCTETO*<sup>10</sup>, *COMPUTADOR*, *SISTEMA OPERACIONAL*<sup>11</sup>, *USB*, *ADMINISTRADOR* – seriam simplesmente acrescentados à nomenclatura do DiCo. Não teríamos que levar em conta eventuais relações de polissemia com lexias já repertoriadas na base lexical. No entanto, a descrição desses termos deveria comportar uma marca de uso se o seu emprego estiver restrito aos textos especializados (cf. ponto 4).

**2. Derivado de uma acepção especializada.** Caso ilustrado por ANA-MORFOSE 1/2. Este caso levará à adição de um vocábulo polissêmico à nomenclatura da base de dados lexical. Aqui, se apresentará o problema das relações a serem estabelecidas entre as acepções especializadas. Além disso, se as duas acepções especializadas também estiverem ligadas a uma acepção geral, um problema adicional será levar em conta essa relação

---

<sup>9</sup> N.T.: No domínio da informática, *JOYSTICK*, sem tradução até o momento no português brasileiro, designa ‘dispositivo de entrada, utilizado em jogos de computador ou vídeo, dotado de uma alavanca capaz de controlar o movimento de um cursor na tela, e de um ou mais botões capazes de comandar certas ações, ao serem pressionados’ (cf. Houaiss, 2011).

<sup>10</sup> N.T.: *OCTETO*, no domínio da informática, significa ‘byte que comporta oito bits’ (cf. Houaiss, 2011).

<sup>11</sup> N.T.: *SISTEMA OPERACIONAL*, termo complexo da informática, designa ‘coleção de *softwares* que controla a operação de um computador e dirige o processamento de programas, esp. reservando espaço de armazenamento na memória e controlando as funções de entrada e saída’ (cf. Houaiss, 2011).

(cf. ponto 3). No que concerne aos termos repertoriados no DiCoInfo, o estabelecimento de relações de polissemia entre dois sentidos especializados surgirá, por exemplo, para os termos ENDEREÇO 1 ('identificador de uma localização do disco ou da memória'), ENDEREÇO 2 ('identificador de um site') e ENDEREÇO 3 ('identificador de um usuário do e-mail') ou, ainda, NUMÉRICO 1 ('relativo aos números') e NUMÉRICO 2 ('que diz respeito a um modo de representação em forma binária'). Em todos os exemplos citados acima, as relações são observadas dentro do domínio da informática. Outro exemplo interessante é *SCRIPT*, em que, desta vez, a relação semântica deveria ser estabelecida com uma acepção do domínio do cinema.

**3. Acepção especializada dentro de um vocábulo geral.** Caso ilustrado por SOURIS 2 [RATO], TENDA 2 E VERDE 2. A acepção especializada será acrescentada sob a forma de ficha adicional à lista de acepções já descritas para a ULG. (Em um dicionário de feição mais clássico, a acepção especializada será acrescentada a um artigo já existente.). Aqui, como no caso anterior, se levantará o problema das relações a serem estabelecidas entre as acepções. No entanto, será necessário explicar as relações existentes entre as acepções presentes – por padrão, de natureza geral – e a nova acepção especializada. Por exemplo, para SOURIS 2 [RATO], será necessário explicar a relação metafórica que originou a acepção especializada. Além de SOURIS 2 [RATO], inúmeros termos provenientes do DiCoInfo passarão por este tratamento, por exemplo: HOSPEDAR, INTERPRETAR, MEMÓRIA, NAVEGAR, PORTAL, REPERTÓRIO, ROBÔ, SINTAXE, VÍRUS.

Os casos 1, 2 e 3 podem ser subdivididos em duas categorias, de acordo com o domínio de uso das unidades lexicais envolvidas: uso exclusivamente relacionado a um domínio especializado ou uso em um domínio especializado e na língua geral.

**4. Uso restrito aos discursos especializados.** Caso ilustrado por ANAMORFOSE 1/2 e TENDA 2. Quando o uso de um termo permanece restrito a discursos especializados, a descrição da combinatória dessa

acepção deverá incluir uma marca de uso (*Inform., Fis., Ling., etc.*). Por exemplo, os termos *LOOP*<sup>12</sup>, *HEXADECIMAL*, *INCREMENTAR*, *OCTETO*, *UNIDADE ARITMÉTICA E LÓGICA*, *USB*, presentes no DiCoInfo, seriam associados a uma marca de uso no DiCo.

**5. Uso nos discursos especializados e na língua geral.** Caso ilustrado por *SOURIS 2* [RATO] e *CAMADA DE OZÔNIO*. Quando o emprego de um termo é OBSERVADO tanto em discursos especializados quanto em textos que não tratam de temáticas especializadas, a marca de uso é supérflua. Assim, não parece apropriado indicar que os termos *E-MAIL* e *COMPUTADOR* pertencem ao domínio da informática, no momento de integrá-los ao DiCo.

O último cenário que possa ser considerado e que vamos apresentar agora diz respeito aos casos mais difíceis, ou seja, aqueles em que uma ULG tem um estatuto particular em um domínio especializado, mas em que o termo assim identificado não propicia uma acepção específica. Diremos que o estatuto terminológico reside na atribuição de uma faceta terminológica a uma ULG.

**6. Funcionamento como faceta terminológica de uma ULG.** Caso ilustrado por *ROBUSTO*. Ao contrário dos demais cenários descritos até agora, este não propicia o acréscimo de um termo à nomenclatura da base de dados ou à adição de uma acepção ao conjunto de acepções existentes. Pode-se ter como certo que a descrição dada à acepção geral é igualmente válida para os usos especializados. No entanto, levar em conta os usos especializados poderia requerer uma revisão da descrição existente (modificação da caracterização semântica, revisão e nova organização das relações lexicais). Esse problema ocorre com inúmeros termos repertoriados no DiCoInfo, especialmente *CANCELAR*, *CARACTERE*,

---

<sup>12</sup> **N.T.:** No português brasileiro, usa-se o termo inglês *LOOP* para o termo francês *BOUCLE*. Segundo o Houaiss (2011), *LOOP* é um termo da informática que designa 'conjunto de instruções que um programa de computador percorre e repete um significativo número de vezes até que sejam alcançadas as condições desejadas'.

SENHA, PODEROSO<sup>13</sup>, VALIDAR, ZOOMER<sup>14</sup>. Alguns destes termos apresentam uma dificuldade adicional: embora não se trate de acepções diferentes das ULGs, eles podem dar origem a relações lexicais diferentes em um domínio especializado. Por exemplo, SENHA está associado na informática às seguintes colocações: *gerar uma senha, entrar com uma senha, [um site, um computador] solicitar uma senha, descriptografar uma senha, ativar/inicializar uma senha*. Isso nos permite perguntar se todas essas relações são pertinentes do ponto de vista da descrição de uma acepção “geral”.

Encontra-se um exemplo interessante de descrição explícita de uma faceta especializada de uma ULG no DiCo: é o caso da unidade lexical ABELHA. Esta unidade lexical é descrita, acima de tudo, como denotando um “inseto voador”, mas uma seção especial do artigo do DiCo registra que ela também denota “animal de criação” [*Embora as abelhas tenham mais liberdade de movimento do que qualquer outro animal de criação, uma operação comercial de apicultura se parece mais com um conjunto habitacional do que com área rural.*]. Essa faceta condiciona uma estrutura actancial específica, na qual uma posição actancial é reservada a X criador de abelhas (*Abelhas como insetos criadas pelo indivíduo X*). Além disso, é aqui que são introduzidas todas as ligações paradigmáticas e sintagmáticas controladas por essa faceta específica: *criador de abelhas, apicultor, colmeia, apiário, criar abelhas. Esta divisão “facetada” do artigo de abelha é encontrada no Lexique actif du français [Léxico Ativo do Francês] ou LAF (MEL’ČUK; POLGUÈRE, 2007), um trabalho de caráter pedagógico derivado do DiCo.*

---

<sup>13</sup> N.T.: De acordo com L’Homme, em conversa informal, usa-se o adjetivo PODEROSO no contexto informático para designar “um *software*, material ou programa que são particularmente eficazes e rápidos” (diz-se ‘um *software* poderoso’, por exemplo).

<sup>14</sup> N.T.: L’Homme, em conversa informal, explica que, numa perspectiva de equivalência interlinguística, certos verbos são traduzidos como colocações. A autora cita o caso do verbo francês *cliquer* que é traduzido para o espanhol como *hacer clic*. Este parece ser exatamente o caso do verbo francês *zoomer* que, no português brasileiro, pode ser traduzido por meio das colocações *aumentar o zoom* ou *dar um zoom*.

## CONCLUSÃO

Neste estudo, elaboramos primeiramente uma tipologia das modalidades de interação entre unidades da língua geral (ULGs) e termos. Identificamos sete principais casos de interação entre esses dois tipos de unidades lexicais. Esses casos foram caracterizados de acordo com cinco parâmetros: os três primeiros referem-se à coabitação de ULGs e termos na língua, e, mais particularmente, a coabitação enquanto acepções distintas de um vocábulo polissêmico; os dois últimos dizem respeito à coabitação dos dois tipos de unidades nos textos. Os critérios que presidiram à elaboração da tipologia possibilitaram, em seguida, definir estratégias de inclusão dos termos em uma base de dados lexical de natureza geral.

Note-se que adotamos neste estudo uma perspectiva estritamente sincrônica da relação entre termos e ULGs, e essa opção, embora se justifique em nível metodológico, não nos permite, obviamente, estudar o complexo jogo da evolução dos sentidos no tempo.

## AGRADECIMENTOS

O trabalho descrito neste artigo foi financiado pelo *Fonds québécois de recherche sur la société et la culture* (FQRSC) e pelo *Conseil de recherche en sciences humaines* (CRSH) do Canadá. Agradecemos aos membros do OLST que participaram de nossas reuniões de trabalho: Iveth Carreño, Isabelle Carrière, Daniel Labonia, Sara-Anne Leblanc, Elizabeth Marshman e Caroline Poudrier.

## REFERÊNCIAS

- ADELSTEIN, Andreína; CABRÉ, Maria Teresa. The specificity of units with specialized meaning: polysemy as explanatory factor. *D.E.L.T.A.*, n. 18, p. 1–25, 2002.
- BOULANGER, Jean-Claude. Les dictionnaires généraux monolingues, une voie royale pour les technolectes. *TradTerm*, n. 3, p. 137–151, 1996.

BÉJOINT, Henri. Scientific and technical words in general dictionaries. **International Journal of Lexicography**, v. 1, n. 4, p. 344–368, 1988.

CABRÉ, Maria Teresa. Terminologie et Linguistique: la théorie des portes. **Terminologie nouvelles**, n. 21, p. 10–15, 2001.

CRUSE, Alan. Aux frontières de la polysémie: les micro-sens. In: RÉMI-GIRAUD, Sylvianne; PANIER, Louis. (Eds). **La polysémie ou l'empire des sens**: lexicque, discours, représentations. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2003, p. 131-140.

GUILBERT, Louis. La spécificité du terme scientifique et technique. **Langue française**, n. 17, p. 5–17, 1973.

HAUSMANN, Franz Josef. Die Markierung im allgemeinen einsprachigen Wörterbuch: eine Übersicht. In: \_\_\_\_et al. (Ed.). **Wörterbücher: ein internationales Handbuch zur Lexicographie / Dictionaries: An International Encyclopaedia of Lexicography/ Dictionnaires: Encyclopédie internationale de lexicographie**, Berlin: Walter de Gruyter, 1989, p. 649–657.

JOSSELIN-LERAY, Amélie. **Place et rôle des terminologies dans les dictionnaires unilingues et bilingues**: étude d'un domaine de spécialité: vulcanologie. Thèse de doctorat, Lyon, Université Lumière, 2, 2005.

KOČOUREK, Rostislav. **La langue française de la technique et de la Science**: vers une linguistique de la langue savante. Wiesbaden: Oscar Brandstetter, 1991.

L'HOMME Marie-Claude. Définition du statut du verbe en langue de spécialité et sa description lexicographique. **Cahiers de lexicologie**, v. 73, n. 2, p. 61-84, 1998.

\_\_\_\_\_. Le verbe terminologique : un portrait de travaux récents. In Neveu, F. et al. (Ed). **Actes du 3e Congrès mondial de linguistique française**, Lyon, France, EDP Sciences, 2012, p. 93-107.

L'HOMME Marie-Claude; BAE, Hee Sook. A Methodology for Developing Multilingual Resources for Terminology. In: **Proceedings of Language Resources and Evaluation Conference (LREC)**.Genova, Itália, 2006, p. 1065-1070.

MEL'ČUK, Igor; ARBATCHEWSKY-JUMARIE, Nadia, IORDANSKAJA, Lidija, MANTHA, Suzanne; POLGUÈRE Alain. **Dictionnaire explicatif et combinatoire du français contemporain** : recherches lexico-sémantiques IV. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal, 1999.

MEL'ČUK, Igor; CLAS, André; POLGUÈRE, Alain. **Introduction à la lexicologie explicative et combinatoire**. Louvain-la-Neuve: Duculot, 1995.

MEL'ČUK, Igor; POLGUÈRE, Alain. **Lexique actif du français**: l'apprentissage du vocabulaire fondé sur 20 000 dérivations sémantiques et collocations du français. Bruxelles: De Boeck et Larcier, 2007. (Champs linguistiques).

MEL'ČUK, Igor; POLGUÈRE, Alain. Dérivations sémantiques et collocations dans le DiCo/LAF. **Langue française**, n. 150, p. 66–83. Numéro spécial sur la collocation. Collocations, corpus, dictionnaires, sous la direction de Peter Blumenthal et Franz Josef Hausmann, 2006.

MEYER, Ingrid; MACKINTOSH, Kristen. When terms move into our everyday lives: An overview of de-terminologization. **Terminology**, v. 6, n. 1, p. 111–138, 2000.

POLGUÈRE, Alain. Une base de données lexicales du français et ses applications possibles en didactique. **Revue de Linguistique et de Didactique des Langues (LIDIL)**, n. 21, p. 75–97, 2000.

\_\_\_\_\_. Étiquetage sémantique des lexies dans la base de données DiCo. **T.A.L.**, v. 44, n. 2, p. 39–68, 2003.

\_\_\_\_\_. From Writing Dictionaries to Weaving Lexical Networks. **International Journal of Lexicography**, v. 27, n. 4, p. 396–4, 2014.

REY, Alain. **Noms et notions**. Paris: Presses Universitaires de France, 1976.

ROBERTS, Roda P.; JOSSELIN-LERAY, Amélie. Le traitement des termes dans les dictionnaires généraux. In: BÉJOINT, H.; MANIEZ, F. (Ed.). **De la mesure dans les termes**. Hommage à Philippe Thoiron, Travaux du CRTT. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2005, p. 234–348.

# MUDANÇAS TERMINOLÓGICAS NO DOMÍNIO DAS CERTIDÕES DE CASAMENTO AO LONGO DA HISTÓRIA DO BRASIL: TERMOS QUE DENOMINAM OS AGENTES QUE CELEBRAM OS CASAMENTOS E EXPEDEM AS CERTIDÕES

*Beatriz Curti-Contessoto*

*Lidia Almeida Barros*

## INTRODUÇÃO

**E**m tempos de Império no Brasil (1822-1889), cabia às autoridades religiosas realizar a celebração dos casamentos e a expedição da certidão que comprovasse juridicamente esse tipo de união em nosso país. Desse modo, os casamentos eram organizados no âmbito religioso, principalmente no católico, uma vez que essa era a religião oficial do Império nesse período.

Em 1889, houve a Proclamação da República, que permitiu, dentre outros fatores, a separação entre Igreja e Estado. Como consequência dos ideais de laicização do Estado, houve uma mudança de perspectiva no que tange à política e à administração de nosso país. Mais especificamente, os nascimentos, os casamentos e os óbitos passaram a ser controlados oficialmente pelo Estado, o que acarretou na reorganização de agentes para serem responsáveis tanto pela celebração dos casamentos quanto pelo registro e expedição das certidões.

Em 1890, instituiu-se o casamento civil e laico mediante o Decreto nº 181 (BRASIL, 1890). Consequentemente, criou-se a certidão de casamento civil que, a partir desse momento, tornava-se o documento que oficialmente comprovava esse tipo de união conjugal em nosso país.

Considerando que eventos históricos de um país resultam em uma série de transformações em sua sociedade, sabemos que essas mudanças também têm consequências em nível vocabular (BARROS, 2004, p. 26). Nesse sentido, objetivamos estudar neste artigo<sup>1</sup> a terminologia denominativa dos agentes responsáveis pela celebração dos casamentos civis e pela expedição das certidões de casamento civil, a fim de verificar as mudanças desses termos ao longo da história de nosso país, bem como os aspectos socioculturais e históricos que lhe subjazem.

Para tanto, fundamentamo-nos nos pressupostos teóricos e metodológicos da Terminologia, mais especificamente na Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), sistematizada por Cabré (1999), nas contribuições de Barros (2004; 2007) com relação aos critérios de delimitação dos termos e na Terminologia Diacrônica (TARTIER, 2006; BORTOLATO, 2013). Baseamo-nos, outrossim, em uma bibliografia especializada em História do Brasil e do Direito brasileiro com o intuito de analisar os aspectos socioculturais e históricos que subjazem aos termos estudados. Assim, esperamos contribuir com a ampliação do conhecimento linguístico e cultural sobre a temática em pauta.

## **1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS**

No Brasil, nos períodos Colonial e Imperial (até 1861), o único tipo de casamento que o Estado reconhecia era o religioso católico, isto é, o celebrado e registrado na Igreja Católica. Era, portanto, restrito aos seguidores dessa religião. Nesse momento, os agentes que celebravam e

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi desenvolvido com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESP), à qual agradecemos pelo suporte financeiro concedido (Processo nº 2017/03380-0).

registravam os casamentos eram os padres – autoridade religiosa competente para tanto.

Em 1861, o Decreto 1.144 estendeu os efeitos civis aos casamentos celebrados no âmbito das instituições não católicas (BRASIL, 1861). Desse modo, outras autoridades religiosas passaram a ser reconhecidas pelo Império para celebrar e registrar casamentos.

Após a proclamação da República no Brasil (1889), houve a separação entre Igreja e Estado e foi instituído o casamento civil, que passou a coexistir com os casamentos religiosos, mas esses passaram a não mais possuir *status* jurídico por meio do Decreto nº 181 em 1890. A partir de então, coube ao Estado a incumbência de determinar o juiz de paz e o oficial do registro civil como as autoridades jurídico-administrativas que estariam autorizadas a celebrar e a registrar os casamentos civis, respectivamente (BRASIL, 1890).

Em 1934, a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil passou a reconhecer os efeitos civis dos casamentos religiosos. De acordo com a referida lei,

**Art. 146** - O casamento será civil e gratuita a sua celebração. **O casamento perante ministro de qualquer confissão religiosa, cujo rito não contrarie a ordem pública ou os bons costumes, produzirá, todavia, os mesmos efeitos que o casamento civil, desde que, perante a autoridade civil, na habilitação dos nubentes, na verificação dos impedimentos e no processo da oposição sejam observadas as disposições da lei civil e seja ele inscrito no Registro Civil (BRASIL, 1934, grifos nossos).**

Como vemos, os efeitos civis dos casamentos religiosos eram oficializados mediante a inscrição de seu registro pelo oficial do registro civil. Desse modo, as autoridades religiosas poderiam celebrar oficialmente os casamentos, mas o registro dessas uniões religiosas e a expedição das certidões de casamento permaneciam sob a responsabilidade do oficial do registro civil.

Com base nessas informações, consideramos em nosso estudo que a mudança de regime político (do Império para a República) foi um dos grandes fatores que influenciou a terminologia do âmbito jurídico brasileiro, mais especificamente do domínio das certidões de casamento. No presente artigo, atentamo-nos às influências e interferências de cunho social, ideológico, político e cultural sobre os termos que denominam os agentes que celebram os casamentos e expedem as certidões de casamento civil de 1890 até os dias atuais.

Com base na Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), sistematizada por Cabré (1999), consideramos que o que atribui a uma unidade lexical o estatuto de *termo* são as condições pragmáticas que visam adequá-la a um determinado tipo de comunicação (CABRÉ, 1999, p. 123). Para nós, o *termo* é concebido no âmbito deste trabalho como uma unidade linguística, cuja expressão e conteúdo são inseparáveis (signo linguístico/unidade linguística).

A TCT nos possibilita coincidir os estudos diacrônicos e terminológicos na medida em que essa teoria concebe o *termo* como uma unidade lexical especializada que pertence à língua e, tal como ela, está sujeito a diversas interferências e influências. Nesse sentido, surgem novos termos e/ou termos já existentes podem sofrer alterações de acordo com a evolução da língua, tendo como contexto mudanças sociais e culturais da comunidade que a fala (CURTI-CONTESSOTO, 2018).

Assim, consideramos que as unidades lexicais, sejam elas termos ou não, são “influenciadas pelos diferentes períodos e concepções históricas, [...] [e] sofrem transformações e renovações lexicais: morfológica, sintática e semanticamente” (BORTOLATO, 2013, p. 47). Cabe, então, à Terminologia Diacrônica estudar a evolução das unidades terminológicas. Vale salientar que essa área de estudos ainda é pouco explorada pelas obras de referência no âmbito das investigações terminológicas realizadas no Brasil.

Para identificar e delimitar os termos que pretendemos estudar, fundamentamo-nos, ainda, nos critérios descritos por Barros (2007, p. 42-50), tais como *designação de um conceito de área de especialidade; não-separabilidade dos componentes; existência de uma definição; compatibilidade sistêmica; substituição sinônímica; maneabilidade; imprevisibilidade semântica; co-ocorrências; uso e frequência de uso*. Segundo a autora, esses critérios permitem identificar o termo em seu contexto de uso e determinar os limites de um termo sintagmático, bem como o seu grau de lexicalização.

## 2. METODOLOGIA

Nosso *corpus* de análise, doravante CCBCorpus, foi constituído por documentos de diversas localidades do território brasileiro e com diferentes datas de expedição, perfazendo um total de 333 certidões expedidas entre os anos de 1890 e 2015. Essas certidões foram adquiridas graças a colaboradores e à rede mundial de computadores (internet). O período foi delimitado com base no ano em que se instituiu o casamento civil em nosso país (1890).

Uma vez constituído o CCBCorpus, passamos a dar um tratamento computacional a ele com o objetivo de levantar os termos de maior relevância para o domínio das certidões de casamento civil brasileiras. Dessa forma, digitamos o conteúdo de cada uma das certidões e armazenamos esse *corpus* na base de dados textuais do programa *Hyperbase version 10* (BRUNET, 2015) para nos auxiliar na pesquisa.

Submetemos o CCBCorpus à ferramenta *Concordance* para chegarmos a uma lista de concordâncias, em que cada item lexical presente no corpus é colocado como núcleo de um co-texto (texto ao redor) seguido e antecedido de palavras (à esquerda e à direita). Dessa forma, pudemos analisar um por um dos candidatos a termo em seu contexto de uso, atentando-nos àqueles que denominam os agentes que celebram e registram os casamentos e que expedem as certidões.

A fim de delimitarmos o conjunto terminológico do domínio em pauta, valemo-nos, sobretudo, do critério da relevância semântica que considera a importância (ou não) desse termo para o campo de estudos, independente da frequência atingida pelo termo no *corpus* estudado. Adotamos, outrossim, os critérios apresentados por Barros (2007), utilizados, em Terminologia, para se verificar o grau de lexicalização dos sintagmas terminológicos e para determinar os limites das unidades terminológicas sintagmáticas.

Consideramos, ainda, as contribuições de Tartier (2006) para realizar este estudo em uma perspectiva diacrônica. De acordo com a autora, “as aparições e os desaparecimentos das ocorrências de certos termos ao longo do tempo constituem a mais simples manifestação de mudança. Eles são medidos por uma informação do tipo presença/ausência”<sup>2</sup> (TARTIER, 2006, p. 348, tradução nossa). Assim, observamos as ocorrências do conjunto terminológico escolhido no CCBCorpus e, com base em aspectos da História do Brasil e do Direito brasileiro, buscamos explicar o porquê de alguns termos terem desaparecido e de outros terem surgido ao longo dos anos, relacionando nossas explicações a aspectos socioculturais, políticos, ideológicos e históricos do Brasil entre os séculos XIX e XXI.

### 3. RESULTADOS

A celebração dos casamentos que tinham efeitos civis no Brasil, bem como a expedição do documento que oficializava as uniões matrimoniais, ficaram a cargo das instituições religiosas até 1890, quando se instaurou o casamento civil. Desse modo, termos referentes às autoridades religiosas constavam das certidões e denominavam os agentes que celebravam os casamentos e expediam esses documentos naquela época.

---

<sup>2</sup> [...] *ce qui change. Les apparitions et disparitions d'attestations de certains termes au cours du temps constituent la manifestation la plus simple du changement. Elles se mesurent par une information de type présence/absence* (TARTIER, 2006, p. 348, tradução nossa).

A título de ilustração, vejamos as seguintes certidões de casamento religioso expedidas em 1833 e 1883, respectivamente:

**Figura 1:** Certidão de casamento religioso católico expedida em 1833.

Nos vinte e dois do Mês de Maio do mil oitocentos e trinta e três  
 nesta Capela de Nossa Senhora da Immaculada Conceição de  
 São Leopoldo realizou o casamento a João nascido  
 a oito do mês de Maio Legítimo de João Meier e Maria  
 a Christemer naturizij de Amstert. Porá Padrinha  
 João Paul Barbara Paul porá combr. João  
 como que a seguir  
 Antonio Xavier da Silva  
 Capelão

Fonte: PUFAL (2011)

**Figura 2:** Certidão de casamento religioso católico expedida em 1883.

No 1.º de Setembro de 1883, nesta Maternidade  
 Santa Theresia de Valença, Paróquia de  
 O Santo Sacramento de Matrimônio aos  
 Cento e quinze, Anastacia Tomaz de Paula  
 457 je filha legítima de Francisco Tomaz de  
 Barbosa, e Clementina Ferringas Camp  
 Obri Mathildus Svithna da Concei  
 cã, filha legítima de Joaquim Frederico  
 Pereira da Silva, e de Finara Mathildus  
 Francisca da Conceição e Silva, firmo  
 nos seis asônicas mysticas em presen  
 ças testemunhas, entre Missão, P. João  
 Vitor Machado da Cunha, e José Maria  
 de Jesus  
 Vig.º Theodoro Theotônio da Silva Carolino

Fonte: Barroso (2016)

Nota-se que os termos *capelão* e *vigário* (*Vig<sup>o</sup>*) denominam os agentes responsáveis por celebrar e expedir esses casamentos. Nesse sentido, essas unidades terminológicas denominavam o conceito de *autoridade religiosa que celebrava e expedia as certidões de casamentos oficiais* daquela época.

Após o Decreto nº 181 de 1890, com a instituição do casamento civil, o Estado passou a cuidar da celebração dos casamentos e da expedição das certidões de casamento civil. Esse decreto introduziu um novo conceito de *casamento* no âmbito jurídico brasileiro que, consequentemente, refletiu-se na terminologia denominativa dos agentes que celebram e oficializam a união conjugal no Brasil, como podemos observar no quadro a seguir:

**Quadro 1:** Agentes que celebram e registram os casamentos no Brasil durante a I República.

**CCB1891/1992:** CERTIFICO que de mencionado livro de registro de Casamentos deste Cartório, termo e folhas citados, verifiquei constar, que no dia 18 de Maio de 1891, foi realizado o casamento de [x] e [x], Regime de comunhão universal dos bens, contraído perante o senhor **Juiz de Paz e Casamentos** deste distrito, cidadão [x] e as testemunhas [x] e [x], não qualificados. [...]O referido é verdade e dou fê. / [x], 15 de Julho de 1992. / [x] / **OFICIAL DO REGISTRO CIVIL** [...];

**CCCB1894:** [...] lavro este termo em que assignão comigo os nubentes, as testemunhas, *juiz* e eu [x];

**CCCB1904:** [...] Em firmeza do que eu [x], **oficial do registro civil**, lavrei este acto que vai por todos assignado [...];

**CCB1909/2007:** Aos [x] dias do mez de [x] de [x], nesta cidade de [x], Estado de [x] pelas [x] horas do dia, em meu cartório onde se achava o primeiro **juiz de paz e de casamentos** Tenente Coronel [x] commigo **escrivão interino** se deu cargo abaixo nomeado em presença das testemunhas cidadão [x] e [x], depois da leitura do artigo sétimo e seus parágraphos e das demais formalidades da lei [...]. Em firmeza do que lavrei este termo que depois de lido e achado conforme assigna com o **juiz** fazendo a rogo do contrahente que não sabe escrever a testemunha [x]. Eu, [x], **escrivão interino**, escrevi.

**CCB1918/1991:** [...] [x], **Escrivão do Registro Civil** do Subdistrito de [x], CERTIFICA que em [x] de [x] de [x] no livro e fls, supra foi lavrado o assento do matrimônio de [x] e [x] contraído perante ao **Juiz** Sr. [x] e as testemunhas de direito, qualificadas no térmo [...];

**CCB1919:** Comarca, Município e Distrito de [x] / Dr. [x] / **Oficial do Registro Civil** / [x] / **Oficial Substituto** / [x] / **Escrivevente Substituto** / Certidão de Casamento / CERTIFICO que do livro Nº [x] de assentos de casamentos deste cartório, às folhas [x], sob Nº [x] consta que no dia [x] do mês de [x] de [x], perante o **Juiz de Paz** [x] e as testemunhas as qualificadas no termo [...];

**CCB1926/2010:** [...] Aos [x] dias do mês de [x] de 1926, as [x] horas, neste segundo districto do Municipio de [x], Estado do [x], em meu Cartório, presten, digo, presente o Sr. [x], primeiro suplente do **Juiz districtal** em exercicio as testemunhas no fim assignadas, compareceram os noivos [x] e [x] [...] (**grifos nossos**).

**Fonte:** Elaboração das autoras

Como é possível notar, os termos *juiz de paz e de casamentos*, *juiz*, *juiz de paz e juiz districtal* denominavam os agentes que celebravam legalmente a união matrimonial no período da I República.

Na análise de nosso *corpus*, chamou-nos atenção o fato de que, em algumas certidões de casamento desse período, alguns desses juizes recebiam uma titulação específica, tal notamos nos trechos a seguir:

**Quadro 2:** Agentes que celebravam os casamentos no Brasil durante a I República.

**CCCB1894:** Aos [x] dias do mez de [x] do anno de mil e oitocentos e noventa e quatro, neste Districto do [x], Termo e Comarca de [x], Estado de [x] em meu cartorio presente o cidadão **Coronel** [x], comigo escrivão [?] de seu cargo abaixo assignado, perante as testemunhas [...] E para constar, lavro este termo em que assigno comigo os nubentes, as testemunhas, **juiz** e eu [x];

**CCCB1904:** Republica dos Estados Unidos do Brazil / Estado de [x] Comarca da Capital / [x] / Escrivão de paz e official do registro civil do Districto do [...] / Certifico que hoje às [x] horas da manhã neste Districto, na sala dos audiências perante o **Juiz de paz e de casamentos Te. Conel.** [x] depois da habilitação legal conforme a Lei, receberam-se em matrimonio [...], como tudo se vê do Acto lavrado e assignado no livro competente ao qual me reporto ao meu poder e cartório, do que dou fé.;

**CCCB1909/2007:** Aos [x] dias do mez de [x] de [x], nesta cidade de [x], Estado de [x] pelas [x] horas do dia, em meu cartório onde se achava o primeiro **juiz de paz e de casamentos Tenente Coronel** [x] commigo escrivão interino se deu cargo abaixo nomeado em presença das testemunhas cidadão [x] e [x], depois da leitura do artigo sétimo e seus parágraphos e das demais formalidades da lei [...]. Em firmesa do que lavrei este termo que depois de lido e achado conforme assigna com o **juiz** [...];

**CCCB1911/1963:** Aos [x] de [x] de [x], às duas horas da tarde, na Camara Municipal desta cidade de [x], onde se achava o **Major** [x], 1º **Juiz de Paz**, acompanhado por mim Off. Do Reg. Civ., adiante assignado, perante as testemunhas [...];

**CCCB1917/1996:** CERTIFICO que, sob o nº [x], às fls. [x]v/[x] do Livro Nº [x] de Registro de Casamentos, verifiquei constar que no dia [x] de [x] de [x] foi feito o Casamento de [x] e [x], contraído perante o **Juiz Distrital – Cap.** [x] e as testemunhas [...] (**grifos nossos**).

**Fonte:** Elaboração das autoras

Como vemos, esses juizes recebiam os títulos de Coronel, Tenente-Coronel, Major e Capitão. Para compreendermos o motivo de alguns juizes de paz possuírem títulos militares, é preciso entender algumas particularidades sociais do Brasil durante a República Velha (1889-1930), bem como o conceito de *juiz de paz*.

As unidades terminológicas *coronel*, *tenente-coronel*, *capitão* e *major* nos remetem à Guarda Nacional que foi criada durante o Império no Brasil. Esses títulos militares pertenciam aos oficiais dos altos postos de comando dessa Guarda que “foram ocupados por indivíduos do estrato

senhorial e atendeu grandemente aos interesses políticos e sociais deste estrato” (ALMEIDA, 1999, p. 26). Durante o Império, a Guarda Nacional era um instrumento das classes conservadoras na manutenção da ordem interna e na defesa de seus interesses.

A chegada da República ao Brasil trouxe novas formas de organizar política e socialmente o sistema de nosso país. Dentre essas mudanças, a Guarda Nacional perdeu sua força militar – o que se refletiu, consequentemente, na atuação desses chefes militares, que agora apenas detinham poder político. Nesse sentido, entendemos que, no Império (1822-1889),

[...] o coronel era o posto mais alto da hierarquia da Guarda Nacional. [Na República], o **coronel** da Guarda era sempre a pessoa mais poderosa do Município. Já no Império ele exercia **grande influência política**. Quando a Guarda Nacional perdeu sua natureza militar, restou-lhe o poder político de seus chefes. Coronel passou, então, a indicar simplesmente o **chefe político local** (FIGUEIREDO, 2011, p. 143, **grifos nossos**).

Assim, vemos que os termos *coronel*, *tenente-coronel*, *capitão* e *major*, que denominavam os chefes militares durante o Império, passaram a denominar chefes políticos durante a República Velha em virtude da influência que exerciam nessa época. A nova configuração semântica está relacionada ao Coronelismo, que é um importante aspecto sociocultural e histórico do Brasil. Esse fenômeno consistia na

[...] aliança desses chefes com os presidentes dos estados e desses com o presidente da República. Nesse paraíso das oligarquias, as práticas eleitorais fraudulentas não podiam desaparecer. Elas foram aperfeiçoadas. Nenhum coronel aceitava perder as eleições. Os eleitores continuaram a ser coagidos, comprados, enganados, ou simplesmente excluídos (FIGUEIREDO, 2011, p. 143, **grifos nossos**).

Esses termos, portanto, passaram a denominar o conceito de *chefe político dos municípios*, perdendo o traço semântico de *oficial que exerce função militar*. Assim, vemos que a figura do coronel e demais altas patentes estavam intimamente ligadas à organização político-administrativa do Brasil durante a República Velha. Nesse sentido, o Coronelismo estava intrínseco à manutenção do poder político nessa época.

Esses homens continuaram possuindo forte influência política e passaram a assumir cargos do Estado que lhes permitiriam exercer esse poder, dentre eles o de juiz de paz. Para se compreender como isso era possível, é preciso analisar o conceito de *juiz de paz*. De acordo com Diniz (2005), esse era um

a) leigo eleito para integrar, durante quatro anos, o quadro da Justiça de paz; b) **denominação que era dada ao encarregado da habilitação e celebração de casamento**. 2. *História do direito*. **Juiz distrital que era eleito**, num Município, para atuar em conciliação de partes desavindas, processar e julgar cobranças de pequeno valor, praticar atos civis e criminais de sua alçada e **realizar núpcias**. **Não precisava ser bacharel em direito para exercer tal função** (DINIZ, 2005, p. 14, **grifos nossos**).

Como se observa, os juizes de paz não precisavam ser bacharéis em Direito para assumirem esse cargo, que era investido de grande poder, na medida em que, além de realizar núpcias, julgava atos civis e criminais. O juiz de paz era eleito em um município e deveria ser alguém respeitado na comunidade.

O coronel e esses homens da alta patente da Guarda Nacional que passaram a ser líderes políticos tinham interesse em assumir o cargo de juiz de paz devido ao poder que essa função lhes conferia. Por sua vez, esses homens tinham poder suficiente para se fazerem eleger ou indicar. Desse modo, entendemos a razão pela qual os termos *coronel*, *tenente-coronel*, *major* e *capitão* constam do CCBCorpus.

Observamos ainda a ocorrência dos termos *oficial do Registro Civil*, *escrivão interino*, *escrivão do Registro Civil*, *oficial substituto* e *escrevente substi-*

tuto, tal como é possível observar no quadro 10. Essas unidades terminológicas, por sua vez, passaram a denominar o conceito de *agente que registrou e expediu as certidões de casamento* após a instauração do casamento civil.

O Decreto nº 181 de 1890 atribuiu ao oficial do registro civil o encargo de registrar os casamentos civis nos livros do Registro Civil e de expedir a certidão de casamento civil brasileira. No entanto, vemos que, em alguns documentos, o agente que registrou o casamento civil foi o escrivão. Embora se trate de profissionais diferentes, nada impedia que o escrivão assumisse o registro de casamentos civis a depender da demanda e da ausência do oficial de registro civil.

Outro aspecto que observamos em nosso *corpus* no que tange aos agentes que celebram e oficializam os casamentos no Brasil diz respeito às ocorrências, em certidões de casamento expedidas após 1934 e até mais recentemente, dos termos que denominam autoridades religiosas:

**Quadro 3:** Termos que denominam os agentes que oficializam os casamentos e expedem as certidões.

**CCB1973/1974:** [...] CERTIFICO que às fls. [x] do Livro B-[x] consta o casamento de [x] e [x] realizado no dia [x] de [x] de 1973 perante o **Padre** [x]. / O referido é verdade, dou fê. [x], [x] de [x] de 1974. / [x] / **Escre. Autorizado** [...];

**CCCB1976:** PRIMEIRO CARTÓRIO E OFÍCIO DE JUSTIÇA [x] / **Escrevente Habilitada** / [x] – EST. de [x] / REGISTRO CIVIL E TABELIONATO / [x] / **Serventuário** / [x] / **Escrevente** / [x] TABELIONATO / Reconheço a firma abaixo de [x] e dou fê. / [x] / Em testemunho \_\_\_\_ da verdade. / O CASAMENTO RELIGIOSO FOI CELEBRADO NA IGREJA [x] NO DIA 16 DE 04 DE 76 PELO **PADRE** [x]. [...];

**CCB1980:** [...] [x] / **OFICIAL** / [x] / **OFICIAL MAIOR** / CERTIDÃO DE CASAMENTO / CERTIFICO que as fls. [x] do Livro B-[x] auxiliar sob n.º de ordem [x] consta o casamento de [x] e [x], solteiros, celebrado no dia [x] de [x] de mil novecentos e oitenta perante o **Padre** [x] / [...] / **OBSERVAÇÕES:** Casamento registrado neste cartório em [x] de [x] de 1980, nos termos da Lei nº 1110 de 23 de Maio de 1950. / PRIMEIRA VIA. / O referido é verdade. dou fê. / [x], [x] de [x] de 1980. / [...] / [x] / **ESCRIVÃO SUBSTITUTO** / 1.º SUBDISTRITO – REGISTRO CIVIL / [x] – SP [...];

**CCB1999a:** [...] Eu, [x], **Oficial do Registro Civil** do Subdistrito de Sede, certifico que no livro de registro de casamentos, sob o nº [x] existente em meu poder e cartório, às fls. [x], consta o termo nº [x] do casamento do Sr. [x] com [x], realizado no dia [x] de [x] de [x] perante o **pastor** [x], presente as testemunhas, casados sob o regime da COMUNHÃO PARCIAL DE BENS [...];

**CCCB2004c:** [...] Casamento religioso com efeito civil, realizado de acordo com o art. 1515 do Código Civil Brasileiro na IGREJA MATRIZ [x] - GUARÁ II – DF, no dia [x] de [x] de [x], às 20:30 horas, pelo celebrante Sr<sup>o</sup> **Diác.** [x] inscrito neste Serviço Registral em [x] de [x] de [x]. / Apresentaram todos os documentos exigidos para o casamento na forma estabelecida pelo Código Civil Brasileiro. / Habilitação nº [x]. / O referido é verdade e dou fê. Certidão extraída simultaneamente. Eu, [x], **Escrevente**, conferi, dou fê e assino. / [...] / [x] / **OFICIAL/ESCREVENTE** (grifos nossos).

**Fonte:** Elaboração das autoras

Como se observa, as unidades terminológicas *padre, pastor e diácono* denominam as autoridades religiosas que celebraram esses casamentos. Esse fato pode causar estranheza, na medida em que se trata de certidões de casamento civil. Essa situação pode, no entanto, ser explicada pela Constituição Federal de 1934, que criou a figura do *casamento religioso com efeito civil*.

Com a instituição do casamento civil, o casamento religioso tornou-se opcional (do ponto de vista do Estado) e deixou de ter efeitos civis. Essa determinação desagradou principalmente à Igreja Católica, bem como aos seguidores dessa religião, fazendo com que o Presidente Getúlio Vargas, “percebendo que precisava de apoio da população para se manter no poder, [baixasse] alguns decretos que esperava agradar a maioria da população do país” (SILVA, 2012, p. 6), representada sobretudo por católicos. Nesse sentido, entendemos que “a Constituição de 1934 de certa forma recristianiza a legislação brasileira” (KOWALIK, 2007, p. 3), refletindo o momento político pelo qual passava o Brasil durante a Era Vargas (1930-1945).

Assim, os nubentes podem se casar na igreja de sua religião e levar o documento comprobatório de matrimônio religioso para ser registrado em cartório. Não precisam se casar “novamente” diante de um juiz de paz.

Apesar de o padre ou outra autoridade religiosa constarem nas certidões de casamento, eles não são os agentes que expedem a certidão. Assim, os termos *oficial, oficial maior, oficial do Registro Civil, escrevente, escrevente autorizado, escrivão habilitado e escrivão substituto* denominam esses agentes.

Até hoje, não houve alteração na lei no que tange aos agentes que celebram e expedem as certidões de casamento brasileiras. De acordo com o Código Civil brasileiro vigente,

[...] o casamento se realiza no momento em que o homem e a mulher manifestam, perante o **juiz**, a sua vontade de estabelecer vínculo conjugal, e o juiz os declara casados.

O **casamento religioso**, que atender às exigências da lei para a validade do casamento civil, **equipara-se a este**, desde que registrado no registro próprio, produzindo efeitos a partir da data de sua celebração. [...]

**Art. 1.535.** Presentes os contraentes, em pessoa ou por procurador especial, juntamente com as testemunhas e o **oficial do registro**, o presidente do ato, ouvida aos nubentes a afirmação de que pretendem casar por livre e espontânea vontade, declarará efetuado o casamento [...] (BRASIL, 2002, **grifos nossos**).

Como demonstra o excerto citado, os conceitos de *agentes que celebram e oficializam os casamentos e agentes que registram e expedem as certidões de casamento* ainda são denominados pelos mesmos termos *juiz e oficial do registro*, respectivamente. Os termos *escrevente e escrivão* (bem como seus tipos *escrevente substituto, escrivão autorizado* etc.) também podem denominar os agentes que registram e expedem as certidões, na medida em que substituem os oficiais a depender da demanda e do impedimento desses.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos, em nosso estudo, que, durante o Império, as autoridades religiosas celebravam os casamentos oficiais e expediam as certidões que comprovavam as uniões matrimoniais. Por essa razão, ocorriam, nesses documentos, apenas os termos relativos a essas autoridades. O registro desses casamentos, por sua vez, era feito no cartório pelo escrivão que, no entanto, não expedia outro documento para comprovar a união conjugal.

O surgimento do casamento civil no Brasil levou o Estado a estabelecer uma nova organização administrativa para a celebração do casamento e a elaboração do documento que comprova oficialmente essa união: a certidão de casamento civil. Assim, notamos que os termos referentes ao âmbito religioso que denominavam os agentes de celebração dos casamentos religiosos e de expedição das certidões antes de 1890 desapareceram das certidões de casamento civil brasileiras após essa data.

Após a instituição do casamento civil (laico, controlado pelo Estado), o juiz de paz passou a ser o profissional do Estado responsável pela celebração e oficialização dos casamentos civis e o oficial do registro civil tornou-se o agente que registra e expede as certidões de casamento. Por essa razão, os termos juiz de paz e oficial do registro civil constam das certidões de casamento civil expedidas após 1890, o que não acontecia antes desse ano.

Um aspecto importante da cultura brasileira que também nos saltou aos olhos durante o presente estudo foi a presença de termos que denominam altas patentes militares, tais como Coronel, Tenente-Coronel, Major e Capitão. Verificamos que essas patentes acompanhavam, nas certidões de casamento, os nomes dos juizes de paz que celebravam o casamento civil. Esse fato relaciona-se ao fenômeno do Coronelismo, aspecto socio-cultural e histórico muito particular do Brasil durante a República Velha (1889-1930), em que oficiais perderam suas funções militares e assumiram outros cargos, dentre os quais o de juiz de paz. Isso demonstra a força política que esses agentes tinham na época e esse fenômeno se expressa na terminologia das certidões de casamento civil brasileiras.

Ao analisarmos o CCBCorpus, notamos, porém, que, em algumas certidões de casamento civil expedidas após 1934, havia a ocorrência de termos relativos a instituições religiosas quando se tratava de denominar as autoridades de celebração dos casamentos. Isso pode ser explicado com base na Constituição Federal de 1934, que instituiu o casamento religioso com efeito civil. Nesse novo tipo de casamento, os nubentes que se casassem diante de uma autoridade religiosa não precisariam se casar novamente perante um juiz de paz. No entanto, o registro e a expedição da certidão de casamento continuavam sob a responsabilidade do cartório. Por esse motivo, os termos religiosos passaram a constar nesses documentos juntamente com termos que denominam agentes da administração pública.

Até hoje, os termos referentes a autoridades religiosas denominam os agentes que celebram os casamentos religiosos com efeitos civis

e, assim, podem constar das certidões. Por sua vez, o termo *juiz de paz* continua denominando o agente que celebra e oficializa o casamento civil. No entanto, esse termo desaparece quando se trata de uma certidão de casamento religioso com efeito civil. O termo *oficial do registro civil*, que denomina o conceito de *agente que registra e expede as certidões*, ocorre em certidões de casamento de ambos os tipos.

Com base nos resultados do presente estudo, constatamos que os termos que denominam os agentes que celebram e oficializam os casamentos e expedem as certidões de casamento acompanharam as transformações socioculturais e, sobretudo, políticas pelas quais passou o nosso país. Ao procedermos a esses estudos, notamos a relação desses termos com questões religiosas e com a mudança de concepção política que veio após a instauração da República no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adilson José de. **Uniformes da Guarda Nacional: 1831-1852** a indumentária na organização e funcionamento de uma associação armada. 1999, 198f. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-21032006-153646/pt-br.php>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

BARROS, Lidia Almeida. **Curso Básico de Terminologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Conhecimentos de Terminologia geral para a prática tradutória**. São José do Rio Preto, SP: NovaGraf, 2007.

BARROSO. **Certidão de casamento religioso católico expedida em 1883**. [s. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <<http://www.familiabarroso.com/images/CertidaoCasamentoAnastacio.jpg>>. Acesso em: 06 fev. 2016.

BORTOLATO, Caroline Poppi. **Uma proposta de tradução da terminologia jurídica do Ancien Régime presente na peça Les Plaideurs de Jean Racine**. 2013, 372f. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <[http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8146/tde-18112013-131108/publico/2013\\_CarolinaPoppiBortolato\\_VCorr.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8146/tde-18112013-131108/publico/2013_CarolinaPoppiBortolato_VCorr.pdf)>. Acesso em 27 abr. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 1.144, de 11 de setembro de 1861**. Brasil: Câmara Legislativa, 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decreto/1824-1899/decreto-1144-11-setembro-1861-555517-publicacaooriginal-74767-pl.html>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 181, de 24 de janeiro de 1890**. Marechal Deodoro da Fonseca promulga a lei sobre o casamento civil. [s. l.: s. n.], 1890. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/D181.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D181.htm)>. Acesso em 18 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Brasil: Planalto Central, 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em 25 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Brasil: Planalto Central, 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em 10 abr. 2015.

BRUNET, Etienne. **Hyperbase version 10**. Unice/Université Nice, 2015. Disponível em: <<http://ancilla.unice.fr/>>. Acesso em: 15 set. 2015.

CABRÉ, María Teresa. **La terminología**: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: IULA, 1999.

CURTI-CONTESSOTO, Beatriz. Terms designating places for the celebration and civil registration of marriages and places for the issuance of marriage certificates in Brazilian history. **Terminàlia - Revista semestral de la Societat Catalana de Terminologia**, v. 18, p. 14-24, 2018.

DINIZ, Maria Helena. **Dicionário jurídico**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FIGUEIREDO, Marcelo. Transição do Brasil Império à República Velha. **Araucaria: Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades**, año 13, nº 26, p. 119-145. Segundo semestre de 2011. Disponível em: <[http://aloojoptico.us.es/Araucaria/nro26/monogr26\\_4.pdf](http://aloojoptico.us.es/Araucaria/nro26/monogr26_4.pdf)>. Acesso em 13 mar. 2016.

KOWALIK, Adam. Efeito civil do casamento religioso no Brasil ontem e hoje. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, vol. 10, n. 41, maio 2007. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=1782](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1782)>. Acesso em 04 ago. 2016.

PUFAL. **Certidão de casamento religioso católico expedida em 1830** [s. l.: s. n.], 2011. Disponível em: <[http://pufal.blogspot.com.br/2011\\_08\\_01\\_archive.html](http://pufal.blogspot.com.br/2011_08_01_archive.html)>. Acesso em 08 fev. 2016.

SILVA, Paulo Julião da. A Igreja Católica e as relações políticas com o Estado na Era Vargas. **Anais dos Simpósios da ABHR**, vol. 13, 2012. Disponível em: <<http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/viewFile/456/391>>. Acesso em 1 abr. 2016.

TARTIER, Annie. Analyse automatique de l'évolution terminologique. In: **Actes du Traitement Automatique des Langues Naturelles (TALN)**, Leuven, 2006. Disponível em <[http://www.revuei3.org/hors\\_serie/annee2006/revue\\_i3\\_hs2006\\_01\\_05.pdf](http://www.revuei3.org/hors_serie/annee2006/revue_i3_hs2006_01_05.pdf)>. Acesso em 27 abr. 2016.

# CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE BENS MÓVEIS EM PAPEL: A VARIAÇÃO TERMINOLÓGICA EM TEXTOS ESPECIALIZADOS E DE DIVULGAÇÃO DO BRASIL E DO URUGUAI

*Cleci Bevilacqua*

## INTRODUÇÃO

 O objetivo do presente artigo é apresentar dois casos de variação terminológica identificados em textos especializados e de divulgação relativos à área de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis em papel produzidos em português do Brasil e no espanhol do Uruguai. Busca-se, sobretudo, mostrar a variação denominativa e conceitual de termos chave da área (p. ex., *arquivos, conservação*) a partir da análise de suas definições e da elaboração de mapas conceituais.

Cabe destacar que os resultados aqui apresentados derivam do projeto de pesquisa de pós-doutoramento intitulado *A divulgação do conhecimento especializado: analisando o papel da terminologia na área de Conservação e Restauração de Bens Culturais móveis em papel*. O projeto foi desenvolvido junto ao grupo de pesquisa Terminologia e Organização do Conhecimento (GTERM), da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Universidad de la República, Uruguai, sob a supervisão do Prof. Dr. Mario Barité. Entre os objetivos do referido projeto estavam construir *corpora* com textos especializados e de divulgação da área para os dois países; analisar tais textos, seguindo a proposta de Ciapuscio (2003); identificar e analisar o

uso de sua terminologia e descrever alguns casos de variação terminológica. Visava-se, desse modo, caracterizar o papel da terminologia na divulgação do conhecimento em seus diversos níveis de especialização.

De forma complementar, pretendíamos oferecer um conjunto de resultados que pudessem contribuir com a pesquisa levada a cabo pelo grupo TERMISUL que vem desenvolvendo, desde agosto de 2016, o projeto *A linguagem do patrimônio cultural brasileiro: conservação dos bens culturais móveis*. Seu objetivo é a descrição da linguagem da área e a organização de sua terminologia em uma perspectiva multilíngue. Para tanto, está em construção uma base de dados terminológicos *on-line* que inclui termos em português e equivalentes em espanhol, francês, inglês, italiano e russo destinada a pesquisadores, professores e estudantes, bem como a tradutores e demais interessados no tema.

Para dar conta do objetivo proposto para este artigo, inicialmente fazemos uma síntese da fundamentação teórica do projeto, tratando de alguns pontos relativos à divulgação do conhecimento, da Terminologia e da variação terminológica. Em seguida, apresentamos os *corpora* utilizados e a metodologia seguida para a identificação dos termos e da variação e, finalmente, destacamos alguns dos resultados obtidos e algumas considerações finais.

## **1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: DA DIVULGAÇÃO DO CONHECIMENTO À TERMINOLOGIA**

Considerando a temática tratada, os objetivos propostos e as áreas envolvidas, foram três os pilares teóricos que sustentaram a pesquisa de pós-doutoramento: a) Ciência da Informação – divulgação do conhecimento; b) Linguística Textual e c) Terminologia. Também seguimos alguns princípios da Linguística de *Corpus* para a construção dos *corpora* textuais e para a seleção dos termos. Dado que o foco do presente texto é apresentar alguns casos de variação identificados nos

*corpora* de estudos, faremos menção apenas aos fundamentos teóricos da divulgação do conhecimento e da Terminologia, incluindo nesta última a variação terminológica.

Em relação à divulgação do conhecimento, Jiménez Aleixandre (2003) a considera como um aspecto importante da cultura de uma sociedade e destaca seu papel como elemento de construção da cidadania, de onde decorre a necessidade de democratizar o conhecimento especializado. De forma complementar, Caldas (2010, p. 32) afirma que “democratizar o conhecimento passa, portanto, não apenas por sua disseminação, mas por uma visão crítica e educativa, que possibilite refletir sobre as práticas de produção científica e sua apropriação pela sociedade”.

Nessa linha, para Massarani e Moreira (2004), a divulgação científica é uma atividade em permanente processo de (re)construção e que ainda é um desafio avaliar seu significado atual, discutir seus pressupostos e suas práticas e empenhar-se em torná-la mais eficaz e integrada à realidade social de cada país. Os autores afirmam ainda que esses desafios requerem a participação de centros de pesquisa, universidades, governos e atores envolvidos (pesquisadores, comunicadores, jornalistas e estudantes).

Nesse processo de comunicação, um dos principais meios de divulgação do conhecimento, tanto entre especialistas como para o público leigo, são os textos. Nesse sentido, concordamos com Ciapuscio e Kuguel (2002, p. 38) quando afirmam que “os textos não somente representam, mas também criam conhecimento”. Posto que os textos especializados são o habitat natural dos termos, recolhemos de Ciapuscio sua definição de texto especializado:

[...] são produtos predominantemente verbais de registros comunicativos específicos; registros que são definidos pelos usuários dos textos, pelas finalidades e pelas temáticas. Os textos especializados referem-se a temáticas próprias de um domínio de especialidade

e respondem a convenções e tradições retóricas específicas (CIAPUSCIO, 2003, p. 30, tradução nossa<sup>1</sup>).

No que tange à Terminologia, seguimos os pressupostos da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) (CABRÉ, 1999; 2001). Para os propósitos da pesquisa, foram fundamentais os seguintes princípios:

- A Terminologia é concebida como uma área interdisciplinar apoiada em três teorias (CABRÉ, 2001, p. 22): a teoria do conhecimento, a teoria da comunicação e a teoria da linguagem. Dessas teorias, nos interessava principalmente a teoria da comunicação, que descreve as diferentes situações comunicativas e as formas como se transmite e divulga o conhecimento especializado; e a teoria da linguagem, que permite analisar os termos como unidades da língua natural e explicar como se ativa seu valor especializado.

- Os termos caracterizam-se como núcleos conceituais que representam e transmitem conhecimento de uma área específica do saber e seu valor de unidade especializada está determinado por condições pragmáticas, ou seja, seu uso em uma situação comunicativa relativa a uma temática específica.

Por fazerem parte da língua natural, os termos admitem variação denominativa e conceitual para adequar-se às diferentes situações comunicativas em que são utilizados. Segundo Freixa (2001), a variação denominativa

[...] é o fenômeno pelo qual se denominam de diferentes maneiras uma mesma unidade de significação especializada. Desse modo, englobam, em uma mesma relação, tanto sinônimos como variantes formais, ou seja, tanto casos de uma ou várias mudanças léxicas

---

<sup>1</sup> No original: “[...] se trata de productos predominantemente verbales de registros comunicativos específicos, registros que son definidos por los usuarios de los textos, las finalidades y las temáticas”.

como os casos de mudanças ortográfica, morfossintática etc. (FREIXA, 2001, p. 58, tradução nossa<sup>2</sup>).

Como exemplo desse tipo de variação, podemos citar na área de estudo analisada os termos *restauração* e *restauero*.

Por sua vez, a autora define a variação conceitual como “fenômeno pelo qual uma mesma unidade de significação especializada pode ser abordada a partir de diferentes pontos de vista, o que pode refletir na variação denominativa que a representa” (FREIXA, 2001, p. 59, tradução nossa<sup>3</sup>). Um exemplo na área de estudo em foco é o termo *conservação* que pode ser entendido como a denominação da área – grafado com *C* – ou um tipo de procedimento ou medida aplicado ao papel – grafado com *c*.

Da referida autora (2013, p. 39), também foi importante revisar as causas da variação. Dos tipos propostos por ela – causas prévias, dialetais, funcionais, discursivas, interlinguísticas, cognitivas – destacamos as seguintes que auxiliaram a justificar os casos de variação identificados na pesquisa:

- causas funcionais: incluem os subtipos ‘adequação ao nível de língua’ e ‘adequação ao nível de especialização’;
- causas discursivas: abrangem os subtipos ‘evitar a repetição’, ‘economia linguística’, ‘criatividade’, ‘ênfase e expressividade’;
- causas cognitivas: incluem os subtipos ‘imprecisão conceitual’, ‘distanciamento ideológico’ e ‘diferenças na conceitualização’.

---

<sup>2</sup> No original: [...] el fenómeno por el que se denominan de diferentes maneras la misma unidad de significación especializada. Así quedan englobados en una misma relación tanto sinónimos como variantes formales, es decir, tantos casos de uno o varios cambios léxicos como casos de cambio ortográfico, morfossintático, etc.

<sup>3</sup> No original: [...] fenómeno por el que una misma unidad de significación especializada puede ser abordada desde distintos puntos de vista y que puede tener un reflejo directo en la VD [variación denominativa] que conlleva.

Apresentada a fundamentação teórica que sustentou a pesquisa e, mais especificamente, a análise da variação terminológica – foco do presente texto – expomos as etapas metodológicas seguidas para a construção dos *corpora* de estudo, para a identificação dos termos e da variação, bem como para sua descrição.

## **2. ETAPAS METODOLÓGICAS: DA CONSTRUÇÃO DOS CORPORA À DESCRIÇÃO DA VARIAÇÃO TERMINOLÓGICA**

A primeira etapa metodológica refere-se à constituição dos *corpora* de estudo e do *corpus* de referência. Considerando o objetivo da pesquisa e com base nos princípios propostos Berber Sardinha (2004), foram construídos quatro *corpora*:

- textos especializados em português do Brasil;
- textos especializados em espanhol do Uruguai;
- textos de divulgação em português do Brasil;
- textos de divulgação em espanhol do Uruguai.

Para os *corpora* especializados, foram selecionados textos que formavam os *corpora* em português e espanhol constituídos pelo grupo Termisul para a realização do projeto mencionado na Introdução. São textos acadêmicos (artigos publicados em revistas especializadas e em anais de eventos, relatórios e manuais). Para os *corpora* de divulgação, os textos foram selecionados em *sites* institucionais (museus, bibliotecas, arquivos) e de profissionais da área. De forma geral, os parâmetros seguidos para sua construção foram:

- a) a utilização de palavras-chave da área e da temática tratada (papel): *bens culturais em suporte papel/bienes culturales en soporte*

*papel, conservação/conservación, documento/documento, documentação/documentación, preservação/preservación, restauração/restauro/restauración*<sup>4</sup> etc.;

a) a aplicação de filtros no *Google* para restringir a busca: língua (português e espanhol) e domínio (Brasil e Uruguai).

b) busca em *sites* específicos: páginas de universidades, museus, bibliotecas etc.

Além dos *corpora* anteriores, para poder identificar os termos prototípicos (palavras-chave) do *corpus* de estudo, foram construídos dois *corpora* de referência. O *corpus* de referência em espanhol está conformado por textos do jornal *El País* e o do português, por textos da *Folha de São Paulo*. Ambos incluíram temas relativos ao cotidiano, economia/negócios, esportes, mundo e poder. A síntese do tamanho aproximado dos *corpora* é apresentada na tabela 1:

**Tabela 1:** Tamanho aproximado dos *corpora* de estudo Uruguai e Brasil

<b>Corpus</b>	<b>Uruguai</b>	<b>Brasil</b>
Especializado	20.876	22.466
Divulgación	20.578	21.788
De referência	272.751	257.474

**Fonte:** Elaborada pela autora.

Cabe ressaltar que os *corpora* são pequenos, pois foram encontrados poucos textos especializados e de divulgação no Uruguai, o que fez com que reduzíssemos os textos em português para que houvesse um equilíbrio no tamanho dos *corpora* de ambas as línguas.

Após a conversão e limpeza dos textos, procedeu-se a sua catalogação, seguindo o código proposto pelo grupo Termisul. Por exemplo:

---

<sup>4</sup> As palavras receberam o aval e/ou foram sugeridas pela pesquisadora colaboradora do Grupo Termisul, Silvana Bojanoski, professora do Curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis (UFPEL) e também pela Profª. Maria Laura Rosas (FIC, UdelaR).

o código uyPP001 refere-se ao primeiro texto especializado do *corpus* do Uruguai; o código ptPPd001 indica o primeiro texto do *corpus* de divulgação do Brasil.

Para a seleção dos termos foram utilizadas as seguintes ferramentas dos *softwares* AntConc<sup>5</sup> e Sketch Engine<sup>6</sup>:

- lista de palavras (*wordlist*): gerou uma lista de palavras por ordem de frequência, aplicando-se listas de exclusão (*stoplist*) em português e espanhol que continham palavras gramaticais (pronomes, conjunções, artigos, preposições, números etc.);

- lista de palavras-chave (*keywords*): gerada a partir da *wordlist* anterior em contraste com a lista de palavras do *corpus* de referência. O resultado foi uma lista de palavras-chave com a indicação do índice de *keyness* (chavicidade) que mostra as palavras mais prototípicas do *corpus* de estudo (ver Tabela 2) e, portanto, candidatos a termos;

- concordâncias: gerou os contextos de uso dos termos.

Utilizamos ainda a ferramenta *Word Sketch* do Sketch Engine que oferece um conjunto de informações linguísticas relativas ao termo, mostrando seus coocorrentes (adjetivos, nominalizações etc.). Por exemplo, para o termo *conservação* em português foram identificados como coocorrentes: *permanente, preventiva, prévia, de documentos, de bens, de obras, do patrimônio*. Isso permitiu identificar termos sintagmáticos. A tabela 2 mostra os 10 primeiros exemplos da lista de *keywords* do *corpus* especializado do Uruguai gerada no AntConc.

---

<sup>5</sup> <http://www.laurenceanthony.net/software/antconc/>

<sup>6</sup> <https://www.sketchengine.co.uk/>.

**Tabela 2:** *Keywords* do corpus especializado Uruguai, AntConc.

<b>Frequência</b>	<b>Chavicidade</b>	<b>Palabra-chave</b>
221	988.228	documentos
168	817.003	biblioteca
144	679.522	conservación
129	562.457	archivo
113	529.728	documental
116	517.378	cultural
92	447.406	colecciones
95	429.225	museos
97	421.713	documentación
94	297.724	materiales

**Fonte:** AntConc

A partir das listas de *keywords* geradas por ambos os programas para os quatro *corpora*, definimos um corte de índice 50 para a chavicidade em função do tamanho dos *corpora*. Mesclamos os resultados dos dois programas em uma tabela Excel e excluimos os duplicados. Sobre essa lista de candidatos a termos aplicamos os critérios seguintes:

- a) exclusão de nomes próprios (*Quiroga, Jesualdo*), topônimos (*Montevideo, São Paulo*) e siglas (*Capes, CNPq, ISAD, ISSN*);
- b) critério de categoria nominal: os termos deveriam ser substantivos, o que permitiu excluir verbos, adjetivos e advérbios (*simbolizar, diferentes, conocer, apud* etc.);
- c) critério de sinonímia/pertinência pragmática: foram selecionados termos que ocorriam com as conjunções “y/e” e “o/u” ou expressões como “llamado también de”, uso de parênteses, permitindo selecionar termos que apareciam da seguinte forma: *salvamento y rescate; negligencia o descuido; Descarte llamado también expurgo o selección negativa; amidos (colas); insectos (baratas, brocas, cupins)*;

- d) critério conceitual: foram selecionados os termos que estavam definidos nos textos;
- e) critério de pertinência temática: os termos deveriam ser utilizados na área de conservação e restauração em papel; portanto, verificou-se se os termos constavam da árvore de domínio elaborada por Bojanoski (2018)<sup>7</sup>. Esse critério possibilitou excluir substantivos como *chassi*, *artes cênicas*, *escultura* que podem ser termos em outras subáreas da Conservação e Restauração, mas não de suporte em papel.

Como resultado da aplicação desses critérios, chegamos ao seguinte conjunto de termos: 220 para os textos especializados em português e 152 para os textos em espanhol; 203 termos para os textos de divulgação em português e 148 para os textos em espanhol.

Para identificar e analisar os casos de variação denominativa e conceitual as etapas seguidas foram:

- a) identificação dos casos de variação nos términos selecionados, seguindo os parâmetros estabelecidos no item c) dos critérios de seleção dos termos;
- b) coleta e análise de exemplos para identificar os casos de variação denominativa (sinonímia) e os de variação conceitual;
- c) contraste das informações identificadas nos contextos dos termos variantes com suas definições retiradas de dicionários especializados e com informações obtidas com os especialistas da área<sup>8</sup>;

---

<sup>7</sup> Na pesquisa de pós-doutoramento foram elaborados mapas conceituais relativos ao Patrimônio como uma grande área e mapa específicos para a Conservação em papel. Por questões de espaço, não é possível reproduzi-los no presente texto.

<sup>8</sup> Além de Silvana Bojanoski, consultamos María Laura Rosas, professora do curso de Arquivologia da FIC.

- d) organização dos dados coletados em quadros para cada tipo de texto e para cada uma das línguas;
- e) elaboração de mapas conceituais para os termos a fim de mostrar a variação em cada um dos *corpora* de estudo.

Alguns casos de variação identificados foram:

- a) Termos relativos ao patrimônio em geral:
  - *coleções/colecciones, arquivos/archivos, fundos/fondos, materiais/materiales;*
  - *documentos<sup>9</sup>, documentação/documentación, publicación/publicación, obras;* - *processos/procesos, procedimientos/procedimientos, técnicas;*
- b) Termos mais relacionados à área de Conservação e Restauração:
  - *preservação/preservación;*
  - *conservação (1)/conservación (1);*
  - *conservação preventiva/conservación preventiva e preservación in situ;*
  - *conservação (2) e conservação curativa /conservación (2);*
  - *restauração, restauro e conservação reparadora/restauración/conservación interventiva;*
  - *procedimentos e medidas/procedimientos.*

De todos os casos identificados, traremos aqui apenas os dados dos grupos formados por *coleções/colecciones, arquivos/archivos, fundos/fondos, materiais/materiales* e por *restauração, restauro e conservação reparadora/restauración/conservación interventiva*, pois constituem termos centrais da área estudada.

---

<sup>9</sup> Quando os termos coincidem em ambas as línguas são apresentados apenas uma vez. Quando um termo apresenta variação em uma das línguas, foi incluída a variante apenas desta língua.

### 3. ANÁLISE DA VARIAÇÃO TERMINOLÓGICA

Para analisar os termos, foram identificados os sentidos de cada um dos termos nos contextos recolhidos nos *corpora*, nas definições de dicionários especializados e nas consultas às especialistas. A síntese dos dados coletados para o primeiro grupo de termos é apresentada nas tabelas a seguir. Nelas, estão indicados os sentidos dos termos e sua ocorrência (x) ou não ocorrência (--) nos textos e o número total de ocorrências em cada *corpus*.

**Tabela 3:** Sentidos dos termos *archivo/Archivo*

Sentidos de <b>archivo/archivo</b>	ESP uy	ESP pt	DIV uy	DIV pt
Fondo documental o <b>reunión de documentos</b>	X	X	X	X
Depósito o edificio donde se guardan/conservan los fondos documentales	X	X	X	X
Institución donde se conservan, ordenan y difunden los conjuntos de documentos.	X	X	X	X
Sección dentro de un archivo	X	--	--	--
Servicio a una institución o a las ciudadanos	X	X	X	X
Mueble para almacenamiento	--	X	--	--
<b>Total de ocurrencias</b>	119	129	85	24

**Fonte:** Elaborada pela autora.

**Tabela 4:** Sentidos dos termos *colecciones/coleções*

Sentidos de <b>colecciones/coleções</b>	ESP uy	ESP pt	DIV uy	DIV pt
Conjunto de obras independientes o <b>reunión artificial de documentos</b>	X	X	X	X
Conjunto de obras de un autor	X	--	X	--
Archivos privados	X	--	--	X
<b>Total de ocurrencias</b>	66	11	57	32

**Fonte:** Elaborada pela autora.

**Tabela 5:** Sentidos dos termos *fundos/fondos*

Sentidos de <b>fundos/fondos</b>	ESP uy	ESP pt	DIV uy	DIV pt
<b>Colección de documentos</b> presentados de forma ordenada para ser consultados por el usuario.	X	--	X	--
Conjunto de documentos que tienen origen y procedencia histórica comunes	X	--	--	X
<b>Total de ocurrencias</b>	44	0	9	1

**Fonte:** Elaborada pela autora.

**Tabela 6:** Sentidos dos termos *materiais/materiales*

Sentidos de <b>materiales/materiais</b>	ESP uy	ESP pt	DIV uy	DIV pt
<b>Elementos que forman parte de una biblioteca o archivo</b>	X	X	X	X
Cada uno de los elementos que se necesitan para confeccionar una obra (material de consulta), editar un libro (material literario, material de ilustración) o que forman parte de una biblioteca o archivo.	X	X	X	X
Materiales usados en los procesos/medidas de conservación/restauración y están en el mapa de esta área.	X	X	X	X
<b>Total de ocurrencias</b>	75	76	76	71

**Fonte:** Elaborada pela autora.

A partir dos dados anteriores é possível afirmar que:

- os quatro termos analisados possuem vários significados, o que indica a existência de variação conceitual, conforme se observa na primeira coluna de cada tabela;

- por essa razão, os termos podem distribuir-se em diferentes lugares no mapa elaborado para a área do Patrimônio em geral. Por

exemplo, *archivo/arquivo*, no seu primeiro sentido, é o núcleo central a partir do qual foram organizados os mapas para cada tipo de texto e língua. Por sua vez, com o sentido de ‘móvel’, no português, estaria no núcleo *armazenagem*, relacionado aos *processos/procedimentos* referentes ao patrimônio. Esses dados reiteram a existência de variação conceitual e revelam sua multidimensionalidade, isto é, conforme o ponto de vista ou perspectiva, os termos se situam em diferentes lugares do mapa conceitual da área ou temática analisada. Observa-se ainda que esta característica ocorre tanto para termos utilizados nos textos especializados como nos de divulgação;

- no entanto, no primeiro significado de todos os termos, foram identificados traços comuns (*reunião de documentos, reunião artificial de documentos, coleção de documentos* etc.). Portanto podem ser considerados sinônimos ou quase sinônimos, o que os caracteriza como um caso de variação denominativa, podendo ser originada por causas funcionais (adequação ao nível de língua) ou discursivas (evitar repetição);

- constata-se ainda que *archivos/archivos* são termos utilizados em todos os textos, com apenas dois sentidos diferentes nos textos especializados em espanhol (‘seção dentro de uma instituição’) e em português (‘móvel’);

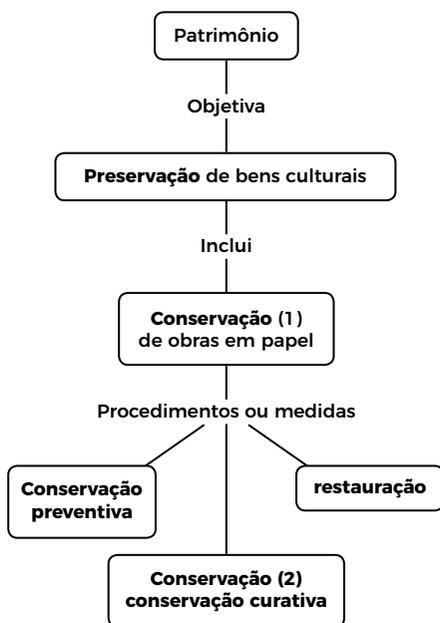
- *colecciones/coleções* são termos mais utilizados nos textos em espanhol; *fondos* utiliza-se praticamente em espanhol; *materiales/materiais* são termos genéricos usados em todos os textos.

Estes últimos aspectos mostram as diferenças e preferências de uso dos termos em cada um dos países analisados e em cada um dos tipos de texto – especializado e de divulgação.

Para os termos relativos à *conservação* e *restauração* e suas variantes, também recolhemos e analisamos suas definições e, a partir

delas, organizamos pequenos mapas conceituais que ilustram os casos de variação e sua organização. Aqui apresentamos apenas os mapas. O primeiro deles (Fig. 1) mostra todos os termos do grupo.

**Figura 1:** Mapa conceitual dos termos *Conservação* e termos relacionados

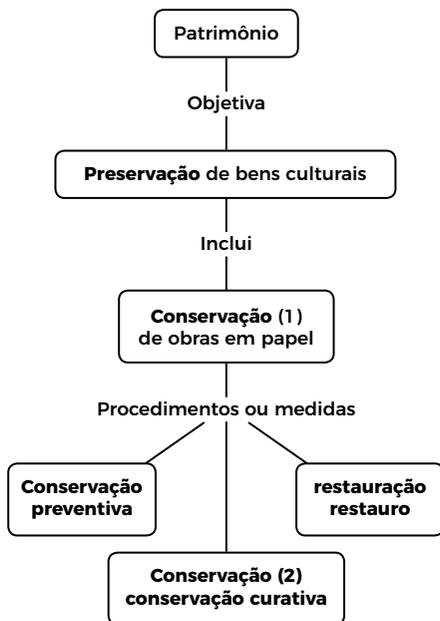


Fonte: Elaborada pela autora.

Nesse mapa, vemos que *preservação* é o termo mais amplo que abrange vários procedimentos ou medidas e várias áreas, conforme esclarece Bojanoski (2018). Uma dessas áreas é *Conservação* – com inicial maiúscula e número 1 –, que inclui diversos procedimentos (*conservação preventiva*, *conservação (2)* ou *conservação curativa* e *restauração*). Com base no mapa anterior e no conjunto de definições coletadas, mostramos como os termos ocorrem em cada um dos *corpora* analisados. Quando há termos sinônimos, estes foram incluídos logo abaixo do termo principal, isto é, abaixo do termo de maior frequência no *corpus*.

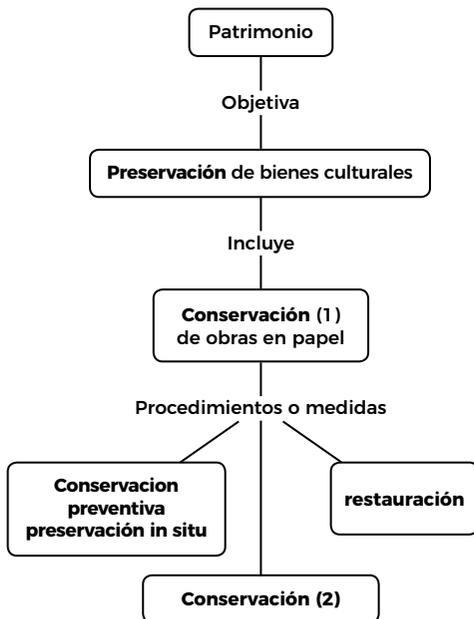
O primeiro mapa (fig.2) refere-se ao *corpus* especializado em português (ESP pt); o segundo (fig. 3), ao *corpus* especializado do Uruguai (ESP uy); o terceiro (fig. 4), ao *corpus* de divulgação em português (DIV pt); e o quarto (fig. 5), ao *corpus* de divulgação do Uruguai (DIV uy).

**Figura 2:** Mapa conceitual dos termos *Conservação* e termos relacionados, ESP pt



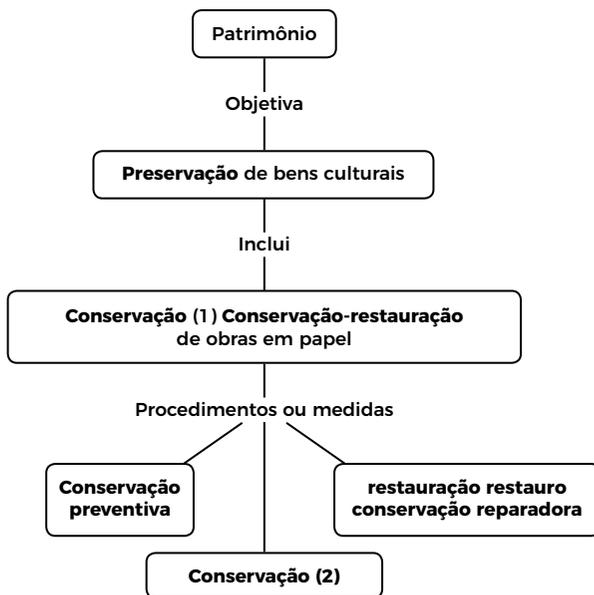
Fonte: Elaborada pela autora.

**Figura 3:** Mapa conceitual dos termos *Conservação* e termos relacionados, ESP uy.



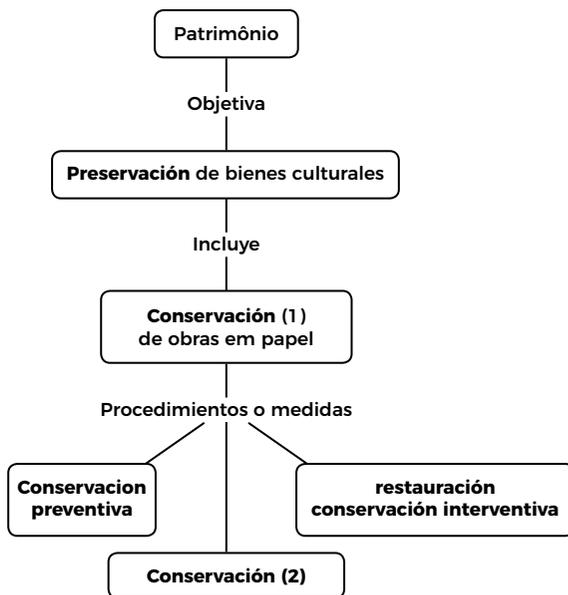
**Fonte:** Elaborada pela autora.

**Figura 4:** Mapa conceitual dos termos *Conservação* e termos relacionados, DIV pt.



**Fonte:** Elaborada pela autora.

**Figura 5:** Mapa conceitual dos termos *Conservação* e termos relacionados, DIV uy.



**Fonte:** Elaborada pela autora.

Com base nos dados anteriores, foi possível chegar às seguintes conclusões:

- não há diferença entre os textos especializados e de divulgação em relação aos termos *preservação/preservación*, dado que eles aparecem como hiperônimos que abrangem vários outros elementos e aspectos. O que se observa é que, nos textos em português, há uma ocorrência maior do termo do que em espanhol, chegando a 70 ocorrências nos textos especializados e a 86 nos de divulgação. Isso pode estar justificado pela maior afirmação da área no nosso país nos últimos anos, inclusive com a criação de cursos de graduação, o que gera, conseqüentemente, uma maior produção acadêmica e um uso maior dos termos da área;

- os termos *Conservação(1)/Conservación(1)*, entendidos como ‘área que abrange vários procedimentos com vistas à preservação dos bens em papel’, nos textos de divulgação em português, pode aparecer unido à *Restauração*, formando o termo *conservação-restauração*, forma proposta no Código de Ética dos Conservadores-Restauradores do Brasil (BOJANOSKI, 2018, p. 42);

- os termos *conservação preventiva/conservación preventiva* são mais recorrentes nos textos de divulgação em espanhol (21 ocorrências); mas praticamente não são usados nos textos especializados (três ocorrências). Nestes últimos textos, também há o termo *preservación in situ* que pode, pela definição identificada no próprio *corpus*, ser considerado seu sinônimo (variação denominativa);

- os termos *conservação(2)/conservación(2)*, entendidos como ‘conjunto de métodos e técnicas dirigidos ao prolongamento da vida dos bens pertencentes ao patrimônio cultural e natural’, são os mais utilizados em todos os textos em comparação com os demais termos, o que pode ser explicado porque este foi o tema central da pesquisa e orientou a construção dos *corpora*. Em português, nos textos especializados, há uma variação *conservação curativa* (duas ocorrências), o que segue a proposta do ICOM-CC (*curative conservation*);

- Os termos *restauração/restauro* são mais utilizados nos textos em português do que nos textos em espanhol, chegando a 63 ocorrências nos textos especializados e a 83 nos de divulgação. Além dessas variantes em português, também foram identificados os termos *conservação reparadora* (cinco ocorrências) nos textos especializados em português, e *conservación interventiva* (uma ocorrência) nos textos de divulgação em espanhol;

- *conservação (1) e (2) /conservación (1) e (2)* são casos de variação conceitual, conforme já indicamos, e, por isso, se situam em diferentes

lugares dos mapas conceituais, indicando também a multidimensionalidade desses termos;

- As causas dessa variação podem ser discursivas nos textos especializados, ou seja, para evitar a repetição. Nos textos de divulgação, podem ser funcionais e cognitivas, para que haja uma adequação ao nível de especialização menor desses textos. Este poderia ser o caso dos termos *restauração/restauro* que tem como variante *conservação restauradora* ou ainda *restauración* que tem como variante *conservación interventiva*. Em ambos os casos parece haver uma maior transparência dos termos, o que poderia facilitar sua compreensão por parte dos leitores desses textos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados obtidos, é possível afirmar que a metodologia seguida permitiu reconhecer um conjunto de termos em português e espanhol na área estudada, identificar os casos de variação terminológica e descrevê-los a partir de seu uso nos textos especializados e de divulgação em português e espanhol. Nesse sentido, destacamos a importância da análise dos contextos de uso recolhidos dos *corpora* e das definições presentes em obras de referência especializadas. Foram essas informações que permitiram identificar os traços específicos dos termos para definir o tipo de variação para cada grupo de termos analisados. Assim, a partir da análise contrastiva entre vários termos de um mesmo grupo, foi possível mostrar que alguns podem apresentar tanto variação denominativa quanto conceitual – p. ex., *arquivo/archivo* em contraste com os demais termos do grupo. Do mesmo modo, os mapas conceituais possibilitaram organizar de forma clara os casos de variação relativos à *Conservação/Conservación* e seus usos em cada tipo de texto e em cada língua.

Contudo, de todos os aspectos apresentados, em trabalhos futuros gostaríamos de tratar de forma mais aprofundada as causas da

variação terminológica, o que requer a construção de *corpora* mais extensos e uma análise mais detalhada dos contextos e dos textos como um todo. De todo modo, pensamos que os resultados aqui apresentados reiteram a necessidade do levantamento, compilação e análise das terminologias de áreas emergentes ou ainda pouco estabelecidas em nosso país e em países vizinhos. Este é o caso da terminologia da área de Conservação e Restauração de Bens Móveis em papel, uma área fundamental para a preservação da memória de qualquer país. Daí também a importância de podermos compilar e divulgar adequadamente sua terminologia, bem como os conhecimentos produzidos na área pensando em diferentes públicos. Retomando a fala de Massarani e Moreira (2004), citados mais acima, a participação de centros de pesquisas e universidades é fundamental nesse processo de construção e divulgação do conhecimento.

## REFERÊNCIAS

- BERBER SARDINHA, Toni. **Linguística de Corpus**. Baureri: Manole, 2004.
- BEVILACQUA, Cleci Regina. A divulgação do conhecimento especializado: analisando o **papel da terminologia na área de Conservação e Restauração de Bens Culturais móveis em papel**. Relatório de estágio pós-doutoral. Supervisor: Mario Barité. Montevideú: Facultad de Información y Comunicación, Universidad de la República, setembro de 2017 a março de 2018.
- BOJANOSKI, Silvana. **Terminologia em Conservação de bens culturais em papel: produção de um glossário para profissionais em formação**. 2018. 292fl. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.
- CABRÉ, María Teresa. Sumario de principios que configuran la nueva propuesta teórica y consecuencias metodológicas. In: CABRÉ, María Teresa; FELIU, Judit (Ed.). **La terminología científico-técnica: reconocimiento, análisis y extracción de información formal y semántica**. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 2001, p. 17-25.

\_\_\_\_\_. **Terminología: representación y comunicación.** Una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 1999.

CALDAS, Graça. Divulgação científica e relações de poder. **Informação e Informação**, Londrina, Vol. 15 (1), p. 31-42, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/5583/6763>>. Acesso em 05 maio.2017.

CIAPUSCIO, Guiomar. **Textos especializados y terminología.** Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 2003.

CIAPUSCIO, Guiomar; KUGUEL, Inés. Hacia una tipología del discurso especializado: aspectos teóricos y aplicados. In: GARCÍA PALACIOS, Joaquín; FUENTES, María Teresa (eds.). **Entre la terminología, el texto y la traducción.** Salamanca: Almar, 2002, p. 37-73. Disponível em: <<https://media.utp.edu.co/referencias-bibliograficas/uploads/referencias/capitulo/355-hacia-una-tipologia-del-discurso-especializado-aspectos-teoricos-y-aplicados-pdf-Veuzj-articulo.pdf>>. Acesso em 10 abr.2017.

FREIXA, Judit. Otra vez las causas de la variación denominativa. *Debate Terminológico*, Porto Alegre, n. 6, p. 38-46, 2013. Disponible en: <http://seer.ufrgs.br/index.php/riterm/article/view/37170> Accedido el 10 mayo.2017.

\_\_\_\_\_. Reconocimiento de unidades denominativas: incidencia de la variación en el reconocimiento de unidades terminológicas. In: CABRÉ, María Teresa; FELIU, Judit. **La terminología científico-técnica: reconocimiento, análisis y extracción de información formal y semántica.** Barcelona: Universitat Pompeu Fabra/IULA, 2001, p.57-65.

JIMÉNEZ ALEIXANDRE, María Pilar. La cultura científica en las clases de ciencia: comunidad de aprendizaje. **Cultura Científica**, Barcelona, n. 28-29, p. 1-7, abr./ set.2003. Disponível em: <<http://quark.prbb.org/28-29/028057.htm>> Acesso em: 29 abr.2017.

MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro. Divulgação de la ciencia: perspectivas históricas y dilemas permanentes. **Quark**, n. 12, p. 30-35, abr-jun, 2004.

# TERMINOLOGIA, CONCEITOS E CRIANÇAS: REVISITANDO OS ESTUDOS DE VIGOTSKI<sup>1</sup>

*Mariângela de Araújo*

## INTRODUÇÃO

**N**este trabalho, busca-se tecer algumas aproximações entre a Terminologia e os estudos de Vigotski, renomado estudioso da área de Psicologia, cujos trabalhos, datados da primeira década do século XX, são frequentemente retomados e utilizados pela área de Educação.

As aproximações aqui apresentadas foram fruto das reflexões advindas da pesquisa que vem sendo realizada sobre o conjunto terminológico da disciplina de Ciências, veiculada em livros didáticos destinados a crianças do ensino fundamental I – entre 7 e 10 anos (ARAÚJO, 2012; ARAÚJO; SOUZA, 2011; 2014). Embora a pesquisa tenha tido como foco os professores generalistas, de modo a elaborar um dicionário terminológico a eles destinado, o olhar para as crianças que têm contato com esse conjunto terminológico foi inevitável, devido às lacunas e a alguns problemas encontrados nos contextos definitórios presentes nos livros. Ressalta-se que os livros dos quais os contextos são retirados foram selecionados nos Programas Nacionais do Livro Didático (PNLD) de 2010 e 2013.

Além disso, na Universidade de São Paulo, tem-se desenvolvido um trabalho de orientação de dissertações no Mestrado Profissional em

---

<sup>1</sup> Neste texto será utilizado o nome do autor adaptado ao português, seguindo a tradução do livro usado como referência.

Letras em rede (ProfLetras), o que leva à aproximação de temas como a aquisição lexical e o desenvolvimento da competência lexical.

Desse modo, considerou-se relevante procurar entender como as crianças adquirem novos conceitos e como os textos didáticos e os professores podem auxiliar nesse processo. É salutar a aproximação entre as teorias pedagógicas e as terminológicas, mais especificamente as mais atuais da Terminologia (Teoria Comunicativa da Terminologia e Teoria Sociocognitiva da Terminologia), que demonstram maior preocupação com os diferentes níveis de especialização daqueles que usam determinado conjunto terminológico.

Ainda nesta introdução, faz-se necessário apresentar alguns questionamentos levantados no desenvolvimento da pesquisa. Pode-se dizer que são muitos e antecipa-se já que ainda não se chegou a todas as respostas. As principais perguntas são: i) como as crianças adquirem palavras e termos? ii) que recursos a criança utiliza quando está diante de uma palavra ou termo desconhecido? iii) como começam a imprimir um novo significado a uma palavra já conhecida? iv) as crianças, ao terminarem o ensino fundamental, já se apropriaram dos conceitos propostos nesse nível de ensino? v) como ocorre essa apropriação?; vi) é possível definir fases no processo de apropriação? e vii) em que momento se pode dizer que a criança já se apropriou de determinado conceito – ao utilizá-lo adequadamente em um contexto de uso, ao conseguir exemplificá-lo ou ao defini-lo?

Nas páginas seguintes, são realizadas reflexões que levem à resposta de alguns desses questionamentos.

## **1. A ESCOLHA PELOS ESTUDOS DE VIGOTSKI**

Para abordar as questões levantadas na introdução, as reflexões serão iniciadas com os estudos de Vigotski. Tal escolha deve-se a várias afinidades que podem ser encontradas entre suas concepções e os atuais posicionamentos das teorias terminológicas e linguísticas.

Atualmente, por exemplo, uma das questões mais evidenciadas em relação aos estudos das línguas e das terminologias é a dimensão social de ambas. Além de se constituírem como um fato social, são afetadas pelas mudanças e pelas relações entre os diferentes grupos. Da mesma forma, Vigotski afirma que só se aprende por meio das trocas com nossos pares: “Só o choque do nosso pensamento com o pensamento alheio suscita em nós a dúvida e a necessidade de demonstrar” (VIGOTSKI, 2001, p. 84).

Além disso, dois textos do autor chamaram atenção em relação a sua proximidade com os estudos terminológicos: “Estudo do desenvolvimento dos conceitos científicos na infância” e “Pensamento e palavra”, ambos do livro *A construção do pensamento e da linguagem* (VIGOTSKI, 2001).

A relação que o estudioso estabelece entre o pensamento, que pode ser aproximado do ‘conceito’, e a linguagem, que pode ser aproximada da ‘palavra/termo’, é muito interessante aos estudos terminológicos, uma vez que na Terminologia busca-se exatamente analisar as relações existentes entre o conhecimento desenvolvido nas diferentes áreas de especialidade e a linguagem usada para representá-lo e veiculá-lo.

Para leitores não envolvidos com a Terminologia pode parecer estranho que essa aproximação só tenha sido realizada recentemente; no entanto, para aqueles que observam o desenvolvimento da Terminologia, tal estranhamento não ocorre, uma vez que só recentemente publicaram-se estudos voltados ao ensino das terminologias às crianças (ESTOPÁ, 2014; ARAÚJO; SOUZA, 2015; PUPIM, 2016; entre outros). Antes eram consideradas, sobretudo, terminologias em textos didáticos mais especializados. Dessa forma, os mecanismos de aquisição de termos eram pouco estudados, tendo em vista que o alto nível de especialização só ocorre na fase adulta, em cursos de graduação e pós-graduação.

Atualmente, no entanto, o reconhecimento de que as terminologias são usadas por diferentes grupos, com diversas finalidades, em diver-

sificadas situações tem levado os estudiosos da Terminologia a olharem e pesquisarem as mais diversas áreas em suas múltiplas aplicações e usos dos conjuntos terminológicos. Assim, chega-se ao estudo terminológico em diferentes níveis de especialização, dentre eles aquele que se desenvolve na mais tenra idade, nos anos iniciais do ensino fundamental ou, por que não dizer, até antes disso, a depender das características familiares, da idade em que a criança foi introduzida no contexto escolar e até mesmo dos meios não formais de aprendizagem a que a criança é exposta – não podemos deixar de considerar os desenhos animados com conteúdo científico e os diferentes materiais e vídeos disponíveis na internet, acessados por crianças cada vez menores por meio de tablets e smartphones.

## **2. REFLEXÕES DE VIGOTSKI SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO E DA LINGUAGEM**

Segundo Vigotski (2001), o processo de aquisição lexical inicia-se na criança em tenra idade, porém essa aquisição passa por uma série de fases, em que seu entendimento passa por mudanças em relação a esse objeto: “[...] durante muito tempo a palavra é, para a criança, antes um atributo (Wallon), uma propriedade (Koffka) do objeto, paralelamente a outras propriedades, que um símbolo ou um signo” (VIGOTSKI, 2001, p. 102).

Assim sendo, segundo evidenciam esses estudos, em um primeiro momento da aquisição, as crianças não são capazes de generalizar: a palavra denomina um objeto específico no mundo e faz parte dele, ou seja, não é em um primeiro momento um signo, uma vez que não denomina um conceito ou significado, mas está estritamente ligado a um referente do mundo.

Ainda segundo Vigotski (2001), a criança vai passando por um processo de generalização das palavras, de modo a começar a aplicá-las a um grupo maior de objetos existentes no mundo. No entanto, esse pro-

cesso de generalização vai-se constituindo aos poucos, de acordo com as hipóteses que tem sobre as características em comum entre os objetos. Por isso, Vigotski afirma que o pensamento por conceitos só se desenvolve plenamente na adolescência. Antes disso, a criança apresenta um ‘pensamento por complexos’:

Se o primeiro estágio do desenvolvimento do pensamento se caracteriza pela construção de imagens sincréticas, que na criança são equivalentes dos nossos conceitos, o segundo estágio se caracteriza pela construção de complexos que têm o mesmo sentido funcional. [...] Essa passagem para o tipo superior de pensamento consiste em que, em vez do ‘nexo desconexo’ que serve de base à imagem sincrética, a criança começa a unificar objetos homogêneos em um grupo comum, a complexificá-los já segundo as leis dos vínculos objetivos que ela descobre em tais objetos.

[...] O pensamento por complexos já constitui um pensamento coerente e objetivo. Estamos diante de dois novos traços essenciais, que o colocam bem acima do estágio anterior, mas, ao mesmo tempo, essa coerência e essa objetividade ainda não são aquela coerência característica do pensamento conceitual que o adolescente atinge (VIGOTSKI, 2001, p. 179).

Dessa forma, apesar de o ‘pensamento por complexos’ consistir em um importante passo no desenvolvimento da criança, é importante ressaltar que ainda não se está diante de um pensamento conceitual e, apesar da generalização, esta não se dá por meio das relações coerentes e abstratas construídas pelos adultos, e sim por hipóteses que permitem à criança um agrupamento de coisas que, para ela, são semelhantes. Segundo Vigotski (2001, p. 180-1), se no conceito os objetos são generalizados por um traço, constituindo-se por um vínculo uniforme, no complexo o vínculo é concreto, factual e esporádico.

Sobre essa questão é interessante observar algumas definições que crianças do 6.º ano de uma escola pública do estado de São Paulo apresentam sobre o termo *água*<sup>2</sup>.

(a) “É um líquido que bebemos e mata a sede, e para lavar louça fazer comida etc.”.

(b) “Um negócio que mata a sede das pessoas um líquido meio cinza e azul ou vem da torneira”.

(c) “É um líquido que nós bebemos, lavamos o nosso corpo, lavamos a roupa etc.”.

(d) “É um recurso que usamos para tudo plantar, matar a sede, e outras coisas”.

(e) “Na minha opinião água é um líquido que nós bebemos para matar a sede”.

(f) “Um líquido o melhor líquido do mundo. E que nos mantém vivos”.

É interessante observar, nas definições apresentadas pelas crianças, a questão do componente factual e concreto descrito por Vigotski. A maioria das definições traz a água como um “líquido”; apenas a definição (d) apresenta a água como “recurso”. Deve-se ressaltar que faz parte das coleções didáticas destinadas às crianças do fundamental I o conteúdo relacionado aos “estados físicos da água”; no entanto, elas não se referem a esse dado. A experiência concreta e cotidiana que fazem do conceito é mais forte do que o conteúdo discutido em aula, o que as leva a definir a *água* como um *líquido*.

---

<sup>2</sup> Estes dados são retirados dos estudos e da coleta de dados feitos por Elisa Pupim, cuja Dissertação de Mestrado foi defendida em 2016 e consta das referências deste trabalho. Na transcrição foram conservadas a grafia e a pontuação utilizadas pelas crianças. Esses dados são inéditos, visto que as respostas das crianças não foram transcritas em sua totalidade na dissertação.

Também é interessante ressaltar a questão factual presente em outros trechos das definições: “mata a sede”; “para lavar louça fazer comida”; “meio cinza e azul”; “vem da torneira”; “bebemos”; “lavamos o nosso corpo”; “lavamos a roupa”; “usamos para tudo plantar”; “que nos mantem vivos”. Verifica-se, inclusive, nessas definições, a presença de elementos que contrariam aquilo que aprenderam, quando, por exemplo, uma criança menciona a cor da água “meio cinza e azul”. Aqui se nota, mais uma vez, sua percepção factual em relação ao objeto.

Por meio de uma breve observação dessas definições, pode-se verificar que, embora as crianças saibam e conheçam a palavra *água*, o conceito científico, tal como estabelecido pelos adultos, ainda não está formado. Já há a formação dos complexos, um processo de generalização, mas os vínculos ainda são factuais e concretos; os traços uniformes para a formação do conceito que, no que diz respeito à ciência, são mais abstratos, não estão formados. Ainda é complicado conseguir pensar, por exemplo, na fórmula da água e seus elementos, que estão presentes em todos os estados físicos da água.

### **3. OS PENSAMENTOS DE VIGOTSKI SOBRE A AQUISIÇÃO DOS CONCEITOS CIENTÍFICOS**

Para Vigotski o processo de aquisição de “conceitos científicos” é diferente do processo de aquisição de “conceitos espontâneos”:

[...] é necessário elucidar como, em linhas gerais, relacionam-se entre si o processo de formação de conceitos científicos e aqueles conceitos que Tolstói tem em vista e que, por se originarem da experiência vital direta da criança, poderiam ser convencionalmente designados conceitos espontâneos (VIGOTSKI, 2001, p. 251).

Nesse sentido, parece haver certa divergência entre a concepção de Vigotski e as concepções atuais da Terminologia, tendo em vista que

as teorias mais recentes, como a Teoria Comunicativa da Terminologia, têm o seguinte pensamento:

[...] nossa proposta parte do pressuposto de que os termos não são unidades isoladas que constituem um sistema próprio, mas unidades que se incorporam ao léxico de um falante quando adquire o papel de especialista pela aprendizagem de conhecimentos especializados (CABRÉ, 1999, p. 118).

Tal divergência pode, porém, se desfazer ao se refletir que a diferença não está exatamente no processo pelo qual a criança passa, mas, antes disso, na maneira como o conceito científico é ensinado. Em relação às concepções espontâneas, estas são adquiridas sem que haja, necessariamente, por parte dos indivíduos que convivem com a criança uma formulação da definição, ao passo que os conceitos científicos passam por essa formulação, ou seja, os professores, no geral, apresentam definições, direcionando a percepção dos alunos quanto ao seu entendimento. Nesse sentido, afirma Vigotski:

[...] a força e a fraqueza dos conceitos espontâneos e científicos no aluno escolar são inteiramente diversas: naquilo em que os conceitos científicos são fortes os espontâneos são fracos, e vice-versa, a força dos conceitos espontâneos são a fraqueza dos científicos. [...] É amplamente conhecido o fato de que a criança formula melhor o que é a lei de Arquimedes do que o que é irmão. [...] A criança assimila o conceito sobre a lei de Arquimedes de modo diferente do que assimila o conceito de irmão (VIGOTSKI, 2001, p. 264).

Por meio dos exemplos apresentados por Vigotski, pode-se entender que, geralmente, as crianças não recebem “explicitamente” a formulação do que é irmão, assim como acontece com termo *água*, exposto anteriormente; no entanto, sua experiência de vida leva ao entendimento do que é um *irmão* e esse conceito vai, no geral, além do conceito denotativo. *Lei de Arquimedes* é um conceito apresentado ao aluno na escola; assim, o

professor apresentará o termo e o explicará ao aluno, oferecendo provavelmente uma definição. Antes de sua entrada na escola, é provável que o estudante nunca tenha entrado em contato com esse conceito.

Na pesquisa realizada por Pupim (2016), dentre os dados obtidos e ainda não publicados, há exemplos de termos sugeridos pelos próprios alunos para que pudessem apresentar definições. Assim, além dos propostos pela pesquisadora para definição (*água, ambiente, calor, cérebro, gás carbônico, gás oxigênio, planeta, saúde, Sol e Terra*), também havia espaços em branco para que os alunos colocassem aqueles que gostariam de definir. A seguir, são apresentados dois termos inseridos pelos alunos (*bactéria e germinação*), com duas definições para cada um deles, elaboradas por alunos diferentes.<sup>3</sup>

#### **Bactéria**

(g) bactéria é uma coisa que todo os objeto, ambiente etc. tem e são seres vivos.

(h) São seres vivos não considerados animais nem plantas.

#### **Germinação**

(i) é um processo de desenvolvimento de uma planta.

(j) o início do desenvolvimento de uma planta.

Observando-se as definições, verifica-se que trazem elementos mais distantes do cotidiano das crianças. Pode-se dizer que são encontradas definições mais escolares: *bactérias* são *seres vivos*; *germinação* é “um processo”, é “o início do desenvolvimento”. Apesar de serem encontrados elementos como “uma coisa” nos textos elaborados, é evidente a tentativa dos estudantes de reproduzir uma definição escolar.

Nesse sentido, é relevante destacar a ausência de exemplos ou colocações que aproximem as definições do cotidiano das crianças, o que as

---

<sup>3</sup> Mais uma vez, utilizaram-se a grafia e a pontuação utilizadas pelas crianças.

diferencia das elaboradas para *água*, apresentadas anteriormente. Os textos são também menos extensos, uma vez que as crianças não têm muito a dizer ou não foram levadas a refletir sobre como esses conceitos estão presentes em seu cotidiano. Assim, as definições são mais próximas daquelas propostas pelo professor ou pelo livro didático, é mais sucinta, o que sugere um processo de memorização pelo aluno.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscou-se uma aproximação entre duas áreas de estudo diferentes, com abordagens diversas e objetivos diversificados. Entretanto, é inegável a contribuição que uma área pode fornecer à outra. Para a Terminologia, o conceito, sua formação e sua divulgação entre pares, entre especialistas e aprendizes e entre especialistas e leigos ainda são discutidos e muitas respostas ainda são buscadas. A Educação, área em que muito circulam os estudos de Vigotski, tem, por sua vez, como uma de suas finalidades primordiais, o ensino e a aprendizagem de conceitos.

Por muito tempo a Terminologia negligenciou a comunicação entre especialistas e aprendizes, sobretudo os de mais tenra idade. Entretanto, os futuros especialistas começam a ser preparados nas escolas básicas e é de fundamental importância que o ensino de conceitos básicos ocorra de maneira eficaz e acertada.

Nesse sentido, entender o processo de aquisição lexical, seja ele de palavras ou de termos, pode ajudar a preparar materiais mais adequados aos diferentes momentos cognitivos dos alunos. A formação do especialista ocorre por meio da linguagem e os estudos de Vigotski demonstram que, não apenas a comunicação é importante, mas o domínio da palavra tem uma estreita e fundamental relação com o desenvolvimento do pensamento.

A palavra nunca se refere a um objeto isolado, mas a todo um grupo ou classe de objetos. Por essa razão, cada palavra é uma generalização latente, toda pala-

vra já generaliza e, em termos psicológicos, é antes de tudo uma generalização. Mas a generalização, como é fácil perceber, é um excepcional ato verbal do pensamento [...] (VIGOTSKI, 2001, p. 9).

O levantamento e as relações estabelecidas por este estudo, que contém algumas reflexões de Vigotski e a exemplificação com definições elaboradas por crianças do 6.o ano do ensino fundamental (aproximadamente 11 anos), demonstram a importância de os livros didáticos terem definições apropriadas sobre os conceitos científicos. Estes não podem ser encarados como conceitos espontâneos (não-especializados), que não demandam uma formulação específica para seu entendimento. Por outro lado, faz-se necessária a inserção desses mesmos conceitos no cotidiano da criança, de modo a propiciar que ela estabeleça relações e vínculos com outros conceitos relacionados e possa seguir adiante em seu processo de generalização.

Outra questão a ser considerada com cuidado pelos livros didáticos e pelos professores diz respeito àqueles conceitos que transitam entre o espontâneo e o científico, como ocorre com termos como água, ar e calor, por exemplo, que demandam um esforço maior, tendo em vista que a criança já tem uma concepção espontânea e precisa avançar, de modo a poder ir além dos vínculos factuais e concretos, corrigir hipóteses equivocadas e saber distinguir entre o conceito espontâneo e o científico.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Mariângela. Terminologia, crianças e professores: as Ciências Naturais no ensino fundamental I. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (Orgs.). **As ciências do léxico**. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. v. 6. Campo Grande: Editora UFMS, 2012, p. 477-487.

ARAÚJO, Mariângela; SOUZA, Paulo Henrique. Uma contribuição dos estudiosos da linguagem ao ensino de Ciências: elaborando um dicionário terminológico das Ciências Naturais. **Atas do VII Encontro Nacional de**

**Pesquisa em Educação em Ciências - I Congreso Iberoamericano de Investigación en Enseñanza de las Ciencias**, Campinas: ENPEC, 2011, p. 1-11. Disponível em: [http://abrapecnet.org.br/atas\\_enpec/viiiienpec/resumos/R1306-1.pdf](http://abrapecnet.org.br/atas_enpec/viiiienpec/resumos/R1306-1.pdf)

ARAÚJO, Mariângela; SOUZA, Paulo Henrique. Utilização de *corpus*, contextos definitórios e conceitos: alguns desafios para os terminólogos. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; DAL CORNO, Giselle Olivia Mantovani. (Orgs.). **As ciências do léxico**. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. v. 7. Campo Grande: Editora da UFMS, 2014, p. 425-438.

ARAÚJO, Mariângela; SOUZA, Paulo Henrique. Conceitos, concepções alternativas e ensino de Ciência: uma investigação baseada em estudos terminológicos. **Anais do X Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**. Águas de Lindoia: ENPEC, 2015. p. 1-8. Disponível em: <http://www.abrapecnet.org.br/enpec/x-enpec/anais2015/busca.htm?query=Mudan%E7as+nas+cren%E7as+profissionais+de+um+licenciando+ao+longo+de+um+ano+no+PIBID>

CABRÉ, María Teresa. **La Terminología**: representación y comunicación. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada / Universitat Pompeu Fabra, 1999.

ESTOPÀ, Rosa. Construir para deconstruir y volver a construir: elaboración colaborativa de un diccionario escolar de ciencias. **Enseñanza de las ciencias: revista de investigación y experiencias didácticas**. n. 32.3, p. 571-590, 2014,

PUPIM, Elisa Lourenço. **Um diálogo entre o ensino de Língua Portuguesa e as Ciências Naturais: a aquisição de termos no Ensino Fundamental**. 2016, 125f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

# UNIDADES TERMINOLÓGICAS COMPLEXAS, FUNÇÕES LEXICAIS E REGISTRO TERMINOGRÁFICO

Sabrina Pereira de Abreu

## INTRODUÇÃO

**E**ste trabalho, em continuação ao estudo que apresentamos na RITERM (2016)<sup>1</sup>, objetiva mostrar a constituição de uma ficha terminográfica erigida para o registro de propriedades semânticas de unidades terminológicas complexas (UTCs). Essa ficha foi desenhada com base em pressupostos da Teoria Sentido-Texto (TST), particularmente na noção de *funções lexicais*. Tal ficha está sendo aplicada à descrição semântica de UTCs armazenadas no *Banco de Dados da Língua Geral* (BDLG/IL/UFRGS). O presente texto está assim organizado: na seção 1, trazemos uma definição enxuta acerca do que se entende por UTC e apresentamos a noção de *função lexical* tal qual proposta pela TST, mas priorizando, em nossa exposição, a exemplificação das funções lexicais aplicadas a unidades terminológicas, particularmente a UTCs; na seção 2, mostramos a ficha terminográfica; e, após, na seção 3, um exemplo de aplicação dessa ficha e os resultados da análise de uma amostra de 29 fichas. Por fim, seguem as últimas considerações. Este trabalho foi desenvolvido durante a realização de estágio sênior subsidiado pela CAPES (2015-2016).

---

<sup>1</sup> ABREU, S. P. de. Descrição das propriedades semânticas das UTCs a partir da noção de “funções lexicais”. Texto apresentado no *XV Simpósio da Rede Ibero-americana de Terminologia – RITERM*, realizado na USP, São Paulo, ocorrido em outubro de 2016.

## 1. UTCS E FUNÇÕES LEXICAIS

Uma UTC, ou sintagma terminológico, equivale a um sintagma pleno ou a uma lexia composta (em línguas como o alemão, por exemplo)<sup>2</sup> que designa um conceito de área técnica ou científica, ou seja, mesmo que em muitos casos o sentido expresso pela UTC resulte dos sentidos de cada um de seus constituintes, a unidade lexical, como um todo, designa um conceito especializado. As UTCs apresentam diferentes configurações estruturais<sup>3</sup> e sofrem certas restrições. Por exemplo, PLACA MOTRIZ<sup>4</sup>, do domínio da *Fisiologia*, pode ter sua estrutura representada pela configuração estrutural [N+N]N, em que o primeiro N está para *placa*, e o segundo está para *motriz* que, no contexto, exerce função de adjetivo. Nesse tipo de sintagma, raramente podemos alterar a ordem dos elementos (\**motriz placa*) ou intercalar um outro elemento entre os componentes (\**placa bastante motriz*; \**placa pouco motriz*; \**placa quase motriz*).

Esse tipo de unidade terminológica pode ser descrito por meio das funções lexicais. De acordo com Beliakov (2014), *A função lexical é uma função no sentido matemático que descreve uma relação entre um lexema chamado argumento e um conjunto de lexemas ou de sequências restritas denominadas valor*<sup>5</sup> (BELIAKOV, 2014, p. 202).

Mel'čuk, Clas e Polguère (1995) informam que no *Dicionário Explicativo e Combinatório* (DEC) as funções lexicais se situam na zona de

---

<sup>2</sup> Agradeço a Alain Polguère a leitura atenta deste texto e suas importantes contribuições. Entre elas, Polguère alerta-nos para o fato de que em línguas como o alemão um sintagma pleno pode corresponder a uma lexia composta. Portanto, UTCs podem se manifestar como sintagmas plenos em algumas línguas, como o português, por exemplo, e como lexias compostas em outras.

<sup>3</sup> Ver, a esse respeito, ABREU, S. P. de, 2017 a-b.

<sup>4</sup> PLACA MOTRIZ é a 'área da extremidade do axônio que permite a transmissão do impulso nervoso para a fibra muscular' (Cf. Houaiss, 2011).

<sup>5</sup> Tradução nossa para o trecho: *La fonction lexicale est une fonction au sens mathématique qui décrit une relation entre un lexème appelé argument et un ensemble de lexèmes ou de sequences contraintes appelé valeur* (BELIAKOV, 2014, p. 202).

combinatória lexical. Tais funções servem para [...] *especificar o conjunto de todas as possibilidades no mesmo “paradigma” semântico* (MEL’ČUK; CLAS; POLGUÈRE, 1995, p. 125)<sup>6</sup>, ou seja, servem para explicitar as escolhas paradigmáticas possíveis para a unidade lexical que está sendo lexicografada, e também servem para [...] *prever, para a lexia selecionada, os dados que permitem uma escolha dos coocorrentes restritos lexicalmente, isto é, os coocorrentes cuja combinatória não é determinada nem por seu semantismo, nem por suas propriedades sintáticas*<sup>7</sup> (MEL’ČUK; CLAS; POLGUÈRE, 1995, p. 126). Nesta perspectiva, as funções lexicais também dão conta das relações que os itens lexicais estabelecem entre si na cadeia sintagmática.

Na TST, conforme Mel’čuk e Milicévic (2014), as funções lexicais são classificadas em *standards* (aplicáveis a um número grande de palavras-chaves) e *non-standards* (aplicáveis a poucas palavras). As primeiras compreendem as funções lexicais paradigmáticas (que dão conta da derivação semântica, como a sinonímia (Syn), a antonímia (Anti), a conversão (Conv<sub>i</sub>), a nominalização (S<sub>0</sub>), o substantivo agente/paciente (S<sub>1,2</sub>) etc.) e as funções lexicais sintagmáticas (que abrangem a coocorrência lexical e suas restrições, como Magn, função de intensificação que, por exemplo, o adjetivo  *muito*  exerce no segmento  *muito feliz* ). Já o segundo grupo, as *non-standards*, descrevem “colocações não sistemáticas”, “derivações não sistemáticas” e “pragmemas e lexias pragmaticamente orientadas” (MEL’ČUK; MILICÉVIC, 2014, p. 221-222). Com relação à manifestação de uma estrutura formal, as funções lexicais podem ser simples (são originais e não se combinam com outras funções lexicais) ou complexas (combinam-se com outras funções lexicais sintaticamente relacionadas) (MEL’ČUK; MILICÉVIC, 2014, p. 222).

---

<sup>6</sup> Tradução nossa para o trecho: [...] *spécifier l’ensemble de toutes les possibilités dans le même “paradigme” sémantique* (MEL’ČUK; CLAS; POLGUÈRE, 1995, p. 125)

<sup>7</sup> Tradução nossa para o trecho: [...] *prévoir, pour la lexie sélectionnée, les données permettant un choix des cooccurrents lexicalment contraints, c’est-à-dire les cooccurrents dont la combinatoire n’est déterminée ni par leur sémantisme ni par leurs propriétés syntaxiques* (MEL’ČUK; CLAS; POLGUÈRE, 1995, p.126).

Em suma, funções lexicais possibilitam a descrição das relações hierárquicas e associativas que as lexias estabelecem. Elas podem ser paradigmáticas (formalizam as relações semânticas que a unidade lexical estabelece com outras unidades lexicais) e sintagmáticas (assinalam a coocorrência lexical restrita da unidade lexical, isto é, sua combinatória possível em nível sintagmático). Além dessas, a TST também faculta a descrição por meio de funções lexicais não-*standards* (MEL'ČUK e MILICÉVIC, 2014, p. 221).

Com o intuito de ilustrar brevemente como as funções lexicais podem ser aplicadas a UTCs, fizemos uma pesquisa informal em diferentes terminologias, a fim de localizar exemplos representativos das funções lexicais paradigmáticas no âmbito de vocabulários técnico-científicos, conforme figura 1.

**Figura 1:** Funções paradigmáticas aplicadas a UTCs

FUNÇÕES LEXICAIS STANDARDS SIMPLES = FUNÇÕES REGULARES			
FUNÇÕES LEXICAIS PARADIGMÁTICAS			
UTC	DOMÍNIO	VALOR	FUNÇÕES LEXICAIS
<b>Funções básicas</b>			
ÁGUA-DE-COLÔNIA	<i>Perfumaria</i>	Sinonímia	Syn <sup>8</sup> ( <i>água-de-colônia</i> ) = <b>fam.</b> <i>água de cheiro</i>
BISTURI ELÉTRICO	<i>Med. Cirurgia</i>		Syn ( <i>bisturi elétrico</i> ) = <i>eletrocautério</i>
INCLUSÃO DE CRIMINALIDADE	<i>C. Jurídica</i>	Antonímia	Anti <sup>9</sup> ( <i>inclusão de criminalidade</i> ) = <i>exclusão de criminalidade</i>
ATO LEGAL	<i>C. Jurídica</i>		Anti ( <i>ato legal</i> ) = <i>ato ilegal</i>
EQUINÓCIO DE PRIMAVERA	<i>Astronomia</i>	Conversivo	Conv ( <i>equinócio da primavera</i> ) = <i>equinócio do outubro</i>
ÁCIDO FORTE	<i>Química</i>	Contrastiva	Contr ( <i>ácido forte</i> ) = <i>ácido fraco</i>

<sup>8</sup> De acordo com Jousse (2010), a função Syn mapeia as relações de sinonímia chamada 'absoluta' e também a relações de sinonímia aproximativa, ou quase-sinônimos: Syn<sub>C</sub> – sinônimo mais geral, menos específico (*batalha = combate*); Syn<sub>2</sub> – sinônimo menos geral, mais específico (*caminho = via*); e Syn<sub>1</sub> = sinônimo parcial (*piscina = termas*) (JOUSSE, 2010, p. 246).

<sup>9</sup> A função Anti também apresenta três subtipos que mapeiam os sentidos: Anti<sub>C</sub> (*desprezo*) = *respeito*; Anti<sub>2</sub> (*desespero*) = *esperança*; e Anti<sub>1</sub> (*ajudar*) = *incomodar* (cf. MEL'ČUK, CLAS; POLGUÈRE, 1995, p. 131).

-	-	Epíteto pleonástico	Epit <sup>10</sup> -
GÁS CARBÔNICO	<i>Química</i>	Genérico	Gener (gás carbônico) = substância composta
METEORO	<i>Astronomia</i>	Figurativo	Figur (meteoro) = estrela cadente
<b>Funções derivadas</b>			
DEGUSTAÇÃO DO VINHO	<i>Enologia</i>	Der. sintáticas	S <sub>0</sub> (degustar [o vinho]) = degustação do vinho
INTERDIÇÃO DO DIREITO	<i>C. Jurídicas</i>		V <sub>0</sub> (interdição do direito) = interditar [o direito]
DORSAL OCEÂNICO	<i>Geografia</i>		A <sub>0</sub> (dorso [oceânico]) = dorsal oceânica
ORG.MODIFICADO POR ENGEN	<i>B. Molecular</i>		Adv <sub>0</sub> ([organismo modificado] por engenharia genética) = organismo [geneticamente] modificado
DEPRECIÇÃO ACUMULADA	<i>Contabilidade</i>	Der. semânticas adverbiais actanciais	Adv <sub>1</sub> (depreciação acumulada) = com [~]
INTERDIÇÃO DO DIREITO	<i>C. Jurídica</i>		Adv <sub>2</sub> (interdição do direito) = sob a ação [de uma ~]
DEGUSTADOR DE VINHO	<i>Enologia</i>	Der. semânticas nominais actanciais	S <sub>1</sub> = agente - (degustar) = degustador de vinho
VINHO TINTO	<i>Enologia</i>		S <sub>2-p</sub> paciente (degustar) = vinho tinto
PERSISTÊNCIA DO AROMA	<i>Enologia</i>	Der. semântica adjetival actancial (A <sub>1</sub> , A <sub>2</sub> A <sub>3</sub> , ...)	A <sub>2</sub> (persistência do aroma <small>aroma X - em vinhoV</small> ) = aroma persistente
SOLUÇÃO AQUOSA	<i>Química</i>	Der. semântica adjetival potencial	Able <sub>1</sub> (solução aquosa) = solúvel [em água]
ACORDO INTERNACIONAL	<i>C. Exterior</i>	Der. semântica adjetival virtual	Qual (assinatura) = acordo internacional
INCISÃO CIRÚRGICA	<i>M. Cirurgia</i>	Der. semânticas nominais circunstanciais	S <sub>instr</sub> (incisão cirúrgica) = bisturi cirúrgico <sup>11</sup>
INTERVENÇÃO CIRÚRGICA	<i>M. Cirurgia</i>		S <sub>loc</sub> (intervenção cirúrgica) = sala cirúrgica <sup>12</sup>
CIRURGIA REFRACTIVA A LASER	<i>M. Oftalmologia</i>		S <sub>mod</sub> (operar) = cirurgia refrativa a laser (a maneira [de ~])
INTERVENÇÃO CIRÚRGICA	<i>M. Cirurgia</i>		S <sub>rea</sub> (intervenção cirúrgica) = bem-sucedida

<sup>10</sup> A função Epit (epíteto pleonástico) manifesta um acréscimo de sentido trivial. Na língua comum, Epit é bastante frequente (silêncio mortal etc.). Uma pesquisa mais acurada será realizada em trabalho futuro para que se verificar qual é a incidência desse tipo de função lexical nos vocabulários técnico-científicos.

<sup>11</sup> O leitor poderia pensar que o adjetivo *cirúrgico* em BISTURI CIRÚRGICO é apenas um colocado da base *bisturi*, mas, nesta UTC, o adjetivo é essencial porque diferencia os tipos de bisturis, como os usados na manufatura de artesanatos, chamados '*bisturis* ou *lâminas de artesanato*'. A função do adjetivo cirúrgico aqui é diferenciar este objeto em relação a outros objetos que são semelhantes e servem para outras finalidades, tendo, portanto, conceitos diferentes, como nos ensina Clas (1988, p. 3): "[...] *le lexème BISTOURI appartient em même temps au champ 'instruments coupants [couteaux,...]' et au champ 'médecine' ou plus précisément 'chirurgie'*".

<sup>12</sup> Esta UTC apresenta formas variantes, como SALA DE CIRURGIA ~ SALA DE OPERAÇÃO.

Funções nominais			
VENTO SOLAR	<i>Astronomia</i>	Singular	Sing ( <i>vento solar</i> ) = rajada [de ~]
PAPEL ACETINADO	<i>Ind. do papel</i>	Coletivo	Mult ( <i>papel acetinado</i> ) = resma [de ~]
ALADI <sup>13</sup>	<i>C. Exterior</i>	Nome de chefe	Cap (ALADI) = <i>secretário geral</i> <sup>14</sup> [de ART ~]
SECRETÁRIO GERAL DA ALADI	<i>C. Exterior</i>	Nome de equipe	Equip ( <i>Secretaria Geral da ALADI</i> ) = <i>corpo de funcionários</i> [de ART ~]
CÓLERA AVIÁRIA	<i>Veterinária</i>	Nome de origem/germe	Geom ( <i>cólera aviária</i> ) = surgimento [de ART ~]
TERAPIA INTENSIVA	<i>Medicina</i>	Nome do centro	Centr ( <i>terapia intensiva</i> ) = <i>centro</i> [de ART ~] <sup>15</sup>
EBULIÇÃO NORMAL	<i>Física</i>	Nome do ponto culminante	Culm ( <i>ebulição normal</i> ) = <i>ponto</i> [de ~]

**Fonte:** Elaborada a partir de Mel'čuk e Milicévić (2014, p. 210-214) e de Mel'čuk (2015, p. 185-205).

Outra espécie de função lexical regular (*standard* e simples) é a do subtipo sintagmático, que mapeia, como anunciado, as relações que as uniões lexicais estabelecem entre si na cadeia sintagmática. A figura 2, a seguir, apresenta as funções lexicais sintagmáticas aplicadas a UTCs.

**Figura 2:** Funções sintagmáticas aplicadas a UTCs

FUNÇÕES LEXICAIS STANDARDS SIMPLES = FUNÇÕES REGULARES			
FUNÇÕES LEXICAIS SINTAGMÁTICAS = observáveis entre lexias e UTCs nos contextos de ocorrência			
UTC	DOMÍNIO	VALOR	FUNÇÕES LEXICAIS
<b>Funções adjetivais</b>			
ACIDENTE DE TRABALHO	<i>C. Jurídica</i>	Intensificador	Magn ( <i>acidente do trabalho</i> ) = [-] violento AntiMagn ( <i>acidente do trabalho</i> ) = [-] insignificante
BISTURI ELÉTRICO	<i>M. Cirurgia</i>	Confirmador	Ver ( <i>bisturi elétrico</i> ) = [-]jexato, preciso
CONDUTOR DE CALOR SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA	<i>Química</i>  <i>C. Jurídica</i>	Laudativo	Bon ( <i>condutor de calor</i> ) = [-] eficiente AntiBon ( <i>sentença penal condenatória</i> ) = [-] vergonhosa, humilhante

<sup>13</sup> Sigla da UTC ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO, domínio Comércio Exterior.

<sup>14</sup> SECRETARIA GERAL designa o órgão técnico da ALADI composto por pessoal técnico e administrativo. Este órgão é dirigido por um SECRETÁRIO GERAL (Cf. *Regulamento da ALADI*, artigos 38 a 41).

<sup>15</sup> CENTRO DE TERAPIA INTENSIVA designa a 'unidade hospitalar própria para pacientes em situação de alto risco; unidade de terapia intensiva [sigla: CTI]' (Cf. HOUAISS, 2011).

TAXA DE CÂMBIO	<i>C. Exterior</i>	Comparativos	Plus/Minus → IncepPredPlus ( <i>taxa de câmbio</i> ) = aumento de [ART~]
DÉBITO CARDÍACO	<i>Fisiologia</i>	Pejorativo	Pejor → IncepPredPejor <sup>16</sup> ( <i>débito cardíaco</i> ) = [-] diminuído
DECISÃO JUDICIAL	<i>C. Jurídica</i>	Positivo	Pos ( <i>decisão judicial</i> ) = [-] favorável
<b>Funções adverbiais</b>			
CATETER AMPLATZ	<i>M.Hemodinâmica</i>	Instrumento	Instr ( <i>cateter Amplatz</i> ) = com a ajuda de [ART~]
ANGIOGRAFIA SELETIVA	<i>M.Hemodinâmica</i>	Locativo <sup>17</sup>	Loc <sub>in</sub> <sup>tempo</sup> ( <i>angiografia seletiva</i> ) = durante [ART <sub>def</sub> ~]
ÁLCOOL ETÍLICO	<i>Química</i>	Consecutivo	Propt ( <i>álcool etílico</i> ) = por causa de [ART <sub>def</sub> ~]
<b>Funções verbais</b>			
TAXA DE CÂMBIO	<i>C. Exterior</i>	Predicativa (ser,estar)	IncepPredMinus ( <i>taxa de câmbio</i> ) = diminuição de [ART~] [ <i>A taxa de câmbio está diminuindo nesses últimos meses</i> ] <sup>1</sup>
MANDADO DE SEGURANÇA	<i>C. Jurídica</i>	V.- suporte <sup>18</sup>	Oper <sub>i</sub> ( <i>mandado de segurança</i> ) = executar [ART <sub>def</sub> ~] Func <sub>i</sub> ( <i>mandado de segurança</i> ) = está 'em curso' (em andamento) Labor <sub>i</sub> ( <i>mandado de segurança</i> ) = submeter N <sub>i</sub> à [ART~]
EXAME DA ORDEM	<i>C. Jurídica</i>	V. de realização	Real <sub>i</sub> ( <i>exame da ordem</i> ) = realizar [ART~] Fact <sub>o</sub> ( <i>exame da ordem</i> ) = está regulamentado [O <i>exame da ordem</i> já está regulamentado no Brasil] Labreal ( <i>exame da ordem</i> ) = lograr [N em ART~] [ <i>Ele logrou aprovação no exame da ordem</i> ]
DEGUSTAÇÃO DO VINHO	<i>Enologia</i>	V. fásicos	IncepOper ( <i>degustação do vinho</i> - por x) = começar [ART~] FinOper ( <i>degustação do vinho</i> ) = interromper [ART~] ContOper ( <i>degustação do vinho</i> ) = prolongar [ART~]

<sup>16</sup> A função *Pejor* expressa o sentido de 'aquilo que é pior' ou, nos termos de Mel'čuk, Clas e Polguère (1995, p. 137), veicula o sentido *MinusBon*.

<sup>17</sup> A função lexical *Loc* expressa noções de tempo e de espaço, como, por exemplo, 'deslocando-se a partir de' ou 'deslocando-se para se encontrar em' (cf. MEL'ČUK, CLAS; POLGUÈRE, 1995, p. 137).

<sup>18</sup> Em *Oper<sub>i</sub>* a UTC exerce a função sintática de objeto direto; em *Func<sub>i</sub>* a UTC é sujeito gramatical; e em *Labor<sub>i</sub>* a UTC exerce a função sintática de objeto indireto.

DOENÇA CORONÁRIA MICROVASCULAR	<i>M.Hemodinâmica</i>	V. causativos	CausOper ( <i>doença coronária microvascular</i> ) = modificar [ART ~] [ <i>reatividade microvascular</i> ] LiquOper ( <i>patrimônio público</i> ) = dilapidar [ART ~] PermOper ( <i>abandono de menor</i> ) = deixar[Ny indivíduo menor de idade]
PATRIMÔNIO PÚBLICO	<i>C. Jurídica</i>		
ABANDONO DE MENOR	<i>C. Jurídica</i>		
DOENÇA CORONÁRIA MICROVASCULAR	<i>M.Hemodinâmica</i>	V. de implicação	Involv ( <i>doença coronária microvascular</i> ) = acarretar [N] [N = <i>reatividade microvascular</i> ]
DOENÇA CORONÁRIA MICROVASCULAR)	<i>M.Hemodinâmica</i>	V. de manifestação	Manif ( <i>doença coronária microvascular</i> ) = revelar-se por meio de[N] [N = <i>angina</i> ]
ACORDO INTERNACIONAL	<i>C. Exterior</i>	V. de preparação	Prepar ( <i>acordo internacional</i> ) = redigir [ART <sub>def</sub> ~]
ACORDO INTERNACIONAL	<i>C. Exterior</i>	V. de estado próximo	ProxOper ( <i>acordo internacional</i> ) = estar na iminência de firmar/assinar [ART ~] Prepar ( <i>acordo internacional</i> ) = redigir [ART <sub>def</sub> ~]
DOENÇA CORONÁRIA MICROVASCULAR	<i>M. Hemodinâmica</i>	V. de degradação	Degrad ( <i>doença coronária microvascular</i> ) = <i>agravar-se</i>
9	%	V. de som típico	Son <sup>19</sup>
9	%	V. resultativos	Result <sup>20</sup> 9
<b>Outras</b>			
9	%	Expressão imperativa	Imper <sup>21</sup> -
CANAL URETRAL	<i>M. Urologia</i>	Expressão de funcionamento difícil	Obstr ( <i>canal uretral</i> ) = [-] apresenta inflamação <infecção, sofre um trauma>
CANAL URINÁRIO	<i>M. Urologia</i>	Expressão de funcionamento excessivo	Excess ( <i>canal urinário</i> ) = [-] hiperativo Obs.: ‘em relação à incontinência urinária’
VISÃO PERIFÉRICA	<i>M. Oftalmologia</i>	Expressão de parada de funcionamento	Stop <sub>+</sub> ( <i>visão periférica</i> ) = <i>perder</i> [ART <sub>def</sub> ~]
HIPOTENSÃO ARTERIAL	<i>M.Hemodinâmica</i>	Expressão de sintoma	Excess <sup>22</sup> ( <i>artéria</i> ) Sympt ( <i>débito cardíaco</i> ) = <i>hipotensão arterial</i>

**Fonte:** Elaborada a partir de Mel'čuk e Milicévic (2014, p. 214-221) e de Mel'čuk (2015, p. 205-234)

<sup>19</sup> Possivelmente este tipo de função lexical não se aplica a UTCs. No português, a função lexical sintagmática *Son*, que atualiza o sentido de ‘produzir o som típico de’ pode ser exemplificada com o seguinte caso: *Son* (*água*) = *chua-chua*.

<sup>20</sup> A função lexical *Result* aplica-se a verbos que expressam o sentido ‘estar no estado que resulta ter feito L’. Um exemplo na língua comum deste tipo de função lexical seria *Result1* (*ter prometido*) = // estar ligado por *A<sub>poss</sub>* *promessa* (cf. MEL'ČUK; CLAS; POLGUÈRE, 1995, p. 146-147).

<sup>21</sup> Este tipo de função lexical, tendo em vista seu caráter prioritariamente enunciativo, parece não se aplicar às UTCs, pois são fórmulas exclamativas que expressam ordem ou súplica, como, por exemplo *Imper* (ir deitar-se) = *Pra cama!* (cf. MEL'ČUK; CLAS; POLGUÈRE, 1995, p. 146).

Observam-se na figura 2 as funções lexicais que permitem mapear as relações que nomes, adjetivos, verbos e advérbios instauram com outros segmentos na cadeia sintagmática.

Segundo Mel'čuk, Clas e Polguère (1995, p. 148), as funções lexicais do tipo regular e simples (paradigmáticas e sintagmáticas) não dão conta de descrever todas as lexias. Por essa razão, para que se possa descrever de maneira ótima as relações associativas e a coocorrência lexical em uma língua natural, a TST propõe as funções lexicais ditas irregulares. Entre as funções irregulares, encontram-se as complexas e as não-*standards*.

As funções lexicais complexas representam o encadeamento de funções lexicais simples. Por exemplo, no enunciado *Ele é um mal vendedor*, o segmento *mal vendedor* pode ser descrito conjuntamente através de duas funções simples, Anti e Magn (AntiMagn), que representam o sentido contrário e, ao mesmo tempo, intensificado do segmento *bom vendedor*.

Já as funções lexicais não-*standards* são peculiares e assistemáticas e carregam traços de uso cultural ou técnico. São aplicadas a unidades lexicais que têm seu sentido interpretado pragmaticamente (cf. MEL'ČUK; MILICÉVIC, 2014). De acordo com Mel'čuk, Clas e Polguère (1995), este tipo de função lexical geralmente são empregadas em nomenclaturas técnicas e [...] *são extremamente numerosas no setor de linguagens de especialidade* (MEL'ČUK; CLAS; POLGUÈRE, 1995, p. 151). Esse tipo de função lexical se subdivide em dois tipos: aquelas que descrevem colocações não sistemáticas, como AÇÚCAR BRANCO, em oposição a outros tipos de açúcares, como AÇÚCAR MASCADO, e as derivações não sistemáticas. Estas últimas estão exemplificadas na figura 3, a seguir.

**Figura 3:** Funções lexicais não-*standards* aplicadas a UTCs

<b>FUNÇÕES LEXICAIS NÃO-STANDARD - derivações não sistemáticas</b>
ÁCIDO [aquele que tem odor picante ou sabor acre como o do vinagre; azedo: <i>solução</i> (ácida)] (Dom. <i>Enologia</i> )
ÁCIDO FORTE é o ácido que apresenta ‘ <i>alta tendência à dissociação</i> ’ (cf. Houaiss, 2011).
ÁCIDO FRACO é o ácido que apresenta ‘ <i>baixa tendência à dissociação</i> ’ (cf. Houaiss, 2011).

**Fonte:** Elaborada a partir de Mel’čuk e Milicévic (2014, p. 221-222)

Mel’čuk, Clas e Polguère (1995) afirmam que as funções não-*standards*, por não serem previsíveis, não podem ser identificadas de maneira metódica, como ocorre com as funções *standards*. Essas funções, tendo em vista sua grande quantidade em uma língua, não podem ser descritas por meio de um formalismo predeterminado. Assim, o sentido de cada função lexical não-*standard* deve ser formulado para cada lexia de acordo com suas ocorrências em textos (MEL’ČUK; CLAS; POLGUÈRE, 1995, p. 150).

Em resumo, as funções lexicais permitem mostrar: [1] as relações associativas que a unidade lexicografada estabelece com outras unidades lexicais; [2] as relações que a unidade estabelece com outras unidades na cadeia sintagmática; e [3] as relações particulares que elas estabelecem com outras unidades que são pragmaticamente marcadas.

Antes de apresentar a ficha terminográfica que desenhamos com base no referencial teórico até aqui apresentado, cumpre registrar que muitos pesquisadores da *Terminologia* utilizam há algum tempo o arcabouço descritivo da TST, em particular a noção de *funções lexicais*, para desenvolver bases de dados com vistas à informatização de dicionários técnico-científicos e para a estruturação de nomenclaturas. A esse respeito, L’Homme (2002) diz: *Contudo, além desse projeto de informatização de dicio-*

nário, acreditamos que as funções lexicais são extremamente úteis para estruturar os termos em certas aplicações (L'HOMME, 2002, p. 21)<sup>22</sup>.

Também é preciso registrar que muito antes de este referencial teórico ser aplicado a bases de dados terminográficas bases lexicais que descrevem unidades lexicais da língua comum foram desenvolvidas a partir dos pressupostos teóricos da TST. Entre essas bases de dados que deram continuidade quase que imediata à publicação dos quatro volumes do *Dicionário Explicativo e Combinatório* (DEC) (MEL'ČUK et al., 1984; 1988; 1992; 1999), encontram-se as desenvolvidas sob a coordenação de Igor Mel'čuk e Alain Polguère, tais como a DiCo e suas versões *on-line* DiCouèbe e DiCoPop<sup>23</sup>. Tais bases de dados pioneiras apresentam descrições das unidades lexicais da língua comum tendo como lastro os princípios lexicográficos adotados no DEC e, especialmente, descrevem unidades lexicais apresentando de forma pormenorizada as funções lexicais *standards* e *não-standards*.

## 2. FICHA TERMINOGRÁFICA PARA A DESCRIÇÃO DE UTCS

Para a projeção da ficha terminográfica, seguimos os princípios de descrição lexicográfica constantes nos quatro volumes do DEC (MEL'ČUK et al., 1984; 1988; 1992 e 1999), além de outros textos introdutórios à Lexicologia Explicativa e Combinatória (MEL'ČUK, 2012; 2015). Como fontes auxiliares de pesquisa, utilizamos a base de dados DiCo, já mencionada, e suas versões *on-line* DiCouèbe e DiCoPop.

Com base nesse referencial teórico-metodológico, a ficha para a descrição semântica das UTCs armazenadas na base de dados do BDLG

---

<sup>22</sup> Tradução nossa para o trecho: *Toutefois, au-delà de ce projet d'informatisation de dictionnaire, nous croyons que les fonctions lexicales se révèlent extrêmement utiles pour structurer les termes dans certaines applications* (L'HOMME, 2002, p. 21).

<sup>23</sup> O DiCouèbe está disponível no seguinte endereço: <<http://olst.ling.umontreal.ca/dicouebe/>>; o DiCoPop, no endereço: <<http://olst.ling.umontreal.ca/dicopop/>>. Acesso em: 09/06/2016.

foi organizada em três campos: [1] identificação da UTC, [2] descrição semântica da UTC e [3] abonação.

## 2.1 Campo [1]: identificação da UTC

A prática lexicográfica encetada no DEC, e também na base de dados DiCo, segue um conjunto de critérios gerais para o registro de lexias, tais como: (a) a lexia (lexema ou locução) constitui entrada independente; (b) para cada lexia, há apenas um artigo de dicionário; e cada artigo descreve apenas uma lexia; (c) os lexemas são grafados em versalete, como, por exemplo, CASA; (d) as locuções também são grafadas em versalete e destacadas com cantos sobrescritos 「CASA DA SOGRA」; e (e) o significado de uma lexia é registrado através de uma expressão escrita, denominada DEFINIÇÃO (LEXICOGRÁFICA), por meio de uma linguagem especial, criada a partir da língua-objeto (cf. MEL'ČUK, 1988, p. 28-29).

Como as UTCs constituem um tipo de frasema<sup>24</sup>, primeiramente registramos no campo *identificação* a UTC grafada em versalete. A seguir, informamos o tipo de unidade lexical que está sendo terminografado, o gênero e o número gramaticais.

Com relação aos tipos de unidade lexical, no BDLG são considerados quatro grupos: *lexema* (forma abstrata que se usa para designar a unidade lexical da língua comum que congrega em si um conjunto de formas de palavra que se distinguem apenas pela flexão gramatical, por exemplo, CASA (*casa; casas*), *l-locução* (unidade lexical da língua comum constituída por um conjunto de lexemas que equivalem a uma só unidade lexical, por terem significado e função gramatical única, por exemplo, OLHO DE SOGRA), *termo* (unidade lexical típica de terminologias, aquelas que, embora sejam estruturadas com os mesmos padrões morfológicos dos lexemas, expres-

---

<sup>24</sup> Ver, a esse respeito, Polguère, A. (2015) e Abreu, S. P. (2017b, no prelo)

sam um conceito de determinada área do conhecimento ou técnica, por exemplo, CONVULSÃO no vocabulário da *Medicina* significa ‘contração violenta e dolorosa devido a problemas do sistema nervoso central’), e *t-locução* (unidade lexical típica de terminologias constituída por um grupo de lexemas que equivalem a um só termo, por expressarem, em conjunto, um conceito de determinada área do conhecimento ou técnica, p. ex., VINHO BRANCO no vocabulário da *Enologia* significa ‘vinho de cor entre o citrino e o âmbar, cujo mosto é resultado apenas do esfacelamento da polpa, sem que a película seja aproveitada’. Esta forma de registro permite que se possa classificar as UTCs como *t-locução*<sup>25</sup>, ou seja, como ‘termos-locução’ para registrar na nossa base de dados os sintagmas plenos que apresentam as propriedades descritas por Polguère (2015).

Neste campo, também registramos o *Gênero gramatical*, o qual indica se a unidade lexical é do gênero feminino (p. ex., ABLAÇÃO POR CATETER), do gênero masculino (p. ex., CATETER BALÃO DE BAIXO PERFIL) ou se admite os dois tipos de gênero gramatical (p. ex., *o/a* TESTEMUNHA OCULAR).

Por último, identificamos o *Número*, que diz respeito ao número gramatical da unidade. A entrada lexical do BDLG é sempre apresentada no singular, ou seja, não marcada, mas, ao lado, inserimos um campo que permite o registro da forma plural da unidade lexical (p. ex., CATETER AMPLATZ (sing.), CATETERES AMPLATZ (forma plural).

---

<sup>25</sup> As designações *l-locução* e *t-locução* foram propostas por nós para diferenciar entre locuções típicas da língua comum (*l-locução*) e locuções típicas de linguagens de especialidade (*t-locução*) (ABREU, 2016). A definição de *t-locução* é a mesma de ‘locução fraca’, que é definida por Polguère (2015, p.257) como: [...] *semanticamente não composicionais, pois suas definições lexicográficas incluem o sentido de todos os lexemas que as constituem formalmente.*

## 2.2. Campo [2]

### 2.2.1. Descrição semântica da UTC

No que atine à descrição semântica propriamente dita, também seguimos alguns dos procedimentos metodológicos utilizados na redação dos artigos do DEC:

[...] a teoria geral fornece a ferramenta de conceituação – no sentido de que objetos com as mesmas características pertencem ao mesmo fenômeno de várias maneiras –, ganhamos tempo, espaço e “matéria cinzenta” usando um certo formalismo que estabiliza e reduz as variações interpretativas (CLAS, 1988, p. 2)<sup>26</sup>.

Esse formalismo mencionado por Clas (1988) é aplicado a três campos de uma entrada no DEC: [a] na elaboração da definição lexicográfica; [b] na descrição do regime; e [c] na apresentação das funções lexicais; nesta ordem.

Com relação ao campo [a], o significado da unidade lexical é apresentado por meio de uma paráfrase que constitui a definição lexicográfica. Por exemplo, a lexia BAINHA, de acordo com a acepção 6 do *Dicionário Houaiss*, pode assim ser definida no português: *bainha de Y [feita por X em Y] = bainha feita por X como uma dobra costurada pelo avesso na extremidade de Y para evitar que se desfie e para acabamento*. Neste caso, os valores de X e Y são os seguintes: X = pessoa que faz a bainha, que costura; Y = objeto no qual a bainha é feita, ou seja, saia, calça, camisa etc.

O campo [b] trata de explicitar o regime da unidade lexical lematizada. A descrição do regime ocorre através da realização das variáveis

---

<sup>26</sup> Tradução nossa para o trecho: [...] *la théorie générale fournit l'outil de conceptualisation – en ce sens que les objets présentant les mêmes caractéristiques appartiennent au même phénomène de diverses façons –, on gagne temps, espace et “matière grise” en utilisant un certain formalisme qui stabilise et réduit les variations interprétatives* (CLAS, 1988, p. 2).

(*X, Y, Z...*) e de suas possibilidades combinatórias. Por exemplo, o verbo levantar, no sentido de ‘construir, erigir’, apresenta em seu regime dois actantes<sup>27</sup>: o primeiro deles é (I) ‘aquele que constrói’, e o segundo (II), ‘aquilo que é construído’. O actante identificado com número romano (I) é atualizado na cadeia sintagmática por um item lexical de natureza nominal (N), e o actante (II) é atualizado também por um item de natureza nominal (N). O actante (I) pode ou não ocorrer na cadeia sintagmática. Por exemplo, no enunciado *O galpão foi levantado (= construído) na semana passada*, temos apenas o actante (II), ou seja, ‘aquilo que foi construído’, pois este é obrigatório no regime do verbo LEVANTAR no sentido em questão (v. MELČUK, 1988, p. 21-22).

No campo [c], são apresentadas as funções lexicais paradigmáticas, que, como mostramos na seção anterior, formalizam as relações semânticas que a unidade lexical lexicografada estabelece com outras unidades lexicais da língua, e as funções lexicais sintagmáticas, que assinalam a coocorrência lexical restrita da unidade lexical. Encerrando a sequência de funções lexicais, são apresentadas as funções lexicais não-*standards*.

Como nosso objetivo é descrever as propriedades semânticas de UTCs, usaremos apenas os campos [a] e [c] para a estruturação da ficha terminográfica, pois as informações sobre o regime das UTCs são presupostas para que se possa apresentar a descrição lexicográfica e também para aplicar a noção de funções lexicais em nível sintagmático, tendo em vista que, para apresentar as paráfrases definitórias, precisamos conhecer as variáveis (*X, Y, Z...*), isto é, precisamos estabelecer quais são os actantes semânticos; e, para apresentar as funções lexicais sintagmáticas inerentes a uma unidade lexical, precisamos considerar sua combinató-

---

<sup>27</sup> Conforme Melčuk (1992, p. 30), os actantes semânticos são os argumentos que um item lexical seleciona. Por exemplo, sabe-se que o significado do verbo COMER seleciona dois argumentos: ‘1 - quem come’ (= *X*) e ‘2 - aquilo que é comido’ (= *Y*). As variáveis *X* e *Y* representam os actantes semânticos de COMER.

ria restrita. Por esta razão, a descrição formal do regime, para os fins do BDLG, não é necessária.

Particularmente em relação à apresentação das definições lexicográficas, seguiremos a caracterização semântica adotada no DiCo, ou seja, a unidade lexical será

[...] caracterizada por meio de uma fórmula composta por uma ETIQUETA SEMÂNTICA [...] acompanhada da estrutura actancial da unidade lexical. Por exemplo, a fórmula semântica para *DESCONTENTAMENTO* (insatisfação) é a seguinte: sentimento: ~ DA pessoa X CAUSADO POR Y (sentimento: ~ da pessoa X causado por Y)<sup>28</sup> (POLGUÈRE, 2007a, p. 19).

Essa “fórmula semântica” ou “etiqueta semântica”<sup>29</sup> é o meio pelo qual se pode expressar a estrutura actancial da unidade lexical que está sendo descrita explicitando através do símbolo [~] o lugar em que a unidade lexical figura na etiqueta que expressa sua definição. Por exemplo, *ACELERAÇÃO* no português, em sua primeira acepção no Houaiss (2011), pode ser descrita com base em uma proposição que expresse seus actantes semânticos através de variáveis, partindo-se de uma fórmula semântica:

*ACELERAÇÃO*: [Espécie de/tipo de] ato ou efeito progressivo de X de Y a partir de uma dada unidade de tempo = [~] de X (velocidade) de Y (veículo).

No caso de *ACELERAÇÃO*, qualquer que seja o valor de X teremos uma espécie de grandeza que expressará o aumento progressivo de

---

<sup>28</sup> Tradução nossa para o trecho: [...] *characterized by means of a formula made up of a SEMANTIC LABEL [...] accompanied by the lexical unit's actantial structure. For instance, the semantic formula for MÉCONTENTEMENT (dissatisfaction) is as follows: sentiment: ~ DE LA personne X CAUSÉ PAR Y (feeling: ~ of person X caused by Y).* (POLGUÈRE, 2007a, p. 19)

<sup>29</sup> Ver, a esse respeito, Polguère (2003).

Y, o que corresponde a um tipo de paráfrase da fórmula semântica. Ou seja, na definição lexicográfica, prioriza-se a decomposição do sentido da unidade lexical.

## **2.2.2. Aplicação das funções lexicais a UTCs**

As funções lexicais constitutivas da descrição semântica das UTCs serão, primeiramente, as ‘paradigmáticas’. Tais funções lexicais, como mencionamos, permitirão a modelização das relações que se estabelecem entre as UTCs que serão terminografadas e outras unidades terminológicas que fazem parte da nomenclatura do domínio. O segundo tipo de funções lexicais que serão descritas na ficha são as sintagmáticas, as quais, como vimos, assinalam as relações que as UTCs podem manifestar na cadeia sintagmática. Por último, serão consideradas as funções lexicais não-*standard*.

## **2.3. Campo [3]: abonação**

Feita a apresentação dos três campos que constituem a ficha, nossa descrição semântica levará em conta a estrutura constante na figura 4.

Este campo é fundamental para validação da definição da UTC, pois as abonações, ou seja, os excertos de trecho de textos que mostram o emprego de uma unidade lexical no sistema linguístico, devem ilustrar o sentido descrito através de paráfrases. As abonações que constarão na ficha seguirão os mesmos princípios de recolha de fontes documentais e extração de contextos adotados para todas as unidades lexicais armazenadas no BDLG: prioritariamente fontes recolhidas da internet de sites .org ou .gov, os quais são considerados sites confiáveis porque geralmente permanecem disponíveis na *Web*.

**Figura 4:** Estrutura da ficha para a descrição semântica das UTCs do BDLG

<b>ESTRUTURA GERAL DA FICHA SEMÂNTICA PARA A DESCRIÇÃO DE UTCs NO BDLG</b>	
<b>CAMPO 1 IDENTIFICAÇÃO DA UTC</b>	<b>UTC (GRAFADA EM VERSALETE)</b> <b>TIPO DE UL = l-termo [+ sentido especializado]</b> <b>NATUREZA DA CATEGORIA LÉXICA = nominal</b> <b>GÊNERO GRAMATICAL = feminino/masculino</b> <b>NÚMERO = singular/plural</b> <b>Domínio:</b> Área do conhecimento ( <b>subdomínio:</b> subconjunto de um domínio)
<b>CAMPO 2 DEFINIÇÃO SEMÂNTICA</b>	<i>Etiqueta semântica</i> †UTC (l-termo) entre dois cantos sobrescritos † Definição lexicográfica Paráfrase mínima <p style="text-align: center;"><b>Funções lexicais paradigmáticas</b></p> Syn, Anti, Conv, Gener, Contr, S <sub>o</sub> , V <sub>o</sub> , A <sub>o</sub> , Adv <sub>o</sub> , Pred, S <sub>i</sub> , S <sub>instr</sub> , S <sub>mes</sub> , S <sub>mod</sub> , S <sub>loc</sub> , S <sub>res</sub> , A <sub>i</sub> , Able <sub>i</sub> , Qual <sub>i</sub> , Adv <sub>i</sub> , Sing, Mult, Cap, Equip <p style="text-align: center;"><b>Funções lexicais sintagmáticas</b></p> Magn, Ver, Bon, Plus/Minus, Germ, Culm, Epit, Redun, Loc <sub>in</sub> , Loc <sub>ad</sub> , Loc <sub>ab</sub> , Loc <sub>temp</sub> , Instr, Propt, Copul, Oper <sub>i</sub> , Func <sub>i</sub> , Laborij, Real <sub>i</sub> , Fact <sub>i</sub> , Labrealij, Incep, Cont, Fin, Caus, Perm, Liqu, Involv, Manif, Prox, Prepar, Obstr, Stop, Excess, Sympt <p style="text-align: center;"><b>Funções lexicais não standard</b></p> Colocações não sistemáticas Derivações não sistemáticas
<b>CAMPO 3 ABONAÇÃO</b>	<b>Abonação</b> <i>Contextos de ocorrência registrados com itálico, e a UTC destacada com negrito.</i> <b>Fonte documental</b> (registro da fonte documental)

**Fonte:** Elaborada pela autora

Acreditamos que a análise de uma UTC com base nesses três campos possibilitará estabelecer os correlatos lexicais da UTC com outros termos da nomenclatura e, também, evidenciar os ambientes colocacionais que ocorrem no seu entorno.

### 3. AMOSTRA DE DESCRIÇÃO DE UTCS POR MEIO DA FICHA

As UTCs do BDLG que examinamos por meio da ficha terminográfica foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios: (i) UTCs representativas de diferentes domínios temáticos (*Ciência Jurídica, Comércio Exterior, Medicina Hemodinâmica, e Zoologia - Entomologia*); (ii) UTCs que

contivessem ao menos um constituinte em comum, como ABANDONO DE MENOR, da *Ciência Jurídica*, e ABANDONO DE MERCADORIA, do *Comércio Exterior*, e (iii) UTCs que ilustrassem diferentes tipos de etiquetas semânticas ([ato], [ação], [atividade], [estado], [ser vivo], etc.). Aplicando esses critérios, selecionamos e analisamos, durante a realização do estágio sênior mencionado na introdução do presente trabalho, 29 UTCs, registradas na figura 5.

**Figura 5:** UTCs que constituíram a amostra

<b>Domínio - subdomínio</b>	<b>UTCs</b>
<i>Ciência Jurídica</i>	ABANDONO DE MENOR; ABANDONO DE FUNÇÃO; ABANDONO INTELECTUAL; AGENTE PRIMÁRIO; ALIMENTOS PROVISÓRIOS; ATO JURÍDICO; AUTORIZAÇÃO LEGAL; FATO JURÍDICO; FALTA GRAVE; INTERDIÇÃO DO DIREITO LEGÍTIMA DEFESA; RECURSO JURÍDICO
<i>Comércio Exterior</i>	ABANDONO DE MERCADORIA; ABANDONO EXPRESSO DE MERCADORIA; ABANDONO LEGAL DE MERCADORIA; ABANDONO PRESUNTIVO DE MERCADORIA; CUSTO DE FRETE EM DÓLAR; CUSTO DE SEGURO EM DÓLAR; FATURA COMERCIAL FATURA CONSULAR; FATURA DOCUMENTÁRIA; PREÇO DE REFERÊNCIA; VALOR EM ALFÂNDEGA; VALOR NORMAL
<i>Medicina – Hemodinâmica</i>	ABLAÇÃO CARDÍACA POR RADIOFREQUÊNCIA; ABLAÇÃO DO FOCO ARRITMOGÊNICO; ABLAÇÃO POR CATETER
<i>Zoologia – Entomologia</i>	ABELHA CAUCASIANA; ABELHA DA EUROPA; ABELHA ITALIANA AMARELA

**Fonte:** Elaborada pela autora

A fim de ilustrar a aplicação da ficha, apresentaremos a descrição semântica da UTC ABANDONO MATERIAL (*Ciências Jurídicas*), que se vê a seguir.

**Figura 6:** Ficha terminográfica – ABANDONO MATERIAL

<b>ABANDONO MATERIAL</b> , <i>l-termo nominal, masc.</i>	
<b>Domínio:</b> Ciência Jurídica	
<p>«ABANDONO MATERIAL»  <i>Abandono de Y por X que deixa de prover Z = Abandono de Y [= N] por X[=N] que deixa de prover Z</i></p> <p>[= N] =          Abandono de Y [= cônjuge ou filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou maior de 60 (sessenta) anos] por X [= indivíduo responsável por Y] que não provê Z [= subsistência de Y]</p> <p>[X deixa de cumprir a obrigação de prover a subsistência de Y] =          [Espécie de/Tipo de] ato realizado por X (indivíduo responsável por Y) que consiste em abandonar o sustento material de Y [N= cônjuge ou filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou maior de 60 (sessenta) anos] = <i>abandono material (por X) (de Y)</i></p>	
<b>Funções lexicais paradigmáticas</b>	
Syn	: negligência
Anti	: desvelo, guarda, zelo
S <sub>1</sub>	: responsável legal por Y
S <sub>2</sub>	: vítima [de (ART) ~] – [=Y]
V <sub>o</sub>	: abandonar
<b>Funções lexicais sintagmáticas<sup>30</sup></b>	
Magn	: [~] permanente
AntiVerMagn	: [~] desmesurado
AntiMagn	: [~] ocasional, [~] frequente
IncepReal	: iniciar [ART _]
FinReal	: cessar [ART _]
Real	: levar a [ART _]
Oper <sub>1</sub>	: estar [em ~]
Oper <sub>2</sub>	: sofrer [(ART) ~]
IncepOper <sub>1</sub>	: entrar [em ~]
LiquFunc <sub>o</sub>	: colocar um fim em [ART ~]
Caus <sub>2</sub> Func <sub>1</sub>	: causar, provocar ~ [por N = X]
<b>Funções lexicais não-standard</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- [~] de menor</li> <li>- [~] de cônjuge</li> <li>- [~] de filho inapto para o trabalho</li> <li>- [~] de ascendente inválido</li> <li>- [~] de maior de sessenta anos</li> </ul>	
<p><b>Abonação</b>  <i>Considerado um crime de desamor, o <b>abandono material</b> caracteriza-se pela omissão injustificada na assistência familiar, ou seja, quando o responsável pelo sustento de uma determinada pessoa deixa de contribuir com a subsistência material de outra, não lhe proporcionando recursos necessários ou faltando com o pagamento de alimentos fixados judicialmente.</i></p> <p><b>Fonte:</b> &lt; <a href="http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=450">http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=450</a>&gt;</p>	

**Fonte:** Elaborada pela autora

<sup>30</sup> Alain Polguère (2007b, p. 7-8) sugere-nos apresentar as funções lexicais sintagmáticas e as funções lexicais não-standard por meio de fórmulas de vulgarização, a fim de tornar a informação mais acessível aos futuros usuários do BDLG. Na continuidade de nossa pesquisa, passaremos a apresentar as funções lexicais por meio de fórmulas de vulgarização.

O que se observa nessa ficha é que as funções lexicais, ao representarem a atividade linguística do locutor dos pontos de vista paradigmático e sintagmático, podem contribuir para a compreensão dos princípios que regem a formação da UTC tanto na caracterização dos padrões colocacionais que a UTC estabelece com outras unidades lexicais e gramaticais do sistema linguístico quanto nas relações que se deixam ver no mapeamento da associação semântica com as demais unidades terminológicas do domínio.

Ao examinarmos a ficha aqui apresentada e considerando a análise das outras 28 fichas de nossa amostra, é possível verificar que há padrões semânticos que parecem ser recorrentes nos domínios examinados, como se vê na figura 7.

**Figura 7:** Etiquetas semânticas e funções lexicais recorrentes nas UTCs da amostra

Domínio – Subdomínio	Etiquetas semânticas [espécie de] [tipo de]	FL paradigmáticas	FL sintagmáticas
<i>Ciência Jurídica</i>	estado ação (jurídica)	Syn, Anti, Conv, Gener, Contr, S <sub>o</sub> , V <sub>o</sub> , A <sub>o</sub> , Adv <sub>o</sub> , Pred, S <sub>i</sub> , S <sub>instr</sub> , S <sub>modr</sub> , S <sub>modf</sub> , S <sub>locr</sub> , S <sub>ress</sub> , A <sub>i</sub> , Able <sub>i</sub> , Qual <sub>i</sub> , Adv <sub>i</sub> , Sing, Mult, Cap, Equip	Magn, Ver, Bon, Plus/Minus, Germ, Culm, LOC <sub>in</sub> , LOC <sub>ad</sub> , LOC <sub>ab</sub> , LOC <sub>temp</sub> , Instr, Propt, Oper <sub>i</sub> , Func <sub>i</sub> , Laborij, Real <sub>i</sub> , Fact <sub>i</sub> , Labreal <sub>i</sub> , Incep, Cont, Fin, Caus, Perm, Liqu, Involv, Manif, Prox, Prepar, Obstr, Stop, Excess, Sympt
<i>Comércio Exterior</i>	atividade (comercial)		
<i>Medicina-Hemodinâmica</i>	ato (médico)		
<i>Zoologia-Entomologia</i>	ser vivo (inseto himenóptero)		

**Fonte:** Elaborada pela autora

As etiquetas semânticas das descrições da amostra espelham o padrão semântico que tipifica o grupo de UTCs examinadas em cada um dos domínios escolhidos. Na *Ciência Jurídica*, por exemplo, encontramos casos de UTCs que expressam [estado] (denotam um ‘conjunto de qualidades ou características com que as coisas se apresentam; conjunto de condições em que se encontram em determinado momento’, como, por exemplo, ABANDONO MATERIAL) e [ação (jurídica)] (evidenciam uma força, um agente e seu efeito, como, por exemplo, INTERDIÇÃO DE

DIREITO e AUTORIZAÇÃO LEGAL). No *Comércio Exterior*, as UTCs analisadas reforçam a noção de [atividade (comercial)] que é inerente ao próprio domínio, como, exemplifica a UTC FATURA COMERCIAL que denota ‘relação de mercadorias, com os respectivos preços, vendidas a uma pessoa ou firma’ (cf. HOUAISS, 2011). Na *Medicina-Hemodinâmica*, o padrão semântico expressa o [ato (médico)], isto é, o ‘exercício da faculdade de agir ou o seu resultado’; neste caso, o ato de realizar um procedimento que só pode ser feito por um médico, como é o caso de ABLAÇÃO POR FOCO ARRITMOGÊNICO. Por fim, na *Zoologia-Entomologia*, as UTCs concentram-se na caracterização de certo tipo de [ser vivo (inseto himenóptero)], como ocorre com ABELHA CAUCASIANA.

Para que esses padrões possam ser confirmados, necessitamos descrever um conjunto bem maior de UTCs de cada um dos domínios. Esta é a tarefa que temos pela frente a partir dos resultados aqui apresentados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos mostrar nas seções anteriores que a pesquisa realizada no estágio sênior permitiu, entre outras atividades, estudar os diferentes tipos de funções lexicais e compreender como elas se aplicam a UTCs. Com base nesses estudos, desenhamos uma ficha terminográfica que já está sendo testada na descrição de UTCs armazenadas na base de dados do BDLG. Como dito, a eficácia de tal ficha foi testada em 29 UTCs. Essa testagem é relevante na medida em que conseguimos verificar que a ficha possibilita que se apresente as especificidades das UTCs de cada domínio, assim como as associações que podem ser estabelecidas com outras unidades terminológicas.

Como este trabalho se insere em uma pesquisa maior que é o próprio desenvolvimento do BDLG, as análises que fizemos durante a realização do estágio devem convergir para a estruturação e para a redação dos verbetes do conjunto de UTCs que estamos pesquisando.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Sabrina Pereira de. Tutorial **BDLG: Trabalhando com a base de dados**. IL/UFRGS, 2016.

ABREU, Sabrina Pereira de. Relatório de Atividades do Estágio Sênior CAPES/ Proc. Nº BEX 2822/15-6, 2016.

ABREU, Sabrina Pereira de. O termo: estruturas prototípicas. In: CATALÁ, Sara Álvarez; BARITÉ, Mario. (Orgs.). **Teoría y praxis en Terminología** (livro). Red Temática Interdisciplinaria de Terminología (RETERM). Universidad de la República de Uruguay. 2017a.

ABREU, Sabrina Pereira de. Considerações sobre a natureza colocacional e locucional de sintagmas terminológicos. **Revista Digital de Lexicología, Lexicografía y Terminología**. I Congreso Internacional de Lexicología, Lexicografía y Terminología. Córdoba-Argentina, ocorrido em 2017b (no prelo).

BELIAKOV, Vladimir. **Introduction à la lexicologie et à la sémantique lexicale russes**. Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 2014.

CLAS, André. Texto da apresentação. In: MEL'ČUK, Igor et al. **Dictionnaire explicatif et combinatoire du français contemporain: Recherches lexicosémantiques II**, Montréal, Presses de l'Université de Montréal, 1988, p. 1-13.

HOUAISS, Antonio.; VILLAR, Mauro de Salles.; FRANCO, Francisco Manuel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

JOUSSE, Anne-Laure. **Modèle de structuration des relations lexicales fondée sur le formalisme des fonctions lexicales**. 2010. 340f. PhD thesis en linguistique - Université de Montréal & Université Paris Diderot (Paris 7), Montreal & Paris, 2010.

L'HOMME, Marie-Claude. Fonctions lexicales pour représenter les relations sémantiques entre termes. In: NAZARENKO, Adeline; HAMON, Thierry. **Structuration de terminologie**. Traitement automatique des langues (TAL). V. 43, no. 1, p. 19-41, 2002.

MEL'ČUK, Igor. Principes et critères de description sémantique dans le DEC. In: MEL'ČUK, Igor et al. **Dictionnaire explicatif et combinatoire du français contemporain: Recherches lexicosémantiques II**, Montréal, Presses de l'Université de Montréal, 1988, p. 27-39.

MEL'ČUK, Igor. Paraphrase et lexicque: la théorie sens-texte et le Dictionnaire explicatif et combinatoire. In: MEL'ČUK, Igor et al. **Dictionnaire explicatif et combinatoire du français contemporain: Recherches lexico-sémantiques III**. Montréal: Presses de l'Université de Montréal 1992, p. 9-58.

MEL'ČUK Igor. **Semantics: From meaning to text**. V.1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. 2012.

MEL'ČUK, Igor. **Semantics: From meaning to text**. V. 3. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2015.

MEL'ČUK, Igor et al. **Dictionnaire explicatif et combinatoire du français contemporain: Recherches lexico-sémantiques I, II, III e IV**, Montréal, Les Presses de l'Université de Montréal, 1984; 1988; 1992; 1999.

MEL'ČUK Igor; CLAS André; POLGUÈRE Alain. **Introduction à la lexicologie explicative et combinatoire**. Collection Champs Linguistiques/Universités Francophones. Louvain-la Neuve, Belgique: Éditions Duculot, 1995.

MEL'ČUK, Igor; MILIČEVIĆ, Jasmina. **Introduction à la linguistique**. V. I, II e III. Paris: Hermann Éditeurs, 2014.

POLGUÈRE, Alain. Étiquetage sémantique des lexies dans la base de données **DiCo**. *Traitement automatique des langues*, 44 (2), p. 39-68, 2003.

POLGUÈRE, Alain. Lexical function standardness. In: WANNER, Leo, (editor). Selected Lexical and Grammatical Issues in the Meaning-Text-Theory. In honor of *I. Mel'čuk*, v. 84 of **Language Companion Series**, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2007a, p. 43-95.

POLGUÈRE, Alain. Lessons from the **Lexique actif du français, Proceedings of the Third International Conference on the Meaning Text Theory (MTT'2007)**, Klagenfurt, 2007b.

POLGUÈRE, Alain. Non-compositionnalité: ce sont toujours les locutions faibles qui trinquent. **Verbum**. XXXVII(2), p. 257-280, 2015.

## OS AUTORES

### **André Valente**

Doutor em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (1994). Professor titular em Língua Portuguesa do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador na área de Letras, com ênfase em Semântica, Léxico e Análise do Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: língua portuguesa, discurso, neologia e intertextualidade.

E-mail: prof.acvalente@gmail.com

### **Adriana Zavaglia**

Doutora em Letras, Linguística e Língua Portuguesa, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) (2002) com estágio na Université de Paris VII. Pós-Doutorado em Estudos Tradutológicos pela USP/Paulo (2003-2006) e em Linguística - Teoria das Operações Enunciativas pela Université de Paris VII (2009). Professora no Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora na área de Tradução, considerando suas interfaces com a Linguística (enunciativa e de *corpus*), a Lexicologia/Lexicografia bilíngue, a Terminologia/Terminografia bilíngue e a Literatura.

E-mail: zavaglia@usp.com

## **Alain Polguère**

Doutor em Linguística pela Universidade de Montreal (1990). Professor da Universidade de Lorraine. Pesquisador na área de Lexicologia, atuando principalmente nos seguintes temas: redes lexicais, lexicografia formal e computadorizada, interface léxico-gramática e ensino de vocabulário.

E-mail: [alain.polguere@univ-lorraine.fr](mailto:alain.polguere@univ-lorraine.fr)

## **Amanda Estela Guerra**

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2005). Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisadora na área de Cartografia Histórica e História da Cartografia.

E-mail: [aegigc@yahoo.com.br](mailto:aegigc@yahoo.com.br)

## **Ana Paula Tribesse Patrício Dargel**

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) (2011). Pós-Doutorado na área de “Análise, descrição e documentação de língua naturais” pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL). Professora na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Pesquisadora na área de Linguística e atua, principalmente, nos seguintes temas: Lexicologia, Lexicografia, Pedagogia do léxico, Toponímia.

E-mail: [tribesse@yahoo.com.br](mailto:tribesse@yahoo.com.br)

## **Antônio Gilberto Costa**

Doutor em Petrologia pela Universidade Técnica de Clausthal Zellerfeld, Alemanha (1987). Professor da Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisador nas áreas de Cartografia Histórica e Geologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Cartografia Histórica Luso-brasileira, Rochas Ornamentais e Caracterização e Conservação da Pedra.

E-mail: ag.costa@uol.com.br

## **Aparecida Negri Isquerdo**

Doutora em Letras (Linguística e Língua Portuguesa) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) (1996), com estágio no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Docente aposentada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Professora visitante na pós-graduação *stricto sensu* na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Pesquisadora na área de Linguística, com ênfase em Lexicologia, Lexicografia, Toponímia e Dialectologia, atuando principalmente nos seguintes temas: léxico, toponímia, atlas toponímico e atlas linguístico. Coorganizadora dos volumes I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII da coleção *As Ciências do Léxico*.

E-mail: aparecida.isquerdo@gmail.com

## **Beatriz Curti-Contessoto**

Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) (2019), com estágio na Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3. Pós-doutoranda pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora

na área de Linguística, com ênfase em Terminologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Terminologia Mono/Bílingue, Terminologia Diacrônica e Neologia.

E-mail: [bfcurti@gmail.com](mailto:bfcurti@gmail.com)

### **Celina Márcia de Souza Abbade**

Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2003) e Pós-Doutora pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) (2016). Professora Plena da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pesquisadora na área de Linguística, com ênfase em Linguística Histórica e Lexicologia, atuando principalmente nas seguintes áreas: Filologia Românica, Lexicologia, Terminologia e Toponímia.

E-mail: [celinabbade@gmail.com](mailto:celinabbade@gmail.com)

### **Claudia Zavaglia**

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) (2002). Livre-Docente em Lexicografia e Lexicologia (2009). Professora da UNESP - *Campus* de São José do Rio Preto – IBILCE. Pesquisadora na linha de Lexicologia e Lexicografia, da Linguística Aplicada, com ênfase nos Estudos das Ciências do Léxico e Estudos da Tradução em interface com a Linguística de *Corpus* e áreas afins.

E-mail: [c\\_zavaglia@hotmail.com](mailto:c_zavaglia@hotmail.com)

## **Cleci Regina Bevilacqua**

Doutora em Linguística Aplicada pelo Instituto Universitário de Linguística Aplicada, Universidade Pompeu Fabra (2004). Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Realizou estágio sênior junto ao Grupo Terminologia e Gestão do Conhecimento (GTERM), Universidad de la República, Uruguai (2017-2018). Pesquisadora nas áreas de Ensino e Tradução de Língua Espanhola com ênfase em temáticas relativas à Terminologia, Fraseologia e Lexicografia. Líder do Grupo de Pesquisa Projeto Termisul.

E-mail: cleci.bevilacqua@gmail.com

## **Clese Mary Prudente Correia**

Mestre em Estudo de Linguagens pela Universidade do Estado da Bahia (2017). Doutoranda no Programa Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Membro dos grupos de pesquisa NEL (UNEB) e Nova *Studia Philologica* (UFBA) e pesquisadora na área de Linguística, com ênfase em Filologia Românica, Linguística Histórica e Lexicologia.

E-mail: clesprudente@gmail.com

## **Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa**

Doutora em Letras (Linguística e Língua Portuguesa) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) (1991). Professora aposentada da mesma Universidade e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa. Pesquisadora na área de Linguística, com ênfase em Língua Portuguesa, atuando prin-

principalmente nas seguintes áreas de pesquisa: Lexicologia, Lexicografia e Lexicografia Histórica.

E-mail: jtm.jau@uol.com.br

## **Elizabete Aparecida Marques**

Doutora em Linguística Aplicada pela *Universidad de Alcalá de Henares* (Espanha, 2007) e Estágio Pós-Doutoral na área da Fraseologia pelo Laboratório Lexiques, Dictionnaires, Informatique (LDI), da Université Paris 13 (França, 2013). É professora na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/Campo Grande). Pesquisadora na área da Linguística, com ênfase em Fraseologia, Fraseografia e Cognição, atuando principalmente nos seguintes temas: fraseologia e cultura, fraseologia cognitivo-contrastiva, ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras (espanhol).

E-mail: eamarques@hotmail.com

## **Enilde Faulstich**

Doutora em Filologia e Língua Portuguesa (USP) (1988). Desenvolveu estágio de pós-doutorado (1994) em Linguística-Terminologia e Políticas Linguísticas na *Université Laval* de Québec, Canadá. Professora Doutora *HONORIS CAUSA* da Universidade de Brasília – UnB. Professora do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP) do Instituto de Letras (IL) da UnB. Coordenadora do Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos (Centro Lexterm) da UnB. Pesquisadora da Linha de Pesquisa em Léxico e Terminologia, da área de concentração em Teoria e Análise Linguística do Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL/UnB.

E-mail: enildef@terra.com.br

## **Karylleila dos Santos Andrade**

Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo (2006) e pós-doutora pela Universidade de Coimbra/Portugal (2015). Professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pesquisadora na área de Ensino e Linguística, com ênfase no estudo do léxico, atuando principalmente nas seguintes áreas: Etnolinguística e Onomástica/Toponímia.

E-mail: karylleila@gmail.com

## **Lídia Almeida Barros**

Doutora em Ciências da Linguagem pela Universidade Lumière Lyon 2 (1997) e pós-doutora pela Universidade do Porto (2002) e pelo Istituto per il Lessico Intellettuale Europeo e Storia delle Idee (ILIESI) da Università La Sapienza (2015-2016). Possui também curso de Especialização em Direitos Humanos pela Unione Forense per la tutela dei diritti umani (2018-2019). Professora titular aposentada e livre-docente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Pesquisadora na área de Linguística, com ênfase em Terminologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Terminologia, Terminografia, Tradução e Tradução juramentada.

Coorganizadora do vol. V da coleção *As Ciências do Léxico*.

E-mail: lidia.barros@unesp.br

## **Magdalena Coll**

Doutora em Linguística Hispânica pela Universidade da Califórnia (1998). Professora da Universidade de la República, Montevideu. Pes-

quisadora na área de Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: Linguística Histórica, História do Espanhol e Lexicografia.

E-mail: collmagdalena@gmail.com

### **Marcela Moura Torres Paim**

Doutora em Letras pela UFBA (2007). Realizou Estágio Pós-doutoral na UEFS (2019). É professora de Língua Portuguesa do Departamento de Letras da UFRPE, atuando na graduação dos cursos de Letras, História e Serviço Social, e na pós-graduação no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da UFBA. É Diretora Científica do Projeto Atlas Linguístico do Brasil e tem se dedicado aos estudos da Dialetologia e da Sociolinguística.

E-mail: marcelamtpaim@yahoo.com.br

### **Márcia Maria Duarte dos Santos**

Doutora em Geografia – Organização do Espaço, pela Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro, São Paulo (1991). Professora aposentada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadora Colaboradora do Centro de Referência em Cartografia Histórica da UFMG, nas áreas de Cartografia Histórica e Geografia Histórica, Educação Cartográfica e em Museus, e Divulgação Científica e Mídias Digitais, atuando principalmente nos seguintes temas: História da Cartografia; Cartografia de Minas Gerais (séc. XVIII e XIX); Toponímia Histórica de Minas Gerais (séc. XVIII e XIX), Atlas Toponímico; Formação do Território Mineiro e Cartografia Luso-Brasileira.

E-mail: mdsantoso@yahoo.com.br

## **Márcia Sipavicius Seide**

Doutora em Letras (Filologia e Língua Portuguesa) pela Universidade de São Paulo (2006). Pós-Doutorado em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (2015). Professora Associada da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Pesquisadora nas áreas de Linguística, com ênfase em Lexicologia, Semântica e Onomástica.

E-mail: marciaseda4@hotmail.com

## **Maria Cândida Trindade Costa de Seabra**

Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2004); pós-doutora pela Universidade de São Paulo (2009) e pela UNISINOS (2017). Professora da Universidade Federal de Minas Gerais. Seus projetos se centralizam nas áreas de Linguística e Língua Portuguesa, em uma perspectiva sincrônica e diacrônica, com ênfase na Lexicologia, Lexicografia e na Toponímia. Coorganizadora do vol. VI da coleção *As Ciências do Léxico*.

E-mail: candidaseabra@gmail.com

## **Maria Dulce de Faria**

Pós-graduação lato sensu em Documentação Científica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (1977) e em Cultura, língua e Literatura Latina pelo Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (2008). Chefe da

Seção de Cartografia da Fundação Biblioteca Nacional (a partir de 1978). Trabalha na identificação do acervo cartográfico desde 1981, com análise da toponímia registrada nos mapas e atlas, principalmente do Brasil, e suas variantes.

E-mail: mariadulcedefaria@gmail.com

### **Maria Isabel González-Rey**

Doutora em Filologia Francesa pela Universidade de Santiago de Compostela (USC - 1998). Professora titular (a partir de 2017) de Língua Francesa na USC-Espanha, no Departamento de Filologia Francesa e Italiana. Pesquisador(a) principalmente nas áreas de Linguística Aplicada, Francês como Língua Estrangeira (FLE) e Tradução, atuando principalmente nos seguintes temas: Fraseologia da língua francesa, Fraseodidática e Fraseotradutologia. Diretora do grupo de pesquisa Phraseonet ([www.phraseonet.com](http://www.phraseonet.com)) desde 2007 e diretora da revista *Cadernos de Fraseología Galega* desde 2016.

E-mail: misabel.gonzalez.rey@usc.es

### **Mariângela de Araújo**

Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (2004); pós-doutora pela Universidade Nova de Lisboa (2011). Professora da Universidade de São Paulo (USP), em que atualmente é Diretora do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia (CITRAT). Pesquisadora na área de Linguística, com ênfase em Terminologia e Ensino do léxico.

E-mail: armariangela@yahoo.com.br

## **Marie-Claude L’Homme**

Doutora em Linguística pela Universidade Laval (Quebec, Canadá) (1993). Professora de Terminologia no Departamento de Linguística e Tradução da Universidade de Montreal. Pesquisadora nas áreas de Semântica e Linguística lexicais dos *corpora* aplicados à terminologia.

E-mail: mc.lhomme@umontreal.ca

## **Matteo Rivoira**

Doutor em linguística italiana pela Universidade de Turín (Itália) (2008). Autor do Atlas Toponômico do Piemonte Montano (2003) e Editor-chefe do Atlas Linguístico Italiano (ALI) (2011). Professor da Universidade de Turín (Itália). Pesquisador da língua occitana e do dialeto piemontês, atuando principalmente nos seguintes temas: Geolinguística e Dialectologia, toponímia oral, minorias linguísticas.

E-mail: matteo.rivoira@unito.it

## **Michelle Machado de Oliveira Vilarinho**

Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília (2013). Professora de Graduação e Pós-Graduação do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília; pesquisadora da Linha de Pesquisa em Léxico e Terminologia, da área de concentração em Teoria e Análise Linguística do Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL/UnB.

E-mail: michelleprofessora@gmail.com

## **Ricardo Soca**

Mestre em Ciências Humanas, ênfase em Linguagem, Cultura e Sociedade, Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, Universidad de la República. Pesquisador do Projeto Redes Temporales, coordenado por Sylvia Costa, Departamento de Teoria da Linguagem e Linguística Geral, UdelaR. Editor do site *elcastellano.org*. Editor do newsletter *La palabra del día*.

E-mail: [rvsoca@gmail.com](mailto:rvsoca@gmail.com)

## **Rodrigo Vieira do Nascimento**

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Letras - Ensino de Língua e Literatura pela Universidade Federal do Tocantins/Araguaína. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras - Ensino de Língua e Literatura pela Universidade Federal do Tocantins/Araguaína (2017). Professor da Universidade Estadual do Tocantins, atuando especialmente nas componentes curriculares de Língua Portuguesa e Linguística. Pesquisador das áreas de Linguística, com ênfase em Onomástica, Toponímia e Lexicologia.

E-mail: [rdrgviera@hotmail.com](mailto:rdrgviera@hotmail.com)

## **Sabrina Pereira de Abreu**

Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS (1998). Professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Realizou estágio sênior no *Laboratoire de*

*Analyse et Traitement Informatique de la Langue Française (ATILF-CNRS)*  
da Universidade de Lorraine, França (2015-2016). Pesquisadora na área  
de Letras, com ênfase em Estudos do Léxico: aspectos morfológicos, sin-  
táticos e semânticos.

E-mail: [spiclone@gmail.com](mailto:spiclone@gmail.com)

## **AS ORGANIZADORAS**

### **Aparecida Negri Isquierdo**

Professora nos Programas de Pós-Graduação em *Estudos de Linguagens* (Campo Grande) e em Letras (Três Lagoas), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Coordenadora do Projeto ATEMS – Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul / UFMS.

Membro do Comitê Nacional do Projeto Atlas Linguístico do Brasil como Diretora Científica e Coordenadora do ALiB-Regional Mato Grosso do Sul.

Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Vice-coordenadora do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia, ANPOLL, biênios 1998-2000 e 2004-2006.

Coordenadora do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia, ANPOLL, biênio 2006-2008.

### **Celina Márcia de Souza Abbade**

Professora Plena da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), atuando no Programa de Pós-graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL) e no Colegiado de Letras Vernáculas do Departamento de Ciências Humanas (DCH-I)

Coordenadora do NEL- Núcleo de Estudos Lexicais no qual coordena os Projetos ATOBAH – Atlas Toponímico da Bahia e Grupo de Trabalho sobre os Campos Lexicais (UNEB)

Vice-coordenadora do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia, ANPOLL, biênio 2016-2018.

Coordenadora do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia, ANPOLL, anuênio 2017-2018.

Coordenadora do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia, ANPOLL, biênio 2018-2020.

Este livro foi editorado com as fontes Crimson Text, Montserrat  
e Courier Prime.

Publicado on-line em: <https://repositorio.ufms.br>

A palavra em suas mais distintas e variadas faces continua sendo o foco da coletânea *As Ciências do Léxico* que chega ao seu nono volume com esta publicação. A palavra atua como uma *entidade multifacetada*, funciona como *marca de identidade* e também representa uma herança histórica. Particularmente ocupa lugar nesta coletânea o signo linguístico *por si* e *per si* discutido à luz de diferentes enfoques que remetem à dimensão linguística da palavra nas suas diferentes feições.

A publicação do volume IX da coleção *As Ciências do Léxico*, a exemplo dos demais, reúne artigos que derivam de resultados de pesquisas desenvolvidas por pesquisadores vinculados ao Grupo de Pesquisa de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL - Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística, trabalhos discutidos nos encontros promovidos pelo grupo.

Este volume mantém a prática adotada a partir do volume dois da coletânea de transformá-la em um espaço de disseminação de estudos na área produzidos também por pesquisadores estrangeiros como uma forma de a publicação servir de veículo de divulgação no Brasil de produtos de estudos realizados em outros países e, ao mesmo tempo, tornar público no exterior o que é produzido nas universidades brasileiras. Participam deste volume seis pesquisadores vinculados a universidades estrangeiras situadas em cinco países: Espanha, Itália, Uruguai, França e Canadá.

ISBN 978-65-86943-24-5



9 786586 943245

**engrossent[ar]** - v. (*en* + *grosso* + *-entar*). → engross[ar]. ‘engordurar’. || G [1399/tsla/64vc2]: Se foy l torpe en comer . ou en beuer . como diz l san bernaldo abrindo muyto aboca . l ou soando con os beyços como besta l ou vertendo os maniares ou ovyn l ho por sy ou por amesa ou metendo l torpemente toda amãõ ou todos os l dedos en na escudela . ou tornando o pan l mosegado aella . ou ovaso com aboca **en l grossentando** . ou as toalhas torpemen l te encuiando Se se queixo muyto en / l ocomer sen lhe dando pressa *que* he syn l al de guargantuice.

**enhader** → enader.

**enhale[ar]** — v. (< de *en* + *alear* [este do lat. *alienare*]<sup>e1</sup>.) ‘alienar’; ‘transferir para outrem a posse ou propriedade de algo’. || CF3 [xiii/frac/84v]: Se algũa cousa for metuda en iuyzo e *aquel que* a teuer e a **enhalear** ante *que* seya liurada *per* iuyzo e *per* aueença, en poder seya do demandador de a (de a) demandar aaquel que lha alheou ou aaquel que a recebeu.

**enhatamente** - adv. (< *enhata* + *-mente*). → *enhata* . / *enatho*. ‘hediondamente’; ‘de maneira repugnante’. [xiv/flos/23rc2]: e muytas vezes veo a mim qual ele era muy